



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GUILHERME GONZAGA BENTO

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO JÂNIO QUADROS SOB A ÓTICA DO
JORNAL *LAVOURA E COMÉRCIO* (1960-1961)**

UBERLÂNDIA

2020

GUILHERME GONZAGA BENTO

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO JÂNIO QUADROS SOB A ÓTICA DO JORNAL
LAVOURA E COMÉRCIO (1960-1961)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para conclusão do curso de Mestrado Acadêmico em História.

Orientador (a): Prof^ª. Dr. Regma Maria dos Santos

UBERLÂNDIA

2020

B478 Bento, Guilherme Gonzaga, 1992-
2020 A política externa do governo Jânio Quadros sob a ótica do
jornal Lavoura e Comércio (1960-1961) [recurso eletrônico] /
Guilherme Gonzaga Bento. - 2020.

Orientadora: Regma Maria dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.25>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Santos, Regma Maria dos, 1965-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado, Ata 1, PPGHI				
Data:	Treze de fevereiro de dois mil e vinte	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	16:15
Matrícula do Discente:	11812HIS006				
Nome do Discente:	Guilherme Gonzaga Bento				
Título do Trabalho:	A política externa do governo Jânio Quadros sob a ótica do Jornal Lavoura e Comércio (1960-1961)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	JORNALISMO E LITERATURA: ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA				

Reuniu-se na Sala 48, Bloco 1H - Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Jean Luiz Neves Abreu (UFU), Ismara Izepe de Souza (UNIFESP - participou via Skype) e Regma Maria dos Santos orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Regma Maria dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **ISMARA IZEPE DE SOUZA, Usuário Externo**, em 13/02/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/02/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Regma Maria Santos, Usuário Externo**, em 13/02/2020, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1870529** e o código CRC **1E8480E3**.

Dedico esta dissertação aos meus pais pela dedicação e aos mestres pelos ensinamentos que me fizeram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Preciso agradecer imensamente à Deus pela vida, e aos meus pais, Marluce e Luis, que mesmo quando distantes, sempre de alguma forma me ajudaram a seguir em frente. A todos os familiares e amigos que torceram por mim e deram força para que eu continuasse firme nessa caminhada, agradeço-os.

De forma muito especial agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Regma Maria dos Santos (UFU), pelas reflexões e leituras dispensadas ao meu trabalho, e por sempre ser solícita em me atender nos momentos de dúvidas. Em nome dela, agradeço também a todos os mestres que tive, especialmente o André Del Negri (UFV), o Rodrigo Freitas (UFTM) Costa e a Rita Biason (UNESP), que em algum momento auxiliaram em minha caminhada de formação docente e como pesquisador.

Agradeço ainda ao Arquivo Público de Uberaba - APU, em nome de sua Superintendente Marta Zedinick, que além de resgatar e proteger o acervo do *Lavoura e Comércio*, abriu as portas do arquivo para que essa pesquisa pudesse prosseguir.

Por fim, agradeço imensamente à Universidade pública e gratuita, especialmente à UFTM e UFU, sem as quais essa pesquisa não teria sido possível.

Obrigado a todos!

“É preciso frisar que a idéia por trás da política externa do Brasil e sua implementação tornaram-se agora o instrumento para uma política de desenvolvimento nacional. Como parte importante de nossa vida de nação, a política externa deixou de ser um exercício irreal, acadêmico, levado a efeito por elites absortas e fascinadas; tornou-se o tópico principal da preocupação diária. Com ela, buscamos objetivos específicos: em casa, prosperidade e bem-estar; no exterior, viver juntos, amigavelmente, e em paz no mundo: Não há necessidade de explicar aos brasileiros o que somos hoje no mundo. Estamos plenamente cômicos da missão que precisamos cumprir – e podemos cumprir.”

Jânio da Silva Quadros

“A revolução cubana e a defesa da autodeterminação, o surgimento do Terceiro Mundo como expressão política e o agravamento das tensões da guerra fria requeriam a reformulação de conceitos tradicionais da política externa, na tentativa de fazer do país um protagonista e não um espectador da cena mundial.”

Carlos Alberto Leite Barbosa

RESUMO

O Governo Jânio Quadros em 1961 perdurou por quase sete meses, tendo como uma de suas principais ações, a criação das diretrizes da denominada Política Externa Independente – PEI, o que rendeu ao presidente, conservador na política interna, e progressista na política externa, a inimizade de lideranças e partidos que o apoiaram na eleição. Com amplo debate historiográfico até o início dos anos 2000, principalmente acerca das origens e dos fundamentos dessa “nova” maneira do Brasil se relacionar externamente a partir de 1961, a Política Externa empreendida por Jânio Quadros, pouco é pesquisada a partir da ótica da imprensa. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende investigar como o Jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba, um dos maiores periódicos do Brasil Central naquele momento, representava as questões da política externa do Governo Jânio Quadros, diante de um ambiente de bipolaridade mundial no conflito da Guerra Fria, e de constante tensão interna com o medo de uma ‘comunização’ do país.

Palavras-chave: Política externa; Governo Jânio Quadros; Imprensa; Jornal *Lavoura e Comércio*.

RESUMEN

El gobierno Jânio Quadros en 1961 duró casi siete meses, teniendo como una de sus principales acciones, la creación de las directrices de la llamada Política Exterior Independiente - PEI, que le valió al presidente, conservador en política interna y progresista en política exterior, el enemistad de líderes y partidos que lo apoyaron en las elecciones. Con un amplio debate historiográfico hasta principios de la década de 2000, especialmente sobre los orígenes y fundamentos de esta "nueva" forma en que Brasil se relaciona externamente desde 1961 en adelante, la Política Exterior emprendida por Jânio Quadros es poco investigada desde la perspectiva de la prensa. En este sentido, esta investigación tiene la intención de investigar cómo la revista Lavoura e Comércio de Uberaba, una de las publicaciones periódicas más grandes del Brasil central en ese momento, representaba los problemas de política exterior del gobierno de Jânio Quadros, frente a un entorno bipolar mundial en el conflicto de la Guerra Fría, y de constante tensión interna con el miedo a una 'comunización' del país.

Palabras clave: Política exterior; Gobierno Jânio Quadros; Prensa; Periódico Lavoura e Comércio.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALPRO	Aliança para o Progresso
APU	Arquivo Público de Uberaba
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
EUA	Estados Unidos
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
GO	Goiás
ISI	Industrialização por Substituição de Importação
JK	Juscelino Kubistchek
JQ	Jânio Quadros
LC	Lavoura e Comércio
MG	Minas Gerais
MPJQ	Movimento Popular Jânio Quadros
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PR	Partido Republicano
PL	Partido Libertador
RJ	Rio de Janeiro
SEPRO	Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

SP	São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Foto do Chanceler Afonso Arinos.....	33
Figura 02	Foto de Jânio em Uruguaiana de Erno Schneider, <i>Jornal do Brasil</i>	57
Figura 03	Retrato de Jânio Quadros.....	88
Figura 04	Propaganda do comício de Jânio a ser realizado no dia 04 de janeiro.....	94
Figura 05	Manchete da reportagem sobre a viagem de Jânio à Cuba.....	95
Figura 06	Manchete de capa sobre fala de Jânio acerca da OPA.....	98
Figura 07	Resultado oficial das eleições em Uberaba.....	100
Figura 08	Manchete de notícia veiculada sobre a preocupação norte-americana com a eleição de Jânio Quadros à presidência.....	101
Figura 09	Notícia de capa sobre a possibilidade de reatamento das relações entre Brasil e URSS.....	102
Figura 10	Editorial acerca da situação na América Latina.....	105
Figura 11	Editorial acerca da eleição de John Kennedy como presidente dos EUA.....	106
Figura 12	Editorial acerca da nova diretriz do Brasil no plano econômico internacional.....	107
Figura 13	Editorial acerca das relações latino-americanas.....	108
Figura 14	Manchete de capa sobre as primeiras medidas a serem tomadas por Jânio na política externa.....	109
Figura 15	Notícia de mensagem de Krushev à Jânio.....	111
Figura 16	Editorial acerca da posição brasileira no caso do navio “Santa Maria”.....	113
Figura 17	Notícia sobre as linhas da política externa brasileira no governo Jânio.....	115
Figura 18	Editorial acerca da posição do Brasil sobre o ingresso da China comunista na ONU.....	117
Figura 19	Editorial acerca do colonialismo e processo de descolonização.....	122
Figura 20	Manchete da notícia sobre a negociação do Brasil com os EUA para o pagamento da dívida externa.....	126
Figura 21	Notícia sobre a negociação da dívida externa brasileira.....	128
Figura 22	Manchete da notícia sobre a ajuda financeira dos EUA ao Brasil.....	129
Figura 23	Manchete da notícia sobre a expansão das relações comerciais brasileiras no porto de Trieste na Itália.....	130
Figura 24	Manchete noticia a realização de estudos para estabelecer relações com países da cortina de ferro.....	133
Figura 25	Editorial acerca do alinhamento do Brasil com países comunistas e neutralistas.....	136
Figura 26	Artigo escrito pelo articulista José Mendonça sobre a questão do neutralismo.....	140

Figura 27	Manchete de notícia sobre a política externa do governo Jânio.....	143
Figura 28	Notícia de capa sobre o encerramento da Conferência de Uruguaiana.....	149
Figura 29	Manchete de capa noticiando o encontro entre o presidente Jânio Quadros e o enviado especial dos EUA Adlai Stvenson.....	152
Figura 30	Manchete de uma notícia de capa acerca das relações Brasil-EUA.....	154
Figura 31	Notícia de capa sobre as relações Brasil-EUA.....	155
Figura 32	Charge crítica a situação dos presos políticos do regime castrista em Cuba.....	157
Figura 33	Notícia sobre o papel do Brasil nos possíveis desdobramentos da questão cubana.....	158
Figura 34	Artigo do articulista José Mendonça acerca do princípio da autodeterminação.....	160
Figura 35	Matéria de capa sobre o início da Conferência da OEA em Punta Del Este.....	162
Figura 36	Reportagem sobre o encerramento da Conferência de Punta Del Este.....	164
Figura 37	Manchete de capa destacando fala de Carlos Lacerda sobre a política externa brasileira.....	166
Figura 38	Notícia de capa informando sobre a oposição de Lacerda a política externa do governo Jânio.....	168
Figura 39	Notícia sobre a oposição do Senador Padre Calazans à política externa do governo Jânio....	170
Figura 40	Notícia de capa sobre a visita do cosmonauta soviético Yuri Gagarin ao Brasil.....	173
Figura 41	Trecho do artigo do jornal <i>O Globo</i> reproduzido pelo <i>Lavoura e Comércio</i>	176
Figura 42	Charge crítica do <i>Estado de São Paulo</i> sobre a condecoração de Guevara veiculada pelo <i>Lavoura</i>	177
Figura 43	Manchete de capa noticiando a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente.....	178

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	Política Externa Independente (PEI) e Imprensa.....	26
1.1	A ‘ressignificação’ da história política e a história das relações internacionais.....	26
1.2	A Política Externa Independente no Governo Jânio Quadros.....	32
1.3	O Governo Jânio Quadros.....	35
1.4	A Guerra Fria: política externa e política interna.....	39
1.4.1	A bipolaridade mundial: nasce um mundo dividido.....	40
1.4.2	A constituição do bloco ocidental-capitalista.....	41
1.4.2	O bloco socialista: a formação da cortina de ferro.....	45
1.5	Em busca da autonomia e do desenvolvimento: a política externa brasileira em tempos de Guerra Fria.....	49
1.6	Bases e princípios da Política Externa Independente.....	53
1.7	Continuidade ou ruptura?.....	60
1.8	Imprensa como representação e interprete privilegiada.....	67
1.8.1	Imprensa como fonte história: delineamentos metodológicos.....	72
1.8.2	O Jornal do interior: uma delimitação necessária.....	75
1.8.3	Os jornais no início da década de 1960.....	78
1.9	<i>Lavoura e Comércio</i>: uma breve história.....	81
2	Política Externa é notícia: primeiras representações da Política Externa de Jânio Quadros nas páginas do <i>Lavoura e Comércio</i>.....	85
2.1	Jânio Quadros: a ascensão meteórica.....	86
2.2	Política Externa é assunto nas eleições de 1960.....	91
2.3	A Política Externa no período pós-eleições.....	99
2.4	As primeiras repercussões da PEI após a posse: o caso do “navio Santa Maria” e as diretrizes da nova política externa brasileira.....	110
2.5	A entrada da China Popular na ONU.....	115
2.6	Descolonização e as relações com a África e Ásia.....	118
2.7	Relações comerciais e renegociação da dívida externa brasileira.....	123
3	“No <i>Lavoura</i> não deu, em Uberaba não aconteceu”: a Política Externa de Jânio Quadros é notícia no interior.....	132

3.1	Neutralidade ou aproximação com o comunismo?.....	132
3.2	As relações hemisféricas e os Estados Unidos.....	145
3.3	A questão Cubana e a conferência de Punta Del Leste.....	156
3.4	A oposição política à PEI nas páginas do <i>Lavoura</i>	165
3.5	A visita de Gagarin e a condecoração de Che: de repente a renúncia.....	171
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
	REFERÊNCIAS.....	185
	ANEXO I - TABELAMENTO 1960-1961 (POR CAPÍTULO).....	186

INTRODUÇÃO

Em 31 de Janeiro de 1961, tomava posse como 22º presidente da República do Brasil, o político, advogado e professor paulista Jânio da Silva Quadros, vitorioso nas eleições de 1960, com 5,6 milhões de votos, o que corresponde a aproximadamente 48% dos votos totais daquele pleito. Menos de sete meses depois, em 25 de agosto de 1961, Jânio renunciava ao mais alto cargo político do país, tendo como uma das principais marcas de seu governo a política externa, considerada ambígua por alguns, ideológica de esquerda por outros, e denominada pelo Chanceler San Tiago Dantas de política externa independente.¹

O incômodo com o objeto da presente pesquisa nasceu ainda na minha graduação em Direito, quando participava da Liga Acadêmica Embaixador Mário Palmério, onde pesquisávamos temas de Direito e Política Internacional. Em determinada ocasião, analisávamos o livro *Desafio Inacabado* - a Política Externa de Jânio Quadros, escrito pelo embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que, à época do governo Jânio, trabalhou como funcionário da Casa Civil, participando de perto dos acontecimentos do novo governo.

O livro de Carlos Alberto e a forma de tratar a temática da política externa me impressionaram e meu interesse pelo assunto nunca mais foi o mesmo. Passei a ler e a pesquisar mais sobre política externa, especialmente a do período Jânio Quadros, que muito se coadunava, na minha visão, com a implementada pelo ex-presidente Lula em seu governo e que também me remetia aos princípios constitucionais das relações internacionais do Brasil, estabelecidos no artigo 4º da Constituição Federal de 1988.

Concluí a graduação em Direito² e, posteriormente, em História³, sem, no entanto, pesquisar cientificamente essa temática. Decidi então que no mestrado teria que retornar ao assunto e desenvolver uma pesquisa sobre a política externa implementada por um presidente controverso e que, à época, causou polêmica entre conservadores e nacionalistas, agradou opositores e desagradou aliados, foi pauta constante da imprensa e de diversos setores e organizações da sociedade civil, o que significou para muitos uma das principais causas do desgaste sofrido por Jânio durante seu curto mandato presidencial e que o levaria à renúncia como forma de tentar restabelecer sua força política.⁴

¹ “A PEI, como ideologia, surgiu a partir de um conjunto de princípios e atitudes independentes durante a gestão Jânio Quadros/Afonso Arinos. (...) O termo Política Externa Independente foi cunhado por San Tiago Dantas, que sistematizou seus princípios e aprofundou seu conteúdo.” (VIZENTINI, 2009, p. 130-131).

² No ano de 2014, na Universidade de Uberaba.

³ Em 2017, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

⁴ O sociólogo Moniz Bandeira, em sua obra “O 24 de Agosto de Jânio Quadros”, aponta a renúncia como uma tentativa de autogolpe, com a finalidade de restabelecer a força e a legitimidade política do presidente, de forma

Diante disso, resolvi pesquisar a política externa do governo Jânio Quadros, também denominada de Política Externa Independente (PEI), utilizando a imprensa como fonte, tendo em vista o apontamento feito por Carlos Alberto Leite Barbosa de que “Nas entrevistas coletivas de imprensa no Palácio do Planalto, cerca de 70% das perguntas dos jornalistas referiam-se às questões da política externa.” (BARBOSA, 2007, p. 29).

Para tanto, realizamos um extenso levantamento bibliográfico, que nos apontou não só a escassez de trabalhos sobre a política externa independente na historiografia, mas, sobretudo, acerca da PEI no período do governo de Jânio Quadros, sendo mais escasso ainda o uso da imprensa como fonte.⁵ Em sua maioria, as pesquisas sobre o assunto elegem os jornais como fonte secundária e dão preferência à “grande imprensa”, localizada geograficamente em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.⁶

A partir desse levantamento, escolhemos como fonte para análise da política externa de Jânio Quadros, a imprensa do “interior”, especificamente o jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba-MG, que circulou na cidade e região entre 1899 e 2003, quando encerrou suas atividades em virtude de graves dificuldades financeiras.⁷ A opção pelo referido periódico, deu-se por meio de dois fatores. O primeiro refere-se à nossa identificação geográfica com o periódico, o que, a princípio, facilitou o levantamento da fonte para a pesquisa⁸ e cumpriu com o objetivo de enxergar a PEI a partir da imprensa do interior. O segundo era o de auxiliar no desenvolvimento de pesquisas que se utilizassem desse órgão de imprensa em específico, para melhor conhecer suas opiniões, visto que ainda é diminuta a sua utilização, seja como fonte ou objeto de pesquisa, frente à importância que o jornal teve em mais de um século de circulação em Uberaba e região.

O uso das fontes oriundas da mídia impressa nos permite compreender práticas e representações que extrapolam as fontes oficiais, tornando-se um registro privilegiado da

que este, ao renunciar, fosse reconduzido ao poder com poderes extraordinários, inclusive para governar sem o aval do Congresso.

⁵ Temos como importantes referenciais os trabalhos de Charles Sidarta Machado Domingos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em sua dissertação, o pesquisador dedica-se a analisar o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, a partir das notícias, artigos e editoriais veiculados pelo Jornal *Correio do Povo*. Já em sua tese de doutoramento, o historiador utiliza-se, de forma secundária, de alguns jornais, como o *Estado de São Paulo*, para verificar as representações dadas pela imprensa ao acontecimento da Crise dos Mísseis, que, segundo o autor, foi um momento importante de inflexão na Política Externa Independente.

⁶ São exemplos jornais como *O Globo*; *O Estado de São Paulo*; *Jornal do Brasil*, entre outros.

⁷ No capítulo 2, trabalharemos melhor o histórico do jornal *Lavoura e Comércio*, especialmente no início da década de 1960.

⁸ Apesar da disponibilidade de boa parte do acervo de forma digitalizada, os meses de julho e agosto de 1961 não estavam disponíveis em formato digital, sendo que o acesso ao acervo físico foi negado a princípio, depois sendo liberado pela Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, onde encontra-se disponível os mais de 100 anos de história escrita pelo *Lavoura e Comércio*.

história contemporânea. Os jornais, nesse sentido, desempenham um papel informativo, mas também ideológico e cultural, pois fazem representar os fatos, usando da legitimidade e confiabilidade de repassar informações para representar o real sempre de acordo com seus interesses, fazendo com que se tornem “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Partindo desses pressupostos, compreendemos que os jornais se tornam fonte privilegiada para a investigação histórica, pois a partir deles é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações sobre a Política Externa de Jânio Quadros, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas naquele momento, pois nos permite uma visão diária dos fatos ocorridos.

Em relação à imprensa do interior, compreendemos que a localidade é um ponto chave para defini-la e também trabalhamos na perspectiva de que toda imprensa, antes de ser nacional, é regional. Nesse sentido, há uma importância significativa da imprensa do interior como único meio de comunicação lido em determinadas comunidades, podendo ser definida *a priori* como “publicações afastadas dos grandes centros urbanos e com características específicas, que atendem as necessidades cotidianas do leitor, em um espaço de circulação e produção geograficamente localizado.” (KOBORI; PÁDUA; 2018, p. 13).⁹

A partir da concepção do uso da imprensa como fonte histórica, elegemos como arcabouço teórico de análise em nossa pesquisa os referenciais propostos pela denominada “nova história política”, especialmente o da noção de representação. Essa “nova história política” possui noções teóricas e metodológicas remodeladas, visões sobre os fenômenos políticos e sociais diferentes da tradicional história política.¹⁰

Nesse sentido, tomaremos as concepções propostas por Chartier (2002) sobre o significado de representação, quais sejam: 1 – uma manifesta ausência, o que supõe a diferença entre o que representa e o que é representado; e 2 – uma exibição de uma presença, ou seja, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa. Dessa maneira a noção de representação no sentido proposto pelo historiador francês nos permite acessar a maneira com que os jornais de uma determinada época captaram e traduziram as situações naquele dado momento histórico.¹¹

⁹ No caso do *Lavoura e Comércio*, sua circulação se dava além de Uberaba, em cidades da região, inclusive alcançando o interior de São Paulo e Goiás.

¹⁰ Discutiremos o giro da história política tradicional para a nova história política no capítulo 1 deste trabalho.

¹¹ Trataremos de forma mais detida o uso da noção de representação para a construção do conhecimento histórico utilizando-se de jornais impressos no Capítulo 1 deste trabalho.

A partir disso, podemos perceber que o campo das representações inclui formas de pensar, sentir e agir que se transformam em instrumentos de fabricar respeito e submissão. Dessa forma, para as pesquisas que se utilizam dos jornais como fonte para a mediação do conhecimento historiográfico torna-se premente “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada e dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p.68).

Metodologicamente, analisaremos aspectos formais, materiais, históricos, sociais e econômicos do jornal em questão, realizando um “exercício de desocultação”, o que Segundo Barata Zisman permite-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea. (ZICMAN, 1985, p.94). Será realizada uma leitura intensiva¹², ou seja, a análise do maior número possível de informações sobre o periódico, levando-se em conta elementos como a disposição espacial das notícias, sua diagramação, entre outras questões formais e materiais afeitas à linguagem da imprensa.

Contextualizando o objeto da presente pesquisa, é importante pontuar que o governo Jânio Quadros foi marcado pela dicotomia entre uma política interna de viés conservador e uma política externa de caráter progressista. No campo econômico interno, o novo governo adotou uma política de estabilização econômico-financeira, visando controlar a inflação, diminuir a dívida externa e retomar o crescimento equilibrado da economia. Ainda na política interna, tomou providências de moralização dos costumes e da administração pública, com o disciplinamento do funcionalismo, a proibição do uso de biquínis nas praias, dos jogos de azar, das brigas de galo e do lança perfume, bem como a instauração de sindicâncias na tentativa de combater a corrupção governamental.

Por outro lado, no campo da política externa, o novo governo inaugura, o que para muitos é um novo paradigma das relações exteriores do Brasil, e rompe¹³ com a tradição diplomática até então existente desde os tempos da chancelaria do Barão do Rio Branco, pautada no alinhamento, muitas vezes incondicional e automático, aos Estados Unidos. A PEI, nesse sentido, buscava ampliar seus laços diplomáticos e comerciais com outros países, fora

¹² Claudio Pereira Elmir nos aponta para a necessidade de realizar uma leitura intensiva e não extensiva, segundo ele, “Ler os jornais extensivamente é o que fazemos diariamente hoje. Ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo da experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal.” (ELMIR, 1995, p. 21-22).

¹³ O historiador Thiago Pereira Brum, em dissertação defendida na UERJ em 2008 e intitulada *Ruptura e Continuidade: as correntes historiográficas da Política Externa Independente*, classifica os autores que estudam a PEI em duas correntes: na primeira, encontram-se aqueles que defendem que a PEI representa uma continuidade da tradição diplomática brasileira estabelecida para alguns desde a década de 1930 e, na segunda, estão aqueles que defendem que a política externa independente é uma ruptura com qualquer ação de política externa que o país já havia desenvolvido anteriormente.

do tradicional eixo de relação prioritária estabelecido com os EUA durante décadas.

Essa nova perspectiva de ação internacional do Brasil gerou posicionamentos contrários aos interesses norte-americanos, o que consequentemente suscitou acalorados debates internos de setores da política nacional, como a UDN, que apoiou Jânio nas eleições e tinha em seus quadros o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, mas que se posicionou contra as ações de política externa do novo governo, e, por outro lado, setores nacionalistas, representados por alas do PTB e até do PCB, que aplaudiam o novo posicionamento do Brasil no cenário internacional, apesar de fazerem oposição ao presidente.

Aqui é necessário um parêntese, a fim de apontar as imbricações entre política interna e política externa. Para tanto, apontamos três considerações que cercam o desenvolvimento deste trabalho e são fundamentadas a partir dos escritos de Pierre Milza (MILZA, 2010). São elas: 1 – política interna e externa não são áreas estanques e apresentam natureza similar, interação e se alteram mutuamente, com primazia da segunda sob a primeira; 2 – na política interna se produz um maior número de questões que orientam a política externa; 3 – injunções internas e elementos que pertencem ao campo das relações internacionais podem determinar condutas e alterações na política interna.

Dessa forma, segundo o politólogo e historiador Pierre Milza, citando o discurso do ministro de Relações Exteriores francês em 1981, Claude Cheysson, “Não há mais assuntos estrangeiros. Há uma tradução externa das políticas internas, há uma capacidade de expansão para o exterior daquilo que constituiu as prioridades internas.” (MILZA, 2010, p. 368). O autor conclui com suas próprias palavras afirmando que “Não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna.” (MILZA, 2010, p. 368).

Nesse sentido, é importante pontuar que a dinâmica política do país se acirrou pelos acontecimentos internos e externos. O processo de industrialização e urbanização, constante desde os anos 1930 e bastante maduro no início de 1960, gerou transformações significativas na composição do jogo de poder interno e nas prioridades do interesse nacional, o que diante do complexo quadro internacional levou o país a buscar novos rumos em suas relações exteriores.

Regionalmente, a relação entre os EUA e a América Latina se desgastou e apresentou tensões na aparente harmonia e submissão aos norte-americanos no momento posterior à Segunda Guerra, especialmente com o advento questão cubana. No âmbito sistêmico, houve o congelamento e posterior tensionamento das relações internacionais. A distensão permitiu a configuração de relações mais flexíveis que possibilitou a atores mais fracos a busca de seus interesses nacionais, sem a interferência programática das superpotências.

O quadro internacional estabelecido no pós-guerra, e que no início da década de 1960 alcançava padrões de tensionamento inédito, influenciou diretamente o processo de elaboração da política externa do novo governo. Teremos, nesse contexto, inúmeros episódios que orbitaram em torno do quadro geral de bipolaridade da Guerra Fria, estabelecido a partir de 1947 com a Doutrina Truman e o lançamento do Plano Marshall, que instauraram os mitos fundadores da Guerra Fria e legitimariam a ação norte-americana no bloco ocidental. Tais mitos seriam: a ameaça soviética na Europa e no resto do mundo e a consequente necessidade de defesa desse mundo livre.

Em 1959, a Revolução Cubana aumenta a tensão na América Latina, levando o espectro da Guerra Fria ao continente, que era visto pelos EUA como alinhado natural no grande condomínio do poder mundial. Em 1961, Kennedy assume a presidência norte-americana, momento em que ocorre o episódio da invasão da Baía dos Porcos e o aprofundamento da chamada “questão cubana”, que atinge diretamente a relação entre os EUA e os demais países latino-americanos.

Nesse mesmo ano, há o início da construção do Muro de Berlim, que marcaria de vez a divisão não só de duas cidades, da Alemanha e da Europa, mas do mundo, em dois polos políticos e ideológicos de poder. O baixo investimento norte-americano na América Latina e a forma do país em lidar com a Revolução Cubana inverteram a lógica dos países do continente em apoiar os EUA, ameaçando assim sua hegemonia nos vizinhos do sul.

A partir desse cenário, povos e regiões que sofreram no passado com a ocupação direta de países estrangeiros¹⁴ começaram a manifestar, por diversos meios, sua insatisfação com as condições de ocupação, exploração e subjugação em que se encontravam, dando início ao aprofundamento do processo de descolonização afro-asiático, que representou o amadurecimento do chamado “Espírito de Bandung”, inaugurado na Conferência para tratar do tema da descolonização ocorrida na capital da Indonésia (Bandung) no ano de 1955.

Houve um aprofundamento no processo de reivindicação de soberania e independência de vários países, o que é demonstrado pelo rápido crescimento dos membros da ONU. Tal situação ampliaria enormemente o número de atores nas relações internacionais, e propiciaria ao Brasil desenvolver relações comerciais e diplomáticas fora do eixo preferencial com os Estados Unidos.

Com o advento do processo de descolonização, surge também o Movimento dos

¹⁴ Trata-se do movimento Imperialista europeu de partilha do continente africano no último quartel do século XIX, que culminaria com o estabelecimento de várias colônias de exploração em África, sob dominação de Grã-Bretanha, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália, etc.

Países Não Alinhados, que reuniu nações na busca de uma Terceira Via nas relações internacionais, representada pelo neutralismo e o afro-asiatismo de Bandung, fugindo assim da bipolaridade representada pelos EUA (capitalista) e pela URSS (comunista) e estabelecendo uma divisão não mais leste e oeste no campo ideológico, mas agora norte e sul, tendo os países desenvolvidos de um lado e os subdesenvolvidos do outro.

É nesse cenário internacional complexo, com o aprofundamento dos problemas hemisféricos em virtude da situação em Cuba e a pressão norte-americana sobre os países do continente, além de um quadro interno econômico, social e político de crise e tensão, que o governo Jânio Quadros lança as bases da nova atuação externa do Brasil.

Nesse sentido, podemos balizar a política externa independente em uma base principiológica composta de cinco diretrizes centrais para seu desenvolvimento, são elas: 1 – ampliação do mercado externo dos produtos primários; 2 – formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico e a prestação e aceitação de ajuda internacional nos marcos destes planos; 3 – manutenção da paz por meio da coexistência pacífica entre os Estados; 4 – não intervenção nos assuntos internos de outros países, autodeterminação dos povos e o primado absoluto do Direito Internacional na resolução dos conflitos e problemas internacionais; 5 – emancipação completa dos territórios não autônomos.

A partir disso, o Brasil buscava, por meio da ampliação e do uso efetivo do campo diplomático, a busca do desenvolvimento econômico, com a consequente retomada do crescimento. E, para tanto, não mediria esforços para se relacionar com todos os países, independentemente do espectro ideológico, inclusive no campo socialista. Desse modo, “A política externa começou a ganhar destaque como meio para a consecução dos interesses brasileiros, que passavam necessariamente pela questão do desenvolvimento industrial.” (BRUM, 2008, p. 10).

Essa diplomacia de desenvolvimento, nas palavras de Rubens Ricupero (RICUPERO, 2017), levou Jânio a estabelecer relações comerciais e diplomáticas com Hungria, Romênia e Bulgária, além de iniciar com a Albânia, países que compunham o bloco socialista. Além disso, iniciou as negociações para o restabelecimento de relações com a União Soviética, rompidas desde 1947 pelo governo do ex-presidente Dutra e que seriam concretizadas no início do governo de João Goulart.

Segundo Tania Manzur, “todos os países seriam potenciais parceiros comerciais e diplomáticos independentes, independentemente de seus vínculos a blocos políticos-militares; isso significava, efetivamente, a abertura de relações com os países socialistas e com os novos estados africanos.” (MANZUR, 2015, p. 18).

Nesse contexto, o Brasil precisou enfrentar os temas da descolonização nos fóruns multilaterais em que participava, especialmente na ONU. A posição brasileira foi quase sempre favorável à descolonização, o que também contrastava com o objetivo de buscar novos parceiros comerciais, advindos da independência desses países na África e Ásia.

Além disso, o Brasil olhava com bastante interesse para o Movimento dos Países Não Alinhados, sem, no entanto, se posicionar oficialmente como um integrante do grupo, fato que culminou com a participação do país como observador da I Conferência dos Países Não Alinhados realizada na Iugoslávia.

Por outro lado, o país se posicionou favoravelmente à inclusão na pauta de discussões da ONU a entrada da China Popular na organização, tema que se arrastava desde a Revolução Chinesa em 1949, sem, no entanto, ser solucionado.

Em termos hemisféricos, o país se posicionou contrariamente às iniciativas norte-americanas de intervenção em Cuba, propondo uma solução para a questão cubana, pautada no princípio da não intervenção e baseada em premissas do Direito internacional como solução jurídica legítima e viável. Esse posicionamento defendido pelo Brasil foi discutido juntamente com outros países do continente e culminará em um posicionamento oficial na Conferência do Conselho Econômico e Social da OEA realizada em Punta Del Leste em julho de 1961.

Diante dessas posturas, o Brasil adotará a lógica da multilateralidade horizontal sul-sul, incrementando as relações com a América Latina e os países afro-asiáticos e ainda ampliando as relações com os países socialistas. Tratava-se de uma experiência inédita, que tirava a diplomacia brasileira de suas modestas perspectivas regionais e reativas, lançando-a a uma dimensão mundial e de postura ativa.

Com foco no recorte proposto e na fonte selecionada, buscamos compreender como a política externa do governo Jânio Quadros foi representada pelo jornal *Lavoura e Comércio*, valendo-se, para tanto, da veiculação de notícias, editoriais, artigos e reportagens de um dos principais jornais do interior de Minas Gerais.

A partir dos percalços, das escolhas teóricas e metodológicas e das reflexões realizadas, dividimos os resultados de nossa pesquisa em três capítulos, de maneira a abarcar uma revisão bibliográfica sobre o contexto interno e externo de desenvolvimento da PEI, assim como das bases e fundamentos da política externa independente, cruzando-a em nossa análise com a fonte, de forma a compreender melhor a relação entre política externa e imprensa, e também sobre a fonte em específico, o jornal *Lavoura e Comércio*; e, finalmente, analisar as representações trazidas pelo jornal em relação aos principais assuntos que são

objeto de pauta da política externa do governo Jânio Quadros.

No primeiro capítulo, denominado “Política Externa Independente (PEI) e Imprensa”, delinearemos as bases conceituais e principiológicas da política externa independente, discutindo se esta fase da política externa brasileira é uma continuidade ou ruptura de outros períodos da política externa do Brasil. Avançaremos também na discussão sobre a relação entre política externa e imprensa, sendo esta um espaço privilegiado de representação da ação externa durante o período Jânio Quadros. Para tanto, nos pautaremos na delimitação do uso da imprensa como fonte a partir da renovação dos estudos de história política e história das relações internacionais, delineando também o que seja “imprensa do interior”, para, por fim, realizar um breve histórico do jornal *Lavoura e Comércio*, demarcando as bases ideológicas desse importante periódico fonte de nossa pesquisa e ainda definir o contexto de bipolaridade da Guerra Fria.

Já no segundo capítulo, intitulado “Política externa é notícia - primeiras representações da política externa de Jânio Quadros nas páginas do *Lavoura e Comércio*” analisaremos parte da nossa fonte, iniciando pelas representações que retratam o processo eleitoral de 1960 e a repercussão da política externa neste, como, por exemplo, a viagem do então candidato Jânio Quadros até Cuba. Dando sequência, analisaremos as repercussões do período pós-eleitoral, os primeiros episódios da implementação da nova política externa veiculados no jornal após a posse de Jânio, tratando do caso do Navio Santa Maria, da entrada da China comunista na ONU, da posição do Brasil no processo de descolonização afro-asiático e do processo de renegociação da dívida externa brasileira.

Por fim, no terceiro e último capítulo, intitulado “‘No Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu’: a Política Externa de Jânio Quadros é notícia no interior”, seguiremos analisando as representações dos acontecimentos relevantes da política externa do governo Quadros retratados pelo periódico, quais sejam: o posicionamento do Brasil em relação aos países comunistas e o movimento dos países ‘neutralistas’; as relações do Brasil com os países do hemisfério e os EUA; a questão cubana e o posicionamento do Brasil em relação a esta e também a Conferência de Punta Del Este; a oposição política à PEI; e, por fim, a visita do cosmonauta russo Yuri Gagarin e a condecoração do líder cubano Ernesto Che Guevara, que elevaram a tensão política interna e culminaram com a renúncia de Jânio Quadros.

Nesse sentido, esperamos que no curso do desenvolvimento deste trabalho possamos responder as perguntas iniciais levantadas, mas também levantar muitos questionamentos para que outros depois de nós possam buscar respondê-los e, assim, contribuir para a construção do conhecimento histórico-científico sobre a política externa independente do governo Jânio

Quadros e sua relação com a imprensa do interior, no nosso caso, a partir do Jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba.

1– POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) E IMPRENSA

1.1 - A “ressignificação” da história política e a história das relações internacionais

Compreender a “ressignificação da história política” passa por desvelar dois processos significativos para a historiografia: o primeiro é o de contestação da chamada “história política tradicional”, que, além dos fatores que apontaremos mais à frente, teve seu processo deflagrado pela Escola dos *Annales* a partir de 1930; e o segundo consiste no surgimento da chamada “história cultural”, empreendido pela terceira geração dos *Annales*.

Teríamos a partir dessa lógica, três momentos no processo de definição da história política: o primeiro de “prestígio” que perdura durante todo o século XIX; o segundo de “desgaste e declínio relativo” que vai de 1930 a 1970; e o terceiro do que podemos denominar de “ressignificação”, que vai de 1970 e perdura até os dias atuais.

Inúmeros são os pesquisadores que nos esclarecem tal processo. Entre eles destacamos os franceses Jacques Julliard (1995), Pierre Rosanvallon (1995), Serge Berstein (1998), René Rémond (2003), este último um grande expoente da nova historiografia política. No Brasil, temos: Rodrigo Patto (1995), Marieta Moraes Ferreira (1992), Maria Helena Capelato (1996) e Francisco Falcon (1997). Daremos destaque ao texto de alguns desses autores, nos atentando principalmente para a obra organizada por René Rémond (2003), *Por uma história Política*, tendo em vista sua relevância para a discussão da ressignificação da história política.

É importante de início indicar a conceituação da chamada “história política tradicional” e, para tanto, nos apoiaremos na definição cunhada pelo professor José Henrique Nespóli, que afirma:

“a história política tradicional teria como objeto de estudo preferido o Estado e as classes dominantes, apresentando-as geralmente como sujeitos do desenvolvimento histórico, quando não como agentes civilizadores. (...) procurava destacar os planos, as ideias, as estratégias, enfim, os aspectos conscientes da ação humana, por isso era uma história narrativa presa ao tempo do vivido, a curta duração.” (NÉSPOLI, 2015, p. 363)

Nesse sentido, René Rémond nos aponta três fatores que ele considera primordiais para o descrédito da história política tradicional frente aos historiadores da Escola dos *Annales*. O primeiro fator, segundo ele, estaria diretamente ligado a uma questão geracional, ou seja, a implementação de uma mudança que a geração de Marc Bloch e Lucien Febvre

ansiava se daria em virtude daquilo que até então estava colocado em termos de historiografia. Conforme aponta, “Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de outro ramo como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono” (RÉMOND, 2010, p. 13).

O segundo fator seria uma desconfiança cabal da sociedade como um todo em relação ao Estado. O período de criação dos *Annales* se confundia com o auge do liberalismo em todo o mundo, o que apontava para a necessidade, que era essencial, de se combater as amarras estatais e acabar com a hegemonia do político e, portanto, do ‘Estado’ na história (formadora e conformadora das identidades nacionais).

O terceiro fator apontado por Rémond seria o fortalecimento do pensamento marxista no âmbito da formação dos historiadores a partir da teoria marxista da história em que “Entendia-se que a infraestrutura determinava a superestrutura e constituía a verdadeira realidade. O que importava eram as relações de produção, as forças produtivas; o resto era superestrutura e, portanto, mera consequência ou reflexo” (RÉMOND, 1994, p. 14). Em outras palavras, as bases econômicas determinavam o político¹⁵, logo este não teria relevância na análise histórica. Conforme se verá mais à frente, a perspectiva de ressignificação da história política trará a possibilidade de novos objetos, novas abordagens e novas fontes.

Em um texto de 1976, o historiador francês Jacques Julliard nos aponta uma série de características afeitas à história política tradicional e que em sua concepção seriam um impeditivo ao desenvolvimento de uma nova prática historiográfica. Vejamos em suas palavras:

“A história política é **psicológica** e ignora os condicionamentos; é **elitista**, talvez **biográfica**, e ignora a sociedade global e as massas que a compõe; é **qualitativa** e ignora as séries; o **seu objetivo é o particular** e, portanto, ignora a comparação; é **narrativa**, e ignora a análise; é **idealista** e ignora o material; é **ideológica** e não tem consciência de sê-lo; é **parcial** e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e **ignora o longo prazo**; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é **uma história factual**.” (JULLIARD, 1976, p.180-181) (grifo nosso)

A partir da crítica dessas características surge o movimento dos *Annales*, contestando a história política tradicional e com uma proposta completamente oposta àquela, o que colocou a história política de lado. Conforme nos propõe Marieta Moraes Ferreira sobre essa questão, “Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social vieram a ocupar lugar fundamental.” (FERREIRA, 1992, p. 265).

¹⁵ Nesse sentido, nos aponta muito bem Jacques Julliard ao dizer que, para a teoria marxista, “um problema político não é mais do que um problema econômico mal colocado.” (JULLIARD, 1976, p. 182);

Neste sentido, há a percepção de um declínio gradativo da história política, dita “tradicional” e a consequente substituição pelas sucessivas gerações da Escola dos *Annales*, sendo que: a primeira geração relegou a segundo plano o político; a segunda geração praticamente extinguiu o político das análises; e a terceira auxiliou na retomada do político na historiografia, apresentando novos objetos, novas fontes e abordagens.

A história política tradicional, nas palavras de Marieta Moraes Ferreira:

reunia, portanto, um **número infindável de defeitos** – era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva e psicologizante – que uma **nova geração de historiadores deseja liquidar**. Era chegada a hora de passar de uma “história dos tronos e dominações para aquela dos povos e das sociedades.” (FERREIRA, 1992, p. 266).

Grandes datas, acontecimentos memoráveis, figuras notáveis levaram a história política a quase sucumbir durante quatro décadas como campo de domínio da pesquisa histórica. No entanto, a dinâmica social e política a partir de 1970 proporcionou uma virada na historiografia, o que possibilitou o que denominamos aqui de “ressignificação da história política”, fenômeno que passaremos a discutir nas linhas finais deste tópico.

O ‘político’ em toda sua dimensão (humana, institucional, estrutural, de relações, etc), objeto precípua da história política, nunca deixou de ser significante e recuperou o entendimento de sua relevância perante as ciências humanas e sociais, como muito bem nos aponta Jacques Julliard:

Ora, hoje em dia, dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia. Existem, nós sabemos, problemas políticos que resistem às modificações da infraestrutura, e que não se confundem com dados culturais que prevalecem num momento dado. No dizer de Paul Ricoeur, a autonomia do político consiste em que o político “torna real uma relação humana irreduzível aos conflitos de classe e às tensões econômicas e sociais da sociedade”. (JULLIARD, 1976, p. 182-183)

Muitos acontecimentos históricos, fatores sociais, políticos e culturais influenciaram nesse processo de ressignificação. Na obra organizada por René Rémond (2003), o autor nos aponta quatro fatores que contribuíram para esse fenômeno: a influência das decisões políticas no destino dos povos e nos rumos da economia, o que afetou a individualidade; o aumento do papel do Estado a partir de sucessivas crises sociais; o desenvolvimento cada vez mais fértil de políticas públicas; e, no âmbito acadêmico, o movimento de ampliação do campo de domínio da história política.

Outra contribuição fundamental para a ressignificação da história política foi, sem

dúvida nenhuma, o impacto causado na historiografia e em outras ciências sociais das ideias do francês Michel Foucault. Douglas Angeli e Rodrigo Simões nos apontam nesse sentido que:

A contribuição de Foucault parte da premissa de que o objeto essencial da política é o “Poder”, e as relações de Poder perpassam todo o seio da sociedade, o poder para Foucault seria “um tipo particular de relações entre indivíduos”. O traço distintivo do poder é que alguns homens podem mais ou menos determinar inteiramente a conduta de outros homens. (ANGELI; SIMÕES, 2012, p.115)

O ambiente no final da década de 1960 e início da década de 1970¹⁶ alargaram o papel da política na sociedade, evidenciando a necessidade de um enfoque no entendimento de que havia surgido novos atores políticos. Henrique Pereira Lima assim nos coloca: “A renovação da História Política, ao longo do século XX, acompanhou movimentações e evoluções da própria sociedade, seja no sentido de movimentos sociais, quando de alteração dos paradigmas historiográficos.” (LIMA, 2012, p. 7).

Jacques Julliard, escrevendo naquele momento, assinala o constante contato e influência das ideias e teorias que estavam sendo gestadas no campo da ciência política¹⁷ e tiveram importante contribuição na gestação da “nova história política”, conforme aponta ao afirmar que “a **renovação da história política** – está sendo feita – em contato com a ciência política (JULLIARD, 1976, p. 184)” (grifo nosso).

Há, nesse contexto, mudanças significativas em curso, que se iniciam no meio social e tem correspondência no meio acadêmico. Na história, as novas abordagens, fontes e objetos incorporados à historiografia por influência da terceira geração dos *Annales*, liderada por Jaques Le Goff e Pierre Norra, fizeram parte também do repertório da “nova história política” conforme nos aponta muito bem Peter Burke:

o **retorno à política na terceira geração** é uma reação contra Braudel e também

¹⁶ Os movimentos contestatórios de cunho político, social e cultural marcaram a década de 1960 e 1970. Conflitos geracionais, movimentos estudantis em ebulição, novas manifestações culturais como os *hippies*, o rock com os Beatles, manifestações contra os conflitos gerados pela Guerra Fria (em especial a Guerra do Vietnã), ações em favor da Paz, novas formas de relações familiares, o feminismo, o clima de divisão entre capitalismo de um lado, representado pelos EUA, seus organismos internacionais e uma política imperialista, e por outro o comunismo, liderado pela União soviética, e tendo ressonância com a revolução cubana que marca o início de uma década de ‘contestações’ em todo mundo.

¹⁷ Um dos principais conceitos que estavam em desenvolvimento naquele momento pela ciência política, era sem dúvida nenhuma o de “cultura política”. A partir da noção de *The Civic Culture* os cientistas políticos norte-americanos Gabriel Almond e Sidnei Verba, foram precursores na definição do conceito de “cultura política”, apreendendo como um “conjunto de percepções, sentimentos e avaliações de uma sociedade capazes de expressarem, de alguma forma, o sistema político dessa sociedade.” (*apud*, CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999). Daí, para Serge Berstein “Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político.” (BERSTEIN, 1999, p. 31).

contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à **redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura**. Está associado também ao que os americanos denominam “**cultura política**”, de ideias e mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à “**micropolítica**”, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas. Em consequência dessas mudanças, a história política está em vias de uma **renovação**. (BURKE, 1997, p. 103) (grifo nosso).

Essa “nova história política” e a leitura do político pelo cultural possuem noções teóricas e metodológicas remodeladas, visões sobre os fenômenos políticos e sociais diferentes da tradicional história política, conforme nos coloca Pierre Rosanvallon:

a **noção do político** transbordou a dimensão institucional do Estado e **passou a incluir o comportamento das massas**, as associações civis, a participação e a cidadania, os meios de comunicação, os padrões culturais, as mentalidades, o imaginário, enfim, o **poder definido principalmente em suas bases sociais e culturais.**” (ROSANVALLON, 1995) (grifo nosso)

Conforme nos aponta Rémond “a história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, linguística, matemática, informática, cartografia e outras de que esqueço.” (RÉMOND, 2010, p. 29). O historiador francês ainda nos coloca que com a consolidação do regime democrático em quase todas as nações do mundo tornou-se difícil imputar à história política o estigma de uma história elitista, destinada a poucos. Nas palavras dele, “A história política não é a história de uma minoria, e sim do destino de quase todos.” (RÉMOND, 1994, p.18).

Por fim, cabe enfatizar que há uma clara consolidação deste novo domínio no campo da historiografia nos dias de hoje. Uma leitura cultural do político, uma nova perspectiva de análise do político pelo cultural, que nos aponta novas direções, novos temas, novas abordagens¹⁸, novos objetos, novas fontes e novos trabalhos.¹⁹

Com toda sua precisão, René Rémond nos aponta do contexto de efetivação da “nova história política” ao dizer que:

não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os

¹⁸ Na obra organizada por René Rémond (2003) temos muito bem colocado essas novas abordagens que podem ser: as eleições; os partidos; a opinião pública; a mídia; os intelectuais; as ideias políticas; etc.

¹⁹ Dentro dessa perspectiva de resignificação da história política temos alguns trabalhos como: GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. ; FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Populismo e sua história** – debate e crítica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. ; CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena** – Propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2009. ; OLIVEIRA, Marcus Vinícius Furtado da Silva. **Em um rabo de foguete: Trauma e Cultura Política em Ferreira Gullar**. Brasília: Contraponto, 2016.

grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as **origens dos comportamentos**, a história política descreveu uma **revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio?** (REMOND, 2010, p. 36) (grifo nosso!)

É nesse contexto de renovação da história política a partir da década de 1960/1970, que a história das relações internacionais também será ‘ressignificada’ rompendo com o velho paradigma da denominada “história diplomática”, antes preocupada apenas com a abordagem dos atos praticados pelos agentes públicos em documentos e tratados (formalidade estatal pura) ou, conforme nos aponta Estevão Martins, “A história diplomática privilegia com isso o caráter jurídico-institucional do ato reduzido a termo formal por estados para valer para eles e entre eles.” (MARTINS, 2012, p.74).

A renovação da historiografia política em parceria com outras ciências sociais, conforme apontado anteriormente, possibilitará a expansão do campo de interesse na história das relações internacionais para além da formalidade estatal, possibilitando o uso da imprensa como fonte para seu estudo, bem como novas formas de abordagens epistemológicas, formando assim um “mosaico interdisciplinar de um campo com ênfases variáveis” (MARTINS, 2012, p. 75). Assim, a história das relações internacionais se desenvolve a partir da apreensão e análise da organização e sequência das relações entre estados e nações no tempo, bem como a contribuição das teorias e métodos historiográficos para lidar com esse sistema.

Segundo Estevão Martins “A análise histórica que se constrói no campo das relações internacionais em particular desde a segunda metade do século XX, visa reconstituir os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem e engendram as circunstâncias em que ações políticas internas e externas – estatais ou não – foram realizadas.” (MARTINS, 2012, p. 75). Nesse sentido, há o deslocamento da ênfase em uma análise puramente centrada nos atores decisórios dos Estados e do sistema internacional, pautado em uma interpretação institucional (oficialismo da história diplomática tradicional), para uma interpretação que considere outros atores e variáveis do processo.

Essa renovação historiográfica da história das relações internacionais será realizada especialmente pelos historiadores franceses a partir da criação em 1935 do Instituto de História das Relações Internacionais Contemporâneas na Sorbonne, que foi dirigido inicialmente por Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle. Citando Amado Luiz Cervo, Estevão Martins nos aponta sobre a renovação historiográfica francesa da história das relações internacionais que

mesmo reconhecendo o papel preponderante dos estados, em particular das grandes potências e dos impérios (Durosolle, 2000), os franceses apreenderam a dimensão social das relações internacionais (Renouvin, 1954) e deram ênfase especial à economia como fator de longo prazo interveniente no jogo das relações internacionais (Girault, 1979). (MARTINS, 2012, p. 82).

No Brasil, esse giro historiográfico na história das relações internacionais irá se manifestar a partir de trabalhos como o de José Honório Rodrigues na década de 1960 em seu livro *Interesse nacional e política externa*, bem como com a criação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais em 1954, que edita desde essa época a *Revista Brasileira de Política Internacional* e ainda nos cursos de graduação e pós-graduação em relações internacionais, que irão incorporar essas mudanças na abordagem temática e analítica da história das relações internacionais.

Percebemos que os processos de resignificação da história política e da história das relações internacionais a partir de 1960, em certa medida, se confundem e possuem similaridade com os eventos fundadores e com as bases epistemológicas formadas a partir da interdisciplinaridade das ciências sociais, inclusive possibilitando o uso da imprensa como fonte para estudo e a abordagem a partir de novos atores, no caso, a imprensa, algo que com a história política e diplomática tradicionais seria impensável.

Feita esta demarcação, do movimento de ‘resignificação’ da história política e sua relação com a história das relações internacionais, passaremos a refletir acerca do uso da imprensa, especialmente a do interior, como fonte para a pesquisa da política externa brasileira, analisando aspectos teóricos-metodológicos sobre o uso e tratamento desta fonte na pesquisa histórica, e por fim apontaremos brevemente o histórico do Jornal *Lavoura e Comércio*, fonte da nossa pesquisa sobre a política externa do governo Jânio Quadros. Vejamos.

1.2 – A Política Externa Independente no Governo Jânio Quadros

A política externa²⁰ “inaugurada” pelo Governo Jânio Quadros foi teorizada ainda

²⁰ Para fins conceituais deste trabalho, tomamos a Política Externa como uma área das relações internacionais que busca expressar os interesses e objetivos do Estado no plano internacional. Nesse sentido Tiago Brum sintetiza muito bem a questão ao afirmar que “Compreendemos as **relações internacionais** como o conjunto de interações interestatais e transnacionais processadas no meio internacional, em que se apresentam articulações e interesses de diversos atores. A **política externa**, por sua vez, representa um dos campos das relações internacionais. Entendemos por política externa “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente, o Estado em relação a outros Estados ou atores externos”.” (BRUM,

nos anos 1960 como uma Política Externa Independente - PEI, trazendo em seu bojo o cumprimento de princípios como: a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a defesa da paz; a neutralidade do país frente ao conflito da Guerra Fria e a bipolaridade mundial estabelecida; a mundialização das relações internacionais do Brasil sem preconceito político-ideológico, entre outras diretrizes. (DANTAS, 1962.).

Estabeleceu-se uma dicotomia entre, de um lado, uma “política interna conservadora” e do outro, uma “política externa progressista”, o que gerou uma forte tensão política criada pela oposição à Política Externa Independente de Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos²¹. Assim, a PEI era apoiada pela oposição ao governo e recebia críticas no interior da base do próprio governo, além dos ataques vindo dos setores conservadores e de grande parte da imprensa.

Figura 1: foto do Chanceler Afonso Arinos.



Fonte: Arquivo do Senado Federal.

Sobre o posicionamento da imprensa acerca dessa dicotomia, que é um dos objetivos da presente investigação, temos a colocação pontual de Clodoaldo Bueno que nos afirma que “Tal dicotomia facilita a compreensão da pressão interna, da imprensa, sobretudo, sobre o executivo. Dividiu-se a opinião nacional, que até então dera pouca atenção aos assuntos internacionais. Política exterior tornou-se assunto popular à época da PEI.” (CERVO; BUENO, 2012, p. 334).

A imprensa, raras vezes foi afeta aos temas de política externa e pouco se ouvia

2008, p. 16). (grifo nosso!). Nesse sentido Estevão Martins nos aponta que “(...) relações internacionais refere-se ao sistema de relações e fluxos, transfronteiriços (políticos, econômicos, culturais, demográficos e militares), materiais ou imateriais, que possam estabelecer-se entre dois ou mais indivíduos, grupos ou coletividades, notadamente os estados.” (MARTINS, 2012, p. 74).

²¹ Jurista e Professor, de família tradicional de Minas Gerais, Afonso Arinos era um dos grandes líderes da União Democrática Nacional (tendo sido deputado federal e Senador), a UDN de Carlos Lacerda, que havia apoiado Jânio Quadros nas eleições de 1960 e compunha seu governo com a indicação de vários ministérios.

notícia sobre o assunto nos jornais. No entanto, conforme muito bem nos aponta Tânia Manzur, no período de desenvolvimento da política externa independente, “O governo Jânio Quadros marcou-se pelo envolvimento crescente da opinião pública nos assuntos internacionais. (...). A forma como o Brasil deveria inserir-se no contexto internacional foi um dos temas mais frequentes na imprensa.” (MANZUR, 2009, p. 67), ainda mesmo na imprensa do interior, como poderemos constatar ao longo do capítulo segundo e terceiro deste trabalho, quando analisarmos nossa fonte de pesquisa, o Jornal *Lavoura e Comércio*.

Nesse sentido, Carlos Alberto Leite Barbosa²², nos aponta que esse panorama de prioridade da imprensa, sobre o tratamento da política externa independente se modificou na gestão de Jânio Quadros, e, segundo ele, “Nas entrevistas coletivas de imprensa no Palácio do Planalto, cerca de 70% das perguntas dos jornalistas referiam-se às questões da política externa.” (BARBOSA, 2007, p.29). Corroborando ainda com essa perspectiva, a pesquisadora Ismara Izepe nos aponta que

Os periódicos não apresentaram interesse permanente pelos temas de política externa, sendo esporádicas as suas atenções nessa esfera. (...) A partir da década de 1960, assuntos relativos a inserção internacional do Brasil foram conquistando mais atenção dos meios de comunicação.” (DE SOUZA, 2018, p. 373-374).

Apesar de não ser o objeto precípua de investigação da presente pesquisa, julgamos importante apontar duas hipóteses que compreendemos plausíveis para explicar essa mudança de percepção e o nível de interesse da imprensa para com a política externa, de forma que possamos compreender, ainda que de maneira parcial, os motivos do aparecimento constante da política externa nas páginas dos jornais.

A primeira hipótese, nos leva a crer, que os reflexos do tensionamento internacional da ordem bipolar da Guerra Fria no cenário interno, provocaram um elevado interesse da imprensa pela nova política externa, que buscava alinhar-se de forma independente, ou seja, nem ao lado capitalista, nem comunista, despertando assim, o interesse da imprensa. Já a segunda hipótese, reside, propriamente no desenrolar das ações empreendidas pela política externa janista e suas repercussões na política interna, o que chamou a atenção dos jornais e levou a esse alto grau de preocupação com o tema.

Apontado, essa breve relação, e estabelecido o sentido da análise da política externa independente a partir da imprensa, especificamente um jornal do interior mineiro, passaremos

²² Carlos Alberto Leite Barbosa à época era um diplomata recém-formado no Instituto Rio Branco, e foi convidado a trabalhar se secretário executivo na Casa Civil, tendo acesso e contato direto com as coletivas de imprensa que eram realizadas, isso o levou a escrever uma obra referência no estudo sobre a política externa janista, intitulada “Desafio Inacabado – A Política Externa de Jânio Quadros”.

neste capítulo, a discorrer sobre as bases principiológicas²³ e discussões historiográficas sobre a PEI, apontando também algumas observações teórico-metodológicas na construção da história da política externa a partir da imprensa, e por fim discorreremos um pouco sobre nossa fonte de investigação, o Jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba, bem como o contexto histórico na qual se insere a presente pesquisa.

1.3 – O governo Jânio Quadros

Jânio da Silva Quadros é um personagem complexo de se compreender e todos os que se colocam a estudar seu governo e o período que o cerca devem levar em conta as ambiguidades de alguns posicionamentos de sua figura caricata, que se portava como um exímio conservador em matéria de moral, costumes e política interna, mas sempre buscava colocar-se como uma liderança do povo, flertando, conforme apontado por alguns autores, com o “tradicional populismo”²⁴ conceituado por Francisco Weffort em sua obra *O populismo na política brasileira*²⁵, fenômeno este, que o próprio Quadros buscava se colocar como um voraz combatente, especialmente o de matriz getulista. Mas então, era Jânio Quadros um político populista?

Buscando responder a essa difícil pergunta, o brasilianista Thomas Skidmore nos aponta que a política desenvolvida por Jânio

oferecia ao indivíduo atomizado do eleitorado urbano a esperança de mudança radical pela força redentora de personalidade de um único líder. (...) Jânio prometia elevar-se *acima* da estrutura partidária convencional, dominada em nível nacional por UDN, PSD e PTB. (...) Ele dirigia seu apelo ao eleitor de classe média e classe

²³ Referimo-nos a base principiológica, um conjunto de princípios constituidores, que estruturaram a política externa independente, dando aos órgãos de estado, as diretrizes de ação prática dessa política, ou seja, é a fundamentação primeira do que seja a política externa independente.

²⁴ A partir de Weffort, podemos apontar como elementos constituidores da categoria de populismo, três bases: 1 – a massificação da população a partir do movimento de proletarianização, desvinculando indivíduos dos seus quadros de origem social, o que gera a formação de massas que se relacionam entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica; 2 – perda de representatividade da classe dirigente; 3 – uma liderança dotada do carisma das massas. Nesse sentido Thiago Brum nos aponta que “Ao longo dos anos 50, entretanto, deu-se a expansão e consolidação de novos setores sociais vinculados à economia urbano-industrial, implicando em uma transformação na estrutura de poder, que formava a base do regime populista. (BRUM, 2008, p. 129). O populismo apontado por Weffort, vai na direção de uma política que envolveu e mobilizou grandes massas, principalmente urbanas, das camadas mais humildes da população, setores operários e pequena burguesia das cidades e do campo, tendo sempre na figura do líder carismático o “esteio de salvação”. O populismo de Weffort, portanto, é um fenômeno que atinge regiões intensificadas pelo processo de urbanização, tendo na relação líder/massa um dos seus principais elementos constituidores. Nesse sentido, Jânio Quadros, político de berço paulista torna-se tão fundamental nas análises de Weffort.

²⁵ Precisamos pontuar que não é objeto de nosso estudo realizar uma discussão aprofundada sobre o conceito de populismo e suas implicações teóricas e críticas, mas apenas apontar para a interpretação dada ao Governo Jânio Quadros, a partir desse conceito, bem como da crítica feita a essa interpretação.

média baixa, para quem seu histórico de administrador honesto e eficiente em São Paulo parecia quase milagroso. (SKIDMORE, 2010, p. 229).

A partir dessa interpretação, Jânio Quadros evocava uma espécie de ‘populismo’ de direita, caracterizando-se como autoritário, personalista e moralista²⁶, o que diferia do ‘populismo’ de Vargas e Goulart, esses mais próximos da classe trabalhadora, aproximando-se de uma política de massas.

Na perspectiva apresentada por Francisco Weffort, o Governo Jânio Quadros, encaixa-se na categoria de populismo, sendo este o depósito das esperanças para as massas populares, que se pautam a partir de mudanças políticas de aspiração pequeno-burguesa. Segundo o cientista social, o populismo “é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa que aparece como a imagem desejada para o Estado. É uma pobre ideologia que revela claramente a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade.” (WEFFORT, 2003, p. 38).

Nesse sentido, a figura de Jânio Quadros e todo o repertório político-eleitoral e também de governo durante sua carreira política, significaram segundo Maria Victória Benevides “não apenas a falência do sistema partidário, **como o populismo levado à sua contradição mais extrema e que se volta contra si próprio.**” (BENEVIDES, 199, p. 9). (grifo nosso).

Segundo Paulo Vizontini, o governo Jânio Quadros, que durou pouco menos de sete meses

pautou-se por um **acentuado conservadorismo interno nos planos político e econômico**, foi marcado pela instabilidade e incerteza permanentes, por um acirrado debate ideológico-partidário e, o que é pior, **o populismo antipopulista do carismático presidente** não se apoiou em nenhum plano consistente para a superação da crise. (VIZENTINI, 1995, p. 210). (grifo nosso!)

Entretanto, não podemos deixar de apontar que o conceito tradicional de populismo, levado a essa interpretação do Governo Quadros, tem sido constantemente revisitado em recentes pesquisas historiográficas e das ciências sociais²⁷, no qual destacamos a obra “O

²⁶ Nesse sentido Francisco Weffort nos aponta que “A ideologia do jânismo exprime, assim, uma mentalidade desencantada que encontra expressão nos ares de ascetismo rigoroso do líder, autoritário, implacável mas supostamente justo. Projeta, de certo modo, apesar do estilo carismático da liderança, a aspiração a um Estado impessoal, abstrato, que os seguidores típicos de Barros de modo algum podem conceber. Daí a intenção de limitação dos privilégios. O moralismo que se expressa em Quadros (...) é substancialmente popular (...).” (WEFFORT, 2003, p. 36).

²⁷ Nas ciências sociais, temos a importante perspectiva apresentada pelo sociólogo Jessé de Souza em sua obra “A elite do atraso”, em que o autor aponta que o que explica o Brasil não é propriamente conceitos como patrimonialismo ou populismo, mas sim a escravidão. Segundo o pesquisador, há um uso dado e estigmatizante do conceito de populismo, onde qualquer coisa que venha das classes populares como falta de instrução, leva a criminalizá-la uma vez que a liga aos líderes populares, buscando explicar todo o quadro político e social a partir

populismo e sua história”, uma série de artigos organizados pelo professor Jorge Ferreira e escritos por historiadores como Daniel Aarão Reis, Lucília Neves de Almeida, Maria Helena Capelato, Ângela de Castro Gomes entre outros.

A categoria de populismo, na visão destes autores, tornou-se uma escora na interpretação do período da história brasileira compreendido entre 1930 e 1964, consolidando-se também no senso comum cotidiano para se denominar ‘populista’ aquele líder de massas que age de má fé, com o intuito de enganar e manipular o povo, consolidando assim o verniz pejorativo desta categoria explicativa.

Inicialmente formulado para explicar porque as massas trabalhadoras sempre apoiaram Vargas e posteriormente as lideranças trabalhistas tributárias de seu legado, o populismo passará como categoria explicativa a denominar líderes e projetos políticos de diferentes matizes²⁸. Eis aí o início da revisão crítica ao conceito.

Como muito bem nos coloca Jorge Ferreira,

Além do desconhecimento das peculiaridades e da anulação de historicidades, projetos políticos que fincaram tradições políticas, e que ainda hoje se manifestam na sociedade brasileira, como o trabalhismo petebista e o liberalismo udenista, dissolvem-se e confundem-se em um mesmo rótulo: tratar-se-ia do “populismo”. (FERREIRA, 2013, p. 11).

A categoria de populismo transmutou-se para o momento posterior a redemocratização e tomou novo fôlego para explicar os movimentos políticos da Terceira República.²⁹ Sua elasticidade foi tamanha que se tornou ‘atemporal’, passando a explicar tudo e ao mesmo tempo quase nada.

Nesse sentido, a historiografia política renovada no Brasil, passou, a partir do fim dos anos 1980, a questionar o uso comum e exacerbado da categoria do populismo para tentar explicar grandes e complexos períodos da história política do país. Nesse ponto, houve a contestação da figura de Jânio e do seu governo, como sendo populista.

E a pergunta é: como políticos filiados ao PTB e vinculados a tradição política do trabalhismo, igualavam-se no mesmo patamar de Jânio Quadros, um político paulista, aliado a

de uma única chave interpretativa.

²⁸ Cria-se assim, a ideia da existência de um “populismo na política brasileira”. Nesse sentido, Jorge Ferreira nos aponta que “(...) personagens de diferentes tradições políticas foram reduzidos a um denominador comum: líderes trabalhistas como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e até mesmo Miguel Arraes perfilaram-se ao lado de políticos regionais paulistas, como Adhemar de Barros e Jânio Quadros; de um general anódino, como Eurico Dutra; de um udenista golpista, como Carlos Lacerda; e de uma figura ainda mal estudada, como Juscelino Kubitschek.” (FERREIRA, 2013, p. 10-11).

²⁹ Nas palavras da historiadora Ângela Castro Gomes, o populismo seria um “gato de sete vidas”. (FERREIRA, 2013, p.122).

uma tradição política da direita-golpista, conservadora nos costumes e que se queria liberal na economia? No entanto, a explicação que surge nessa dimensão do populismo, e afirma que todos os líderes populistas se dirigem ao povo, já não pode ser utilizada, visto que desconsidera as especificidades e contradições de classe contidas nessa perspectiva.

Ainda nessa perspectiva crítica sobre o populismo, não podemos defini-lo como um simples e mero fenômeno de manipulação das massas, visto que sempre que as classes populares se submeteram a classe dominante dirigente, esse processo não foi inteiramente verticalizado ou simétrico, mas houve sim a interlocução entre classe trabalhadora e Estado, havendo assim, concordância e acordo.

Nesse sentido, a perspectiva de interpretação do governo Jânio Quadros, na categoria explicativa de populismo, deve ser relativizada a partir da noção de que o líder não manipula as massas ao bel prazer de sua vontade ou interesse, mas precisa da concordância mútua desta, para executar seu projeto de poder. Ou seja, o poder do Estado, representado e encarnado na figura do governante, nunca é ilimitado, sempre sendo condicionado à vontade do povo que o elegeu, por mais carismática e mobilizadora que seja a figura do líder. Tal perspectiva configura as relações de poder entre classes populares e dominantes, que figuram no polo de comando do Estado, como simétricas, onde ambas mobilizam e negociam seus interesses.

Desta maneira, Jânio Quadros, representará o quadro político e social das classes dirigentes, mas sempre buscando dialogar com setores populares de sustentação para seu governo. Talvez por isso, sua administração residirá em uma flagrante ambiguidade, entre uma política externa progressista e uma política interna de modernização conservadora e moralista, na tentativa de compor interesses, o que parece não ter dado certo, considerando a constante instabilidade e o episódio da renúncia.

Nesse sentido, talvez não haja uma resposta definitiva para caracterizar o governo Jânio Quadros como populista ou não³⁰, e nem é esse o objetivo do nosso trabalho. Mas essa breve indicação das diretrizes da discussão acerca do tema, nos ajudará a compreender o processo que se desenrolou em sua gestão como presidente, olhando sempre para suas especificidades políticas, e das ações que tomou no âmbito interno e externo, muitas vezes como dito anteriormente, contraditórias, ou conservadoras no campo político interno e autonomista no campo da política externa. Visto isso, discutiremos no próximo tópico um pouco do contexto global que caracterizou a Guerra Fria.

³⁰ Nesse sentido Jorge Ferreira nos faz refletir sobre essa questão ao questionar “Mas, afinal, quem são os populistas?”, e buscando responder o historiador afirma que “Populista é sempre o Outro, nunca o mesmo.” (FERREIRA, 2013, p. 124).

1.4 - A Guerra Fria: política externa e política interna

A Guerra Fria é um dos fenômenos mais importantes e polêmicos da história contemporânea. Identificada como um confronto político-ideológico entre capitalismo e socialismo, representado de um lado por Estados Unidos e de outro por União Soviética, fundou-se na luta pelo poder político, econômico e militar entre as duas superpotências mundiais pela dominação mundial, exercendo uma função esterilizadora do pensamento político a partir da camisa de força do maniqueísmo.

Estruturada como um conflito multifacetado, a guerra fria pode ser explicada a luz das transformações que marcaram o “breve século XX”, desde a revolução russa de 1917, passando pela ascensão nazifascista na Europa e o desencadeamento da Segunda Guerra mundial, até o momento de reestruturação da ordem mundial no pós-guerra.

O conflito constituído a partir da disputa bipolar em busca da hegemonia do poder mundial e da influência sobre a ordem internacional impactou não apenas os protagonistas do conflito, mas todas as nações do mundo, seja de forma direta ou indireta, ou seja, a política interna e externa de países da América Latina, África, Ásia, Europa e Oceania seriam afetadas de alguma maneira, especialmente nas disputas políticas internas, que no caso dos países da América Latina desencadearia golpes de Estado, mergulhando os Estados do continente em regimes ditatoriais que durariam em alguns casos mais de duas décadas.

Por outro lado, as políticas externas dessas nações seriam dominadas pela tentativa de ‘assenhoramento’ entre Estados Unidos e União Soviética no condomínio do poder mundial criado a partir da divisão bipolar político-ideológica em 1947. Nesse sentido, durante a duração da guerra fria houve a tentativa constante de conquista de alianças ao espectro político capitalista e comunista por meio da consecução da diplomacia, influenciando sobremaneira a elaboração da política externa de outros países.

A seguir apresentaremos como constituiu-se a divisão do mundo em dois polos políticos-ideológicos de poder, tendo de um lado o bloco capitalista-ocidental sob a liderança norte americana e de outro o bloco socialista com sua cortina de ferro, sob a liderança soviética. Apontaremos ainda como a Guerra Fria repercutiu nas relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina, especialmente a partir da Revolução cubana de 1959. Será discutida também a emergência do denominado Terceiro Mundo no conflito da Guerra Fria a partir do processo de descolonização afro-asiático e da criação do movimento dos países não alinhados em uma tentativa de criar uma terceira via no ambiente de bipolaridade. Por fim, discutiremos os aspectos que permearam o governo Jânio Quadros e os reflexos do

contexto da Guerra Fria na política interna e externa brasileira naquele período.

1.4.1- A bipolaridade mundial: nasce um mundo dividido

A ordem internacional da Guerra Fria tem sua origem no seio da Segunda Guerra mundial a partir das Conferências de Teerã em 1943; Yalta e Potsdam 1945. Nascia ali, na união de EUA, URSS e Grã-Bretanha contra Hitler e o nazi fascismo, a nova coalizão das forças que iriam ditar o ritmo da sociedade internacional dali em diante.³¹

A Conferência de Yalta, realizada em fevereiro de 1945 reuniu Churchill, Roosevelt e Stalin, promovendo um acordo de que os países limítrofes a URSS, ou seja, da Europa Oriental, não deveriam promover governos antissoviéticos. Além disso, reorganizou-se a fronteira soviética³², estabelecendo-se as bases para os novos regimes políticos a serem implantados nos países até então sob a influência alemã.

Já a conferência de Potsdam, realizada entre julho e agosto de 1945, com a presença do novo presidente norte-americano, Harry Truman³³, no geral referendou as decisões de Yalta, sendo também discutida a organização político-administrativa da Alemanha, derrotada na segunda guerra. Decidiu-se por sua divisão em quatro zonas de influência militar sob a ocupação dos vencedores: França, Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha. Naquele momento a União Soviética passava a representar para o bloco anglo-saxão, uma ameaça.

O diplomata George Frost Kennan, lotado na embaixada norte-americana em Moscou, apostava na crença do antagonismo congênito entre capitalismo e socialismo, e de que a União Soviética jamais admitiria atuar na ordem internacional em conjunto com os países capitalistas. Nesse sentido, os EUA deveriam desenvolver uma política de vigilância e contenção das ambições soviéticas de expansão.

Nesse momento as bombas atômicas foram lançadas sobre o Japão, em uma clara demonstração de força dos norte-americanos para com os soviéticos. Os movimentos de libertação nacional explodiram na China, Coreia e sudeste asiático, a esquerda europeia era fortalecida e os nascentes movimentos de descolonização afro-asiáticos cresciam como nunca. Os Estados Unidos passaram a ser os senhores da Nova Ordem mundial endurecendo as

³¹ “As conferências de Yalta e Potsdam reuniram os vencedores da Segunda Guerra Mundial e redefiniram a organização geopolítica do continente europeu. Os três grandes começaram a delinear, nesses encontros, a bipartição do espaço europeu em zonas de influência de antagônicas.” (MAGNOLI, 2012, p. 95).

³² “Um acordo inicial entre os participantes previa a formação de governos de união nacional na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia e Albânia. Tais governos contariam com representantes de todos os partidos antifascistas, mas seriam dirigidos pelos partidos comunistas. Nessas condições Yalta assinalava a constituição de uma esfera de influência soviética.” (MAGNOLI, 2012, p. 95).

³³ Roosevelt havia falecido poucos meses antes.

atitudes com a União Soviética, na tentativa de enfraquecê-la.

Conforme nos assinala Demétrio Magnoli acerca do desenrolar das Conferências do pós-guerra, essas

deflagraram um processo conflituoso, em que se manifestaram as divergências entre as perspectivas dos Três Grandes. A dinâmica desse processo erodiu o projeto roosveltiano dos “Quatro Policiais” e alinhou os Estados Unidos na perspectiva britânica de contrabalançar o poder soviético no Leste Europeu. A Doutrina Truman, enunciada no início de 1947, assinalou a transição para a Guerra Fria. (MAGNOLI, 2012, p. 98).

A partir dessa reordenação geopolítica do espaço europeu e mundial com a constituição de esferas de influências, teremos a formação de blocos político-ideológicos e em certa medida militares, que se darão a partir de acordos políticos, econômicos e militares, de maneira a iniciar a divisão da ordem mundial em dois polos de poder, de um lado sob a liderança dos norte-americanos e do outro dos soviéticos. Vejamos como se formaram cada um desses blocos.

1.4.2- A constituição do bloco ocidental-capitalista

O quadro geral de divisão bipolar e a constituição do bloco ocidental capitalista se dará a partir de diversos acontecimentos, como: a falta de resolução da questão polonesa³⁴; a influência soviética no Leste Europeu; na Alemanha a política de desmilitarização e eliminação total do aparato nazista; na Grécia a repressão britânica contra os comunistas; na Alemanha Oriental as reformas sociais e econômicas soviéticas desagradarão americanos e britânicos; enquanto haverá sérias dificuldades financeiras na Europa Ocidental, que havia sofrido com a guerra e vinha importando vários gêneros dos estados Unidos até o fim de suas reservas monetárias.

Nesse contexto, em 1947, na tentativa de (re) construir um mercado europeu rentável as finanças e ao comércio privado dos Estados Unidos, além da livre influência soviética, os norte-americanos apresentaram planos em três esferas: política com a Doutrina Truman; econômica com o Plano Marshall; e militar com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

³⁴ “No início de 1946, a crise polonesa acirrou-se. O governo provisório, sob hegemonia comunista, anunciou a nacionalização da grande indústria iniciando a implantação de um regime socialista no país.” (MAGNOLI, 2012, p. 99).

Os Estados Unidos irão liderar o bloco dos países ocidentais-capitalistas³⁵ no manejo do mito de que a União Soviética e os países sob seu poder de influência eram uma ameaça aos países do mundo livre, ou seja, as nações ocidentais, enquanto os países socialistas seriam representados no espectro oposto, e classificados como o caminho para o autoritarismo.

Na esfera política, a Doutrina Truman será apresentada a partir do anúncio britânico de que não conseguiria sustentar os governos democráticos de Grécia e Turquia, aliados fundamentais na região do mediterrâneo. Com isso o Presidente norte-americano Harry Truman proferirá um discurso, onde lançará as bases para o ideário que sustentará os Estados Unidos e o bloco ocidental durante a guerra fria. Vejamos um trecho desse importante discurso:

Creio que a política dos Estados Unidos deve consistir dos Estados unidos deve consistir em apoiar os povos que estão lutando contra tentativas de subjugamento por parte de minorias armadas ou de pressões externas. Creio que devemos ajudar os povos livres a desenvolver seu destino à sua maneira. (MAGNOLI, 2012, p. 101)

A defesa dos povos livres contra o terror e a opressão significava a contenção do expansionismo soviético sob outras esferas de influência. A alternativa no multilateralismo econômico para tirar os EUA da crise do pós-guerra, e a política industrial e financeira norte-americana se associava a luta do anticomunismo, na busca pela hegemonia do poder mundial de forma que

A formulação de doutrinas políticas para a contenção dos soviéticos na esfera global, os planos econômicos de reconstrução das áreas atingidas pela guerra mundial e consideradas vulneráveis à influência soviética, assim como a constituição de uma grande aliança militar ocidental, foram, assim partes constitutivas de um único objetivo dos Estados Unidos. (SARAIVA, 2017, p. 200).

A Doutrina Truman criada em 1947, conforme visto, fundamentava-se na ótica de liderança dos norte-americanos na luta contra o comunismo, asseverando que se o país fracassasse, a paz e a segurança nacional estariam ameaçadas. A ideia para conter o avanço do comunismo, era que os Estados Unidos deveriam fornecer auxílio financeiro e/ou militar aos povos livres que fossem ameaçados pela agressão totalitária dos países “vermelhos”.

Grécia e a Turquia foram os primeiros a receber ajuda direta dos norte-americanos, que deram apoio e sustentação a seus governos. Estabeleceu-se assim, uma cruzada do

³⁵ Os EUA eram os senhores da Nova Ordem mundial naquele momento. “A *Pax Americana* caracterizou-se, nesse sentido, e por longo tempo, como o monopólio dos EUA em termos de decisões estratégicas.” (FILHO REIS, 2002, p. 15).

“mundo livre” contra seu principal inimigo, o comunismo³⁶, aquela liderada e guiada pelos Estados Unidos, que exerciam a liderança do bloco ocidental-capitalista.

Outro importante plano dos Estados Unidos para fortalecer e aproximar os países do bloco ocidental aconteceu na esfera econômica, sendo denominado de Plano Marshall³⁷. Logo após a segunda guerra, a Europa enfrentou uma situação de ruína econômica iminente. A crise social era profunda em virtude da baixa de divisas para importar produtos manufaturados e a fome e o desemprego uma realidade que batia a porta.

Criado exclusivamente para financiar a reconstrução da Europa, o Plano Marshall concedia empréstimo a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos Estados Unidos e financiassem a produção agrícola europeia. O plano privilegiava o lado ocidental da Europa em detrimento do lado Oriental, sob a influência da União Soviética, aprofundando assim a divisão e resistência a hegemonia norte-americana.

O programa, apesar de objetivar o impacto na esfera econômica das nações beneficiadas, possuía forte caráter estratégico e geopolítico, abrangendo cerca de 16 países, tendo sido fornecido 17 bilhões de dólares de ajuda para a reconstrução econômica e social da Europa Ocidental e livre.

O geógrafo e especialista em política e geopolítica internacional, Demétrio Magnoli nos afirma em seus estudos sobre o tema que

A ruína econômica refletia-se no espalho da política. Os partidos conservadores conheciam profundo desgaste enquanto os trabalhadores e desempregados voltavam-se para a esquerda. (...) **O Plano Marshall representou a resposta americana à crise europeia.** Apresentado em junho de 1947, concentrava-se na resolução do problema da carência de dólar, que emperrava a reconstrução econômica. (...) No Plano Marshall encontra-se a origem do Ocidente da Guerra Fria. O programa de financiamento americano da reconstrução europeia tornou-se o principal instrumento da Doutrina Truman. Entre 1948 e 1952, o Plano forneceu o impulso para a reconstrução europeia e, nesse passo, proporcionou as condições para a estabilização política e institucional dos Estados da Europa ocidental. (MAGNOLI, 2012, p. 102). (grifo nosso).

A terceira ação empreendida pelos norte-americanos com o objetivo de conformar o bloco ocidental-capitalista, criando uma rede de proteção militar e ajuda mútua entre as nações que compunham o grupo, foi a criação em 1949 da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, instituição existente até os dias de hoje.

A OTAN representou o desdobramento militar da liderança ocidental norte-

³⁶ “Ao manipular a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial.” (FILHO REIS, 2002, p. 20).

³⁷ O Plano foi batizado em referência ao nome do então secretário de Estados norte-americano, George Marshall.

americana no contexto da guerra fria. Representava ainda, uma expressão estratégica da febre anticomunista, reunida em um pacto de defesa contra possíveis agressões militares da União soviética e seus países satélites, constituindo-se assim como um escudo atômico sobre a Europa Ocidental.

Desse modo, o principal objetivo da OTAN era a defesa coletiva das liberdades democráticas dos países capitalistas-ocidentais e a expansão dos objetivos desses na guerra fria, para todo o mundo. É importante pontuar, que a organização surge logo após o lançamento da primeira bomba atômica detonada pelos soviéticos em julho de 1949, de modo que, a OTAN nasce como uma forma dos EUA tentar equilibrar o cenário estratégico europeu e contrapor o avanço do desenvolvimento nuclear soviético.

Nesse sentido, Demétrio Magnoli nos aponta que o acordo de defesa firmado entre os países membro da OTAN seria acionado quando houvesse segundo Demétrio Magnoli

um eventual ataque militar a qualquer membro da aliança como um ataque a *todos* os seus membros, e firmava um compromisso de reação conjunta e automática. (...). Um ataque convencional soviético na Europa Ocidental deflagraria uma resposta nuclear americana contra a União Soviética. (MAGNOLI, 2012, p. 112).

Dessa maneira, os países do bloco ocidental-capitalista constituíram um sistema de defesa conjunto, contra possíveis ameaças militares dos seus inimigos comunistas. Já no âmbito interno, os Estados Unidos criaram leis e instituições de combate ao comunismo, institucionalizando a guerra fria no contexto interno norte-americano. Foram criados a *Central Intelligence Agency* - CIA³⁸, o Conselho de Segurança Nacional e aprovada a Lei de Segurança Nacional.

Tais mecanismos serviram especialmente para evitar a expansão e conter as ideologias e influências inimigas. A CIA, por exemplo, atuou em ações clandestinas e de inteligência com objetivo de levantar informações que pudesse auxiliar na cruzada para derrotar o comunismo e conter o avanço soviético.

Ainda no campo europeu, os países ocidentais tentavam criar uma Berlim modelo, como forma de contrapor os problemas do mundo comunista, simbolicamente representados pela Berlim Oriental, sob administração soviética. A URSS então resolve fazer um bloqueio a cidade, causando a denominada “Crise de Berlim”.

Os Estados Unidos utilizaram-se do episódio em Berlim e do Golpe de Praga³⁹, como

³⁸ Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América.

³⁹ O episódio ocorreu em 1948, quando o Partido Comunista da Tchecoslováquia, com o auxílio da União Soviética, tomou o poder, instaurando um regime comunista que perduraria por mais de quarenta anos.

instrumentos de propaganda antissoviética perante a opinião pública ocidental, o que gerou uma expansão da oposição ao comunismo e a União Soviética, por países da Escandinávia e pela esquerda-liberal europeia, aumentando ainda mais a tensão da guerra fria.

A União Soviética reagiu e estreitou o controle político-econômico sobre a região de sua área de influência, com o objetivo de garantir a defesa de seus domínios. No plano interno foi iniciado um programa atômico de desenvolvimento da bomba nuclear, na aviação de caça, na ampliação do poder militar terrestre do país.

A partir de 1949 a guerra fria se intensificou, e a União Soviética em resposta a Doutrina Truman, ao Plano Marshall, a OTAN e a todas as investidas norte-americanas e dos países do bloco capitalista-ocidental, responderá na mesma moeda, criando planos e programas que buscassem contrapor toda a estratégia política, militar e econômica das nações ocidentais na tentativa de enfraquecer os países do que será denominado bloco socialista ou “cortina de ferro” sob a liderança dos soviéticos. Vejamos a seguir como se constituiu o bloco socialista e o contraponto empreendido por estes países ao bloco ocidental.

1.4.3- O bloco socialista: a formação da cortina de ferro

A União Soviética saiu da segunda guerra economicamente arrasada, mas com grande prestígio político e militar, afinal fora um fator decisivo na derrocada do nazifascismo. Assim como os Estados Unidos fizeram com o bloco capitalista, os soviéticos irão liderar a constituição do bloco socialista e se contrapor ao ocidente, emergindo como uma alternativa ao capitalismo, como nunca antes desde a ascensão bolchevique na Revolução de 1917.

Em estudo sobre a expansão e o apogeu do mundo socialista, o historiador Daniel Aarão Reis, nos aponta três fases de constituição do bloco socialista no pós-segunda guerra, são elas: 1º - expansão e supremacia (1945-1954); 2º apogeu e crises (1954-1975); 3º socialismo desenvolvido (1975-1985). Em relação à segunda fase o pesquisador nos aponta que “o socialismo constituía-se numa realidade incontornável do ponto de vista da dinâmica das relações internacionais.” (FILHO REIS, 2002, p. 14), de modo que o ideário socialista ultrapassou as fronteiras soviéticas e espalhou-se para países do leste europeu, Ásia, chegando até mesmo, à América Latina, quintal dos Estados Unidos, com a Revolução cubana em 1959.

Durante a crise de Berlim aprofundou-se o processo de transformação dos países do Leste Europeu sob influência soviética em um bloco de países-satélites, sendo ocupados por tropas soviéticas, tendo partidos únicos e subordinados as diretrizes de Moscou. Deu-se então, a expansão do regime socialista a partir dos países do leste europeu, como: Letônia, Estônia e

Lituânia, Romênia e da Europa central, como: Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Romênia, Albânia, Bulgária e Iugoslávia, constituindo um bloco único e rígido, submetido a Moscou.

Já na Ásia, haverá revoluções armadas realizadas por camponeses em países como: China, Vietnã, Coréia, Indonésia, Birmânia, Malásia e Filipinas. A “Internacional comunista asiática” irá desenvolver a luta nacional de forma radical, propondo libertar as nações asiáticas de qualquer tipo de colonialismo, instituindo novas bases de governo, sob a liderança dos camponeses. Haverá com isso, a formação alianças mais amplas, incluído a burguesia e pequena burguesia urbana, para conduzir esses países a revolução via luta armada tomando o poder por meio de exércitos guerrilheiros que cercariam os centros urbanos.

O primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, em celebre discurso proferido em março de 1946 nos Estados Unidos, apontou que descia uma “cortina de ferro” sobre a Europa, apontando para a divisão do continente em dois blocos. Do lado ocidental (oeste), os países capitalistas, aliados dos norte-americanos e que faziam parte do ‘mundo livre’, e no leste europeu, os países socialistas, sob influência soviética. O que Churchill não previu, é que sobre a Ásia, desceria uma espécie de “cortina de bambu” que dividiria o continente e aprofundaria ainda mais a divisão bipolar da Guerra Fria.

Assim como o bloco capitalista-ocidental formou-se a partir de eventos sucessivos e graduais, que fortaleceu e uniu os países em torno da luta anticomunista, o bloco socialista também se constituiu a partir da união gradual dos países aderentes ao ideário do socialismo, em busca de contrapor o capitalismo como sistema econômico.

Um dos episódios que desencadeará a busca pelo fortalecimento de um bloco de países socialistas, será a reabilitação da Alemanha ocidental, que foi vista pelos soviéticos com desconfiança. Além disso, o investimento maciço de capitais norte-americanos no leste europeu, enfraqueceram os governos comunistas e aumentavam a influência dos Estados Unidos na região.

As reações da URSS foram lentas e não acompanharam as ações americanas de forma iminente. Segundo o internacionalista José Flávio Saraiva “A saída encontrada pelos soviéticos foi o reinício do processo de militarização das fronteiras, o recrudescimento da política de espaços na Europa Oriental e o aceleração do projeto de desenvolvimento da bomba atômica.” (SARAIVA, 2017, p. 204).

Em 1950 a União Soviética já possuía um efetivo militar de mais de 6 milhões de soldados, o dobro do início da Guerra Fria. Em 1949 a bomba atômica ficou pronta e mais armas convencionais estavam sendo produzidas. Houve o aceleração da “sovietização” da

Europa Oriental, ampliando os espaços de influência a leste da Europa, de forma a buscar o equilíbrio do poder mundial com os Estados Unidos.

Ainda no processo de constituição do bloco socialista, teremos ações voltadas para a esfera política, com a criação do Kominform, um equivalente da Doutrina Truman; na esfera militar, com a constituição do Pacto de Varsóvia⁴⁰, uma espécie de OTAN dos países socialistas⁴¹; e na esfera econômica com a Comecon, um contraponto ao Plano Marshall, já que os soviéticos se recusaram a aderir a este.

O Kominform, criado em 1947, consistiu em uma união dos partidos comunistas de vários países, servindo como instrumento político de propagação da revolução comunista no mundo, e do controle ideológico dos partidos comunistas do leste europeu. A proposta soviética com a criação do Kominform, era além de criar um meio institucional de controle sobre os partidos comunistas da Europa oriental e tentar unificar o processo revolucionário em outras partes do mundo, objetivava também contrapor a Doutrina Truman, criando um elo de ligação entre todos os países que aderissem ao socialismo.

Em 1949 a guerra fria se intensificou, e a União Soviética em resposta ao Plano Marshall, e em virtude de sua recusa de aderir a este, lançou a Comecon, integrando os planos de desenvolvimento e lançando base para um mercado comum dos países socialistas, que pudesse fortalecer a economia das nações do bloco, investindo na ampliação de produtos e de seus mercados consumidores, propiciando assim um maior desenvolvimento e consequentemente conformando a adesão e confiança dos países membros ao projeto socialista soviético.

Outra importante instituição criada como forma de fortalecer e dar maior coesão ao bloco dos países socialista, será o Pacto de Varsóvia. Criado em 1955, consistia em um pacto militar entre a União Soviética e os países do leste europeu, buscando um contraponto a Organização do Tratado do Atlântico Norte, na proteção dos países comunistas ou sob influência soviética da Europa Oriental.

Segundo Demétrio Magnoli, o Pacto de Varsóvia “não foi concebido como organização de segurança coletiva (...). A aliança estruturada por Moscou estava voltada para a estabilização interna do bloco de países-satélites, não para a defesa em face de uma ameaça externa.” (MAGNOLI, 2012, p. 112). Ou seja, o Pacto de Varsóvia, apesar de visar contrapor

⁴⁰ O Pacto de Varsóvia, reuniu União Soviética, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental.

⁴¹ “Os sistemas antagônicos de alianças militares cimentaram a divisão do continente em blocos geopolíticos rivais e consolidaram a fronteira estratégica que, durante a Guerra Fria, separou Ocidental da Europa Oriental.” (MAGNOLI, 2012, p. 111).

a OTAN, diferentemente desta, tinha mais interesse em criar um ambiente de estabilidade no interior do bloco socialista, do que propriamente em servir de frente de defesa dos países membros do bloco.

A partir dos anos 1950, a União Soviética passa a desenvolver uma política de âmbito mundial, recuperando seu crescimento, atingindo o equilíbrio nuclear com os Estados Unidos ao desenvolver as bombas atômicas, e ultrapassando os norte-americanos na corrida espacial, ao lançar o primeiro satélite artificial, o Sputnik, em 1957, bem como colocar o primeiro homem na órbita da Lua, Yuri Gagarin. Os soviéticos também iniciaram programas de ajuda econômica ao terceiro mundo, o que acarretará grande preocupação aos Estados Unidos.

A regra era a criação de um bloco sem falhas e nem fissuras, uma espécie de monólito coeso em torno da União Soviética. No entanto, houve algumas exceções. Em 1949 é proclamada a República Popular da China, transformando a nação asiática em comunista. Aparentemente nascia mais um país que se aliaria ao bloco socialista sob a esfera de influência dos soviéticos. Mas o processo revolucionário chinês por si só foi diferente do soviético⁴², criando desde o início uma fissura, que desencadearia o ‘cisma sino-soviético’, com profundas, e muitas vezes antagônicas formas de atuação de China e União Soviética no cenário da luta pela hegemonia do poder mundial.

Demétrio Magnoli nos aponta bem para esse fenômeno do “cisma sino-soviético” ao afirmar que

A Revolução Chinesa, um movimento nacional e popular que se desenrolou por mais de duas décadas, **gerou um Estado socialista autônomo diante da União Soviética**. O poderio geopolítico desse Estado – expresso na demografia, na extensão territorial e na base de recursos econômicos – **representou um desafio estratégico para Moscou. O cisma Sino-Soviético tornou-se público em julho de 1960, quando a União Soviética rompeu o programa de cooperação militar bilateral, suspendendo a assistência financeira e retirando todos os assessores técnicos que trabalhavam na China.**” (MAGNOLI, 2012, p. 119-120). (grifo nosso!).

Outro problema enfrentado pelos soviéticos em relação a sua relativa perda de influência será as dificuldades na manutenção da presença soviética em alguns países da cortina de ferro, especialmente no que diz respeito a Iugoslávia e seu socialismo autogestionário, bem como as dificuldades enfrentadas na Tchecoslováquia, Hungria e Polônia. O modelo unívoco do comunismo soviético (monolitismo) teve que ceder e garantir certa autonomia política e econômica há alguns países, como forma de mantê-los sobre seu braço

⁴² “A China de Mao apresentava-se como centro autônomo de poder em meio à ordem bipolar vigente, contestando o congelamento nuclear em mãos das duas superpotências.” (SARAIVA, 2012, p. 229).

de influência na luta pela hegemonia do condomínio do poder mundial. Ainda, segundo José Flávio Saraiva, “A Europa do Leste iniciou a ebulição política contra o sistema imperial soviético. A crise de lealdade dos partidos comunistas da região iniciou-se logo depois da morte de Stálin.” (SARAIVA, 2012, p. 227).

Os regimes socialistas enfrentaram crises, que deram causa a deflagração de guerras civis, como na Coreia e Vietnã, possibilitando a participação direta dos Estados Unidos. A deflagração da Guerra da Coreia será o ponto de inflexão da Guerra Fria, o que simboliza de vez a divisão do mundo em dois polos de poder e espectros ideológicos.

A Guerra da Coreia durou de 1950 a 1953 e foi o palco onde as duas superpotências tentaram mostrar todo seu poder no condomínio mundial, especialmente militar, mas também de implementação de um modelo econômico sustentável e próspero. Irá se estabelecer então, a nova configuração condominial coreana, com a divisão do país, em Norte comunista e sob a influência soviética e chinesa, e Sul capitalista sob influência norte-americana e japonesa.

Nesse sentido, Flávio Saraiva nos aponta que “As duas Coreias ficaram como um monumento dos anos da guerra fria. A do norte alcançou a reconstrução dentro dos quadros do socialismo, e a do Sul, recebeu forte injeção de capital para desenvolver o modelo dirigista de industrialização liderado por militares pró-americanos.” (SARAIVA, 2017, p. 211).

Constituído o bloco socialista em contra ponto ao bloco capitalista-ocidental, ainda que com suas incongruências internas, a tensão de bipolaridade da Guerra Fria, irá se transplantar para a América Latina no final da década de 1950, especificamente com a deflagração da Revolução Cubana em 1959, e o que antes era considerado pelos Estados Unidos como seu quintal e, portanto, um aliado natural no conflito estabelecido, passará a ser motivo constante de preocupação dos norte-americanos, mudando completamente as relações hemisféricas entre a América do Norte e os latino-americanos.

Analisado o contexto interno e externo do surgimento da PEI, passaremos a discutir os fundamentos da política externa inaugurada por Jânio Quadros a partir de 1961 e que perduraria até o golpe de 1964.

1.5 – Em busca da autonomia e do desenvolvimento: a política externa brasileira em tempos de Guerra Fria

Na primeira metade do século XX, o Brasil teve como base de sua política externa sua inserção hemisférica e o estreitamento das relações com os Estados Unidos. Em 1930 com a ascensão de Vargas ao poder, tem início uma nova fase da política exterior e do

desenvolvimento econômico-social do Brasil. De 1930 a 1945 a diplomacia brasileira voltou-se ao nascente processo de Industrialização por Substituição de Importação – ISI.⁴³ Vargas pretendia diversificar a pauta de exportações brasileiras, modernizar as forças armadas, construir indústrias de base.

Nesse período, aproveitando-se da situação de formação de alianças diplomáticas e preparação militar para a guerra, Vargas inaugurou um novo estilo de diplomacia, “o da barganha nacionalista a serviço de um projeto nacional de modernização econômica e político-institucional.” (VIZENTINI, 2009, p. 12). Houve então a construção de uma autonomia na dependência, ou seja, uma relativa autonomia decisória, com uma equidistância pragmática em relação às grandes potências, especialmente os Estados Unidos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, no entanto, a conjuntura interna do Brasil era diferente, e o espaço internacional de negociação dificultava a ação externa brasileira. O governo Dutra, optou por adotar um alinhamento automático e incondicional com o líder capitalista-ocidental, os EUA, desenvolvendo internamente políticas econômicas liberais, e externamente rompendo relações diplomáticas com a União Soviética e colocando o partido comunista brasileiro na ilegalidade.

Já a partir do segundo governo Vargas, há uma negociação das posições brasileiras para um alinhamento as propostas norte-americanas em troca de apoio ao projeto de industrialização do Brasil. Inicia-se assim, um novo tipo de relacionamento do Brasil com os EUA no contexto da guerra fria, sendo que a aliança entre os dois países não mais resultaria de um alinhamento automático. No plano interno, Vargas busca alinhar o projeto de desenvolvimento dando a este um caráter nacionalista.⁴⁴

Alguns autores, como Paulo Vinentini denominam essa postura adotada por Vargas, de barganha nacionalista, ou seja, um apoio do Brasil aos Estados Unidos no plano político-estratégico da Guerra Fria em troca de ajuda para o desenvolvimento econômico do país, com o fornecimento de capital e tecnologia, pautando-se por um projeto de desenvolvimento industrial através da política de ISI e o crescimento da indústria de base.

Com a morte de Vargas, Café Filho assume e mantém a política externa alinhada aos interesses norte-americanos, retornando ao alinhamento automático de Dutra, medida que se

⁴³ Essa política de industrialização, buscava incentivar a produção industrial do país por meio da diminuição dos produtos manufaturados importados, procurando dar condições e estímulos para a indústria nacional, ou seja, deixava-se de comprar fora, para se produzir internamente.

⁴⁴ Segundo nos aponta Paulo Vinentini “A noção de nacionalismo desempenhou um papel fundamental como fator de mobilização e coesão política interna, necessária, à estabilidade do projeto desenvolvimentista. Por isso, significou o início de uma nova fase da política externa brasileira, que conheceu seu amadurecimento com a Política Externa Independente.” (VIZENTINI, 2013, p. 205).

dará também nos dois primeiros anos do mandato de JK. Posteriormente, essa postura de Juscelino será rompida com a Operação Pan-americana (OPA) e o desentendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) por recusar a política ortodoxa de estabilização, proposta pela instituição.

A barganha nacionalista dos anos 1950, que marcou o segundo governo Vargas e a segunda metade do governo JK, com sua Operação Pan-americana (OPA), preparou o caminho para a PEI. Alguns autores, como Paulo Vizentini, defendem que há diferenças entre o nacional-desenvolvimentismo de Vargas, o desenvolvimentismo-associado de JK e a PEI de Jânio e Jango, no entanto, ambas as políticas buscavam uma maior autonomia do Brasil frente aos Estados Unidos, por meio da multilateralização das relações internacionais brasileiras.

Nesse sentido, a política externa do governo Jânio Quadros, aparece como um instrumento da política de desenvolvimento econômico proposta pelo governo. Segundo Ismara Izepe “A Política Externa Independente, lançada pelo presidente Jânio Quadros em 1961, baseou-se na ideia de que as ações do Brasil no cenário internacional deveriam ser encaminhadas a partir dos princípios de autonomia e universalização” (DE SOUZA, 2018, p. 369).

Dessa maneira alterou-se a forma de atuação da chancelaria brasileira conforme muito bem nos aponta Thiago Brum, ao afirmar que

A política externa começou a ganhar destaque como meio para a consecução dos interesses brasileiros, que passavam necessariamente pela questão do desenvolvimento industrial. A esta prática diplomática – que utiliza a atuação externa como instrumento auxiliar no projeto desenvolvimentista – Rubens Ricupero denominou *diplomacia de desenvolvimento*. (BRUM, 2008, p. 10).

Essa nova maneira de planejar e implementar a política externa brasileira será identificada como uma forma de superar o subdesenvolvimento brasileiro e romper com os obstáculos do desenvolvimento. Nesse sentido, as ações da Política Externa Independente, gestada no governo Jânio Quadros, com o auxílio de Afonso Arinos, serão implementadas com o objetivo de ampliar o escopo das relações brasileiras com outros países, seja no nível comercial e/ou diplomático.

Com o objetivo de cumprir essa nova diretriz, várias ações foram tomadas. Em 10 de março de 1961, houve a criação no âmbito do MRE, do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil (Sepro), além disso, intensificou-se o aperfeiçoamento dos quadros do Itamaraty e também se criou novas divisões para ampliar os contatos comerciais do país. Observa-se ainda, a tentativa de reatamento das relações comerciais e diplomáticas com a

União Soviética, e o estabelecimento de relações com países socialistas do Leste Europeu e a China Popular.

Em relação ao Leste Europeu, foram reestabelecidas relações com a Hungria e Romênia em 31 de março de 1961, rompidas desde a Segunda Guerra, e se iniciou relações diplomáticas com a Bulgária e Albânia. Houve ainda, a assinatura de acordos comerciais com Alemanha Oriental, Polônia e Tchecoslováquia. Além disso, foi enviada uma Missão Especial à Europa Oriental, chefiada pelo embaixador João Dantas, que entre abril e junho de 1961 assinou acordos de cooperação cultural e científica, bem como comercial, com Bulgária, Hungria, Romênia, Albânia, Polônia e Tchecoslováquia, iniciando também negociações comerciais com Alemanha Oriental, Áustria e Itália.⁴⁵

No que se refere à União Soviética, o processo de aproximação foi gradual e constante. Em 11 de março, foram desfeitas as relações com Lituânia, Letônia e Estônia, que haviam sido incorporadas à União Soviética e não mais gozavam de independência para dispor de relações diplomáticas com o Brasil. Em maio, foi enviada uma Delegação Comercial a Moscou, com representantes de vários órgãos do governo. Na ocasião, houve a assinatura de acordos comerciais e o estabelecimento de delegações comerciais permanentes entre Moscou e o Rio de Janeiro. Em julho, veio ao Brasil uma Missão Soviética de Boa-vontade, integrada por parlamentares e agentes públicos soviéticos, sendo recebida por Jânio e seu *staff*. O cosmonauta russo e primeiro homem a ser lançado ao espaço, Iuri Gagarin, visitou o Brasil, sendo condecorado pelo presidente. Já em 25 de julho, Jânio enviou memorando a Afonso Arinos, solicitando que fossem tomadas as providências para o reatamento das relações com o país comunista. Quadros argumentava que o comércio com os soviéticos era necessário para o Brasil, e que a economia soviética possuía melhores potencialidades para cooperação em longo prazo que outras regiões.

Em agosto de 1961, pouco antes da renúncia de Jânio, foi enviado à República Popular da China e a região asiática, uma missão comercial, liderada pelo vice-presidente João Goulart e integrada por políticos, diplomatas e empresários brasileiros. Na oportunidade foram assinados importantes acordos comerciais com o governo chinês e outros países asiáticos.

Segundo Paulo Vizontini “O perfil das relações comerciais do Brasil com os países socialistas era, com respeito à URSS e Leste Europeu, o mesmo que com os países capitalistas

⁴⁵ Dados da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – Cacex, mostram que as exportações brasileiras para o Leste Europeu atingiram 87,3 milhões de dólares em 1961, ante a 45,1 milhões em 1958.

industriais, ou seja, matérias-primas e artigos alimentares bem industriais de capital.” (VIZENTINI, 1995, p. 215). No entanto, no computo final as relações de comércio seriam mais favoráveis ao Brasil e, além disso, o campo socialista podia fornecer trigo, petróleo e minerais estratégicos, além de empréstimos facilitados para o país.

O projeto da política externa janista estava pautado na diversificação mais ativa das relações assimétricas, abrindo portas à Europa, Japão e aos países socialistas e uma maior aproximação nas relações simétricas, especialmente com África e América Latina, constituindo assim um projeto político, a partir de uma concepção intelectual que buscava a mundialização das relações internacionais do Brasil e a ampliação de nossas relações exteriores com objetivos comerciais.

Nesse sentido, é que a política externa “inaugurada” por Jânio Quadros é teorizada ainda nos anos 1960, por San Tiago Dantas⁴⁶, como uma Política Externa Independente - PEI. Passaremos agora a discorrer sobre a base principiológica da PEI, analisando como esta se estruturou teoricamente.

1. 6 - Bases e princípios da Política Externa Independente

A Política Externa Independente pode ser dividida em três fases⁴⁷, sem, no entanto, suas bases principiológicas sofrerem alterações significativas. São elas: 1ª – compreende o governo Jânio Quadros, apoiando-se em uma espécie de ‘neutralismo temperado’; 2ª – vai de setembro de 1961 a fins de 1962, dando continuidade e se aprofundando nas ações iniciadas no governo Jânio, com a intensificação da crise interna e a polarização ideológica; 3ª – vai de 1963 até o golpe em 1964, e é influenciada pelo Chanceler Araújo Castro, buscando precipuamente o desenvolvimento.

Segundo Paulo Vizontini, a PEI “como ideologia, surgiu a partir de um conjunto de princípios e atitudes independentes durante a gestão Jânio Quadros/Afonso Arinos. (...) O termo Política Externa Independente foi cunhado por San Tiago Dantas, que sistematizou seus princípios e aprofundou seu conteúdo.” (VIZENTINI, 2009, p. 130-131). A PEI, nesse

⁴⁶ Francisco Clementino San Tiago Dantas, nasceu no Rio de Janeiro em 1911. Era advogado, jurista e Professor da Faculdade Nacional de Direito. Foi Deputado Federal por dois mandatos pelo PTB de Minas Gerais, embaixador do Brasil nas Nações Unidas durante o governo de Jânio Quadros, e Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no Governo de João Goulart. Na oportunidade em que foi Chanceler, deu continuidade a PEI, e sistematizou intelectualmente a mesma, em sua obra “Política Externa Independente”. San Tiago Dantas, como era conhecido, também foi jornalista e dono do Jornal do *Commercio* no Rio de Janeiro, sendo um brilhante intelectual e orador. Faleceu no Rio de Janeiro em setembro de 1964.

⁴⁷ Essa divisão é apontada a partir dos estudos do historiador Paulo Vizontini sobre a política externa independente e a relação desta com a política nacional-desenvolvimentista.

sentido, constituía em um conjunto de ideias, advindas do modelo nacional-desenvolvimentista-populista que marcou o período de sua formulação.

Esta “nova” maneira de pensar a política externa brasileira seria marcada pela defesa dos direitos brasileiros sem alinhamentos políticos-ideológicos com os polos de poder da guerra fria, estando em função de uma política nacional de desenvolvimento para a ampliação dos mercados brasileiros independente de preocupações de cunho ideológico.

Dessa maneira, a PEI seria uma política externa sem compromissos, não se alinhando com os Estados Unidos de forma automática e incondicional, tendo como objetivo primordial a obtenção de vantagens dentro do quadro da bipolaridade, e na busca pelo direito de autodeterminação, dos interesses econômicos nacionais e da liberdade de movimento na cena internacional. Assim, a implementação dessa nova perspectiva das relações internacionais do Brasil foi, segundo Vizontini, uma “resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores ou a modificação do caráter de alguns, cujas necessidades e anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes.” (VIZENTINI, 2013, p. 210-211).

Em mensagem de Jânio Quadros ao Congresso Nacional em março de 1961, o presidente aponta para o ‘independentismo’ e o papel crucial que a política exterior brasileira passaria a ter na busca do desenvolvimento do país, na superação da pobreza e no alcance da justiça social. Nesse sentido, Tânia Manzur nos aponta que “Como diretriz sistemática, portanto, a PEI foi conceitual e estruturalmente para favorecer a independência política do Brasil e o desenvolvimento nacional.” (MANZUR, 2014, p. 181). Dessa forma, se pautou pelo independentismo, universalismo, desenvolvimentismo, preservação da paz, não intervenção, autodeterminação dos povos, fortalecimento do mercado externo e apoio a emancipação dos territórios não autônomos.

O conceito de autonomia ou o independentismo formulado a partir da PEI, corresponde a uma perspectiva de não enquadramento às diretrizes ideológicas da Guerra Fria, ou seja, o não alinhamento com os blocos que integravam o espectro da bipolaridade, conforme salientado por San Tiago Dantas ao afirmar que “a independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva aos interesses de um bloco nem de outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança ou já decidida por determinadas afinidades políticas.” (BARBOSA, 2007, p. 90-91). Uma das formas de se alcançar essa autonomia, era afastar-se do campo hegemônico, buscando universalizar as relações do Brasil, ou seja, ampliar nossos parceiros, a fim de que nossa diplomacia passasse a refletir os interesses nacionais e não aqueles alinhados a outros países.

Em junho de 1961 em uma visita à Câmara dos Deputados, o Chanceler Afonso Arinos apontou que a política externa era independente, e por isso não era neutralista. Com isso, Arinos queria dizer que, apesar de o país coadunar com alguns princípios do movimento dos países não-alinhados, não se alinhava aos países do bloco, visto que esses tomavam uma posição neutralista, ou seja, tomavam parte em determinadas questões internacionais, orientados por fundamentos políticos, culturais e ideológicos.

Em discurso na Câmara dos Deputados sobre a diferença entre neutralismo e independência na política externa, San Thiago Dantas (PTB-MG), um dos mais entusiasmados defensores da PEI, despedindo-se daquela casa para assumir a chefia da delegação brasileira na ONU afirma que

O neutralismo é uma posição de abstenção proposital diante de blocos que se defrontam e que aqueles que se dizem neutros não desejam acompanhar. A independência é mais que neutralismo, porque não é sequer uma posição comprometida com essa obrigação, muitas vezes egoísta, de guardar o meio-termo. A independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva aos interesses de um bloco nem de outro, que não deseja ver sua conduta internacional predestinada por uma aliança ou já decidida por determinadas afinidades políticas consideradas, de modo sistemático, irreconciliáveis. (DANTAS, 1961, *apud* BARBOSA, 2007, p. 215).

Pregava-se também, o reconhecimento da legitimidade da luta pela liberdade política e econômica, sendo o desenvolvimento uma meta comum do Brasil e das outras nações. A PEI seria um instrumento da política nacional de desenvolvimento, ou seja, seria utilizada para auxiliar no desenvolvimento do Brasil, de forma a abrir novos mercados (América Latina, África, Ásia e Oceania) que pudessem consumir os produtos brasileiros oriundos do processo de industrialização ocorrido no governo desenvolvimentista de JK.

Assim, a atuação brasileira com o exterior pautou-se em duas vertentes práticas fundamentais: 1 – diminuição da dependência em relação aos Estados Unidos, dando uma maior autonomia ao Brasil; 2 – ampliação do número de parcerias comerciais e possibilidade de negociações, buscando sempre a universalização dos contatos do Brasil com outros países.

Pedro Malan, pauta as bases de constituição da PEI em três elementos que considera fundamental, quais sejam: 1 – retomada do ideário da OPA; 2 - estilo diplomático alinhado com o nacionalismo, que funcionava como ideologia aglutinadora do processo de industrialização do país; 3 – afirmação da autonomia relativa do Brasil frente à hegemonia norte-americana nas relações internacionais, especialmente na América Latina. (MALAN, 1991).

Nesse sentido, buscando ordenar a base principiológica da PEI, Clodoaldo Bueno e

Amado Luiz Cervo sistematizam esta em oito fundamentos que, segundo eles, foram a diretriz desse período da política externa brasileira, quais sejam: 1) mundialização das relações internacionais do Brasil; 2) atuação isenta de compromissos ideológicos; 3) ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte-Sul, e não Leste-Oeste; 4) busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; 5) desejo de participação nas decisões internacionais; 6) busca pela paz e pelo desarmamento; 7) adoção claramente contrária à realização de experiências nucleares; 8) adoção dos princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção.⁴⁸

Todos os princípios explicitados coadunam com aquilo que fez parte dos discursos e das práticas chancelares brasileiras durante o governo Quadros. Segundo o embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, em um discurso do Chanceler Afonso Arino na Faculdade Nacional de Direito, onde este era catedrático de Direito Constitucional, pode perceber-se boa parte dos fundamentos da PEI, ao afirmar que

explicitando os princípios da política externa, os interesses nacionais conjugados à necessidade de ser mantida a paz mundial, numa convergência que obedecia ao imperativo da luta por essa paz de que são protagonistas naturais, por fatores históricos diversos, os povos que constituem o pouco lembrado bloco do sul do globo, marginal da civilização esplendente que existe no hemisfério norte. A autodeterminação é um dos dados mais importantes para a paz, fenômeno próprio principalmente nas regiões subdesenvolvidas (...). Defendeu a democracia e o amadurecimento institucional brasileiro como elementos de uma política externa independente. (BARBOSA, 2007, p. 331-332).

O Brasil a partir de então, tomaria posicionamentos de independência nos fóruns multilaterais e de não alinhamento a nenhum bloco político ideológico⁴⁹. Deveria também, atuar no sistema regional e internacional como um ator influente e em certa medida decisivo na tomada de posição. No âmbito regional, podemos constatar essa postura com a assinatura

⁴⁸ Neste mesmo sentido outros autores apontam para a mesma base principiológica, como é o caso de Paulo Vizontini que sintetiza o núcleo ideológico da PEI em cinco princípios basilares, quais sejam: 1º - situado na esfera econômica, visa a ampliação do mercado externo dos produtos primários, bem como dos manufaturados brasileiros, por meio do relacionamento comercial com todas as nações, independentemente de seu posicionamento ideológico no sistema internacional, além da redução tarifária no âmbito hemisférico; 2º - também a nível econômico, o segundo princípio, defende a formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico, com a prestação e aceitação de ajuda internacional a partir da formulação desses planos; 3º - já no âmbito político, temos como terceiro princípio, a busca da manutenção da paz, através da coexistência pacífica entre Estados, pela via do desarmamento geral e progressivo; 4º - o quarto princípio, também no campo político, propõe a não-intervenção em assuntos internos de outras nações, a autodeterminação dos povos e a resolução de conflitos no âmbito mundial, utilizando-se do Direito Internacional; 5º - o último princípio, diz respeito ao apoio a emancipação dos territórios não autônomos. (VIZENTINI, 1995, p. 197).

⁴⁹ Analisando as relações econômicas internacionais do Brasil nesse período, o economista Pedro Malan afirma que "(...) a posição mais afirmativa e independente e a auto-afirmação manifestaram-se nas seguintes áreas: (a) Cuba e as questões de autodeterminação e não-intervenção; (b) relações com os países socialistas, em especial a União Soviética; (c) anticolonialismo na África; (d) apoio à inclusão na agenda da Assembleia das Nações Unidas da questão de ingresso na organização da república Popular da China." (MALAN, 1991, p. 97).

do Tratado de Uruguaiana com a Argentina, acordando posições comuns aos assuntos internacionais.⁵⁰ O Brasil ainda buscou uma maior aproximação com os países meridionais com o objetivo de ampliar seu mercado e conformar um bloco de pressão para encaminhar discussões nos foros econômicos internacionais.

Figura 2: foto de Jânio em Uruguaiana de Erno Schneider, *Jornal do Brasil*.



Fonte: arquivo do Senado Federal.

Nesse sentido, o processo de descolonização afro-asiático criava um novo ambiente político internacional para o Brasil se alçar como uma liderança terceiro-mundista, permitindo assim escapar de uma completa submissão da diplomacia norte-americana. Essa nova configuração internacional, com a presença de novos atores, também enfraquecia a efetividade da divisão bipolar da Guerra Fria.

Ao analisar essa tomada de posição pelo país nesse período, Thiago Brum nos aponta que

pode-se perceber na atuação brasileira do período a apologia ao processo de descolonização, ao desarmamento, ao desenvolvimento, à coexistência pacífica, ao reatamento de contato com os países socialistas e à a defesa incondicional do

⁵⁰ Sobre a assinatura do Tratado de Uruguaiana em abril de 1961 entre Brasil e Argentina, Paulo Vizentini nos afirma que “Sem dúvida, os termos e o contexto do Tratado de Uruguaiana são inequívocos, afirmando a política de oposição e barganhada face aos EUA. Visava reforçar a autonomia dos signatários, somar forças contra a diplomacia intervencionista de Washington e encaminhar a resolução da questão de cubana nos termos esboçados pela PEI.” (VIZENTINI, 1995, p. 219).

primado do Direito Internacional. Em linhas gerais, a nova proposta visava à defesa das relações internacionais sob o diálogo econômico-cooperativo no eixo Norte-Sul, em substituição ao político-estratégico e repressivo do eixo Leste-Oeste.” (BRUM, 2008, p. 62).

Podemos perceber a aplicação do princípio da autodeterminação dos povos e não intervenção em duas vertentes: a primeira é no caso de da aproximação com os países da América Latina, especialmente na questão cubana, traduzida na invasão da Baía dos Porcos e na Conferência da OEA em Punta Del Este; e a segunda é em relação à África, no que diz respeito ao processo de descolonização afro-asiática.

A orientação de Afonso Arinos em relação à política externa brasileira para a América Latina e suas relações com os Estados Unidos basearam-se em quatro pontos: solidariedade com as nações do continente e suas reivindicações diante dos EUA; confiança nas instituições existentes para levar os entendimentos a bom termo; propósito de reintegrar cuba ao sistema continental através de uma reaproximação entre Washington e Havana; e firmar posição ao lado do Ocidente democrático. Era necessário ainda, conciliar esses pontos com os princípios da autodeterminação dos povos e não intervenção, solidariedade coletiva, anti-totalitarismo e oposição ao comunismo.

No caso da questão cubana, a postura brasileira após a invasão da Baía dos Porcos, foi em defesa da aplicação dos princípios da não intervenção e autodeterminação dos povos, apontando inclusive para a condenação da agressão sofrida pelo país caribenho, condenando veementemente qualquer violação à sua soberania, e pedindo a apuração e punição dos responsáveis.⁵¹

Os Estados Unidos enviaram missões aos países latino-americanos para discutir como poderiam aperfeiçoar seu programa para o desenvolvimento econômico e social, o que seria consolidado com a assinatura da Carta de Punta Del Este na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social.

A Aliança para o Progresso, nome do programa de desenvolvimento econômico norte-americano para a América Latina, estava calcada no princípio de que a democracia representativa pode satisfazer melhor as aspirações dos países ao desenvolvimento, ou seja, o recebimento da ajuda financeira do programa ficava condicionado ao alinhamento com os

⁵¹ Sobre a posição do Brasil em relação a questão cubana, Tânia Quintaneiro ao estudar as relações do Brasil com Cuba no período pós-revolucionário nos aponta que “Em síntese, dois fatores se haviam combinado: a aproximação crescente entre Cuba e União Soviética, e a redefinição simultânea das políticas externas brasileiras e norte-americanas para a América Latina, a partir de perspectivas que, se as vezes eram conflitantes, punham em evidência, ao mesmo tempo, a necessidade de apoio mútuo que tinham os dois países para viabilizar seus objetivos.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 54).

países do bloco democrático, que defendiam a tradição ocidental do capitalismo norte-americano. No entanto, apesar de aderir ao programa, o Brasil, bem como grande parte dos países latino-americanos, não se alinhou à proposta intervencionista dos Estados Unidos em Cuba, temendo que mais tarde essa intervenção pudesse se dar em seus próprios territórios. Cuba, por sua vez, ficaria excluída da Aliança em virtude de suas relações com a União Soviética e os rumos que a revolução vinha tomando com destino ao comunismo.

Em relação ao processo de descolonização houve uma mudança substancial na ação diplomática brasileira, que alterou a tradicional postura brasileira de alinhamento com as metrópoles europeias, em especial Portugal.⁵² Apesar disso, havia uma dificuldade na política anticolonialista de Quadros, em virtude do tradicional relacionamento do Brasil com Portugal. Ainda assim, o Brasil passou a apoiar a causa anticolonialista nos fóruns multilaterais, como a ONU, mesmo que em algumas situações votasse pela abstenção, como foi no caso de Angola. Essa postura já era um avanço e uma guinada em favor da causa afro-asiática.⁵³

Por outro lado, em março de 1961 foi criado o Grupo de Trabalho para a África no âmbito do Itamaraty. Já em abril daquele mesmo ano foram criadas embaixadas no Senegal, Nigéria, Guiné, Costa do Marfim e Etiópia, além de consulados na Rodésia, Congo e Quênia, um passo fundamental no reconhecimento das novas nações africanas. Houve ainda, a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos a fim de desenvolver projetos e estudos que permitissem um acercamento dos jovens as nações africanas. Mais tarde seriam destinadas bolsas para que estudantes africanos viessem estudar no Brasil, estreitando assim o relacionamento cultural entre o Brasil e os países recém-independentes.⁵⁴

Outra ação importante empreendida por Jânio no relacionamento com os países africanos foi a nomeação de Raimundo Sousa Dantas como embaixador do Brasil em Gana. Dantas era jornalista, escritor, sergipano de nascimento e foi o primeiro embaixador negro do Brasil⁵⁵. Sua cor e o fato de não fazer parte do insulamento burocrático do Itamaraty,

⁵² Três acontecimentos exigirão uma posição do governo Quadros em relação ao processo de descolonização: o caso da Angola; a guerra colonialista francesa na Argélia e o caso congolês. Ou seja, questões ligadas diretamente as relações do Brasil com Portugal, França e a ONU.

⁵³ A posição brasileira no caso de Angola é considerada por alguns, ambígua, uma vez que o governo se abstém na votação de uma resolução da ONU que transferia todos os poderes aos povos desses territórios e visava pôr fim à violência salazarista no país. Na oportunidade o representante brasileiro argumentou que a abstenção consistia em uma forma de posicionamento anticolonial do Brasil.

⁵⁴ Para tanto, houve a diminuição em 20% dos salários dos diplomatas brasileiros. A economia deveria ser destinada ao pagamento de bolsas para estudantes africanos no Brasil.

⁵⁵ Raimundo Sousa Dantas já trabalhava no Palácio do Planalto a convite de Jânio, como oficial de gabinete da Presidência, sendo um dos responsáveis pela correção de textos que eram enviados à imprensa e discursos proferidos por Jânio.

despertou no corpo burocrático do órgão forte resistência ao seu nome.⁵⁶

A partir desse contexto, o Brasil deveria passar a exercer um papel de destaque nas nações afro-asiáticas e ser o elo entre a África e o Ocidente, visto as características culturais, políticas e sociais que tais países guardavam entre si. No entanto, não podemos deixar de apontar que o estreitamento de relações com esses países recém-independentes possuía também um interesse econômico, no sentido da tentativa do governo brasileiro em ampliar o mercado consumidor para os produtos brasileiros.

Apontada as bases principiológicas da política externa independente, resta-nos antes de adentrar na relação entre a PEI e a imprensa, sintetizar um pouco da discussão historiográfica, que busca identificar se a política externa implementada por Jânio Quadros e depois continuada por João Goulart foi uma continuidade da política externa brasileira que vinha até então sendo implementada ou um rompimento com a postura anterior, inaugurando uma nova forma do Brasil se relacionar com outros países. Vejamos.

1. 7 - Continuidade ou ruptura?

De início é importante pontuar, que tomaremos como eixo de reflexão, além dos inúmeros trabalhos sobre a política externa independente, a pesquisa feita por Tiago Brum (BRUM, 2008), que busca sintetizar a discussão acerca da continuidade e ruptura, e quais os elementos que direcionam para uma ou outra corrente. É claro que não esgotaremos a discussão, mas delinearemos os pontos suficientes para a compreensão da pesquisa ora apresentada.

A literatura sobre Relações Internacionais e a Política Externa Brasileira reúne trabalhos de diferentes áreas do conhecimento (Ciência Política, Relações Internacionais, História, Sociologia, etc), sendo a produção historiográfica sobre a Política Externa Independente um pouco escassa. No entanto, a partir dos trabalhos existentes, podemos identificar duas correntes sobre a PEI: 1ª- **continuidade**, em que a chave interpretativa é a orientação desenvolvimentista desta política exterior, sendo continuidade dos períodos anteriores; 2ª – **ruptura**, que enxerga que a PEI rompe com a tradição diplomática brasileira,

⁵⁶ Muito se especula sobre qual teria sido a real intenção de Jânio em nomear Dantas. Apontamos três: o primeiro motivo seria a vontade de ter alguém de sua confiança para desempenhar uma missão que considerava importante naquele país que era o epicentro do movimento independentista africano; o segundo, seria impor seu estilo de condução direta de assuntos de Estado ao Itamaraty, escolhendo para chefiar a embaixada alguém que não possuía nenhuma experiência diplomática; e o terceiro, seria construir a imagem de uma democracia racial no Brasil, mostrando que todas as raças e etnias conviviam em harmonia e podiam alcançar postos importantes no âmbito institucional.

inaugurando um novo ciclo de ação exterior. É importante pontuar que mesmo quando há rupturas, elementos de continuidade permanecem, ou seja, mudanças e permanências coexistem em todo o processo histórico. Nesse sentido, apontaremos sinteticamente a percepção de alguns autores que entendem a PEI como continuidade ou ruptura.

Normalmente quatro questões aparecem com frequência nas obras dos autores que identificam permanências ou rupturas na PEI: 1ª – a questão da bipolaridade, que dava a dinâmica do sistema internacional no período; 2ª – conjunto das relações entre Brasil e Estados Unidos, principal eixo de relacionamento do país na ordem mundial, desde o Barão do Rio Branco; 3ª – a área geográfica de atuação da política externa brasileira; 4ª – a política exterior do Brasil para a África, cujo processo de descolonização como visto anteriormente alterou a correlação de forças no sistema internacional.

Em relação a bipolaridade temos duas linhas argumentativas, qual sejam: 1ª – a flexibilização da bipolaridade ao longo dos anos 1950 e 1960, favoreceu a proposta da PEI de estabelecer uma política universal e autônoma, buscando pragmaticamente os interesses nacionais, livre de restrições e constrangimentos ideológicos; 2ª – a estrita bipolaridade no continente, conferiu certo poder de barganha ao Brasil, oportunizando uma política externa pragmática. A maioria dos autores com exceção de Clodoaldo Bueno (CERVO; BUENO, 2012.), adotam a primeira perspectiva e Pedro Malan (MALAN, 1991.) as duas.

Sobre o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, todos os autores apontam para uma mudança em sua dinâmica, ou seja, a política externa independente rompeu com a lógica do alinhamento incondicional aos Estados Unidos, inaugurando um novo padrão de relacionamento com o colosso do Norte. Já em relação a área geográfica de atuação, os autores apontam que a PEI inaugurou um momento de universalização dos contratos exteriores, antes estritamente concentrados no continente americano.

Por fim, no que concerne à política para a África, os autores se dividem em duas vertentes: 1ª – influenciados por José Honório Rodrigues afirmam que a política externa brasileira despendeu maiores reflexões e projetos para o relacionamento com os países africanos a partir da PEI; 2ª – afirmam que a política para África é anterior a política externa independente e sempre houve uma preocupação de estreitar o relacionamento do Brasil com esses países.

Tiago Brum identifica dois modelos de análises que prevalecem na literatura sobre as relações internacionais brasileiras, o político/diplomático e o societal. O modelo político/diplomático por sua vez, aponta para dois paradigmas da PEB: 1ª – americanismo ou ocidentalismo; 2ª – globalismo ou universalismo. Segundo a historiadora Ismara Izepe, “A

dicotomia globalismo X americanismo esteve presente nas discussões travadas pelos atores políticos do país em vários momentos da história brasileira.” (DE SOUZA, 2018, p. 371-372).

O Americanismo é sintetizado no período em que a política externa se pautava pela atuação regional, especialmente hemisférica. Há também o denominado americanismo ideológico, onde existe uma suposta convergência ideológica entre Brasil e EUA, o que levou a ilusão da relação privilegiada e o consequente alinhamento incondicional com o país. Por outro lado, temos o americanismo pragmático, que instrumentalizou a aliança com a potência hegemônica da região para não tê-la como opositora. Por outro lado, o globalismo é uma alternativa ao ocidentalismo, pautando-se por uma ampliação das relações internacionais do Brasil como fator determinante para o aumento da margem de manobra e o poderio soberano nacional do país.

Os adeptos da ruptura preocupam-se mais com a reflexão da ação diplomática do que com o processo histórico que levou a sua definição. Já acorrente da continuidade concentra suas atenções no processo de formulação da política externa brasileira, buscando identificar os interesses nacionais objetivados, no caso da PEI. Nesse sentido, Tiago Brum sintetiza muito bem que

Os autores que interpretam a PEI como uma ruptura na tradicional diplomacia brasileira adotam uma perspectiva política ou diplomática. Os que enxergam nesta fase da política externa do país uma continuidade, por seu turno, assumem uma perspectiva societal. A perspectiva política é mais operacional, voltada sobretudo para o modo de proceder e implementar a política exterior ou para a tentativa de impor mecanismos de controle às relações internacionais. Os autores que partem dessa perspectiva conferem grande ênfase ao papel dos Estados e dos atores estatais (...) A perspectiva societal, por outro lado, apresenta-se mais cognitiva, priorizando a compreensão e análise da relação entre determinantes internas e condicionantes externos, voltando-se basicamente para os fins da política exterior. Enfatiza o objetivo básico para o qual se orientou a política externa, entrelaçando, desta forma, inúmeras variáveis de ordem política, econômica e social.” (BRUM, 2008, p. 84).

Não obstante as linhas teóricas utilizadas por esses autores, nos interessa de fato os argumentos práticos desenvolvidos em seus trabalhos, situação que passaremos a analisar, de forma sintética, primeiro daqueles que defendem a PEI como uma ruptura, e depois aqueles que a compreendem como uma continuidade de períodos anteriores.

Para os autores da ruptura, a política externa independente teria se pautado por uma ruptura na atuação exterior do país em relação a períodos anteriores, especialmente a partir de 1930 com o início da Era Vargas. Inúmeros são os autores, entre eles destacamos: Rubens Ricupero, Henrique Altemani, José Flávio Sombra Saraiva, Gelson Fonseca Jr., Willian Gonçalves e Fernando de Melo Barreto. Buscaremos brevemente apontar os argumentos dos

dois primeiros.

Segundo Rubens Ricupero, a política externa brasileira, foi pautada durante muito tempo pelo denominado paradigma Rio Branco ou Americanista, que se pautou pela institucionalização de um conjunto de princípios que nortearam a PEB, a partir da visão realista e pragmática de Rio Branco, a fim de obter o apoio norte-americano para resolver as questões fronteiriças brasileiras. Houve assim, o início do processo de americanização das relações externas brasileiras.

Até a Era Vargas, o pragmatismo e a convergência ideológica eram elementos comuns. Após a revolução de 1930 a política externa brasileira ganha contornos do que Ricupero denominou de “diplomacia de desenvolvimento”. No segundo governo Vargas o alinhamento com os EUA foi mantido, rearticulando o pragmatismo através da barganha nacionalista. Segundo Ricupero, quando o interesse nacional do país passou a ser essencialmente a industrialização, o elemento ideológico e o pragmático tornaram-se inversamente proporcionais, para não definir como inconciliáveis, ou seja, quando um se fortalecia, automaticamente o outro reduzia sua eficácia.

O autor reconhece que houve a partir de Vargas, uma desideologização da PEB e que o marco da consolidação do elemento utilitário foi o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA). Já a formulação da PEI, implicou o rompimento da convergência ideológica com os Estados Unidos e da subordinação do eixo simétrico ao eixo assimétrico de relações internacionais do país. Dessa maneira, a PEI foi intuitiva e inovadora, antecipando muitos temas e posturas que se consolidariam em um novo paradigma da PEB, com uma política externa globalista e desideologizada.

Nesse sentido, Rubens Ricupero nos aponta que

a diplomacia janista marca o verdadeiro momento de ruptura com o passado em termos de atacado da política exterior. (...). JK manteve-se, até o fim, sempre dentro do paradigma de colaboração com os Estados Unidos, no interior de um quadro de atuação basicamente hemisférico. Jânio intuiu que essa abordagem, muitas vezes tentada sem sucesso, chegara finalmente a um impasse e passou a olhar além do horizonte da política interamericana. (RICUPERO, 2017, p. 388-392). (grifo nosso).

Ainda em termos de ruptura, Henrique Altemani nos aponta que a PEI se orientou pelos princípios de universalização dos contratos e autonomia. Por muito tempo o Brasil havia priorizado a inserção no continente americano, a partir da manutenção de uma relação privilegiada com os EUA – paradigma americanista. A OPA, por sua vez, representou uma política de barganha e tentativa de intermediação do Brasil nas relações dos EUA com a

América Latina, apresentando elementos que antecipava as mudanças que só ocorreriam efetivamente na PEI.⁵⁷

A política externa independente se apresentava como um projeto que redefiniria as posturas da política externa brasileira, formatando um novo paradigma das relações exteriores brasileiras, com caráter globalista. Nesse sentido, a PEI corroborava para o rompimento da atuação regional (americanização) e do alinhamento automático com os EUA, irrompendo assim com a submissão do eixo simétrico das relações internacionais do país ao eixo assimétrico de poder na ordem mundial. Para Altemani essa nova prática diplomática será um instrumento da política nacional de desenvolvimento, buscando a ampliação de parcerias, não só com países desenvolvidos, mas também em desenvolvimento. Haverá assim, um rompimento com a tradição regional e alinhada, para a busca de um modelo universalista para política externa brasileira.

Nesse sentido, Henrique Altemani nos afirma que **“a implantação da política externa independente (PEI) representava uma ruptura no processo de definição da política externa brasileira.** A PEI teve como objetivo redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional.” (ALTEMANI, 2013, p. 74). (grifo nosso).

Por outro lado, os autores da ruptura compreendem que a política externa independente representava uma continuidade da política externa brasileira desenvolvida desde o segundo governo Vargas. No entanto, alguns identificam similaridades já no início da Era Vargas, a partir de sua política de desenvolvimento. Vários autores se projetam no interior desta corrente, especialmente historiadores que buscam identificar os elementos de continuidade histórica da PEI. Entre eles podemos destacar: Paulo Vizentini, Clodoaldo Bueno, Pedro Malan e Moniz Bandeira. Vejamos sinteticamente como Vizentini e Bueno⁵⁸ manejam os argumentos em favor da PEI como uma política externa de continuidade.

Na pesquisa de Vizentini⁵⁹, o recorte temporal abrange o período constitucional entre as ditaduras varguista e militar. O fio condutor que permeia o estudo da PEB nesse período,

⁵⁷ Segundo Tiago Brum, “(...) apesar de antecipar alguns questionamentos das relações exteriores do Brasil, a OPA inseriu-se no tradicional quadro hemisférico de influências norte-americanas e na tradicional esfera de atuação brasileira.” (BRUM, 2008, p. 96), ou seja, passou do paradigma do americanismo ideológico para o pragmático.

⁵⁸ Ambos são Historiadores por formação. Paulo Vizentini da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu e orienta trabalhos sobre a Política Externa Independente e Clodoaldo Bueno da Universidade de Brasília, com extensa experiência na pesquisa sobre a história da política externa brasileira.

⁵⁹ O trabalho de Vizentini é de matriz teórico-metodológica histórica, influenciado pela corrente francesa da história das relações internacionais, levando em conta os determinantes internos, trabalhando com atores estatais e não-estatais e interesses econômicos e não econômicos.

segundo o autor, é a utilização da política externa como instrumento de realização do projeto nacional de desenvolvimento. O pesquisador empreende uma análise de cunho histórico, mas com viés econômico, tomando a PEI como um instrumento diplomático para o desenvolvimento do país.

Segundo Vizentini, a crise de 1929 provocou uma virada no eixo da diplomacia brasileira, que deixou de se preocupar com o interesse agroexportador e passou a perseguir o processo de modernização através da política de Industrialização por Substituição de Importação – ISI. A ‘Era Vargas’ caracterizou-se pela “barganha nacionalista”, uma espécie de alinhamento negociado com a potência hegemônica norte-americana. Entre 1945 e 1964 houve avanços e recuos, mas sempre com padrões de continuidade entre os governos, com exceção de Dutra e Café Filho, considerado pelo autor como um “hiato” nesse período. Baseando-se na noção de barganha, que leva a uma ação diplomática pragmática com vistas a construção de uma nação industrial e desenvolvida, o autor interpreta a barganha nacionalista e a PEI como duas etapas de um mesmo processo, ligadas pelo pragmatismo e a busca da inserção internacional do Brasil como um país desenvolvido.

Nesse sentido, Vizentini nos afirma que a Política Externa Independente

não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. No entanto, a PEI era estruturada num conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional e abria perspectiva mundiais, ultrapassava as vacilações dos governos anteriores e dava à política externa um perfil e um lugar de destaque na vida nacional.” (VIZENTINI, 1995, p.177).

O elemento de continuidade para Vizentini é o pragmatismo. Dessa forma, a PEI não rompeu com o fio condutor da diplomacia desde a época de Vargas, qual seja, o uso da diplomacia para consecução do projeto nacional de desenvolvimento, baseado no paradigma do estado-desenvolvimentista. Tiago Brum muito bem nos aponta nesse sentido que “A interpretação de continuísmo de Paulo Fagundes Vizentini relaciona-se aos objetivos socioeconômicos da política brasileira de desenvolvimento nacional e não à sua prática pragmática, expressa pela retomada e aprofundamento da barganha.” (BRUM, 2008, p. 133).

Ainda na linha de continuidade, temos o trabalho de Clodoaldo Bueno que centra suas pesquisas na relação entre EUA-Brasil, sendo esta para o autor, o principal eixo de análise da política externa brasileira. A PEI seria resultado do sucessivo aprofundamento na declaração de necessidade da ajuda norte-americana para com o projeto de desenvolvimento e o que confere continuidade ao período é o conjunto de ideias nacional-desenvolvimentista-

populista.

Para o autor, a PEI seria uma evolução da Operação Pan-Americana⁶⁰, sendo a busca do desenvolvimento, o elemento de continuidade identificado pelo autor. Isso tornava o alinhamento com os Estados Unidos negociado e não mais automático e incondicional como em outros tempos. Nesse sentido, Clodoaldo Bueno afirma que “A PEI, calcada no nacionalismo não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul.” (CERVO; BUENO; 2012, p. 332).

Temos, portanto, que para Clodoaldo Bueno, o elemento de continuidade da atuação chancelar brasileira durante todo esse período é desenvolvimentista, uma vez que vigorou, o paradigma nacional-desenvolvimentista de estado, servindo a diplomacia, para buscar a consecução dos interesses nacionais do projeto de desenvolvimento industrial e de modernização da nação.

Podemos observar então, que apesar de não ser o objetivo precípuo dos autores de apresentar elementos de continuidade ou ruptura da PEI em relação a prática diplomática brasileira antecedente, suas pesquisas acabam por indicar essas duas correntes, que julgamos fundamentais para uma compreensão ampliada sobre a política externa independente. Enquanto a ruptura é demonstrada pelas ações política implementadas pela PEI, que para os autores são inéditas na política externa brasileira; a continuidade, é comprovada pelo sentido atribuído a diplomacia de desenvolvimento, ou seja, o pragmatismo diplomático que auxilia no projeto de desenvolvimento nacional.⁶¹

Tendo em vista os elementos até então apresentados a respeito da política externa independente do governo Jânio Quadros, e por mais que tenhamos a compreensão que esta é uma política externa pragmática e voltada à busca do desenvolvimento nacional, nos filiamos a perspectiva dos autores da ruptura, por entender que as ações empreendidas por Jânio Quadro e Afonso Arinos, superam no âmbito político, diplomático e geográfico tudo o que até então havia sido implementado na política externa brasileira, rompendo assim com a prática chancelar dos períodos anteriores.

⁶⁰ Segundo Tiago Brum, “É interessante observar a diferenciação exposta por Bueno entre a barganha da OPA e a da PEI. A primeira inseria-se em uma perspectiva americanista, ou regionalista, relacionada às questões de alinhamento com Washington. A segunda tinha abrangência mundial, e inseria-se em um contexto diferente, que, segundo Bueno, marcara-se, e só foi possível, por conta da bipolaridade estrita na região.” (BRUM, 2008, p. 136).

⁶¹ Nesse sentido, Tiago Brum nos aponta que os “Autores da continuidade e da ruptura concordam em muitos aspectos. A diferença é que os primeiros, por meio de uma perspectiva societal interpretam a continuidade a partir do objetivo nacional-desenvolvimentista que perpassou todo período. Os segundos, muito embora admitam que houve continuidade em relação ao interesse desenvolvimentista, são condicionados pela perspectiva política a ver diferenciação da ação política traços de ruptura.” (BRUM, 2008p. 154-155).

Apontada às questões que constitui a política externa independente no período do governo Jânio Quadros, passaremos a analisar as bases conceituais que fundamentam a presente pesquisa, buscando alinhar a relação entre a nova história política e sua influência na história das relações internacionais, bem como o uso da imprensa para o estudo deste campo historiográfico. Vejamos.

1. 8 - Imprensa como representação e interprete privilegiada

As representações nos possibilitam dar sentido ao mundo e explicar o real. Inúmeros teóricos se debruçaram em torno da tentativa de circunscrever os elementos conceituais do que seja a representação. Este tópico, busca delinear os contornos do uso da noção (categoria)⁶² de representação na pesquisa histórica, e sua relação com a imprensa enquanto fonte história. Nesse sentido, partiremos das definições do que sejam representações a partir dos escritos de Roger Chartier, Ankersmit e Sandra Pesavento em seus estudos sobre o tema, complementando essa relação com a imprensa, a partir das análises feitas por Maria Helena Capelato e Tânia Regina de Luca. Este delineamento é fundamental para balizar, na prática, nossa análise sobre as representações da política externa do governo Jânio Quadros, apresentadas nas páginas do jornal *Lavoura e Comércio* entre o período eleitoral em 1960 e os sete meses de governo Quadros em 1961.

O uso da noção de representação no estatuto epistemológico da História e a utilização da imprensa, especialmente a escrita, como fonte para a produção do conhecimento histórico, contrastam com as bases instauradoras do movimento denominado de “nova história política”⁶³, que na concepção de Sandra Pesavento está ligado a uma releitura do político pelo cultural, utilizando-se de novas fontes, novos objetos e novas abordagens. Conforme nos afirma a autora

Às vezes chamada de Nova História Política, essa postura resulta do endosso, pelos historiadores do político, dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise na História Cultural. Imaginário, representação, a produção e a recepção do discurso

⁶² Aqui tomaremos representação como uma “noção” e não um “conceito fechado”, visto que “Muitas vezes as noções são resultados de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores que podem ou não ser incorporados mais regularmente pela comunidade científica. (...) Com o tempo uma “noção” pode ir se transformando em “conceito”, à medida que se adquire uma maior delimitação e em que a comunidade científica desenvolve uma consciência maior dos seus limites, da extensão de objetos à qual se aplica. (...) “Práticas” e “Representações” são ainda noções que estão sendo elaboradas no campo da História Cultural.”. (BARROS, 2013, p. 83).

⁶³ Corrente historiográfica na qual a presente pesquisa se filia e amplamente discutida no tópico 1.4 deste trabalho.

historiográfico reformulam a compreensão do político. (PESAVENTO, 2012, p.75)

A “nova história política” incorpora para si, conceitos da nascente história cultural. **Representação**, imaginário, memória individual e coletiva, mentalidades, práticas discursivas associadas às relações de poder e ainda o conceito de cultura, passam a integrar o vocabulário epistemológico desse estudo histórico do político ‘ressignificado’. Tais conceitos e teorias são advindos não só do campo historiográfico, mas, sobretudo, de disciplinas afins à história e que nos levam a uma interdisciplinaridade latente na construção da “nova história política”.

Nesse sentido, há a partir desse movimento nos anos 1970, a definição e incorporação de novos objetos, novos problemas, novas abordagens, novos temas e novas fontes. Essa nova historiografia do político pelo cultural, traça parâmetros que alteram a concepção de documento e fontes históricas, dando a imprensa um novo papel na construção do conhecimento histórico.

Dito isto, e buscando perseguir o objetivo deste ensaio, tomemos a princípio as duas concepções propostas por Chartier sobre a noção de representação, quais sejam: 1 – uma manifesta ausência, o que se supõe a diferença entre o que representa e o que é representado; 2 – uma exibição de uma presença, ou seja, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa.

Tomando a primeira concepção, que para nós parece ser mais adequada no uso da noção de representação para o trabalho historiográfico, o autor francês define o que seja representação afirmando que:

a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo a memória e “pintá-lo” tal como é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro (CHARTIER, 2002, p.74).

Dessa maneira a noção de representação no sentido apontado pelo historiador francês nos permite acessar a maneira com que os jornais de uma determinada época captaram e traduziram às situações naquele dado momento histórico. Nesse sentido, o também historiador francês Jacques Le Goff procura definir o campo das representações afirmando que este “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” (LE GOFF, 1994, p. 11).

A partir disso, podemos perceber que o campo das representações inclui formas de pensar, sentir e agir, que se transformam em instrumentos de fabricar respeito e submissão.

Dessa forma, as pesquisas que se utilizam dos jornais como fonte para a mediação do conhecimento historiográfico, tornam-se premente para “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada e dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p.68).

Os jornais impressos e outros meios de difusão da imprensa são, no sentido apontado por Chartier, produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade, exprimindo assim verossimilhanças, e revelando formas simbólicas das lutas de representação, resultando assim na memória ou imaginário de determinado grupo social ou político.

Nesse sentido, e levando em conta que uma representação pode gerar uma prática, ou mesmo outras representações, a pesquisa que se utiliza de um jornal é uma representação da representação proposta pela notícia veiculada pelo jornal. Assim a historiadora Sandra Pesavento, a partir dos escritos de Roger Chartier, nos conceitua muito bem o que seriam as representações afirmando que:

São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. (...) Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele. (PESAVENTO, 2014, p. 39-40).

As representações tomadas no sentido apontado por Pesavento, mais do que dizer algo sobre o acontecido ou chegar próximas do real, portam símbolos que podem estar ocultos, e quando revelados nos permitem acessar características de uma dada sociedade, visto que o manejar desses símbolos constrói um significado social e histórico daquele tempo e espaço em estudo.

Levando em conta essas considerações, temos que o uso das fontes de mídia impressa permite compreender práticas e representações que extrapolam as fontes oficiais, tornando-se um registro privilegiado da história contemporânea, e que assim nos dão “(...) indícios que se colocam no lugar do acontecido, e que se substituem a ele. São, por assim dizer, representações do acontecido, e que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa.” (PESAVENTO, 2014, p. 42).

Parafraseando Pesavento, a realidade do passado só nos é dada por meio das representações, e que nós historiadores reconstruímos com novas representações. No entanto, é importante apontar para o alerta de Ankersmit quando nos aponta que nenhuma representação exprime a totalidade do acontecido, mas apenas aspectos do que ocorreu.

Nesse sentido, para o historiador neerlandês, na representação não podemos falar em verdade ou falsidade, visto que determinada representação nos apresenta aspectos do mundo, definindo-se como uma operação de três lugares, quais sejam: 1 – onde se define um representado; 2 – o mundo, ou ainda a referência, verdade empírica (condição preestabelecida); e 3 – o olhar, a representação propriamente dita, a verdade analítica sobre a referência. (ANKERSMIT, 2012, p. 194).

Assim as representações são forjadas a partir de relações de poderes (disputas de representações), que quando observadas na imprensa nos revelam sentidos históricos, sociais e políticos riquíssimos para a construção de outras representações por meio da narrativa histórica e ainda no desvelamento dos sentidos simbólicos e do imaginário social de um determinado tempo histórico.

Apontado essas breves considerações sobre a noção de representação, como uma ancoragem da “nova” historiografia do político na construção do conhecimento histórico, ao analisar sua relação com a imprensa é importante salientar que, no Brasil, há uma concentração dos meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite, e que, embora existam diferenças e tensões nas linhas editoriais e de conteúdo, o lugar social pelo qual se expressam e os seus interesses são quase sempre semelhantes.

Logo, os jornais desempenham um papel informativo, mas também ideológico, cultural, pois fazem representar os fatos usando da legitimidade e confiabilidade de repassar informações para representar o real sempre de acordo com seus interesses, fazendo com que se tornem “(...) instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19).

Merece destaque que o jornal, embora exerça uma função pública de informação, é também um órgão privado que tem como objetivo principal a obtenção de lucro, tornando-se assim mercadorias políticas, de forma que

Os empresários jornalistas atuam na esfera privada orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões, atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, essa empresa que visa o lucro, põe à venda no mercado uma mercadoria muito particular: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio é que se entrelaçam o público e o privado. Há uma

mescla de direitos: os dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre um e outro são muito tênues. (CAPELATO, 1991, p. 136).

Por isso, os jornais se tornam fonte privilegiada para a investigação histórica, pois é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações da Política Externa de Jânio Quadros, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas naquele momento, uma vez que traz a visão diária dos fatos ocorridos.

Nessa medida, os jornais atuam como construtores de um imaginário social e político em determinada época e contexto, manipulando informações e edificando representações. Nas palavras de Bronislaw Baczko, “Os meios de comunicação difundem ideias, opiniões e conceitos de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses.” (BACZKO, 1984, p. 310).

A partir dessa perspectiva podemos analisar o discurso da imprensa, em especial dos jornais (enciclopédias do quotidiano), e ver além das aparências, enxergar nas linhas e entrelinhas, por meio dos editoriais e demais elementos que compõe o periódico, os conteúdos conscientes e inconscientes, investigando assim os “sentidos implícitos, os imaginários e as representações para a apreensão das condições de produção de seus discursos.” (PAULA, 2014, p. 2).

Partimos então na busca da construção de uma **História através da Imprensa**, ou seja, realizar um trabalho que toma a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica de um dado problema, e que a partir das representações apresentadas por determinado jornal, podem nos desvelar fatos, discursos e práticas no espaço-tempo.

Trabalhar, portanto, com a perspectiva de uma história política renovada⁶⁴, dentro das bases epistemológicas que levam em consideração o imaginário, as subjetividades e as representações, nos permite desvelar questões importantes da sociedade, uma vez que a mídia e sua estrutura como um todo, ao publicar seu conteúdo, não estão livres de sua condição de produção social e nem se desvencilham dos interesses políticos e econômicos que o cercam.

Para tanto é necessário um método que nos permita filtrar os interesses velados por trás da representação jornalística. Dessa maneira, passaremos a traçar alguns apontamentos metodológicos que entendemos necessário para a pesquisa histórica que se utiliza do jornal como fonte.

⁶⁴ Tânia Regina de Luca nos alerta que “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena de poder.” (LUCA, 2008, p.128).

1.8.1 - Imprensa como fonte história: delineamentos metodológicos

A imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. Ler a história do Brasil pelas páginas dos jornais nos possibilita recuperar lutas, ideias, compromissos e interesses. No entanto, a imprensa por si só não informa a história simplesmente. E nesse sentido, o pesquisador Claudio Pereira Elmir nos aponta que

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós leitura diferente daquela que fazemos ao pegar o Correio de Povo, a Zero Hora, ou a Folha de São Paulo, todos os dias em nossa porta. (ELMIR, 1995, p. 21).

O pesquisador da imprensa deve se utilizar de meios para mediar a construção do seu conhecimento, especialmente o metodológico.⁶⁵ O historiador é o leitor de um jornal que já não circula mais, um jornal que está deslocado materialmente no tempo e no espaço. Nessa medida deve-se realizar uma leitura meticulosa, demorada, exaustiva e muitas vezes enfadonha, ou seja, uma leitura intensiva e não extensiva.⁶⁶ É o que Barata Zicman (1985) denomina de **‘exercício de desocultação’**, e que nos permite avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea daquilo que está escrito.

Dessa maneira, o pesquisador não pode “passar os olhos” sobre o jornal. As práticas de leitura e apropriação não correspondem exatamente às intenções dos autores contidas nos textos lidos e, por isso, devemos evitar estabelecer relações que o leitor empírico⁶⁷ na sua leitura extensiva, não estabeleceu com o texto ou suas ideias. É preciso sempre suspeitar daquilo que estamos lendo, não levando essa suspeição as últimas consequências. No caso do jornal, devemos compreender que o que se narra no jornal é muitas vezes imaginado, mas, no entanto, não é uma mentira.

Para realizar essa leitura intensiva e meticulosa do jornal, Maria Helena Capelato

⁶⁵ Maria Helena Capelato também nos faz esse alerta ao afirmar acerca do trabalho com jornais que “(...) à primeira vista, esse espetáculo diverte, seduz a imaginação, toca a sensibilidade, mas é como fonte para o conhecimento que a história registrada nos jornais tem interesse e validade. Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica. Sem esses ingredientes corre-se o risco de repetir para o leitor, aliás sem o charme do jornal, a história que ele conta.” (CAPELATO, 1988, p. 23).

⁶⁶ Segundo Claudio Pereira Elmir “Ler os jornais extensivamente é o que fazemos diariamente hoje. Ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo da experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal.” (ELMIR, 1995, p. 21-22).

⁶⁷ Sobre a definição de leitor empírico e ideal Claudio Pereira Elmir aponta que o leitor ideal, é para quem as matérias se dirigem e leitor empírico, é aquele que realmente lê as matérias. (ELMIR, 1995, p.23).

(CAPELATO, 1988) aponta que devemos realizar três questionamentos ao iniciar a pesquisa com o jornal, quais sejam: 1 - quem são os proprietários?; 2 – a quem se dirige o jornal?; 3 – com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?..⁶⁸

Nesse mesmo sentido, Barata Zicman nos alerta que “(...). A Imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto **toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados.**” (ZICMAN, 1985, p.90). (grifo nosso) Ou seja, é preciso historicizar os jornais!

Tânia Regina de Luca, nos afirma que “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.” (LUCA, 2008, p.132), e, portanto, “É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural.” (LUCA, 2008, p.132).

Nesse sentido, Zicman propõe que façamos uma análise estrutural e de conteúdo do jornal⁶⁹, realizando uma caracterização do periódico a partir de quatro eixos que definem a caracterização dos jornais, quais sejam: **1 - os aspectos formais e materiais do jornal** (qualidade do papel; formato; número de páginas; tipografia; ilustrações; primeira página; composição; nome; sistema de títulos); **2 – os aspectos históricos do jornal** (origem; proprietários e diretores; proposta; corpo de redação; principais campanhas); **3 – os aspectos econômicos do jornal** (financiamento; tiragem; publicidade; difusão; preço); **4 - os aspectos da clientela do jornal – público leitor alvo** (destinatários explícitos; idade sexo, situação profissional, classe social e região).⁷⁰

Outro importante aspecto metodológico para análise dos periódicos que devemos considerar é o estudo da tendência do jornal, ou seja, “(...) as medidas ou indicadores do espaço ocupado pela informação no jornal referem-se geralmente a dois aspectos: a localização do artigo no interior do jornal e a área ou superfície do artigo (medida em número de colunas ou em termos de página, meia-página, um quarto de página).” (ZICMAN, 1985, p.97).

⁶⁸ No presente trabalho, buscamos responde-las no tópico 2.5 deste capítulo.

⁶⁹ No sentido do que está **atrás do Jornal**, ou seja, o que contribui com sua realização e intervém no seu controle; **por dentro do Jornal**, as características formais de publicação, parte redacional e de organização formal; e **em frente ao Jornal**, audiência da publicação e público leitor alvo.

⁷⁰ Nesse sentido “(...) tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensa-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos.” (SILVA; FRANCO, 2010, p.5).

Para isso, devemos verificar: a frequência de aparecimento do tema; nº de vezes que aparece; hierarquia do tema no jornal; qual página?; seção/coluna; área que aparece; nº de vezes que aparece; destaque dado; tipo de matéria dada ao tema; ilustração. (ZICMAN, 1985). Nesse sentido, é fundamental o uso da Ficha de caracterização, que auxilia muito no desenvolvimento da pesquisa com jornal.⁷¹

Temos, portanto, que nos dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, nos atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como, onde a notícia se localiza no periódico.⁷² É preciso identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer quais os colaboradores mais assíduos e o seu perfil, e finalmente inquirir sobre as ligações cotidianas do jornal com interesses políticos e financeiros.

Por fim é importante apontar para a necessidade de cruzar o jornal com outras fontes históricas, seja de que ordem for, buscando sempre desvendar suas significações implícitas e explícitas, trabalhando dentro e fora dele. Ou seja, não devemos utilizar a imprensa como fonte exclusiva da pesquisa histórica, devendo nos valer de toda discussão historiográfica acerca do tema de pesquisa.

A imprensa, portanto, deve estar localizada e inserida historicamente e apesar da importância do método, este nunca deve ser tomado como um vale-tudo, não devendo funcionar como uma camisa de forças. Nesse sentido, buscando cercar teórica e metodologicamente nossa pesquisa, e levando em consideração que utilizamos como fonte um jornal do interior de Minas Gerais⁷³, entendemos necessário delimitar o que é o um jornal do interior, apontando para o que o caracteriza com tal e porque ele não é considerado um órgão da grande imprensa. Passamos a discorrer sobre essa questão.

⁷¹ A ficha de caracterização deve conter, entre outros, os seguintes itens: nome do jornal; data; coluna ou seção; nº da página; título; tipo da matéria; jornalista/redator; distribuição especial da matéria.

⁷² Maria Helena Capelato nos alerta para a importância da técnica de diagramação, tendo em vista que o diagramador organiza as imagens, o título principal e secundários, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios, manipula o contraste entre o preto e o branco (CAPELATO, 1988, p. 17), e nesse sentido tem o condão de manipular a notícia, dando maior ou menor destaque a esta, em detrimento de outra, conforme as organiza no interior do periódico.

⁷³ Quando da elaboração do projeto de pesquisa, utilizamos como um ponto de justificativa para a utilização do Jornal Lavoura e Comércio, o fato de o mesmo estar fora do eixo de influência dos grandes jornais localizados no Rio de Janeiro e São Paulo, e que normalmente são utilizados como fonte e objeto de pesquisa. Nesse sentido, torna-se necessário qualificar o que é um jornal fora do eixo Rio-São Paulo, ou seja, um jornal do interior, demarcando assim onde nossa fonte de pesquisa encontra-se no tratamento da imprensa, especialmente como ela se diferencia da denominada grande imprensa.

1.8.2 - O Jornal do interior: uma delimitação necessária

A discussão sobre os jornais do interior é pouco tratada nas pesquisas acadêmicas. Há nesse contexto de escassez de trabalhos, uma dificuldade de conceituação sobre o que seja a imprensa do interior, normalmente sendo utilizado o elemento da proximidade da notícia como definidor conceitual do que seja o jornal do interior.

Comumente as pesquisas que se dedicam aos estudos da imprensa do interior, costuma-se definir esses periódicos como sendo aqueles “(...) estabelecidos em cidades de pequeno e médio porte, localizadas em espaços um pouco ou muito distantes dos grandes centros urbanos.” (DE ASSIS, 2013, p. 14), ou seja, usa-se aqui um fator territorial de definição do que seja a imprensa do interior, que na visão de alguns autores é aquela afastada dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, Francisco de Assis ao se debruçar sobre a definição conceitual de jornal do interior nos afirma que

Podemos dizer, então, sem medo de cometer equívocos, que *interior*, na pesquisa acadêmica sobre imprensa – e mesmo no chamado senso comum –, consiste em território que não o das capitais e o qual pode estar situado tanto na parte interna das unidades federativas, quanto no litoral e na fronteira entre estados (províncias, em alguns casos) ou na divisa de países.” (DE ASSIS, 2013, p. 14)

A questão da localidade é um ponto chave para definir a imprensa do interior. O localismo aqui, é visto enquanto território e local de publicação, bem como o público a quem se destina, ou pelo conteúdo veiculado, ou seja, uma condição geográfica e de área de circulação dos veículos, bem como a delimitação da proximidade da notícia com o leitor. Nesse sentido, nos apontam as pesquisas de Nayara Kabori e Aline Ferreira ao afirmarem que “A importância da imprensa do interior está não apenas na forte territorialização do meio, mas também na **identificação do leitor com a publicação**, independente da linha editorial.” (KOBORI; PÁDUA; 2018; p. 2). (grifo nosso!).

Há uma relação direta entre a localização territorial e a territorialização dos conteúdos. O local dessa forma, é ideológico, no sentido de um conceito de valor-notícia de proximidade, ou seja, o que seja uma notícia próxima, e que identifique o leitor do jornal aquilo que está sendo veiculado. A proximidade, portanto, é o elemento mais importante da constituição de um jornal regional ou do interior, e além das dimensões geográficas, o território também é constituído pelas bases culturais, ideológicas e idiomáticas de circulação da informação, por isso a proximidade de interesses conforma-se em uma localidade

territorial, cultural, política, social, de valores e religiosa.

A imprensa interiorana é a voz jornalística da nossa cidade, e a população ⁷⁴se informa pelos jornais da cidade, acerca daquilo que é notícia local e tem vinculação direta e próxima com a localidade. Os jornais do interior no Brasil, sempre foram instrumentos de reivindicação, de propagação de ideias e da cultura das populações regionais, gozando sempre de um alto prestígio.

Ainda na busca pela definição conceitual do que seja o jornal do interior, Wilson da Costa Bueno nos aponta que há três tipos de periódicos no interior: 1 – o jornal local “quase artesanal”; 2 – o jornal local estruturado; 3 – o jornal regional. Segundo o autor “Os dois primeiros tem como limite de circulação a cidade ou o município em que mantém a sua sede, e o terceiro objetiva exercer sua influência numa determinada região, abarcando, portanto, com sua circulação e cobertura algumas cidades ou municípios.” (BUENO, 2013, p. 45-46).

A perspectiva apresentada pelo autor nos ajuda a definir melhor nossa fonte de pesquisa, o jornal *Lavoura e Comércio*, afinal, o consideramos como um periódico do interior, que, no entanto, veiculava notícias sobre política externa, entre outras que não ficavam circunscritas apenas ao âmbito do local ou regional, como apontado anteriormente acerca dos elementos definidores da imprensa do interior.

É nesse sentido que passamos a considerar o *Lavoura e Comércio* como fazendo parte da imprensa do interior, mas também como sendo um jornal de abrangência regional, tendo em vista quatro características que identificamos a partir da análise do periódico: a primeira diz respeito a sua área de circulação, que abrangia não apenas Uberaba, mas chegava a circular em cidades do interior de Minas, São Paulo e Goiás; a segunda diz respeito ao caráter de suas notícias, uma vez que este se apresenta não apenas como um canal de veiculação de assuntos locais, mas também com a presença de temas de abrangência nacional⁷⁵; a terceira se refere ao perfil dos anúncios dispostos no jornal, uma vez que há anúncios de empresas de médio e grande porte, de atuação local ou regional, e mesmo de empresas de porte nacional, havendo também muitos classificados com anúncio de emprego e vendas em geral, fazendo-se presente também anúncios oficiais do poder público; a quarta característica se refere a periodicidade de publicação, que no caso do ‘Lavoura’ era

⁷⁴ Em 1965 cerca de 44 milhões de pessoas, dos 82 milhões de habitantes do país, viviam no interior, número que demonstra a importância dos jornais do interior na comunicação das notícias que muitas vezes ficavam circunscritas aos grandes centros urbanos, e sob a divulgação da denominada grande imprensa.

⁷⁵ Nesse sentido Wilson da Costa Bueno nos aponta que “Na imprensa regional, bem mais do que na imprensa local, é significativo o espaço ocupado pelo noticiário de fora da comunidade, notadamente o nacional e até o internacional, sobretudo de grande impacto (...). (BUENO, 2013, p. 55).

praticamente diária, com um hiato apenas das segundas-feiras e feriados.⁷⁶

Além disso, a pauta do jornal do interior é um importante indicativo de sua caracterização como sendo um jornal interiorano, normalmente voltado para as notícias locais ou regionais, como é o caso do *Lavoura*. Conforme nos aponta Mario Luiz Fernandes “Para o cidadão que busca a informação no jornal do interior, a notícia não é apenas uma forma de atualizar-se, de manter-se informado sobre os fatos correntes em sua comunidade, mas uma maneira de inteirar-se em relação a esses acontecimentos.” (FERNANDES, 2013, p. 122). Nesse sentido, entendemos que **a Política Externa Independente se torna assunto de interesse da comunidade local a partir do contexto de tensão da guerra fria**, visto que era uma pauta política-ideológica presente em todas as esferas e classes sociais, que influenciava e manjava mentes e corações.

Dessa forma, por mais que as notícias sobre a política externa do governo Jânio Quadros não fizessem parte diretamente dos acontecimentos da comunidade local e regional, indiretamente a postura empreendida pelo governo em relação as relações exteriores do país, no contexto da Guerra Fria, afetavam indiretamente o debate ideológico e político do público leitor do jornal, e interessava a este a leitura dessas notícias em virtude de sua repercussão e importância.

Por fim, outro ponto que devemos considerar sobre a presença de notícias nacionais em um jornal do interior, diz respeito as fontes sob as quais as notícias são construídas. Normalmente são oriundas de agências de notícias, assessorias de imprensa, documentos oficiais ou comuns, além claro de serem originárias da grande imprensa, localizada nos centros urbanos populosos.

No caso do papel das agências de notícia é importante apontar o alerta que nos faz Mario Luiz Fernandes ao dizer que “(...) é irrelevante sua importância nos jornais do interior, já que elas pouco produzem notícias relativas à comunidade-sede do jornal.” (FERNANDES, 2013, p. 130). No entanto, quando temos a veiculação de notícias de âmbito nacional e internacional em jornais do interior, é possível que agências de notícias ou correspondentes produzam matérias que são, por sua vez, reproduzidas nos jornais do interior, conforme veremos ao analisar as notícias sobre a política externa do governo Jânio Quadros no jornal *Lavoura e Comércio*.

Apontado alguns parâmetros conceituais acerca do que seja a imprensa e o jornal do interior, bem como, feito a classificação da nossa fonte de estudo com sendo um jornal do

⁷⁶ Iremos explorar melhor essas características do jornal no item 2.5 deste capítulo, onde falaremos um pouco melhor sobre a história do jornal.

interior e de âmbito regional, antes de realizarmos uma análise da história/trajetória do *Lavoura e Comércio*, faremos uma breve contextualização sobre os jornais na primeira metade da década de 1960, a fim de avaliar o papel da imprensa na política e na sociedade daquele período, bem como em que ambiente periodista o *Lavoura* encontrava-se. Vejamos então.

1.8.3- Os jornais no início da década de 1960

Tânia Regina de Luca nos afirma sobre a pesquisa com jornal que “(...) **o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa**, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.” (LUCA, 2008, p.139). (grifo nosso!). Nesse sentido, buscaremos traçar brevemente como se comportava a imprensa na primeira metade da década de 1960 no Brasil, para posteriormente delimitar o histórico de nossa fonte de pesquisa, o Jornal *Lavoura e Comércio*.

No Brasil, o surgimento da imprensa é tardio, apenas com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 houve a criação da Imprensa Régia, o que favoreceu posteriormente, a criação de vários jornais no Rio de Janeiro e em outras províncias da Colônia e depois do Império.

A imprensa no Brasil sempre participou dos principais eventos políticos e sociais da história do país, desde a luta pela independência em 1822, depois do movimento da constituinte em 1823, tendo destaque também no episódio da abdicação, regência e golpe da maioria, até a abolição da escravatura em 1888 e proclamação da República em 1889. Participou ainda, da construção da ordem republicana, da Revolução de 1930, da intentona comunista em 1935, bem como do golpe civil-militar em 1964. Desse modo, a imprensa sempre se fez presente de alguma forma, conduzindo os fatos nacionais em determinada direção.⁷⁷

Até 1950 a imprensa brasileira caracterizava-se por pequenas empresas com capitais e negócios limitados, e gestão improvisada, primando por opiniões políticas, era o império da chamada “Imprensa de Opinião”, que se colocava como um instrumento ativo de opinião pública. A partir de 1950 o tradicional jornal de opinião é substituído por um novo tipo de imprensa, com o aparecimento da “Imprensa de Informação”, que passa a negar as

⁷⁷ Nesse sentido, devemos pensar a imprensa como força ativa da vida moderna, ingrediente fundamental do processo social e político, mais que um simples transmissor de informação, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.

características políticas e ideológicas da imprensa do período anterior.

Nesse sentido, na segunda metade do século XX a imprensa no Brasil ampliou-se consideravelmente, especialmente a partir dos anos 50 e 60, em decorrência do processo de redução do analfabetismo, do desenvolvimento econômico e da aceleração da urbanização. Isso fez necessário que os artifícios de sedução dos jornais se sofisticassem, obrigando os jornais a reestruturarem seus parques gráfico-editoriais, utilizando-se de novas técnicas para apresentação do produto ao consumidor, modernizando não só a técnica jornalística e de impressão, mas também a estrutura dos jornais enquanto empresas.

Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca nos aponta muito bem essas mudanças durante esse período, ao afirmarem que

Foram décadas marcantes para a grande imprensa, que se profissionalizou, investiu em maquinário de ponta, construiu grandes sedes próprias, fez de seus capitães de indústria e de seus editores homens de extremo poder, tornando os órgãos da mídia instrumentos decisivos de controle da vida nacional. (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 76).

Além dessa mudança rumo a modernização, outro importante fator contextual dos jornais no início da década de 1960, é o arrefecimento da Guerra Fria, evento exaustivamente trabalhado no primeiro capítulo deste trabalho. A imprensa foi um instrumento essencial para o cortejo dos espectros comunista e capitalista aos diferentes setores da população que tinham no jornal sua principal fonte de informação.

Como visto, o interesse dos Estados Unidos pela América Latina cresceu após a Revolução cubana em 1959, o que fez aumentar a propaganda anticomunista e pró-americana no continente, e a imprensa, especialmente os jornais, foram o principal meio de difusão desses ideais.

Outro fator contextual que precisa ser destacado e está intimamente ligado ao período analisado neste trabalho, diz respeito a relação entre a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, e o fato de o principal centro de difusão de informações ainda continuar sendo a antiga capital, juntamente com São Paulo, visto que permaneciam como “(...) palcos dos acontecimentos que geravam notícia e vendiam o jornal.” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 75).

Dizemos isso, porque nesse período era muito comum que as notícias nacionais e internacionais veiculadas na imprensa do interior, fossem oriundas dos jornais da grande imprensa, localizados em grandes centros urbanos. Perceberemos essa situação ao analisar as notícias do *Lavoura e Comércio* sobre a política externa de Jânio Quadros, de que apesar de

São Paulo e Rio de Janeiro serem os grandes centros difusores, muitas dessas notícias, partiam de Brasília, ainda que o Itamaraty inicialmente houvesse permanecido no Rio de Janeiro. Tal situação pode ser explicada, pelo fato de o presidente, concentrar muito do poder de decisão sobre a política externa, e Afonso Arinos sempre se fazer presente na nova capital.⁷⁸

Nesse período houve uma crescente desnacionalização das empresas jornalísticas no país, que segundo Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca podia ser observada pela injeção de capital estrangeiro nos periódicos ou ainda pela adoção de técnicas e modelos estrangeiros na apresentação dos jornais e na formatação de suas notícias. O avanço das agências estrangeiras, como a *Associated Press* e a *United Press International*, também representou um significativo avanço da influência do jornalismo estrangeiro nas empresas jornalísticas nacionais, influenciando inclusive jornais do interior, que muitas vezes adquiriam notícias da grande imprensa, que haviam sido compradas das agências de notícias internacionais.

Outro fator que devemos apontar, é o desenho da grande imprensa no início da década de 1960, que em muito influenciava os jornais do interior, especialmente do porte do *Lavoura e Comércio*. O eixo Rio-São Paulo, ainda concentrava os principais periódicos do país, como o Jornal do Comércio e o Estado de São Paulo, que haviam sido criados ainda no Império. Nascidos no período republicano, destacavam-se o Jornal do Brasil, o Correio da Manhã e os periódicos do grupo folha, o Folha da Manhã e Folha da Noite. Por outro lado, tínhamos o grande império construído por Assis Chateaubriand, que chegou a abarcar 34 jornais, como o Estado de Minas, além de emissoras de rádio e TV. No campo político-ideológico da disputa do poder nacional, tínhamos em destaque o jornal Tribuna da Imprensa, criado pelo jornalista e político antigetulista Carlos Lacerda, e o Última Hora do jornalista Samuel Wainer, sediado em Porto Alegre, e que fazia contraponto ao Tribuna, realizando uma defesa implacável do governo de Getúlio Vargas.

Uma questão importante a ser destacada, diz respeito a publicidade veiculada por estes jornais, visto que esta, é que no fim garantia a sobrevivência dos periódicos, juntamente com as verbas de propaganda oficial do governo. É interessante notar, que esse modelo, onde

⁷⁸ Nesse sentido, o embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, afirma que havia um grande interesse do presidente em consolidar Brasília com a nova sede do governo e para isso “Um dos seus primeiros memorandos solicitava gestões do Itamaraty junto às embaixadas estrangeiras para a rápida transferência de suas sedes.”, e conclui afirmando que o Itamaraty “(...) seria o primeiro dos Ministérios a instalar-se integralmente em Brasília, fato favorecido pelo seu reduzido quadro funcional em comparação aos demais ministérios e pela vontade política de se ter o Itamaraty como fator de consolidação, ao trazer com ele as missões estrangeiras sediadas no Rio de Janeiro. Assim mesmo isso só ocorreria dez anos após a inauguração da Nova Capital.” (BARBOSA, 2007, p. 36-37).

as assinaturas não garantem com que os jornais permaneçam de pé, é típico da influência estrangeira no jornalismo brasileiro, situação que também chegará aos jornais do interior, se observarmos, por exemplo, o espaço importante que era reservado aos anúncios no *Lavoura e Comércio*.

A imprensa como visto brevemente neste tópico, desempenhará um papel crucial em todos os momentos políticos e sociais importantes do país, servindo hora como fator estabilizante, mas também em muitos momentos como elemento de desestabilização da ordem política e social, sob a égide da defesa de interesses econômicos. Em muitos momentos de nossa história, a imprensa foi livre, e em outros controlada e até mesmo censurada. No entanto, sempre foi um meio de representação do cotidiano e das disputas políticas de poder, seja em âmbito nacional, regional ou local. Nesse sentido, antes de adentrarmos na análise das representações da política externa de Jânio Quadros nas páginas do *Lavoura e Comércio*, discorreremos um pouco sobre a história de nossa fonte de pesquisa. Vejamos.

1.9 - *Lavoura e Comércio*: uma breve história

O subtítulo “*Lavoura e Comércio*: uma breve história”, atribuído ao último tópico deste capítulo, não significa que o jornal *Lavoura e Comércio* foi publicado durante um curto período de tempo, muito pelo contrário, se viu circular nas ruas, bancas, residências e no comércio de Uberaba e região por ininterruptos 104 anos, de 1899 a 2003, perpassando pelo fim do século XIX, todo o século XX e viu as luzes de sua redação se apagarem no início do século XXI. Chegou a perfilar a terceira colocação, no rol dos jornais com maior tempo de circulação diária no país, atrás apenas de jornais como “O Estado de São Paulo”. Portanto, a “breve história” que se pretende contar, diz respeito a síntese que faremos sobre a história do jornal *Lavoura e Comércio*⁷⁹, especialmente do período em que utilizamos o referido

⁷⁹ É importante pontuar, que os estudos que utilizam o referido Jornal, seja como objeto, seja como fonte de estudo histórico, são praticamente inexistentes até o presente momento, tendo em vista que após o fechamento do jornal em 2003, todo seu acervo foi a leilão, sendo arrematado em 2007 pelo ex-senador da República e dono do Centro Universitário do Triângulo - UNITRI, Wellington Salgado, ficando nas dependências da Universidade em Uberlândia, diga-se de passagem, em condições precárias de conservação. Após uma longa briga judicial, onde ex-funcionários contestavam o leilão realizado, em 2013, a Prefeitura de Uberaba decidiu e conseguiu comprar pelo valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil) todo o acervo do periódico (27.550 edições por R\$ 150.000,00 e 900 mil fotografias por R\$ 30.000,00), tendo este finalmente retornado para o município e ficando sob a guarda do Arquivo Público de Uberaba (APU). Em parceria com o Arquivo Público Mineiro e através do projeto Hemeroteca Digital, o APU digitalizou em alta resolução quase todo o acervo do *Lavoura e Comércio*, restando apenas realizar a restauração de parte dos exemplares. De lá para cá, poucos pesquisadores se aventuraram a pesquisar o jornal, seja utilizando-o como objeto de pesquisa ou como fonte histórica, sendo conhecido por nós, apenas a pesquisa, do historiador Eustáquio Donizete de Paula, que em sua tese de doutorado defendida em 2018, analisa o discurso e as representações do Jornal sobre o período do regime militar, tentando entender a construção da memória desse período através do periódico.

periódico como fonte de pesquisa, qual seja, os anos de 1960 e 1961, respectivamente a eleição e o governo de Jânio Quadros na Presidência da República.

O Jornal *Lavoura e Comércio* foi fundado em 06 de julho de 1899, pelo “Clube Lavoura e Comércio”, que reunia fazendeiros e comerciantes de Uberaba e região, insatisfeitos com a criação do Imposto Territorial Rural de 3% sobre o valor das propriedades, criado pelo então Governador de Minas Gerais, Silviano Brandão. O Jornal permaneceu sob a direção do Advogado Antonio Garcia Adjunto até meados de 1906, quando passou para as mãos da família Jardim⁸⁰, permanecendo sob a direção de Quintiliano Jardim⁸¹ até 1966, ano de sua morte, e depois com seus filhos até o fechamento do Jornal em 27 de outubro de 2003. Circulou durante esse período não só em Uberaba, mas também cidades da região e do Estado de Goiás e até São Paulo. (BILHARINHO, 2014, p.255-257).

Em seu editorial de fundação, assinado por seu diretor, Antônio Garcia Adjunto, o periódico defendia o latifúndio e demonstrava sua simpatia pelo governo republicano, pregando imparcialidade e apartidarismo. Demonstrava assim, toda a insatisfação dos ruralistas e comerciantes com os tributos territoriais cobrados pelo governo mineiro.⁸²

Acerca do contexto da imprensa na época de criação do Lavoura, Hildebrando Pontes, afirma que no período de 1874-1932 foram criados 186 periódicos em Uberaba, tendo como proprietários e colaboradores pessoas abastadas da cidade, além de políticos e profissionais liberais de renome. Segundo o memorialista, os jornais uberabenses daquele período possuíam um perfil informativo, crítico, político, rural e religioso.⁸³

Ao longo de sua trajetória o lema do jornal passou a ser “Se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”. Esse bordão gritado pelos jornaleiros nas ruas e repetidos pelos leitores assíduos do periódico, destaca a importância que este tinha não só para Uberaba, mas também para a região, sendo

⁸⁰ Sobre a mudança de proprietários do Lavoura, o historiador José Eustáquio de Paula afirma que “Em 1903, o periódico foi adquirido pela família Jardim, por meio dos irmãos Francisco Jardim e Murilo de Chirée. Com a morte destes, a direção do jornal passou para as mãos de Quintiliano Jardim e, no século XX, o jornal LC transformou-se em referência para a imprensa mineira e tornou-se longeva, não só dos grandes proprietários rurais, mas de toda a elite do Triângulo Mineiro.” (DE PAULA, 2018, p. 59).

⁸¹ Quintiliano Jardim era denominado de “o príncipe dos jornalistas”. Nascido em Uberaba no ano de 1881, começou ainda jovem como aprendiz de tipografia do Jornal *Triângulo Mineiro*, onde descobriu sua vocação como jornalista. Em 1908 foi trabalhar no Lavoura, a convite de seu irmão Francisco Jardim, então redator-chefe. Posteriormente assumiu o comando do periódico, permanecendo até 1966, ano de sua morte. Quintiliano Jardim era um jornalista autodidata e publicou poesias em diversos periódicos.

⁸² Os situacionistas, favoráveis ao governo e ao novo imposto, se articularam em torno do Partido Republicano Mineiro, expressando-se em Uberaba por meio do jornal “Gazeta de Uberaba”, fundado em 1870. A oposição por sua vez se articulou por meio do Clube da Lavoura e Comércio, sendo presidido pelo agente executivo, Orlando Teixeira Junqueira e como secretário, Antônio Garcia Adjunto. O estatuto previa a criação de um jornal, o que foi feito posteriormente.

⁸³ Essa referência diz respeito a uma série de artigos publicados por Hildebrando Pontes na década de 1930 no Jornal Correio Católico, denominada de a “História da Imprensa em Uberaba”. Esses artigos foram reunidos e catalogados em uma publicação feita pelo Arquivo Público de Uberaba.

um dos principais e mais antigos jornais de Minas Gerais e o periódico mais influente de toda a região de Uberaba, na década de 1960, a maior cidade do Triângulo Mineiro.⁸⁴

O *Lavoura*, como era carinhosamente chamado por seus leitores, possuía periodicidade diária e circulava por toda a região do Vale do Rio Grande, atingindo o interior de SP, GO, Alto Paranaíba e todo o Triângulo Mineiro. Conforme nos aponta o pesquisador José Eustáquio de Paula “O *Lavoura*, em seu raio de circulação, ao exercer um lugar de representação, não só de seus proprietários e jornalistas, influenciou e foi influenciado pela sociedade ao longo de sua existência.” (DE PAULA, 2018, p. 22).

Em 1960, Uberaba possuía 72.053 habitantes e Uberlândia 70.719. Uberaba abrigava importantes centros universitários como a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, a Faculdade São Tomás de Aquino e as Faculdades Integradas de Uberaba, que concentravam os debates políticos de maior influência e repercussão, sendo a cidade relevante centro político, comercial e cultural da região. Uberaba era, portanto, cidade polo regional, seja por sua urbanização, industrialização, funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade, tendo vários centros urbanos secundários se relacionando com seu dinamismo e desenvolvimento.

O *Lavoura e Comércio* se consolidou por mais de um século como um dos principais meios de comunicação de Minas Gerais, influenciando e sendo influenciado pela sociedade e suas demandas. Suas opiniões e posicionamentos políticos eram lidos por grande parte da população de Uberaba e também da região. Dessa maneira o periódico defendia os interesses da elite local, participando ativamente do desenvolvimento da cidade e identificando-se com os acontecimentos e reivindicações regionais.

Em um levantamento realizado pelo historiador José Eustáquio de Paula, em relação aos principais colaboradores do jornal, temos a disposição dos seguintes colunistas e jornalistas: Quintiliano Jardim (proprietário editor chefe); Ruy Novais (redator chefe e responsável pela coluna “Atos, fatos e Boatos”); Raul Jardim (“Escutando e Divulgando” e “Retalhos”); Ataliba Guaritá Neto (“Observatório”); Murilo Jardim (“Manchetinhas”); Rui Miranda (cobria as notícias policiais e assinava a coluna “Pílulas esportivas” junto com Ramon Rodrigues); Murilo Cunha Campos Moraes, conhecido como Montenegro, cobria os assuntos culturais. (DE PAULA, 2018).

Em relação a edição e tiragem, pode-se observar em uma análise apurada do periódico que este era editado com uma média de seis páginas, no entanto, não se divulgava o

⁸⁴ Segundo o historiador José Eustáquio de Paula o *Jornal Lavoura e Comércio* era “(...), um periódico vespertino, que nos anos 60 e 70 era o principal veículo de imprensa escrita de Uberaba.” (DE PAULA, 2014, p.8).

número de assinantes e nem a sua tiragem. Sobre o preço do jornal, no período em análise, a assinatura anual custava em torno de CR\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), já a semestral girava na faixa de CR\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros). É importante pontuar ainda, que o *Lavoura* possuía sede própria, localizada na Rua Vigário Silva, no centro de Uberaba, onde permaneceu até seu fechamento em 2003.

O *Lavoura*, como já dito anteriormente, possuía estreita ligação com o poder político local, e suas ligações com a elite política e econômica da cidade remontam aos interesses das forças rurais do final do século XIX e durante todo o século XX, servindo como mediador político dessa elite com a população local. Os donos, diretores e colaboradores, eram representantes de famílias políticas conservadoras e identificadas com os interesses da elite local e mineira. Assim, José Eustáquio de Paula nos afirma que “(...) entende-se que **sua linha editorial e demais publicações no início da década de 1960 iam ao encontro dos interesses dos demais grupos midiáticos conservadores do país, a exemplo dos grandes jornais (...).**” (DE PAULA, 2018, p. 67). (grifo nosso!).

Nesse sentido toma-se os Jornais regionais como reprodutores dos noticiários dos grandes periódicos de maior expressão e circulação nacional. No caso do *Lavoura e Comércio* no período e temática em análise, essa afirmação é relativa, visto que enquanto grandes jornais realizavam oposição sistemática a política externa de Jânio Quadros, o *Lavoura* como veremos no próximo capítulo, não chegou a realizar críticas diretas as ações de política externa do governo Quadros, pelo contrário, chegaram a apontar os possíveis ganhos com, por exemplo, a ampliação dos parceiros comerciais do Brasil.

Certamente o *Lavoura* representou o interesse das elites conservadoras de Uberaba, manipulando as informações conforme seus interesses e os jogos de poder e de disputas políticas locais⁸⁵, que eram certamente influenciados pela política nacional, que por sua vez vivia conflitos simbólicos gestados pela tensão internacional da bipolaridade da guerra fria.

Analisado os pressupostos teóricos-metodológicos que sustentam a presente pesquisa, passaremos a analisar nos próximos capítulos as representações do jornal *Lavoura e Comércio* acerca da política externa do governo Jânio Quadros no contexto da bipolaridade mundial.

⁸⁵ É importante apontar que nesse período havia uma predominância de PTB e PSD, que se alternavam no comando da cidade. Em 1961, o prefeito era Jorge Furtado do PTB, eleito em 1959.

2 – POLÍTICA EXTERNA É NOTÍCIA: PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA DE JÂNIO QUADROS NAS PÁGINAS DO *LAVOURA E COMÉRCIO*

Conforme apontado no primeiro capítulo deste trabalho a imprensa e as representações geradas por esta, nos permitem acessar dada interpretação histórica sobre determinado fato no tempo e espaço, podendo dessa forma criar uma nova representação a partir da compreensão do processo histórico daquele tema em análise, observando sempre todo o contexto que envolve o desenrolar dos acontecimentos.

A partir do levantamento e análise das fontes, observamos inicialmente que o Jornal *Lavoura e Comércio* trata os assuntos veiculados com um caráter meramente informativo, característica própria da grande imprensa, ou seja, em uma primeira leitura a nível discursivo, o jornal apenas informa o leitor.

Nesse sentido, partir de uma análise do conjunto das edições de 1960 (período eleitoral) e 1961 (Governo Jânio Quadros) realizada de forma pormenorizada e linear, apreciando notícias, editoriais, artigos e notas de colunas do periódico e levando em conta os elementos constitutivos do Jornal⁸⁶, é possível perceber que há a tentativa de intervir na construção social de uma determinada narrativa sobre os eventos que se sequenciam no espaço-tempo do periódico e envolvem a temática da Política Externa do novo governo, dando grande relevo e destaque ao tema durante esse período.

Quase sempre, isso é feito por meio de agências de notícias e seus correspondentes que transmitem informações aos jornais das capitais e também do interior. No caso do *Lavoura*, em especial as notícias de Política Externa há a assinatura de uma agência identificada como (SE), com as reportagens quase sempre vindas de Brasília, São Paulo ou do Rio de Janeiro.⁸⁷

Outra agência de notícias que se destaca na prestação das notícias sobre política externa ao jornal, é a *United Press International*, identificada com a sigla (UPI) e conhecida mundialmente. Essa agência foi fundada em 1907 nos Estados Unidos, sendo pioneira na cobertura e distribuição de notícias em várias partes do mundo. As notícias da UPI veiculadas

⁸⁶ Aqui nos referimos a uma análise espacial que as notícias de política externa do governo Jânio ocupam no jornal, levando em conta o que Tania de Luca denomina de “materialidade” quando afirma que “(...) é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural.” (LUCA, 2008, p. 132).

⁸⁷ No entanto, no caso desta agência em específico, após profunda pesquisa, não conseguimos identificar sua origem e possível orientação político-ideológica, mas pelas características das notícias, possui também um caráter informativo.

no *Lavoura* tinham origens diversas, concentrando-se especialmente a partir de Londres, Washington e Havana, focos dos acontecimentos mundiais.⁸⁸

Uma das principais características da UPI é a transmissão de noticiários eminentemente informativos. Conforme nos aponta o historiador Edvaldo Fontana “(...) a UPI se apresentava como preocupada com a transmissão da informação e não com a interpretação da notícia.” (SOTANA, 2018, p. 258), corroborando assim para a impressão inicial de que as notícias são meramente informativas.

Nesse contexto, passaremos a analisar o conteúdo do Jornal *Lavoura e Comércio* acerca da política externa do governo Jânio Quadros, partindo do ano de 1960, período em que se realiza as eleições e o assunto é destaque na imprensa, até chegarmos em 1961, ano de fato do governo Jânio e onde o tema aparece constantemente no *Lavoura*. É importante destacar que a análise não segue uma lógica estritamente linear e cronológica, mas majoritariamente temática, de forma que as edições interagem pendularmente entre os tópicos dos capítulos 2 e 3, de forma que a partir do conjunto das edições, captamos qual a representação construída pelo periódico sobre a política externa do governo Jânio Quadros, sempre dialogando com a historiografia existente e buscando construir o que Michel de Certeau denomina de “trama”, ou reconstituição do passado das sociedades humanas. (CERTEAU, 2015).

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita da fonte, delinearemos brevemente um recorte biográfico de Jânio Quadros, ator fundamental do objeto de estudo deste trabalho, de forma que possamos melhor compreender como se portava o autor das decisões sobre política externa durante seu governo. Vejamos.

2.1 - Jânio Quadros: a ascensão meteórica

Jânio Quadros, esteve presente na vida política do Brasil por mais de quarenta anos, tendo o que podemos denominar de “ascensão meteórica”. De um modesto advogado, professor de ginásio, de família simples, sem fortuna e tradição política, chega a Presidência da República aos 44 (quarenta e quatro) anos de idade, após percorrer rapidamente diversas escalas da vida pública, em pouco menos de quinze anos de carreira política, alcançou à

⁸⁸ Segundo Edvaldo Fontana “Em 1918, a United Press International começou a fornecer material ao jornal O Estado de S. Paulo. Em 1922, passou a atender o Jornal do Brasil e, no final da década, responsabilizou-se por fornecer material para O Jornal. (...) Aos poucos, Reuters, UPI e API começavam a exercer papel fundamental na distribuição de informações para os jornais brasileiros (...)” (FONTANA, 2018, p. 261). O fornecimento desse material intensificou-se mais ainda no período da Guerra Fria, passando a exercer essas agências forte influência no noticiários internacional de todo o mundo.

presidência da República.

Em importante estudo biográfico sobre Jânio, a cientista social Vera Chaia nos aponta a novidade que o político representou, afirmando que

Quando Jânio apareceu na cena política brasileira, desempenhava um papel de oposição, construindo uma imagem baseada na integridade. Cativou o eleitorado paulista com um marcante discurso de apelo moralizador, apresentando-se como alternativa àquele que dominava as relações políticas do Estado de São Paulo desde o período do Estado Novo, Adhemar de Barros. (CHAIA, 1991, p. 11).

Nesse sentido, Jânio representou uma ruptura em relação ao *establishment* político paulista, colocando-se como uma liderança que varreria a corrupção, limparia e racionalizaria a administração pública e reordenaria a gestão pública. Durante todo o período em que esteve presente na vida política do país, Jânio conseguiu formatar a partir de seu perfil e atuação política, características que conformaram aquilo que podemos denominar de “janismo”.

Durante toda sua carreira, além do carisma esboçado pela figura de Jânio, houve também a crença de que ele poderia resolver todos os problemas enfrentados pela população, seja no âmbito da cidade de São Paulo, do Estado ou até mesmo do país. Outro elemento importante da atuação janista, foi sua desvinculação aos partidos políticos, especialmente os tradicionais PSD, PTB e UDN. Quadros abrigava facilmente suas candidaturas em qualquer partido, mostrando-se independente destes e estabelecendo uma relação quase direta entre ele e a sociedade⁸⁹.

A partir disso, é possível perceber uma das principais características do perfil de Jânio, qual seja: seu extremo personalismo na ação política. É quase impossível separar os governos de Jânio Quadros de sua personalidade, ou seja, a associação entre os traços do ator e a conjuntura da obra. O ‘autoritarismo personalista’ de Jânio, pode ser identificado, não raras vezes, no seu desprezo às instituições, especialmente ao parlamento, em detrimento da valorização e respeito ao papel exercido pelos militares, por exemplo.

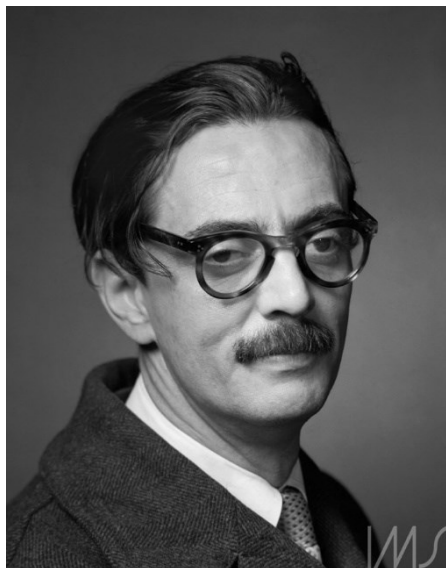
Em sua rápida e meteórica ascensão, Jânio Quadros foi de suplente de Vereador, a Vereador em 1947 pelo PDC, e elegeu-se em 1948 deputado estadual pelo mesmo partido. Em 1953 com a campanha do “tostão contra o milhão”⁹⁰, chega a Prefeitura de São Paulo,

⁸⁹ Em estudo sobre o governo Jânio Quadros, o cientista político Bolivar Lamounier, denominará essa relação direta entre Jânio e a sociedade e a elevada derivação da legitimidade do governante pela população, de “presidencialismo plebiscitário”, denominando as ações empreendidas pelo político paulista para a conformação desse modelo de “bonapartismo janista”.

⁹⁰ Esse lema de campanha de Jânio ficou famoso e se transformou em um bordão, acompanhando o político paulista nas disputas eleitorais que participou. Representava a luta dos fracos, pobres, oprimidos e trabalhadores,

derrotando uma poderosa coligação formada por UDN, PSD, PTB, PR e os ‘ademaristas’.⁹¹ Em 1954, elege-se Governador de SP, com a participação da alegórica vassoura⁹² que varreria ratos, ricos e reacionários.

Figura 3: retrato de Jânio Quadros.



Fonte: acervo do Instituto Moreira Sales.

Em 1955, faz seu sucessor em São Paulo e em 1958 elege-se deputado federal pelo estado do Paraná. Em 1962 é derrotado por Ademar na tentativa de se eleger novamente governador de SP. Na ditadura teve seus direitos políticos suspensos, retornando à vida pública apenas com a anistia em 1979.

Jânio, sempre foi o candidato do inconformismo. Maria Victória Benevides nos aponta que em seus comícios “(...) Jânio atacava a inércia dos políticos, o abandono da causa pública, os desmandos dos governos, a opressão de “Dona Light”. Apontava, como plataforma para a “recuperação moral e administrativa”, a correta equação dos direitos e deveres dos cidadãos e do Estado.” (BENEVIDES, 1999, p. 16-17).

contra a elite política e econômica exploradora. Com esse mote de campanha, Jânio conseguiu mobilizar uma base social forte, especialmente na periferia de São Paulo.

⁹¹ Expressão utilizada para designar um grupo de políticos que possuía ligação com o líder político paulista Ademar de Barros, que foi prefeito de São Paulo, interventor federal no Estado e por duas vezes governador de São Paulo, o que possibilitou com que formasse um núcleo político que o seguia enquanto liderança e apoiava suas ideias, práticas e ações políticas. Os ademaristas em São Paulo, eram o principal grupo político opositor dos janistas, formados por políticos que possuíam ligação com Jânio Quadros.

⁹² A vassoura tornou-se símbolo das campanhas de Jânio, que a utilizava como uma representação sobre o que faria com os corruptos, corruptores e todos aqueles que não quisessem trabalhar, “varrendo-os” da administração pública de uma vez por todas, conformando assim, um novo modelo de administração pública, pautado na ética e eficiência administrativa.

Como governante, suas administrações permearam um alto grau de contradições e ambiguidades. As contradições entre desenvolvimento e atraso, progressismo e reacionarismo, autoritarismo e liberalismo, público e privado, foram muito bem manipuladas, sempre tirando proveito a seu favor diante do cenário político.

Enquanto vereador da cidade de São Paulo, Jânio se destacou como um parlamentar atuante e combativo. Apresentou cerca de dois mil projetos de lei, tendo transformado cerca de 15% em lei. Segundo Vera Chaia os projetos apresentados e aprovados por Jânio “(...) visavam aumentar a arrecadação de impostos para a Prefeitura, melhorar as condições de vida da cidade de São Paulo, defender o consumidor paulistano e garantir melhoria nas condições de vida e trabalho da classe operária.” (CHAIA, 1991, p. 22).

A partir de sua atuação como vereador da capital paulista, Quadros lançou as bases de atuação de sua vida pública, pautando-se enquanto parlamentar pela fiscalização, cobrança rigorosa do poder público no cumprimento das leis e na realização de ações efetivas, especialmente para a população mais pobre, bem como na denúncia de irregularidades administrativas cometidas por agentes públicos.

A moralização administrativa, a moralização dos usos e costumes e a atuação do Estado enquanto agente de melhoria e transformação da vida em sociedade, serão questões permanentes na carreira política de Jânio, que vai se utilizar da autovalorização pessoal para se promover, construindo a imagem de um político moderno, gestor e que prezava pela impessoalidade e racionalização das ações do Estado.

Como deputado estadual, além das tradicionais bandeiras da moralização e eficiência na administração, Jânio também defenderá a independência do poder legislativo em relação ao executivo, fortalecendo o primeiro, enquanto poder de fiscalização do segundo. Ainda nesse período, Jânio se reafirmará constantemente, como sendo um político independente e livre de amarras. Segundo Vera Chaia, Quadros “Considerava-se um político diferente dos demais, pois não fazia conchavos e não pertencia a grupos políticos, o que o mantinha livre de pressões e livre para exercer o seu mandato parlamentar.” (CHAIA, 1991, p. 55).

Na eleição para a prefeitura de São Paulo, Jânio se posicionou definitivamente como o defensor dos pobres e oprimidos, lançando o slogan “O tostão contra o milhão”, o que arrebanhou a sua candidatura e figura política um forte apelo popular. Foi nesse período que o político adotou a vassoura como símbolo da limpeza que faria na gestão pública, acabando com a corrupção, as nomeações ilegais e a roubalheira do dinheiro público. Sua candidatura surge como uma alternativa ao clã ademarista, e como a possibilidade de moralizar a política em São Paulo.

A vitória esmagadora de Jânio, eleito com 65% dos votos, representou uma tentativa de mudança do eleitorado da capital paulista, especialmente as classes populares, que buscavam um líder que pudesse ouvi-los e resolver os problemas que a cidade enfrentava. Em sua administração como prefeito, Jânio continuou a levantar a bandeira da moralização e eficiência administrativa, buscando sempre, se fazer presente nas ações do governo, como forma de se mostrar um político de vigor e ação.

Em janeiro de 1954, o PDC lançou a candidatura de Jânio Quadros ao governo do Estado de São Paulo. Na campanha eleitoral o político continuou a explorar a imagem que carregaria em toda sua trajetória, de um candidato diferente, abnegado de sua vida pessoal em prol do serviço à população, sem apoio dos tradicionais partidos e políticos, bem como com autonomia e independência frente aos espúrios compromissos partidários.

Em outubro daquele ano, Quadros conseguiu derrotar por ligeira margem de votos, o tradicional político paulista Adhemar de Barros. Novamente, o mote da campanha janista, foi a promessa de moralizar o serviço público e realizar o gasto racional e eficiente do dinheiro público, buscando varrer a corrupção que assolava a gestão pública no Estado de São Paulo.

Logo no início do mandato como governador, Jânio estabeleceu uma série de diretrizes, principalmente voltadas a recuperação econômica do Estado e a racionalização do serviço público. Sobre isso, Vera Chaia nos aponta que

A prioridade do novo governo centrou-se na recuperação financeira do estado, para em seguida criar condições infra-estruturais (...) que possibilitassem promover o desenvolvimento econômico do Estado e acelerassem o processo de industrialização em São Paulo. Junto com essas propostas Jânio Quadros passou a empreender a moralização na administração pública, começando pelas áreas de Segurança Pública. (...). Com relação a moralização dos costumes, considerava que tanto a prostituição como os jogos de azar deveriam ser combatidos (...). Na sua proposta de governo, os municípios seriam valorizados e, para tanto, repassaria as verbas necessárias para promover o seu desenvolvimento (...). Sua administração seria voltada para averiguação e posterior punição dos funcionários implicados em irregularidades administrativas. (CHAIA, 1991, p. 116-117).

Assim como procurou fazer desde o início de sua carreira política, especialmente na prefeitura de São Paulo, Jânio buscou governar sob a égide da legitimidade popular do voto. Ou seja, quando não conseguia apoio parlamentar na Assembleia para a aprovação de suas propostas, levava até à população as dificuldades que o parlamento impunha a realização de seu projeto de governo, gerando assim um profundo desgaste entre os poderes, um desrespeito às regras do jogo e colocando o povo contra o Poder Legislativo. Jânio inclusive, chegou a manter um programa de televisão semanal, onde realizava críticas e comentários a políticos e partidos, que segundo ele, o impediam de governar. Tal situação, provocaria uma constante

instabilidade e sucessivas crises durante sua administração⁹³.

Foi à frente do governo de São Paulo, que o político iniciou a dinâmica de seus famosos bilhetinhos, que consistiam em “memorandos”, dando ordem a seus secretários e subordinados, pratica que se tornaria praxe durante seu mandato presidencial e seria vista como uma forma direta de administrar, não dando espaço para decisões que não passassem sob seu crivo.

No fim de seu mandato como governador, Jânio lançou-se candidato à deputado federal pelo PTB do Paraná, sendo eleito o deputado mais votado do Estado.⁹⁴ Inicialmente Jânio desconversou sobre sua candidatura à presidência da República nas eleições de 1960, o que posteriormente admitiu, ao afirmar que a nação desejava o que ele havia feito em São Paulo.

Pudemos analisar até aqui, alguns traços comuns que permearam a meteórica ascensão de Quadros, que o levou aos mandatos de Jânio como Vereador e Deputado estadual e depois como Prefeito de São Paulo e Governador do Estado. Sua autonomia em relação aos partidos, o desprezo em relação ao parlamento, a tentativa constante de aproximação da população e as propostas de moralização e racionalização da administração pública, são marcas que acompanharão Jânio em seu mandato como Presidente da República, e constituirão os traços do ‘janismo’. No entanto, antes de analisar os aspectos que permearam o governo presidencial de Jânio Quadros, vejamos como o político chegou à Presidência da República.

2.2 - Política Externa é assunto nas eleições de 1960

O desenvolvimento do período JK⁹⁵ ampliou as demandas da sociedade por mais participação econômica, política e social. Ao mesmo tempo, há nesse momento a falência do

⁹³ Segundo Vera Chaia, “Até o final de seu mandato, o relacionamento de Jânio Quadros com a Assembleia foi tumultuado. Jânio Quadros não conseguiu governar com maioria parlamentar, mas, na realidade, o que se pode perceber é que ele não queria negociar com a Assembleia. A ideia de governar em parceria com o Poder Legislativo não foi pensada e muitas vezes foi negada e ignorada por Jânio Quadros, que sempre apelou diretamente ao povo nas ocasiões mais difíceis, quando precisava obter algum respaldo popular.” (CHAIA, 1991, p. 148).

⁹⁴ A candidatura de Jânio pelo PTB, de tradição trabalhista e getulista, tudo aquilo que o político mais combatia, demonstra a profunda distância que ele estabelecia com os partidos políticos, afinal, mostrou que não se importava com projetos partidários, o que ficou comprovado em todos os seus mandatos.

⁹⁵ Juscelino Kubistchek (JK), foi eleito em 1955 pelo PSD, exercendo o mandato de 1956 a 1961, tendo como principal objetivo de seu governo o desenvolvimento econômico do país por meio do processo de industrialização e da construção da nova capital (Brasília) como forma de integração do interior do Brasil, o que foi sintetizado em seu programa de metas e no lema de seu governo, que afirmava que o Brasil crescerá “50 anos em 5”.

sistema partidário e o esgotamento das virtudes do governo Juscelino, o que em certa medida explica o contexto eleitoral de 1960 que levará Jânio Quadros à vitória, realizando o que muitos denominaram de “revolução pelo voto”.

Nesse sentido, alguns fatores que marcaram o fim do governo Kubistchek, podem nos explicar a ascensão janista, vejamos: 1 – a crescente insatisfação de vários setores sociais com o alto custo de vida; 2 – a transformação gradativa do sistema partidário, com a decadência dos grandes partidos conservadores, PSD e UDN; 3 – a crônica debilidade institucional brasileira, nas relações desiguais entre um forte estado e uma frágil e desarticulada sociedade civil.

Sobre esse contexto político-eleitoral, Maria Victória Benevides nos afirma que “Jânio Quadros surge com força total nesse aparente vácuo institucional e caos partidário, agravados pela crise econômica. (...) Jânio apresentava-se ostensivamente como o candidato independente, “acima dos partidos”, prometendo um governo “sem donos e sem influências”.” (BENEVIDES, 1999, p. 21).

Logo após entregar seu mandato como governador de São Paulo, Jânio viajou e formou uma espécie de *staff* político, que acompanharia e o deixaria informado de todos os desdobramentos políticos relativos a eleição a se realizar. A UDN foi o primeiro partido a declarar a preferência pela candidatura de Jânio. Uma das grandes lideranças udenistas, Carlos Lacerda, havia rompido relações com Jânio, quando este ainda era governador de SP, o que segundo Lacerda havia ficado para trás. Segundo Vera Chaia, “Carlos Lacerda considerava inevitável a vitória de Jânio Quadros nessas eleições e acreditava que a única maneira para a UDN alcançar o poder era apoiar a candidatura de Jânio para a Presidência.” (CHAIA, 1991, p. 155). Apesar disso, muitos setores udenistas não apoiavam a ideia de dar apoio à candidatura de Quadros.

Logo após a UDN, houve o lançamento da candidatura de Jânio pelo PTN⁹⁶, ainda com ele viajando para o exterior. Por outro lado, enquanto o PTB iniciava um processo para a expulsão de Jânio, o Partido Libertador declarava apoio à sua candidatura. Posteriormente houve a homologação da candidatura de Jânio pelo PDC, enquanto permanecia o dissenso na UDN quanto ao apoio do partido à Jânio, sendo que mesmo assim, sairia vitorioso na convenção do partido.

Durante o período pré-eleitoral, houve, portanto, três situações conflitantes em relação à candidatura de Jânio: a primeira diz respeito ao desentendimento interno na UDN

⁹⁶ Nessa época não era necessário estar filiado antecipadamente a um partido político para ser candidato, como ocorre hoje. Sendo assim muitos partidos disputaram a indicação da candidatura janista a Presidência.

quanto ao apoio à Quadros; a segunda é relativa a disputa de qual partido abrigaria a candidatura janista; e em terceiro, o conflito em relação a indicação à candidatura a vice na chapa. Tudo isso levou Jânio a dizer que não seria mais candidato. No entanto, foi feito um forte apelo pelos partidos aliados e pelo Movimento Popular Jânio Quadros - MPJQ⁹⁷ para que Jânio reconsiderasse sua decisão, sendo realizado inclusive um abaixo-assinado que foi entregue ao político paulista, que depois de muita relutância aceitou sair candidato pelo PTN.

Com a decisão do Partido Republicano em apoiar Jânio a coligação de sustentação à sua candidatura passou a ser formada por cinco partidos (UDN, PTN, PDC, PL e PR). Jânio então, tinha o apoio de vários setores do empresariado, classe média, movimentos de trabalhadores, além do pequeno PTN, PDC e a maioria da UDN, e também contava com o apoio partidário da Frente Democrática Gaúcha, formada por UDN, PSD e PL. Pela oposição disputava Adhemar de Barros do PSP e o General Lott do PSD, este último com apoio do PTB, que lançou João Goulart como candidato à vice-Presidente⁹⁸.

Durante a campanha, prometeu honestidade, enalteceu a democracia e se comprometeu a manter um ritmo acelerado de crescimento em áreas esquecidas, preservando, sobretudo, a soberania nacional. Aproximou-se da forma neoliberal, insistindo na necessidade de controlar o orçamento e criar condições para os investidores estrangeiros, mas, no entanto, mudou de posição sobre a Petrobrás, entendendo que não deveria haver a participação de empresas estrangeiras na produção de petróleo.

Jânio pretendia despolitizar a administração, ou seja, trata-la do ponto de vista técnico, sem envolver partidos políticos e conchavos partidários. Defendia a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, o fortalecimento e autonomia dos sindicatos, desvinculando estes da influência de partidos e do Estado.

Dos nove meses do ano de 1960 em que o processo eleitoral foi noticiado, em quatro deles (janeiro, fevereiro, junho, agosto) a política externa não irá aparecer diretamente no noticiário eleitoral, que era quase cotidiano nesse período. Pode parecer pouco, ainda mais no conjunto de todas as edições daquele período, no entanto, torna-se surpreendente quando levamos em conta que o periódico é do interior; tradicionalmente a política externa é um tema pouquíssimo abordado nas campanhas eleitorais; e ainda não tínhamos de fato um novo governo estabelecido com ações de política externa.

⁹⁷ Sobre o MPJQ, Vera Chaia nos afirma que “(...) em abril de 1959, foi fundado no Rio de Janeiro o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), com o objetivo de desenvolver, nas ruas, a campanha de propaganda da candidatura de Jânio Quadros.” (CHAIA, 1991, p. 157).

⁹⁸ Durante as eleições, foram montados comitês eleitorais em prol da candidatura de Jânio e João Goulart, denominados de “Comitês Jan-Jan”.

Em janeiro como dito não há nenhum tratamento específico sobre a política externa. O jornal trará no dia 02, ocupando toda a capa, apenas a chamada para um grande comício com a presença de Jânio em Uberaba, a ser realizado no dia 04 de janeiro na praça Rui Barbosa. A propaganda diz “Não desespere, Jânio vem aí!”; “Palavras do candidato das multidões”; e “Fala o homem da Vassoura”. Apesar de ser uma propaganda provavelmente paga, chama atenção o espaço utilizado, bem como o fato de a campanha eleitoral não ter sido iniciada oficialmente e Uberaba já contar com a presença de Jânio na realização de um comício no município.

Figura 4: propaganda do comício de Jânio a ser realizado no dia 04 de janeiro.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 02.01.1960, p. 01)

No dia 05 daquele mesmo mês, um dia após a realização do comício, o *Lavoura* traz na capa a íntegra de uma entrevista concedida por Jânio ao periódico, sem, no entanto, ventilar qualquer assunto sobre a política externa, que viria aparecer apenas no mês de março, com a iminência da realização de uma viagem do candidato à Cuba, que repercutiria não só naquele momento, mas durante todo o processo eleitoral.

No início de março de 1960, Fidel Castro, em nome do governo de Cuba, também convidou Jânio para visitar o país⁹⁹, como provável futuro Presidente do Brasil. A viagem foi controversa e atraiu críticas e apoios de diversos grupos políticos e sociais, até mesmo de apoiadores do candidato.

A edição do dia 16 de março traz uma matéria de grande destaque na capa com a

⁹⁹ É importante pontuar, que o General Lott, candidato do PSD e do governo JK, além de principal adversário de Jânio, também recebeu o convite de Fidel Castro para visitar Cuba, o que, no entanto, foi recusado pela campanha de Lott, temendo as repercussões negativas que o fato poderia acarretar na visão do seu eleitorado.

manchete “Viajará com Jânio Quadros para Cuba”. A reportagem oriunda da (SE) do Rio de Janeiro, começa informando que o deputado Francisco Julião do PSB de Pernambuco e líder das Ligas Camponesas, aceitou o convite de Jânio para viajar à Cuba no próximo dia 28 de março. A notícia ainda destaca que algumas lideranças apoiaram a decisão da viagem, entre eles o senador Milton Campos, da UDN de MG; o deputado Oswaldo Lima Filho, líder do PTB na Câmara e o deputado Bento Gonçalves, líder da Frente Parlamentar Nacionalista.

Já no início da viagem, o *Lavoura* destaca mais uma vez a ida de Jânio para Cuba, com uma matéria na página 02, com uma manchete em grande destaque “Jânio: “Vou ver os resultados da Revolução cubana de perto”. Jânio então candidato à presidência pela UDN, embarcou para Cuba em uma comitiva de 32 pessoas, entre eles várias lideranças políticas e classistas. Questionado pela reportagem se trataria da política externa do Brasil durante a viagem, Jânio respondeu que não.

Uma última reportagem sobre o assunto, ainda apareceria em março, com relativo destaque na capa e com a manchete “Jânio recebido por Fidel Castro”. Oriunda da UPI de Havana, a notícia se refere a Jânio como candidato opositor à presidência da República, não dando mais detalhes sobre a agenda do então candidato em Cuba.

Não obstante as breves menções a viagem nas edições de 04 e 06 de abril, o jornal só voltaria a destaca-la no dia 07 de abril, com a repercussão da entrevista dada por Jânio a imprensa, após o regresso de Cuba, com a manchete de capa “Em Cuba não há desemprego” e logo abaixo o subtítulo “Jânio Quadros expressa seu entusiasmo pelas realizações do governo de Fidel Castro”.

Figura 05: manchete da reportagem sobre a viagem de Jânio à Cuba.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 07.04.1960, p. 01)

A matéria traz trechos da entrevista dada por Jânio acerca dos resultados da viagem, afirmando que este se surpreendeu com o que viu, especialmente com a reforma agrária. Disse ainda que quem considera o governo cubano comunista, revela ignorância ou má fé, e ainda

que em Cuba não crise e nem desemprego. Exaltou ainda a figura de Fidel Castro, que considerou uma grande liderança das Américas, concluindo que a situação de Cuba é excelente. Nesse sentido nos aponta o historiador Boris Fausto ao afirmar que “Jânio estivera em março de 1960 em Cuba, expressando de forma cifrada uma vaga simpatia pelo regime de Fidel Castro”. (FAUSTO, 2010, p. 439).

Ao analisar a viagem de Jânio a Cuba durante o processo eleitoral, Vera Chaia nos aponta que

O objetivo do grupo político de Jânio Quadros, segundo Castilho Cabral, era o de desfazer sua imagem de “lacaio dos trustes”, mostrando uma faceta de independência com relação à política internacional. (...). Ao término de sua visita a Cuba, passou rapidamente pela Venezuela e, na volta ao Brasil, declarou ser a favor da criação do mercado comum latino-americano, manifestando o desejo de vitalizar as democracias latino-americanas e repudiando todos os regimes de força dos governos totalitários. (CHAIA, 1991, p. 176).

Apesar do tom informativo das matérias, há um conjunto de seis notícias que evidenciam a viagem de Jânio à Cuba, atitude que foi negada por seu concorrente, o General Lott. Chama atenção não só o destaque dado às notícias, sendo quase todas veiculadas na capa, mas também o tom das manchetes apresentados pela editoria do jornal, evidenciando o significado da viagem de Jânio ao convulsionado país latino-americano.

O mês de maio, nos traz apenas uma referência à política externa, com o tom que Jânio pretende dar ao tema. A notícia veiculada na página cinco da edição do dia 10, traz trecho de uma fala do então candidato, destacando que o Brasil deve vender a todos aqueles que queiram comprar seus produtos, dando ênfase na linha de uma política externa voltada para a busca do desenvolvimento nacional.

Por outro lado, enquanto no mês de junho não nenhuma referência ao tema, o mês de julho reserva três edições para tratar da política externa, uma que volta ao assunto da viagem à Cuba e outras duas sobre os rumos da política externa brasileira em um eventual governo Quadros, pautando-se na perspectiva de efetivação da Operação Pan-americana (OPA).

No dia 22 de julho a manchete veiculada na capa estampa “Jânio vai por um paradeiro nas explorações políticas” com um subtítulo logo abaixo afirmando “Fará importante declaração sobre a política exterior do Brasil”. A matéria informa que Jânio irá fazer uma declaração pública sobre suas intenções sobre a política externa, com o objetivo de

conter as especulações e usos políticos sobre sua real posição acerca do regime cubano.¹⁰⁰

Jânio continuará enfrentando críticas sobre sua viagem à Cuba durante toda a campanha. Na edição do dia 13 de setembro, na sessão “Notícias políticas”, produzida pelo próprio jornal e veiculada na capa, temos a seguinte manchete “A viagem de Jânio à Cuba”, trazendo o trecho de uma fala de Quadros respondendo às críticas feitas por Francisco Julião, que acompanhou o candidato na viagem. Jânio afirma que:

Fui a Havana como hospede e é muito fácil se verificar. Se não querem fazê-lo silenciem, mas não infamem. Deve estar falando da própria viagem. Esteve também nos hotéis mais luxuosos de Havana e, ao que saiba, Fidel Castro não lhes apresentou nenhuma conta. (*Lavoura e Comércio*, 13.09.1960, p. 1).

Percebe-se que o periódico continua dando destaque a viagem do candidato Jânio para Cuba, trazendo nas notícias de julho e setembro a justificção do presidencialismo sobre a questão, de forma destacada, o que nos leva a crer que não só o assunto era recorrente, mas em tese o jornal apoiava as justificativas janistas.

Acerca da repercussão da viagem de Jânio à Cuba Tânia Quintaneiro demonstra a dimensão que esta tomou na campanha eleitoral, bem como na imagem do candidato afirmando que

Essa viagem marcou de modo indelével a imagem de Jânio Quadros, repercutindo profundamente sobre sua campanha eleitoral. Apesar de não ter tido o caráter radical que lhe foi imputado, de fato confundiu uma parcela da opinião pública. Antes de ser um compromisso em favor de Cuba, ela era parte do esquema publicitário de Jânio, que visava eliminar o rótulo de “entreguista”, situando a posição do candidato à esquerda. (QUINTANEIRO, 1988, p. 33).

A edição do dia 26 de julho traz a seguinte manchete na capa “Jânio Quadros percorrerá as Américas lutando pela OPA”. A notícia destaca fala de Jânio sobre seu plano para o comércio internacional brasileiro, afirmando que viajará aos países que visitou para firmar negócios de interesse econômico para o Brasil, bem como aos países da América, com o objetivo de colocar a OPA no plano prático.

Novamente, no dia 29 de julho o periódico destaca fala de Jânio sobre a OPA, trazendo novamente na capa, em grande destaque, abaixo do cabeçalho a manchete “Jânio faz apologia da Operação Pan-Americana”. A reportagem destaca trechos de um discurso do candidato em um almoço oferecido pela Revista Manchete, onde Jânio teria defendido a OPA

¹⁰⁰ Essas especulações vinham sendo levantadas especialmente pelo candidato do PSD à presidência, o General Lott. O próprio Lavoura, na edição do dia 12 de julho, traz uma manchete com a declaração de Lott afirmando que “Vote em Jânio e teremos a guerra civil”.

e considerado a oferta norte-americana insuficiente para a América Latina e ainda que seria necessário compreender e contextualizar o que ocorre em Cuba, sem repreendê-los ou hostilizá-los.

Figura 6: manchete de capa sobre fala de Jânio acerca da OPA.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 29.07.1960, p. 01)

Na análise das notícias sobre a viagem a Cuba, bem como as referências à OPA, nos chama atenção o interesse do jornal em tratar do tema da política externa a partir das relações do Brasil com a América Latina, sendo que essa tendência demonstra o interesse do periódico nessa abordagem.

Essa tendência pode ser observada não apenas nas notícias veiculadas sobre a política externa no período eleitoral, mas também nos editoriais dos dias 01 de fevereiro (“Melancólico destino de Cuba”); 04 de março (Sobre a colaboração econômica dos Estados Unidos com a América Latina) e 24 de março (Sobre a cooperação econômica dos Estados Unidos com a América Latina). Há um forte interesse do jornal em debater o assunto das relações hemisféricas, abordando-o a partir da política externa proposta pelo presidenciável Jânio Quadros.

A partir da análise dos editoriais acima mencionados percebemos que o jornal se coloca a favor de uma colaboração mais estreita entre os Estados Unidos e América Latina, apontando para a necessidade de estreitar esses laços. Atrelado a isso, existe uma preocupação constante com os rumos da revolução cubana, que será intensificada no ano de 1961, com o posicionamento assumido pelo governo Quadros em relação ao país caribenho.

Há, nesses dois casos, um entrelaçamento com as notícias veiculadas durante o período eleitoral e que tratam da proposta de política externa janista, visto que a questão de

Cuba¹⁰¹ será um dos eixos de preocupação da chancelaria brasileira no governo Quadros, bem como a efetivação da OPA, que será feita posteriormente por meio da Aliança para o Progresso, sendo, portanto, duas constantes da atuação externa brasileira.

A última notícia veiculada antes das eleições com o tema da política externa foi veiculada no dia 20 de setembro, com grande destaque na última página do jornal. Trata-se de matéria produzida pelo próprio jornal a partir das declarações feitas por Jânio em Recife acerca do seu plano de governo, dando ênfase no item do comércio exterior, onde o candidato reafirma que o Brasil negociará com todos os países que desejem adquirir produtos brasileiros.

A questão das relações comerciais brasileiras será também uma preocupação constante do periódico, conforme poderemos observar no transcorrer do mandato de Jânio Quadros. Mas o fato de sempre buscar dar ênfase a esse assunto, dentro da perspectiva geral do tema da política externa, corrobora para uma das vocações do jornal, qual seja, o debate sobre o desenvolvimento econômico do país. E a partir disso, como veremos em várias publicações de 1961, o periódico apoiará a abertura comercial¹⁰² proposta por Jânio, inclusive com os países socialistas.

No entanto, antes de adentrarmos na análise das representações do *Lavoura* sobre a política externa janista no curso dos sete meses de seu governo, analisaremos brevemente as repercussões da vitória de Jânio a partir do tratamento das relações exteriores do Brasil.¹⁰³ Vejamos.

2.3 – A Política Externa no período pós-eleitoral

As eleições realizaram-se em 03 de outubro de 1960. A capa da edição do *Lavoura* do dia 06 daquele mesmo mês trouxe os resultados oficiais da apuração em Uberaba, com a manchete “Vitória da oposição em Uberaba: Jânio e Magalhães”. Em um total 23.052

¹⁰¹ A questão cubana e o desenrolar do processo revolucionário daquele país e sua interferência na América Latina será um tema constantemente abordado pelo jornal e de forma bastante negativa, conforme podemos observar já em 1960 nas seguintes veiculações: 1 – Manchete de capa na edição de 08/08/1960 intitulado “EE.UU. acusam Cuba de procurar propagar sua revolução a todo o resto da América Latina”; 2 – Manchete de capa na edição de 08/08/1960 intitulado “Banditismo internacional as desapropriações efetuadas pelo governo cubano”; 3 – Manchete de capa na edição de 30/08/1960 intitulado “Acusado governo cubano pela infiltração comunista nas Américas”; 4 – Artigo de José Mendonça na edição de 14/09/1960 intitulado “A terceira força”, fazendo uma crítica contundente ao comunismo, especialmente aos rumos da revolução em Cuba. Isso mostra que o jornal trará não só a questão de Cuba de forma crítica, mas tudo o que estiver atrelado ao comunismo.

¹⁰² Há nesse sentido um importante editorial já no ano de 1960, na edição de 08 de fevereiro, intitulado “Sobre abertura comercial”.

¹⁰³ Nessa análise, adotaremos como marco temporal os meses de outubro de 1960 a Janeiro de 1961, data do resultado das eleições e posse de Jânio respectivamente.

votantes, Jânio Quadros obteria a vitória na cidade com apenas sete votos de vantagem, sendo 7.987 votos para o homem da Vassoura, 7.980 para o General Lott, 5.904 para Ademar de Barros, enquanto Brancos seriam 606 e nulos 597 votos.¹⁰⁴ Naquela altura Jânio também já liderava país afora e a expectativa de sua vitória era iminente.¹⁰⁵

Figura 7: resultado oficial das eleições em Uberaba.

Resultado final	
<i>Para Presidente da República:</i>	
Jânio Quadros	7.987
Teixeira Lott	7.980
Ademar de Barros	5.904
Votos Brancos	606
Votos Nulos	597
<i>Para Vice-Presidente:</i>	
João Goulart	8.707
Milton Campos	7.425
Fernando Ferrari	3.909
Votos Brancos	2.273
Votos Nulos	760
<i>Para Governador de M. Gerais:</i>	
Magalhães Pinto	9.519
Tancredo Neves	9.399
Ribeiro Penna	1.211
Votos Brancos	2.293
Votos Nulos	652

Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 06.10.1960, p. 01)

Considerado o candidato antissistema, Quadros teve a maior votação entre os setores mais altos da sociedade, em virtude de suas ligações com a UDN. Segundo estudo realizado por Bolivar Lamounier e Maria do Carmo Campello de Souza, Jânio Quadros também recebeu a maior votação nos setores mais escolarizados e em posição socioeconômica superior das cidades de Belo Horizonte e Salvador, localidades onde a UDN tinha maior penetração. (CHAIA, 1991, p. 184).

Nesse sentido, Vera Chaia nos aponta sobre o perfil do eleitorado janista nas eleições presidenciais de 1960, que teríamos

¹⁰⁴ Tradicionalmente Uberaba era uma cidade fortemente petebista e muito influenciada pelo presidente JK. Prova disso é a apertada vitória de Jânio no município, bem como a de Magalhães para o governo de Minas, que derrotou Tancredo por 147 votos de diferença. Em relação à vice-presidência, o vencedor foi João Goulart, que obteve 8.707 votos, mais que o próprio Jânio, contra 7.425 de Milton Campos, que era o candidato udenista.

¹⁰⁵ Jânio Quadros venceu as eleições de outubro de 1960 com 48% dos votos nominais, levando pela primeira vez, desde 1930, o candidato dos oposicionistas ganhar uma eleição, demonstrando assim o esfacelamento da aliança PSD/PTB. Jânio obteve substancial votação em todas as camadas da população, alcançando 78% do total de seus votos nos estados da Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

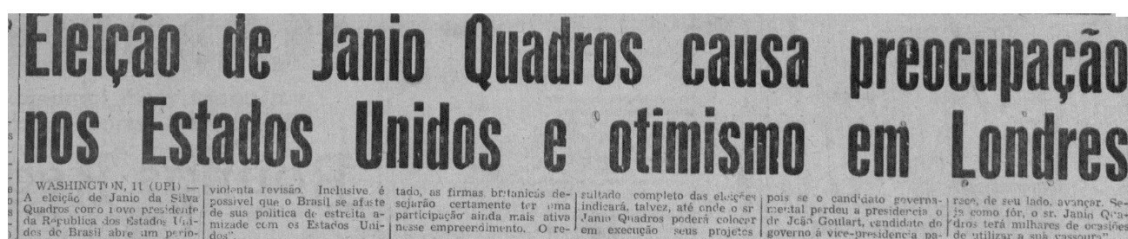
(...) como que um resumo de sua trajetória: o candidato à presidência é ainda a grande esperança dos deserdados, mas é sobretudo instilador do novo ânimo defensivo à classe média tradicional, atormentada pela inflação, temerosa das mudanças que se processavam no país, ansiosa em busca de uma messias-estadista para repor as coisas nos seus lugares. (...). Pode-se concluir que Jânio Quadros venceu as eleições porque a situação econômica e política vigente no país, naquele momento, manifestou seu repúdio identificado no líder político de Jânio Quadros a esperança. Toda sua campanha foi marcada pelo seu distanciamento em relação aos partidos políticos e aos grupos que o apoiavam. (CHAIA, 1991p. 185).

Passado o período eleitoral e já sob a expectativa da formação do novo governo e o encaminhamento das possíveis medidas a serem implementadas nos primeiros dias de governo, a política externa será tema de cinco edições, entre os meses de outubro de 1960 e janeiro de 1961, não obstante várias outras trouxessem notícias sobre a viagem de Jânio à Europa após as eleições, bem como sobre as expectativas em relação ao futuro governo.

No dia 11 de outubro uma notícia de capa oriunda da UPI de Washington estampa a manchete “Eleição de Jânio Quadros causa preocupação nos Estados Unidos e otimismo em Londres”. A reportagem traz trechos de uma matéria publicada na revista norte-americana *US News and World Report*, que afirma que a eleição de Jânio inicia um período de incertezas para o país, em especial nas relações com os Estados Unidos.

Afirma ainda que existe uma grande esperança de que o presidente eleito traga estabilidade financeira ao país, mas ninguém sabe qual será a política que o Brasil de Jânio adotará em relação a Fidel Castro, ao comunismo e aos Estados Unidos. Dando ênfase a esse contexto de mudanças a matéria nos afirma que “Modificações radicais se aproximam do Brasil. O governo e sua política serão submetidos a uma violenta revisão. Inclusive é possível que o Brasil se afaste de sua política de estreita amizade com os Estados Unidos”.

Figura 8: manchete de notícia veiculada sobre a preocupação norte-americana com a eleição de Jânio Quadros à presidência.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 11.10.1960, p. 01)

Já na edição do dia 14 de outubro, o *Lavoura* traz na capa uma síntese da primeira entrevista coletiva de Jânio após o anúncio oficial de sua vitória. Dois temas merecem destaque na matéria apresentada pelo periódico, uma é a fala de Jânio sobre o possível

reatamento das relações do Brasil com a Rússia e as relações entre Brasil e Estados Unidos, temas abordados de forma constante nesse período pós eleições.

Em relação ao reatamento com a Rússia a matéria aponta Jânio que seguirá a linha daquilo que afirmou durante a campanha, de que o Brasil deve comprar e vender com quem queira, sempre atendendo a seus interesses, e que isso não excluiria os países comunistas.

Por outro lado, em relação aos laços de amizade com o Estados Unidos, Jânio teria afirmado a reportagem que os tradicionais laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos seriam referendados e de que o Brasil cumpriria com as obrigações assumidas perante a ONU e a OEA. A reportagem ainda aponta a afirmação de Jânio de que a política externa brasileira será em seu governo de absoluta independência, e que dará relevância a OPA e ao processo de descolonização afro-asiático, mantendo a tradição anti-imperialista e anticolonialista do Brasil.

No dia 29 de outubro, o periódico traz uma notícia em grande destaque na capa localizada abaixo do cabeçalho daquela edição, tratando novamente do tema do possível reatamento das relações entre o Brasil e a Rússia. A manchete estampa “Caberá a Jânio reatar ou não as relações com a Rússia”, informando logo abaixo que o atual governo não terá tempo suficiente para reatar relações com os países da cortina de ferro, ficando a missão a cargo do sucessor de JK. A matéria informa ainda, que que o Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior do Exército, são contra o reatamento, enquanto a ala nacionalista é favorável, pelo menos no plano comercial.

Figura 9: notícia de capa sobre a possibilidade de reatamento das relações entre Brasil e URSS.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 11.10.1960, p. 01)

Apesar de as edições do ano de 1960 não trazerem mais notícias diretas em relação as prováveis medidas do futuro governo Jânio na área da política externa, o mês de novembro nos brinda com três manchetes que nos ajudam a entender a dinâmica de preocupação do jornal em relação aos rumos de nossa política externa no próximo governo.

No dia 07 de novembro o periódico estampa a manchete “Jânio Quadros iria a Pequim”. Já no dia 21 do mesmo mês uma manchete de capa informa “Jânio Quadros recusou convite para visitar os EE.UU.”. E por fim no dia 24 a manchete a firma “Jânio Quadros quer avistar-se com Kennedy”. É importante frisar que as manchetes no dizem muito, uma vez que, apesar de as notícias serem oriundas de agências de notícias, as manchetes são construídas pela editoria do jornal conforme sua visão.

As notícias do mês de outubro de 1960 reportadas anteriormente, bem como as manchetes do mês de novembro, todas veiculadas no período pós-eleitoral, nos apontam para a preocupação do periódico em como o futuro governo tratará das relações do Brasil com o Estados Unidos, bem como se portará com relação aos países comunistas, especialmente a União Soviética, a China e Cuba.

Conforme pudemos verificar, houve uma preocupação implícita em representar a necessidade de se manter as relações amistosas com o Estados Unidos, repercutindo no periódico a preocupação dos meios de comunicação norte-americanos com a eleição de Jânio e sua posição em relação aos países comunistas. Observa-se ainda uma ligeira desconfiança do *Lavoura* em relação aos possíveis rumos que tomará o novo presidente em relação a nossa política externa, sem, no entanto, enfatizar até então a questão cubana como nas edições do período eleitoral.

Finalmente se encerra o ano de 1960, e 1961 se inicia com a expectativa em relação a posse de Jânio, a formação do novo governo e qual serão os rumos dados a nossa política externa, apontando especialmente para três assuntos: as relações comerciais do Brasil, a diplomacia hemisférica e os Estados Unidos, e como o país tratará o problema de Cuba.

Teremos no mês de janeiro de 1961, que antecede a posse, além de uma notícia direta sobre as expectativas em relação a política externa do novo governo, mais quatro editoriais que nos informam bastante a posição do jornal no que concerne ao tratamento esperado acerca da questão cubana, das relações com os Estados Unidos, bem como sobre relações comerciais do Brasil.

O primeiro desses editoriais data de 09 de janeiro, intitulado de “A situação da América”, e trata da situação em Cuba e seus reflexos na América. O editorial faz uma crítica

contundente ao novo regime cubano capitaneado por Fidel Castro, afirmando que a derrocada da ditadura de Fulgêncio Batista pela revolução de 1959 não propiciou a volta da liberdade ao país e que a guinada de Cuba ao comunismo torna-o aliado do principal inimigo e ameaça da civilização cristã. Nesse sentido nos aponta o editorial afirmando que

Investido de plenos poderes, porém, Fidel Castro seguiu pelo mesmo caminho do ditador deposto: centenas de pessoas foram passadas pelas armas; povoaram-se as prisões. E a liberdade continuou e continua banida em Cuba. Tudo isso está acontecendo na América, num desafio permanente aos seus sentimentos e ideias democráticos e humanitários. Agora, na sua nova fase, o governo cubano volta-se para a União Soviética, criando aqui uma verdadeira cabeça de ponte para os vermelhos. (*Lavoura e Comércio*, 09.01.1961, p. 2).

É perceptível a postura de discordância do periódico em relação ao que ocorre em Cuba, posicionamento que fica claro nas edições dos meses subsequentes em que a situação em Cuba se agrava, sendo Jânio já presidente. A crítica e discordância do *Lavoura* alinha-se ao discurso de que o comunismo é um perigo e uma ameaça à civilização cristã e aos países do bloco cristão democrático, cujo o Brasil faz parte. Essa ideia nos ajuda a compreender dois alinhamentos do periódico: o primeiro é em relação aos Estados Unidos, onde este sempre será retratado de forma positiva; o outro é a postura mais crítica das ações externas do Brasil em relação aos países socialistas, que só serão amenizadas quando resultar em algo de interesse comercial. Esses dois alinhamentos podem ser observados já no mês de janeiro nos outros três editoriais.

Figura 10: editorial acerca da situação na América Latina.



Fonte: (Lavoura e Comércio, 09.01.1961, p. 02).

O primeiro, datado de 20 de janeiro e intitulado de “Kennedy – símbolo da Nova América”, exalta a eleição e posse do novo presidente norte-americano, afirmando que o Brasil recebeu com simpatia e entusiasmo a notícia da vitória de Kennedy, ressaltando a confiança que o país tem na boa condução do novo presidente no que concerne as relações dos Estados Unidos com o Brasil e os países da América-latina, reafirmando novamente que fazemos parte do bloco cristão-democrático. Assim afirma o editorial: “Os brasileiros acreditam que os laços de amizade e compreensão que unem as duas nações se estreitarão ainda mais na administração Kennedy as suas vistas de modo especial, para os povos latino-americanos”. (Lavoura e Comércio, 20.01.1961, p. 2).

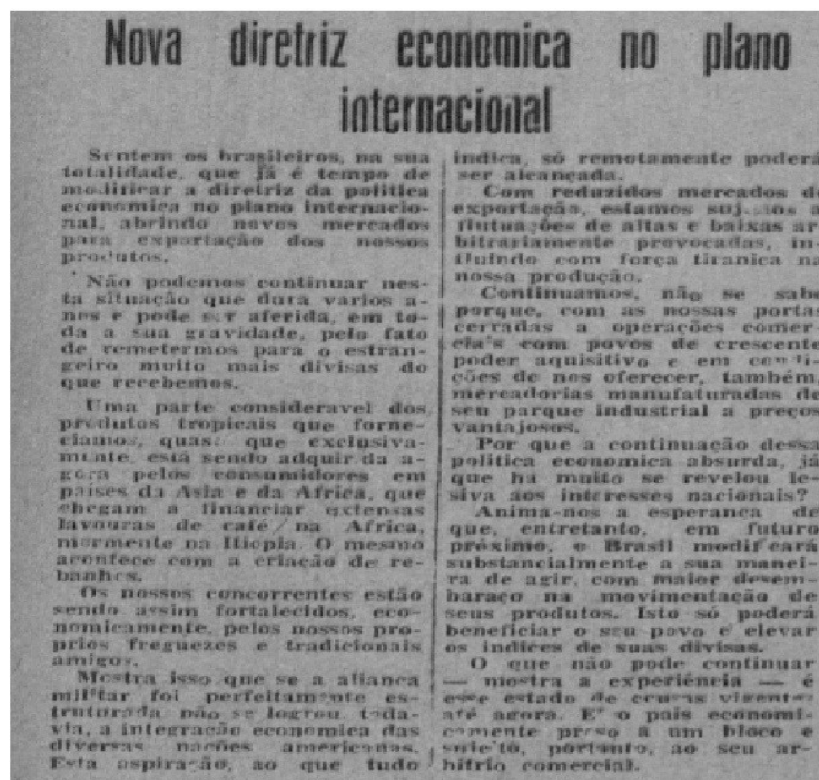
Figura 11: editorial acerca da eleição de John Kennedy como presidente dos EUA.



Fonte: (Lavourea e Comércio, 20.01.1961, p. 02).

No editorial da edição do dia seguinte (21/01), intitulado de “Nova diretriz econômica no Plano Internacional”, o jornal defende a necessidade de o Brasil modificar a política econômica no plano internacional, abrindo novos mercados para a exportação dos nossos produtos, visto que a atual situação em relação ao comércio exterior brasileiro não pode permanecer.

Figura 12: editorial acerca da nova diretriz do Brasil no plano econômico internacional.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 21.01.1961, p. 02).

O periódico faz uma crítica de que os concorrentes do Brasil estão sendo fortalecidos por nossos próprios aliados, e de que as alianças latino-americanas no campo militar não se concretizaram também no campo da integração econômica e comercial. Outra crítica está relacionada à falta de abertura comercial aos países de crescente poder aquisitivo, ou seja, aqueles do denominado terceiro mundo, que podem não só comprar de nós, mas também vender seus produtos a preços vantajosos.

Percebemos que o editorial corrobora com a visão do presidente eleito Jânio Quadros, difundida durante sua campanha eleitoral, de que o Brasil precisa direcionar sua política externa para atender aos interesses do país, buscando especialmente o desenvolvimento nacional, por meio do comércio com todos os países que queiram comercializar com o Brasil. Essa visão será repetida em outros momentos em publicações do *Lavoura* no decorrer do mandato de Jânio, especialmente nas situações em que a política externa se voltará ao relacionamento comercial com os países do bloco socialista.

Mostrando a necessidade de mudança nos rumos da política externa brasileira em termos de abertura do nosso comercio internacional, e acreditando que o governo Jânio assim agirá buscando colher os benefícios dessa medida, o editorial do *Lavoura* sentencia que

Anima-nos a esperança de que, entretanto, em futuro próximo, o Brasil modificará substancialmente a sua maneira de agir, com maior desembaraço na movimentação de seus produtos. Isto poderá beneficiar o seu povo e elevar os índices de suas divisas. O que não pode continuar – mostra a experiência – é esse estado de causas viventes até agora. E o país economicamente preso a um bloco e sujeito, portanto, a seu arbítrio comercial. (*Lavoura e Comércio*, 21.01.1961, p. 2),

O último editorial do mês de janeiro que trabalha a questão das relações internacionais do Brasil, data do dia 24, sendo intitulado de “Novo estilo das relações americanas”. O editorial volta a nos trazer uma perspectiva extremamente positiva em relação a posse de Kennedy como presidente dos EUA, apontando que em seu primeiro discurso como presidente, deixou claro que estabelecerá um novo relacionamento com a América Latina.

Figura 13: editorial acerca das relações latino-americanas.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 24.01.1961, p. 02).

O periódico busca construir uma identidade positiva em relação ao novo mandatário, depositando nele uma alta carga de esperança de que os Estados Unidos mudarão seu relacionamento com a América Latina, no sentido de dar mais apoio aos países do continente, com o objetivo de evitar a infiltração comunista, corroborando com a visão de defesa ao bloco capitalista ocidental e crítica ao bloco comunista. Nesse sentido o jornal encerra o editorial

afirmando que “Embala-nos a esperança de Keneddy, com a sua mentalidade arejada e seu espírito objetivo auscultará devidamente as aspirações latino-americanas, atendendo nossos apelos”.

Voltando um pouco no início de janeiro, especificamente no dia 10 daquele mês, o periódico no traz uma notícia em grande destaque na capa acerca das expectativas em relação à política externa do novo governo, com a manchete “Jânio deverá pagar aos EE.UU. 80 milhões de dólares no dia seguinte à sua posse” (*Lavoura e Comércio*, 10.01.1961, p. 1).

, com um subtítulo logo abaixo nos informando que “As três principais e imediatas preocupações do presidente – Quer um relatório verbal do nosso embaixador em Cuba”. (*Lavoura e Comércio*, 10.01.1961, p. 1).

A reportagem aponta que, segundo fontes próximas ao presidente eleito Jânio Quadros, este se preocupará no campo externo imediatamente após sua posse com três questões: a questão de Cuba; as relações com os países da África; e a dívida externa do Brasil, sendo esta última uma de suas maiores preocupações. A notícia informa que a dívida total é de 1 bilhão e 760 milhões de dólares a se pagar em um prazo de cinco anos, sendo 380 milhões em 1961 e desses 80 milhões no dia 01 de fevereiro próximo. Por fim a reportagem aponta que o presidente eleito telegrafou ao Chanceler Horácio Lafer, solicitando a presença do embaixador do Brasil em Cuba, Vasco Leitão da Cunha, com relatório completo do que se passa naquele país.

Figura 14: manchete de capa sobre as primeiras medidas a serem tomadas por Jânio na política externa.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 10.01.1961, p. 01).

Conforme poderemos observar na análise das notícias no decorrer do mandato, a questão relacionada à situação de Cuba e as negociações da dívida externa brasileira, bem como a abertura de nossas relações comerciais, serão uma preocupação constante do

periódico, que em alguns momentos defenderá as medidas da política externa janista, e em outros a partir da análise de um conjunto da visão do jornal sobre os fatos, se portará com ressalvas e de maneira crítica a esta.

Na edição do dia 31 de janeiro, dia da posse, o periódico traz na página 06 uma grande reportagem biográfica sobre Jânio, destacando as posições do presidente sobre diversos assuntos defendidos pelo novo presidente, dando grande destaque da sua posição sobre a política externa e enfatizando que o presidente pensa que o país deve se relacionar com todos os países na esfera internacional. Por outro lado, destaca que durante a campanha Jânio se colocou como católico apostólico romano e disse que internamente os comunistas precisam ser combatidos, uma vez que são “irrecuperáveis para a democracia”.

A postura crítica de Jânio frente ao comunismo, seu reiterado posicionamento enquanto cristão e a defesa de abertura comercial do Brasil a todos os países, ou seja, três bandeiras defendidas pelo jornal, talvez explique o porquê do *Lavoura* não ser tão crítico à política externa independente de Jânio. Passaremos a analisar, no próximo tópico, as primeiras notícias, artigos e editoriais sobre as questões acerca da política externa do governo Jânio e como eram representadas pelo *Lavoura*.

2.4 - As primeiras repercussões da PEI após a posse: o caso do “navio Santa Maria” e as diretrizes da nova política externa brasileira

O mês de fevereiro¹⁰⁶ irá nos trazer as primeiras repercussões sobre os novos rumos da política externa brasileira, dando alguns sinais do pensamento do *Lavoura* sobre o assunto, ao tratar sobre inúmeros temas da nova política externa, como o caso do navio Santa Maria e a definição das diretrizes da política externa do novo governo.

A primeira notícia sobre a Política Externa de Jânio após a posse, aparece em destaque na capa, a partir da reprodução no dia 01 de fevereiro de 1961 do discurso de posse que se inicia na primeira página, terminando na página seis, onde Jânio delineia entre outras medidas, as diretrizes da nova política externa a ser implementada em seu governo.

O discurso de Jânio caminha no sentido do compromisso com os países do continente e abertura a todos aqueles que queiram se relacionar com o Brasil. Nesse sentido o periódico

¹⁰⁶ Não trataremos no presente tópico das notícias veiculadas nos dias 04 e 06 de fevereiro, visto que as mesmas, apesar de repercutirem inicialmente no periódico, nos auxiliam mais na compreensão do posicionamento do jornal sobre o posicionamento do Brasil em relação a neutralidade e os países comunistas, que trataremos no tópico 3.1 do próximo capítulo; bem como a edição do dia 22 de fevereiro, que aborda o posicionamento brasileiro em relação ao problema do Congo.

aponta em trecho da transcrição do discurso “Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciais. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência de nossa pujança para que nos arrefecemos de tratar com quem quer que seja.” (*Lavoura e Comércio*, 01.02.1961, p. 6).

Já na edição do dia seguinte (02), uma manchete destaca a mensagem recebida pelo presidente eleito pelo presidente soviético, Nikita Krushev, com a manchete “Krushev a Jânio” e o subtítulo “Deseja maior desenvolvimento das relações entre a União Soviética e o Brasil”.

A notícia destaca a mensagem enviada pelo premier soviético, em virtude da posse de Jânio, cumprimentando-o e dando votos de êxito em seu mandato. O jornal ainda destaca que Kruschv desejou na mensagem um maior desenvolvimento das relações entre o Brasil e a URSS, o que corresponderia aos interesses de consolidação da paz universal.

Figura 15: notícia de mensagem de Krushev à Jânio.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 02.02.1961, p. 01).

No dia 03 de fevereiro, por outro lado, há uma notícia de capa com a manchete “Jânio vai dar Vassourada nos escritórios comerciais brasileiros no exterior” (*Lavoura e Comércio*, 03.02.1961, p.1), reproduzindo no corpo da notícia o trecho de um memorando enviado por Jânio ao Ministério, solicitando o levantamento de todos que trabalham nos escritórios comerciais brasileiros no exterior, suas funções e a conveniência de subordinar aos embaixadores do Brasil esses escritórios comerciais.

Ainda nesta edição, teremos o primeiro tratamento sobre “caso do navio português Santa Maria”¹⁰⁷, envolvendo manifestações da chancelaria brasileira sobre a gestão de Afonso Arinos. A notícia aponta que Arinos afirmou que a sorte do Santa Maria estaria nas mãos da justiça de Pernambuco, enfatizando ainda que o Brasil daria asilo ao capitão Galvão e seus oficiais.

No dia 08 de fevereiro, o *Lavoura* traz no editorial intitulado “Atitude acorde com as tradições democráticas da América”, sua posição acerca do caso Santa Maria e a atitude do governo brasileiro nessa questão. O jornal entende que o Brasil agiu corretamente e dentro das tradições latino-americanas de proteger aqueles que lutam por questões políticas, de forma que isso não representa gesto de inimizade com Portugal. Ou seja, o periódico enxerga o caso do Santa Maria como uma sublevação política na luta contra o governo autoritário de Salazar, defendendo o asilo que foi dado aos insurgentes.

O referido editorial também critica o sensacionalismo que parte da imprensa tem feito sobre o assunto, acusando o governo brasileiro de ter errado no caso e desrespeitado nossas relações com Portugal. Em sentido contrário a essa visão o periódico afirma que “Não faz sentido, pois, o ponto de vista dos que insistem em ver hostilidade onde há unicamente uma questão de princípios e de respeito à liberdade de pensamento”. (*Lavoura e Comércio*, 08.02.1961, p. 2).

Nesse sentido, é perceptível que o *Lavoura* apoia a posição chancelar brasileira sobre o caso do Santa Maria, um dos assuntos envolvendo a política externa mais importantes dos primeiros dias de mandato, destacando que o país agiu corretamente e ancorado nas melhores tradições democráticas do mundo livre, não ferindo a soberania de Portugal e dignidade de seus dirigentes. É importante ressaltar, que o jornal corrobora com a questão da tradição democrática e apontará sempre esse elemento frente as decisões da política externa independente, ressaltando apenas o contrário nos casos em que houver interesse comercial.

¹⁰⁷ O Transatlântico português “Santa Maria”, que havia saído de Lisboa em 09 de janeiro de 1961 rumo a Miami nos EUA, foi sequestrado em 22 de janeiro sob o comando do capitão Henrique Galvão e seu grupo anti-salazarista de 24 homens que estavam a bordo. O sequestro tinha o objetivo de impor pressão sob a política ao governo ditatorial de Salazar em Portugal. O plano era levar o navio até Luanda, capital de Angola, e de lá iniciar um levante contra o governo salazarista. No entanto, acontecimentos durante a viagem impediram o plano e Galvão acabou ancorando na cidade de Recife em 02 de fevereiro. O Navio seria devolvido as autoridades portuguesas e Galvão e seus homens receberiam asilo político do governo brasileiro.

Figura 16: editorial acerca da posição brasileira no caso do navio “Santa Maria”.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 08.02.1961, p. 02).

Corroborando com a visão oficial e a veiculada pelo *Lavoura*, o diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa nos aponta que

embora não tivesse conotação direta com a política externa do governo brasileiro, dele exigiu habilidade diplomática, a fim de evitar uma tragédia. De sua parte, o governo saía do episódio seguro de haver agido de acordo com os propósitos humanitários ao longo da observação dos princípios fundamentais do direito internacional e da tradição brasileira. (BARBOSA, 2007, p. 85).

Ao fim do mês de fevereiro, no dia 25, a política externa novamente vem a ser destaque do *Lavoura e Comércio*, com uma notícia no centro inferior da capa, intitulada com a manchete em letras destacadas “O Brasil procurará aliviar a rigidez com o Leste e Oeste”, dando sequência aparece um subtítulo denominado: “O chanceler Afonso Arinos define a linha da política exterior do país”. A manchete antecede uma notícia vinda de Brasília, que versava sobre uma entrevista dada pelo Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos, onde

o mesmo definia os rumos que o Brasil tomaria em sua política externa.

No corpo da notícia há a síntese dos principais pontos de uma entrevista realizada com o Chanceler no dia 24, não dando maiores repercussões ou análises sobre a mesma. O *Lavoura* dá destaque aos seguintes assuntos: a tentativa de o Brasil promover uma distensão em suas relações com os países do leste europeu; a defesa do princípio da não-intervenção, sendo este uma das bases da nova política externa; a questão da inclusão na pauta dos trabalhos da ONU sobre a entrada da China comunista na organização; a efetivação da Operação Pan-Americana – OPA; e o reatamento das relações com Hungria, Bulgária e Romênia.

A reportagem inicia afirmando que a política externa do Brasil será orientada para diminuir a tensão Leste-Oeste. Diz ainda que o Brasil apoia a discussão sobre a entrada da China comunista na ONU, assunto que trataremos no próximo tópico, e de que esta defesa não significa que o país apoia a sua entrada.

Ainda descrevendo os assuntos tratados na entrevista sobre a política externa brasileira, o jornal afirma que o Brasil quer efetivar ações que tirem a OPA do papel, e que progridem satisfatoriamente as negociações para restabelecer relações com países do leste europeu, entre eles Bulgária, Hungria e Romênia, sendo que o reatamento com a Rússia ficará para um segundo momento.

Ao fim da notícia, o periódico destaca a fala de Arinos, de que o Brasil condena qualquer forma de discriminação racial e é francamente favorável e defensor do princípio da não-intervenção. A manchete, bem como o detalhamento da referida notícia, nos permite inferir que o jornal pretende destacar as diretrizes que serão dadas pelo novo governo à política externa brasileira, especialmente no seu relacionamento com outros países e no tratamento de temas importantes que permeavam o período.

Figura 17: notícia sobre as linhas da política externa brasileira no governo Jânio.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 25.02.1961, p. 01).

A ideia propugnada por Afonso Arinos advinha de uma lógica defendida pelo chanceler de que “o Estado, no plano interno, fazia política por decisão; no externo, por composição devido ao encontro de várias soberanias.” (BARBOSA, 2007, p. 75). E nesse sentido deverias se relacionar com todos os países, respeitando a autodeterminação de cada um, bem como a não intervenção nestes.

Podemos perceber a partir da análise do conjunto das primeiras notícias de fevereiro, o jornal não busca se posicionar de forma favorável ou contrária a PEI, ressaltando o caráter informativo das notícias do periódico oriundo das agências de notícias. No entanto, claramente a ‘manipulação’ da diagramação e a criação das manchetes, nos indicam que inicialmente o jornal observa com atenção a política externa do novo governo, apontando para a construção de uma representação crítica, especialmente em relação ao relacionamento do Brasil com os países comunistas, conforme poderemos observar no próximo tópico em uma análise mais apurada da visão do *Lavoura* sobre o posicionamento do Brasil acerca da entrada da China Popular na ONU.

2.5 - A entrada da China Popular na ONU

O tema do ingresso da China Popular na ONU ocupou grande destaque no cotidiano da política externa brasileira, marcando presença também nas páginas do *Lavoura*, com uma notícia e um editorial, ambos no mês de março de 1961. O editorial é do dia 16 de março, mas antes no dia 10, há uma notícia em destaque sobre a política externa, dimensionada logo abaixo do cabeçalho na capa do Jornal, dando relevo a fala do Chanceler Afonso Arinos, figura de grande prestígio e executor da política externa independente no governo Jânio

Quadros.

Com a manchete visualmente destacada e intitulada “O Brasil marchará sempre ao lado da ONU”, com o subtítulo “O Sr. Afonso Arinos diz que o Brasil não terá relações diretas com a China”. No corpo da notícia busca-se apontar os posicionamentos do Brasil em algumas questões de sua política externa, especialmente a posição que o país tomaria na ONU sobre a questão da entrada da China comunista na organização, mostrando grande relevância dada as questões que envolvia as relações do Brasil com os países comunistas, afinal a política de distensão com essas nações era o cerne da Política Externa Independente e sempre destacada pelo *Lavoura*, mas com muita cautela.

A notícia afirma que, interrogado sobre a posição do Brasil em relação à China, o Chanceler Afonso Arinos, afirmou que o Brasil sempre marchará com a ONU, sem tomar posições bilaterais com Pequim. Apesar de adotar um caráter bastante informativo, o jornal busca sempre dar relevo e colocar em locais nobres as notícias sobre a política externa do novo governo, afinal a tendência de debate do assunto vinha como um efeito dominó das redações dos grandes jornais da época.

Ainda sobre o assunto envolvendo a China Popular, no dia 16 de março temos o primeiro editorial publicado pelo jornal opinando efetivamente sobre os rumos da política exterior em andamento desde 31 de janeiro daquele ano. É importante enfatizar que após a capa, o editorial talvez seja o espaço de maior relevo de um jornal, dando ênfase ao que o periódico pensa sobre determinado o assunto e que é debatido no referido espaço. No *Lavoura e Comércio* o editorial sempre se localizava na segunda página do Jornal, no canto superior esquerdo da página, abaixo dos créditos daquela edição.

No início de março, o Brasil decidiu apoiar a inclusão na agenda da XV Assembleia-geral da ONU, o debate sobre o credenciamento da República popular da China, que há mais de dez anos estava sendo bloqueado pelos Estados Unidos e que a imprensa americana considerou como mais uma prova do distanciamento do Brasil de sua política de alinhamento com o ocidente.

Figura 18: editorial acerca da posição do Brasil sobre o ingresso da China comunista na ONU.



Fonte: (Lavoura e Comércio, 16.03.1961, p. 02).

Aquele editorial nos aponta para a dimensão da real posição do periódico sobre os assuntos de política internacional, especialmente da posição do Brasil na questão do ingresso chinês na ONU. Apesar de não se posicionar frontalmente contra a política externa do governo Quadros, o periódico é extremamente reticente com a entrada do que denomina, ora "China vermelha", ora "China comunista", classificações pejorativas, que dão um sentido de rejeição ao país, chamando-o inclusive de "regime ditatorial", e nos levam a pensar que o periódico é crítico a entrada do país comunista na organização. Essa visão do periódico corrobora com a ideia de Carlos Alberto Leite Barbosa de que "A política com a República Popular não teria, no início, a mesma amplitude das atitudes assumidas com cuba e com os

países do Leste Europeu, pelas características do regime chinês, ainda envolvido internamente com a consolidação do sistema socialista.” (BARBOSA, 2007, p. 254).

A editoria ainda nos aponta que a entrada do país comunista é um gesto de boa vontade da ONU e os países que a compõe, especialmente os ocidentais, afirmando que a China não atende em grande parte os princípios (diretrizes) que norteiam a organização internacional, e, portanto, a fim de cumprir os valores de coexistência pacífica entre as nações, a ONU deveria realizar esse “sacrifício” na tentativa de melhorar as relações entre Ocidente e Oriente, e permitir a entrada dos chineses na organização.

Em relação ao posicionamento do Brasil nessa questão, o *Lavoura* aponta que o Brasil procura adotar uma postura progressista e favorável ao governo de Pequim. Afirma ainda que há posições controversas, enquanto uns desejam que o Brasil não apoie a entrada do país comunista na ONU, outros se colocam favoráveis, defendendo o que classificam de uma aspiração justa e favorável da China.

O periódico afirma ainda, que há uma terceira posição que enxerga a questão com objetividade, creditando que a China reúne condições de um Estado, e o fato de ser uma ditadura não pode excluí-la da ONU, uma vez que ali há inúmeros governos antidemocráticos, e que apesar de o governo chinês ter violado sistematicamente os princípios da organização e o quanto paradoxo isso possa ser, não existe a necessidade de um atestado de boa conduta para que haja o ingresso na organização.

Nesse sentido, nos é claro que o relevo aos temas de política externa permanece, e o editorial nos ajuda a confirmar essa dimensão de importância dada, procurando apontar com ressalvas uma representação positiva da nova política externa, especialmente no posicionamento brasileiro quanto a entrada da China Popular na ONU.

Por outro lado, podemos inferir da opinião apresentada pelo periódico, que apesar de não contestar os atos da nova política externa brasileira, o jornal se coloca reticente em relação a entrada da China comunista na ONU, vendo esse ingresso como uma franca contradição entre o que a organização prega, e o que efetivamente realiza na prática.

No próximo tópico, veremos como o *Lavoura* enxerga o tema da descolonização e as relações do Brasil com a África e Ásia a partir do processo de efetivação da Política Externa Independente..

2.6 - Descolonização e as relações com a África e Ásia

Povos e regiões que sofreram no passado com a ocupação direta de países

estrangeiros¹⁰⁸ começavam a manifestar, por diversos meios, sua insatisfação em relação submissão e a situação colonial imposta pelos países imperialistas, reivindicando assim, sua independência de forma a integrarem soberanamente a ordem internacional.

Houve um crescimento exponencial no número de países que passaram a reivindicar sua soberania e independência, o que é demonstrado pelo aumento do número de países membros da Organização das Nações Unidas - ONU¹⁰⁹. O início do processo de descolonização¹¹⁰ se deu logo após o termino da Segunda Guerra e se intensificou a partir de 1950.

Foram surgindo a partir da segunda guerra, populações com identidade cultural própria e a descolonização resultou no fim dos impérios coloniais, o que gerou um longo processo de mudança e reordenação da ordem internacional. Diversas foram as formas de conquista da independência empreendida por esses países como, por exemplo: por meio de guerra; de maneira pacífica; de forma negociada; entre outras. Nesse sentido, é importante destacar que ora houve acentuada resistência dos povos nativos, ora ocorreu o acordo entre estes e o colonizador com o objetivo de conquista da soberania e independência desses territórios.

A tomada de consciência dos povos coloniais contra a dominação do homem branco, rico e poderoso, se deu fundamentalmente a partir da nova correlação de forças dos países capitalistas no pós-segunda guerra mundial. Apesar de diretrizes gerais das metrópoles, os movimentos de independência das colônias tomaram rumos diferentes e específicos, e teve características próprias em cada caso.

Analisando o processo de independência afro-asiático, Maria Yeda Leite Linhares nos aponta que “O processo de independência resultou de um conjunto de fatores e de ações

¹⁰⁸ Na Ásia, a ocupação ocorreu a partir do século XVIII, com a demonstração de superioridade técnica dos países que fizeram parte da revolução industrial. Já na África essa ocupação ocorreu desde o século XVI, aprofundando-se no decorrer do século XIX, sendo seus povos partilhados entre as potências colonialistas europeias (partilha da África). É o período que o historiador, Eric Hobsbawm, denominou de “A Era do Imperialismo”. Houve a subjugação desses povos e essas conquistas objetivaram o aumento da força e poder dessas potências imperialistas, bem como da imposição de sua cultura sobre o outro. Além disso serviu ao atendimento de interesses de industriais e banqueiros, como novas áreas de investimento e exploração. Segundo nos aponta Maria Yeda Leite Linhares “O desenvolvimento do capitalismo com base na ideologia liberal do livre cambismo e na suposição de que a superioridade do homem branco era indiscutível constituiu o fundamento moral da nova partilha do mundo (...)” (LINHARES, 2002, p. 48).

¹⁰⁹ Entre 1960 e 1966, 26 países se tornaram independentes e ingressaram na organização. Segundo Paulo Vinentini “(...) os novos países alteravam as bases da política mundial e da própria ONU, onde ingressavam com reivindicações próprias.” (VIZENTINI, 1995, p. 188).

¹¹⁰ Há uma forte carga ideológica na denominação do termo descolonização, por atribuir um destino definido aos povos colonizados, que após serem colonizados, pela vontade suprema do colonizador, seriam libertados, implicando assim uma interpretação eurocêntrica do processo como um todo, o que desconsideraria nesse sentido a complexidade e motivações dos movimentos de libertação nacional empreendido pelos povos desses países em condição de subjugação.

que envolveram o poder colonial e as condições internas específicas das colônias, em um conjuntura internacional favorável à mudança do *status quo* político dos impérios em causa.” (LINHARES, 2002, p. 55).

A partir disso, podemos inferir que fatores diversos incidiram sobre o processo de descolonização. O contexto de bipolaridade da Guerra Fria, também nos permite observar que interesses específicos de americanos e soviéticos marcaram o processo de descolonização, entre eles destacamos: interesses econômicos e localização estratégica dos países que lutavam por sua independência.

Os Estados Unidos e a União Soviética agiam nos territórios que buscavam independência, tentando estabelecer influência por meio de auxílio econômico e/ou militar. A rivalidade instaurada com a Guerra Fria desloca os conflitos armados dos grandes estados, para as terras dos povos colonizados, com a tentativa dos Estados Unidos de conter o avanço do comunismo soviético e da União Soviética de aumentar sua área de influência, dando aos novos países um modelo de sociedade e economia diferente do capitalista-ocidental.

Nesse sentido, o movimento de apoio norte-americano se dava, não necessariamente em função da possibilidade de emancipação dos povos afro-asiáticos, mas sim a partir das ações que União Soviética e depois a China faziam sobre a conquista de influência nas novas nações. Os soviéticos estabeleceram uma política de empréstimos e cooperação cultural com os países africanos recém-independentes, como forma de conquistar influência entre estes. Alguns movimentos de libertação nacional tinham um caráter revolucionário comunista, mas a maioria não se alinhava aos soviéticos com esse objetivo.

A descolonização e as independências dos países afro-asiáticos se deram em virtude de uma conquista do nacionalismo africano e não apenas do enfraquecimento das metrópoles no contexto pós-guerra. Seja em um processo de transição negociada ou violenta, as descolonizações se deram por meio de um anseio à liberdade que provinha de dentro para fora da África e Ásia.

O processo de descolonização e as relações do Brasil com a África e Ásia é uma vertente importante das ações da política externa independente no governo Jânio Quadros, visto que o Brasil adotaria uma postura não ambígua de amparar tendências autonomistas e estruturar uma cooperação com os países afro-asiáticos, especialmente na busca de mercados. (BARBOSA, 2007, p. 262). No entanto, de todos os temas da PEI tratado pelo jornal, este é o

que menos aparece diretamente no periódico,¹¹¹ sendo apenas três menções ao assunto.

A primeira menção, data do dia 01 de fevereiro, em que o jornal noticia o discurso de posse de Jânio e destaca um trecho no qual o presidente trata do colonialismo afirmando que “Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu, o colonialismo agoniza e, envergonhando-se de si mesmo, incapaz de resolver os dramas e as contradições que engendrou. Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem.” (*Lavoura e Comércio*, 01.02.1961, p. 6).

Já na edição de 22 de fevereiro, o assunto volta a aparecer de forma destacada, abaixo do cabeçalho localizado na capa, uma notícia sobre a política externa do governo Quadros, estampada com a seguinte manchete “A posição do Brasil diante do problema de cuba”. No entanto, apesar do destaque, há um erro material do jornal, que veiculou abaixo da manchete a posição do Brasil acerca da questão do Congo e não de Cuba.

A notícia em si, afirma que o Brasil deverá apoiar projeto de resolução apresentado pelas delegações do Ceilão, Libéria e República Árabe Unida junto à ONU sobre a questão do Congo.¹¹² A notícia ainda enfatiza que essa apoio é uma determinação do presidente Jânio Quadros, e que a resolução representa o posicionamento do Brasil sobre a questão.

Ainda que tenha havido um erro do jornal em relação a manchete, percebemos claramente a intenção da editoria em dar relevo aos assuntos que envolvem a política externa e a tomada de novas diretrizes do Brasil em suas relações internacionais, manipulando as manchetes, reproduzindo as notícias de agências e correspondentes, e determinando estas em local destacado do jornal, a fim de forçar a leitura de seu público, que nesse caso se dá com a questão da descolonização.

A descolonização foi uma conquista dos povos dominados, resultado de uma longa e nem sempre espetacular ação de resistência, mas por vezes silenciosas. Segundo Maria Yedda Linhares, esse processo se deu “Ora por meios pacíficos, ora por intermédio de longas e cruéis lutas internas os velhos impérios coloniais chegaram ao fim.” (LINHARES, 2002, p. 61). Na

¹¹¹ É importante pontuar que consideramos na escolha das notícias, aquelas em que preferencialmente envolvam o posicionamento do Brasil sobre o assunto e configure assim uma ação de política externa do governo brasileiro.

¹¹² A chamada crise do Congo ocorreu entre 1960–1966 e foi um período de agitação durante o desenvolvimento da primeira República Democrática do Congo, que começou com a independência nacional contra a tutela da Bélgica, terminando com a tomada do poder por Joseph Mobutu. A crise tomou várias formas, entre as quais pode-se destacar as lutas anti-coloniais, os conflitos tribais, uma guerra separatista na província de Katanga, uma intervenção para a manutenção da paz das Nações Unidas, e quando o país foi o cenário de disputa por influência na África entre os EUA e a União Soviética durante a Guerra Fria. A crise causou a morte de cerca de 100.000 pessoas, bem como uma derrota traumática para as Nações Unidas. As mortes de duas pessoas importantes marcaram a crise: o primeiro-ministro Patrice Lumumba, assassinado em 1961, e o Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, que morreu em um acidente de avião.

Índia, no Egito, na Argélia, em Gana, a instalação do dominador foi violenta, e igualmente violenta foi a resistência local. O ato final de independência foi sempre precedido de prolongados distúrbios, quando não de longas e cruéis guerras de libertação, o que marcou fortemente o “nascimento” desses países e sua inserção na ordem internacional.

Buscando enxergar como o jornal se posiciona nessa questão e como representa o posicionamento do Brasil e sua política externa sobre a descolonização, é importante analisarmos o editorial do dia 25 de abril, intitulado “Rebeldia e Colonialismo”, em que o periódico opina sobre a descolonização na Argélia.

Figura 19: editorial acerca do colonialismo e processo de descolonização.



Fonte: (Lavourea e Comércio, 25.04.1961, p. 02).

O referido editorial faz uma crítica a rebelião do exército francês na Argélia que, sob ordens contrárias do generalato, tentavam impedir a independência do país africano, realizando também uma contundente crítica ao colonialismo ao afirmar que “O colonialismo agoniza. O espírito de liberdade está varrendo em todos os continentes, o antigo imperialismo que já teve a sua época, mas se mostra, agora, impotente ante a determinação dos povos de

conduzir os seus próprios destinos”. (*Lavoura e Comércio*, 25.04.1961, p.2).

Ainda nessa linha, o editorial afirma que o fato de outras potências que não possuem um espírito de liberdade ajudar essas colônias na busca de sua autonomia não reduz o sentido e amplitude de sua luta em favor da liberdade. Afirma ainda que a Argélia está madura para a liberdade, remetendo-se ao reconhecimento dessa maturidade feita pelo presidente francês, General De Gaulle, e por fim exaltando a figura do líder francês, no sentido de que este reconhecia o potencial de independência do por argelino.

Esse editorial nos revela que o posicionamento do *Lavoura* em relação ao processo de descolonização africano caminha no sentido de franco apoio a este e de total contrariedade ao colonialismo europeu na África. No entanto, o periódico adota uma postura de que a descolonização consistia em uma ação ‘altruísta do colonizador’, buscando por um lado evidenciar ações de contrapartida negociada deste, e de outro abafar a luta de resistência dos países colonizados, que no caso argelino, como em outros, isso não pode ser negligenciada, visto que houve uma intensa luta de resistência.

Nesse sentido, podemos observar na parte final do editorial, que nos aponta o seguinte:

Mas não é de molde a demorar por mais tempo a independência dos argelinos e manter a sua pátria no regime de dependência. O colonialismo está chegando, inexoravelmente, ao seu fim. Golpes de força poderão prolongar a sua agonia, não, porém, salva-lo de seu desaparecimento. (*Lavoura e Comércio*, 25.04.1961, p.2).

Conforme podemos observar, o periódico não reserva muito destaque ao processo de descolonização e a posição do Brasil em relação a este, fator que pode ser explicado pelo fato de que o jornal se preocupou em dar ênfase a outros aspectos da política externa janista. No entanto, o pouco que foi apresentando sobre o tema da descolonização vai ao sentido de contrastar com o posicionamento contrário do Brasil em relação ao colonialismo, e, portanto, a favor da descolonização.

Analisado a temática em questão, buscaremos compreender de forma mais detida, como o periódico compreendia e representava as relações comerciais do Brasil com outros países, bem como o processo de renegociação da dívida externa brasileira daquele período, fato crucial para o desenvolvimento da política externa janista, visto que o principal canal de negociação foi os EUA.

2.7 – Relações comerciais e renegociação da dívida externa brasileira

Jânio assumiu o governo com sérios problemas econômicos, advindos da

administração JK, entre eles: inflação alta; desequilíbrio econômico; alto déficit fiscal, com a necessidade de redimensionar os gastos públicos; e o aumento constante da dívida externa. A fim de tentar solucionar tais problemas, o novo presidente imporia uma política econômica de “estabilização ortodoxa” e conservadora, com medidas que giraram em torno da defesa da iniciativa privada; a prudência quanto ao capital estrangeiro; o combate à inflação; o saneamento dos gastos públicos; e a defesa dos interesses das classes médias empobrecidas.¹¹³

Nesse sentido, sua política econômica se constituiria em uma tentativa de modernização conservadora, com medidas para atingir o desenvolvimento, porém deflacionárias, o que provocaria, em curto prazo, grande insatisfação popular, em virtude do aumento do custo de vida e da perda parcial do poder de compra.

Com o objetivo de estabilizar o custo de vida, Jânio adotou uma política de austeridade, acabando com os subsídios e aumentando os preços do petróleo e seus derivados, do trigo e do papel importado. A Instrução 204 da SUMOC, por exemplo, visava estabelecer a denominada “verdade cambial”, ficando extintas, as múltiplas taxas cambiais. Sobre essa medida, Maria Victória Benevides afirma que

Os dispositivos da 204 – cujo objetivo essencial era diminuir a inflação e corresponder à “ordem” esperada do FMI –, além do evidente reforço às finanças do governo, favoreciam os interesses da burguesia agrário-exportadora e dos investidores estrangeiros. Mas teriam efeitos devastadores para a grande maioria da população. (BENEVIDES, 1999, p. 52).

Havia acusações da oposição e da imprensa contra a instrução, visto que encarecia o custo de produção da indústria, e que, portanto, no final encareceria o custo de vida da população em geral. Jânio rebatia as acusações afirmando a quem criticava à medida, que prometera um governo duro/duríssimo, com objetivo de combater o ciclo de insânias precedente. Entretanto, ainda que as medidas fossem polêmicas e impopulares, o objetivo final, conseguiu ser alcançado, qual seja: a apresentação de um perfil “saudável” ao Fundo Monetário Internacional - FMI, buscando assim a concessão de novos empréstimos e a renegociação da dívida externa brasileira¹¹⁴, que logo venceria.

¹¹³ É importante pontuar que Jânio buscava não ceder às pressões do empresariado quanto a adoção de sua política econômica, no entanto, acabou adotando sugestões de um grupo de empresários da CONCLAP, que tinham ligações com seu Ministro da Fazenda, Clemente Mariani.

¹¹⁴ Sobre o processo de renegociação da dívida externa, Moniz Bandeira nos aponta que “O Fundo Monetário Internacional prorrogara vencimentos imediatos no total de US\$ 140 milhões e concedera novo crédito de US\$ 160 milhões. O Exibank consolidara todos os empréstimos compensatórios no valor de US\$ 213 milhões, bem como o saldo de cerca de US\$ 92 milhões, relativos a financiamentos eventuais do balanço de pagamentos, e outro no valor de US\$ 100 milhões. O governo de Washington fornecera um crédito de US\$ 70 milhões para a

Outros dois pontos de sua política econômica que geraram debate, principalmente entre nacionalistas e entreguistas foram em relação a Lei Antitruste e a Lei de Remessa de Lucros. A primeira previa que seria considerado abuso do poder econômico, embaraçar a criação ou funcionamento de empresas, ou monopolizar certas atividades, ou ainda estabelecer a exclusividade de determinada produção ou distribuição de mercadorias com o objetivo de controlar o mercado interno. Já a segunda, fixava em 10% da moeda de origem a remessa como remuneração de capital, e que os lucros restantes, reinvestidos, fossem considerados capital nacional, decorrente de fatores internos.¹¹⁵

Entre os meses de abril e junho de 1961, um total de treze edições do *Lavoura e Comércio* trataram direta ou indiretamente sobre a questão das relações comerciais brasileiras e a renegociação da dívida externa do país¹¹⁶, assunto de constante preocupação de Jânio Quadros, desde antes de tomar posse, conforme pudemos ver no tópico 2.3 deste capítulo.

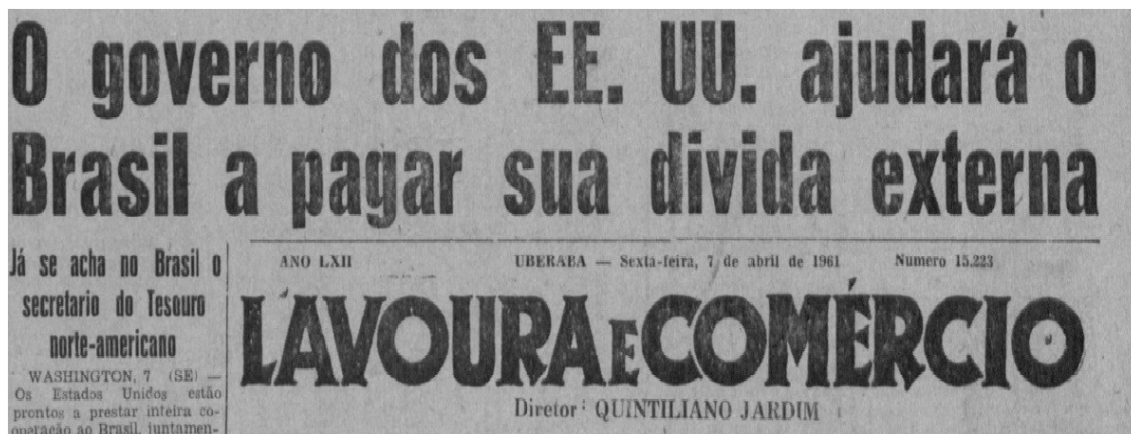
No dia 07 de abril uma notícia de capa com grande destaque para a manchete informa “O governo dos EE.UU. ajudará o Brasil a pagar sua dívida externa”. Segundo informa a reportagem “Os Estados Unidos estão prontos a prestar inteira cooperação ao Brasil juntamente com outros países e entidades internacionais para aliviar-lo dos pesados compromissos decorrentes do pagamento de sua dívida externa.” *Lavoura e Comércio*, 07.04.1961, p. 01). A reportagem ainda informa que o enviado especial do Brasil aos EUA para a renegociação da dívida, Sr. Moreira Sales, enviou telegrama afirmando que o secretário do tesouro norte-americano Douglas Dillon, estaria vindo ao Brasil e se encontraria com o Ministro da Fazenda Clemente Mariani para completar as negociações.

compra de trigo. E os bancos privados norte-americanos não só consolidaram dívidas de US\$ 210 milhões como ainda emprestara ao Brasil mais US\$ 48 milhões.” (BANDEIRA, 1979, p.12).

¹¹⁵ No entanto, ambos os projetos só foram aprovados em 1962, já na presidência de João Goulart.

¹¹⁶ O presidente Jânio Quadros indicou os embaixadores Roberto de Oliveira Campos e Walther Moreira Salles para renegociarem os compromissos financeiros brasileiros nos Estados Unidos, nos países credores da Europa, no Japão e com os principais organismos financeiros internacionais.

Figura 20: manchete da notícia sobre a negociação do Brasil com os EUA para o pagamento da dívida externa.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 07.04.1961, p. 01).

Nesse sentido, a edição do dia seguinte evoca novamente o assunto em manchete, afirmando que “O acordo financeiro Brasil-EE.UU. poderá ser assinado em nosso país”, e dizendo que o presidente Kennedy havia dado instruções específicas para Dillon. A reportagem afirma que havia uma expectativa de que fosse firmado um acordo financeiro entre Brasil e EUA, antes que Mariani fosse a Washington firmar acordo com outros credores.

Outra notícia que data de 11 de abril afirma que sua manchete que “O Brasil reivindicará 1 bilhão de dólares”. A matéria informa que haverá um encontro entre Douglas Dillon e o presidente Jânio Quadros previsto para o dia 12 de abril, e que previamente já há um acordo de princípios gerais e o entendimento de uma reformulação das relações econômicas entre Brasil e EUA. Outra questão apontada pelo periódico, diz respeito ao pedido numérico que Jânio faria a Dillon, cerca de 1 bilhão de dólares, sendo 650 milhões para arrolar a dívida e outros 350 milhões em espécie para cumprir outros compromissos.

A repercussão do encontro veio na edição do dia 13 de abril em uma manchete extremamente positiva afirmando “O Brasil acertou afinal os relógios com os Estados Unidos”. A notícia versa sobre o encontro entre Dillon e Jânio, para acertar detalhes do empréstimo que os EUA concederia ao Brasil. A reportagem afirma que o valor será de aproximadamente 1 bilhão de dólares que será utilizado para quitar dívidas já vencidas, e que os detalhes do empréstimo serão finalizados pelo Ministro da Fazenda Clemente Mariani e o embaixador Walter Moreira Salles, que irão aos EUA para tratar do assunto.

O jornal destaca ainda na notícia desta edição, que Jânio teria sido duro com Dillon, e afirmado ao secretário do tesouro norte-americano que a culpa da infiltração comunista no continente, por meio da Revolução cubana, teria sido da política implementada pelo

Departamento de Estado dos EUA em relação à América Latina.

Ainda a respeito das negociações sobre a dívida externa e o encontro entre Jânio e Dillon, a edição do dia 14 de abril, traz uma representação extremamente positiva a respeito da estratégia utilizada por Jânio no encontro com Dillon, afirmando na manchete logo abaixo do cabeçalho “Jânio não fez reivindicação alguma a Dillon” e no subtítulo da notícia afirma “Impressionados os norte-americanos com a habilidade do presidente brasileiro”. Nesse sentido o embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa nos aponta que

O encontro Jânio Dillon colaborou para aplinar resistências ao plano de ajuda ao Brasil, apesar das reticências que a política externa provocava em Washington. Essa entrevista auxiliou decisivamente os trabalhos da missão Moreira Salles nos Estados Unidos e a visita do Ministro Mariani a Washington, tendo Dillon levado consigo uma impressão de serenidade da política econômica e da determinação presidencial em atingir as metas estabilizadoras. (BARBOSA, 2007, p. 126).

Como podemos observar, o *Lavoura e Comércio* dá um destaque importante ao processo de renegociação da dívida externa brasileira, dando especial ênfase ao papel dos EUA na questão e representando positivamente a atuação dos norte-americanos, a partir do empréstimo que será concedido ao Brasil. Por outro lado, o periódico não problematiza criticamente as concessões que o Brasil deveria fazer para obter o crédito norte-americano, que gerará problemas econômicos internos¹¹⁷, e nem repercute a negociação que estava sendo feita com credores europeus.

Os desdobramentos sobre a renegociação da dívida continuaram a ser repercutidos positivamente no mês de maio em três edições do *Lavoura*. A primeira no dia 10 com uma notícia de capa oriunda sucursal da UPI em Washington, com a manchete “Completo êxito do Ministro da Fazenda nos EUA”. A reportagem aponta que as negociações lideradas pelo Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, com os órgãos do governo norte-americano e o FMI, a respeito da dívida externa brasileira ocorreram com êxito e os termos seriam anunciados em breve.

¹¹⁷ Conforme verificamos ao longo deste trabalho as medidas econômicas tomadas para viabilizar a renegociação da dívida externa brasileira geraram um aperto fiscal do governo, além de medidas cambiais controversas, o que ocasionará um ligeiro aumento no custo de vida e na desvalorização do real.

Figura 21: notícia sobre a negociação da dívida externa brasileira.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 10.05.1961, p. 01).

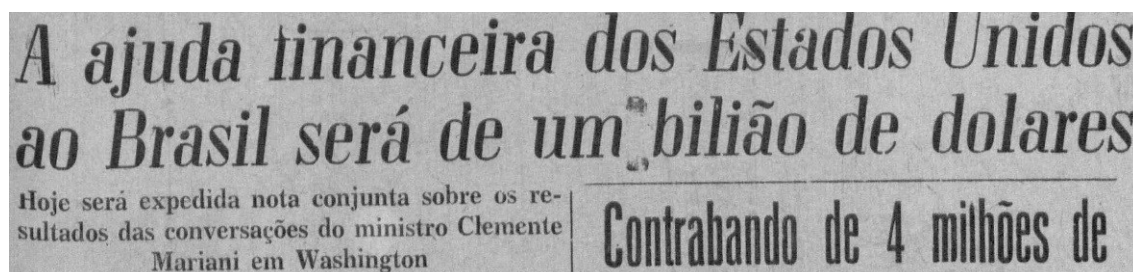
Já no dia 15 de maio outra notícia advinda da UPI de Washington, e veiculada com grande destaque na capa do *Lavoura*, afirma em sua manchete “Kennedy anunciará hoje a ajuda financeira ao Brasil”. Na sequência, o periódico destaca que Clemente Mariani e Walter Moreira Sales serão recebidos pelo presidente Kennedy que irá anunciar um empréstimo de 650 milhões de dólares ao Brasil, além de prorrogar pagamentos em atraso da dívida que somam 1,5 bilhão de dólares. A matéria afirma ainda que esse empréstimo será concedido independentemente da posição do Brasil em relação à questão cubana, que vinha sendo objeto de barganha dos norte-americanos.

Por fim, no dia 17 de maio, em outra reportagem oriunda da UPI de Washington afirma em sua manchete que “Ajuda financeira dos EUA ao Brasil será de um bilhão de dólares”, afirmando na notícia de que o Ministro da Fazenda brasileiro voltava ao país com a sensação de dever cumprido. A notícia diz ainda que será emitida uma nota conjunta entre Douglas Dillon e Mariani sobre os acordos firmados acerca da dívida brasileira, e que essa beira a ordem de 1 bilhão de dólares, incluindo empréstimo e dilação do prazo para pagamento da dívida, situações que já haviam sido noticiados anteriormente.

O que nos chama atenção ao analisar essas notícias, é o destaque positivo e a importância dada pelo *Lavoura* a respeito da renegociação da dívida externa brasileira, posicionando-se favoravelmente as negociações realizada e sempre realçando o papel do governo norte-americano na questão. É importante ressaltar que apesar da necessidade e do folego que essa renegociação trará ao Brasil, também implicará fortemente nos índices

econômicos de forma negativa, tendo em vista os esforços fiscais que o país terá que fazer como contrapartida da ajuda.

Figura 22: manchete da notícia sobre a ajuda financeira dos EUA ao Brasil.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 17.05.1961, p. 01).

Antes de adentrarmos na análise das relações do Brasil com a América Latina e os EUA, apresentaremos sinteticamente as representações do *Lavoura* acerca das relações comerciais brasileiras, que de antemão são sempre positivas e vão no sentido da necessidade de ampliação e apoio as medidas tomadas.

A primeira notícia sobre as relações comerciais do Brasil aparece no dia 20 de abril com a manchete “Extremamente proveitosa as conversações entre os presidentes do Brasil e Itália”. A notícia inicia afirmando que o presidente italiano, Giovanni Gronchi esteve no último dia 19 de abril no Brasil, onde se encontrou com Jânio Quadro para tratar do incremento comercial entre os dois países. Segundo o *Lavoura*

Na reunião foram examinadas as relações econômicas entre o Brasil e a Itália, tanto no campo multilateral quanto estritamente bilateral. As conversações foram extremamente proveitosas e abriram as melhores perspectivas para a expansão dos interesses econômicos mútuos, ficando estabelecida a criação de uma comissão mista brasileiro-italiana para incrementar o intercâmbio entre os dois países. (*Lavoura e Comércio*, 20.04.1961, p. 01).

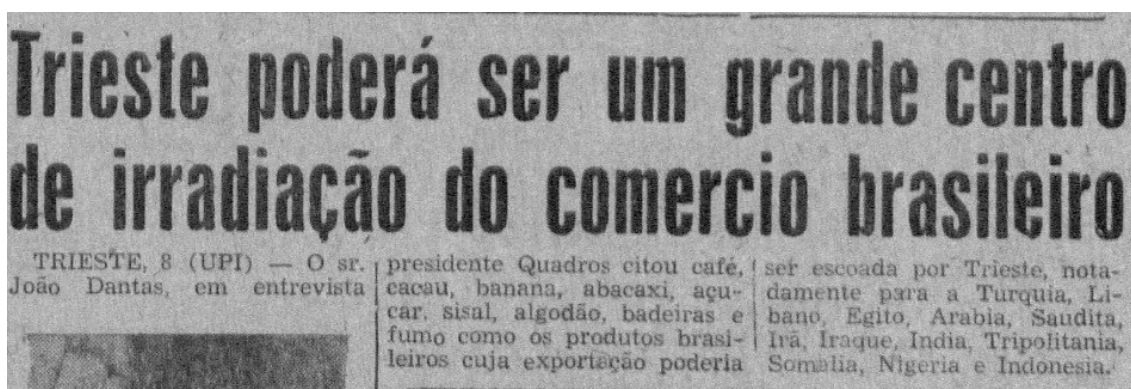
Nos dias 10 de 15 de maio a coluna “Retalhos” irá noticiar questões relacionadas as relações comerciais do Brasil. No dia 10, na página seis do periódico, a coluna informa que a missão comercial da China Popular será recebida pelo presidente Quadros em Brasília, e há a expectativa de que sejam reestabelecidas as relações comerciais entre os dois países. Já no dia 15, também na página seis, a coluna noticia que o Brasil assinará um acordo comercial no valor de 200 milhões de dólares com a Hungria, ressaltando que o presidente Jânio Quadros não mudará seu posicionamento em relação a nossa política externa.

Conforme podemos observar, o jornal representa positivamente a abertura e ampliação comercial brasileira, apesar de não dedicar grande destaque para as relações

comerciais do Brasil com países do bloco comunista. Essa questão sempre foi uma preocupação constante do periódico, e também do governo Quadros, que enviou missões comerciais ao Leste europeu, Ásia entre outros países, afim de fortalecer a venda de produtos brasileiros, utilizando assim a política externa como um instrumento do desenvolvimento nacional.

Por fim, uma importante notícia sobre as relações comerciais do Brasil, data de 08 de junho, oriunda da UPI de Trieste¹¹⁸ e veiculada na capa daquele edição com a manchete “Trieste poderá ser um grande centro de irradiação do comércio brasileiro”, mostrando logo abaixo uma foto de João Dantas, chefe da missão comercial brasileira. Segundo a reportagem, o embaixador especial, João Dantas, estava estudando a possibilidade de que Trieste se transformasse em um centro de irradiação do comércio brasileiro não só para a Itália, mas também países como Turquia, Líbano, Egito, Irão, Iraque, Arábia Saudita, Índia, Somália, Nigéria e Indonésia, exportando café, algodão, cacau, banana, abacaxi, entre outros produtos.

Figura 23: manchete da notícia sobre a expansão das relações comerciais brasileiras no porto de Trieste na Itália.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 08.06.1961, p. 01).

Novamente, o *Lavoura* dá ênfase e destaca positivamente o projeto janista de incrementar o comércio brasileiro, provavelmente por ser um jornal historicamente ligado ao setor agrário e comercial, e defender nos limites territoriais de Uberaba e da região do Brasil central, os interesses desses setores. Podemos concluir, portanto, que no caso da renegociação da dívida externa brasileira e das relações comerciais do Brasil com outros países, ainda que do bloco comunista, o *Lavoura* procura representar positivamente e de forma destacada esses assuntos, que compreende como positivo para o desenvolvimento do país.

¹¹⁸ Trieste é a capital da região de Friul-Veneza Júlia no nordeste da Itália. É uma cidade portuária que ocupa uma faixa de terra estreita entre a costa do Mar Adriático e a fronteira com a Eslovênia.

No próximo capítulo analisaremos mais edições do *Lavoura* que tratam de temas e fatos importantes, e que foram objeto de discussão da política externa do governo Jânio Quadros, e que nos ajudaram a compreender melhor, como um periódico do interior enxergava um assunto que *a priori* não parecia ser relevante para seu público leitor.

3 – “NO LAVOURA NÃO DEU, EM UBERABA NÃO ACONTECEU”: A POLÍTICA EXTERNA DE JÂNIO QUADROS É NOTÍCIA NO INTERIOR

O tradicional jargão popular e lema do *Lavoura e Comércio* nos aponta para a necessidade de investigar o que era noticiado e como se noticiavam os assuntos tratados por esse importante periódico do interior do Brasil central. *A priori*, é curiosa a constatação de que um tema de nível nacional, para dizer o mínimo, era noticiado por um órgão de imprensa escrito do interior.

No entanto, a política nacional como um todo era uma preocupação constante do *Lavoura*, e no caso da política externa, por ser algo presente na pauta nacional, não poderia deixar de ser objeto de apreciação do periódico. Outro fator, já apontando anteriormente neste trabalho, é o contexto de bipolaridade ideológica gerado pelo conflito da Guerra Fria, que irá acirrar os ânimos de maneira geral, transpondo a disputa para os órgãos de imprensa.

Nesse sentido, analisaremos no primeiro tópico deste capítulo, como o periódico enxergava a política externa janista, no que diz respeito ao posicionamento do Brasil em relação aos polos ideológicos de poder, ou seja, se esta era uma política externa de aproximação com os países comunistas ou de neutralidade, buscando se relacionar com todos os países. Vejamos.

3.1 - Neutralidade ou aproximação com o comunismo?

O contexto da divisão bipolar ideológica desencadeada pela Guerra Fria, demarcou a expressão Terceiro Mundo, ou seja, nem Primeiro (capitalista, rico, livre, democrático e ocidental), nem segundo (comunista). Aos dois primeiros mundos, constitui a “prerrogativa de serem desenvolvidos”, uma vez que possuem o controle de toda tecnologia disponível, já o terceiro mundo seria subdesenvolvido, sem qualquer desenvolvimento político, social ou econômico, necessitando assim da ajuda dos dois primeiros.

Seguindo essa linha terceiro-mundista, em 1955, foi realizada a Conferência de Bandung, convocada por cinco países independentes (Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia e Indonésia), e que reuniu 29 (vinte e nove) países da África e Ásia, apresentando-se como um bloco coeso do terceiro mundo. Adotaram uma postura de neutralidade frente a bipolaridade estabelecida, buscando estabelecer a diretriz de ajudar os povos subjugados a buscar sua independência. Tal filosofia de ação foi denominada de “Espírito de Bandung”, e acompanhou todo o transcorrer do processo de descolonização, bem como será uma das bases para criação

do Movimento dos países Não-Alinhados no início da década de 1960.

Em 1961 reuniram-se em Belgrado, na Iugoslávia, a I Conferência dos Países Não-Alinhados, na qual convergiram a política terceiro-mundista de Tito, Nasser, Nehru e Sukharno, na busca de uma espécie de terceira via nas relações internacionais, representada pelo neutralismo e o afro-asiatismo de Bandung.

O movimento dos países Não-Alinhados pautava-se a partir das seguintes diretrizes: eram contra o domínio das grandes potências na ordem internacional; pregavam a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial; defendiam o desenvolvimento da periferia e a completa descolonização do Terceiro Mundo, dando influência a esta no cenário internacional.

Nesse sentido, o movimento fundado a partir de 1961 pelos denominados países do Terceiro Mundo, não somente encarnaram o “espírito de Bandung”, como também apontaram para a construção de uma nova possibilidade diante do cenário de bipolaridade da guerra fria, de forma que os países da chamada “periferia” e também aqueles recém independentes, pudessem exercer o direito de decisão na ordem internacional.

Quando falamos de neutralidade ou aproximação com o comunismo, queremos nos referir ao possível alinhamento que a política externa janista queria impor as relações exteriores brasileiras no contexto da bipolaridade da guerra fria, que conforme já vimos no capítulo 1 deste trabalho dividia o mundo em dois blocos (capitalismo e comunismo), e tinha uma terceira via com os denominados países neutralistas, que buscavam não se alinhar a nenhuma dos outros dois blocos, praticando assim uma neutralidade em suas relações externas.¹¹⁹ Neste tópico buscaremos mostrar como o *Lavoura* trabalhava o alinhamento do Brasil com os países comunistas e com os neutralistas, buscando identificar como enxergava o norte da política externa independente de Quadros.

A primeira edição a tratar dessa questão foi logo no início de fevereiro, no dia 04, com a manchete em grande destaque intitulada “Jânio determina estudo para estabelecer relações diplomáticas com os países da cortina de ferro”, localizada no alto da capa e abaixo do cabeçalho, lugar de grande importância do Jornal, visto ser de fácil visualização para o público.

¹¹⁹ É importante recordar que institucionalmente, a chancelaria brasileira, classificava a política externa do novo governo como independente e não neutralista.

Figura 24: manchete noticia a realização de estudos para estabelecer relações com países da cortina de ferro.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 04.02.1961, p. 01).

Segue a manchete, uma notícia com a reprodução de um memorando do presidente da República, endereçado ao Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, solicitando providências quanto a questão do reatamento, indicando que: inicie gestões convenientes para estabelecer relações diplomáticas e comerciais regulares no grau de legação com Hungria e Romênia; e verificar se Letônia, Lituânia e Estônia possuem representação diplomática no Brasil, e se sim cassar suas credenciais.¹²⁰

É importante pontuar que as manchetes do periódico são construídas diretamente pela redação, a partir do recebimento das reportagens repassadas pelas agências de notícia ou seus correspondentes, e que essas por sua vez são apenas reproduzidas pelo jornal, que as selecionam dando maior ou menor destaque com fins de influenciar ou não o público.

No dia 06 de fevereiro há na página de número 02, novamente em lugar de destaque visto a notícia que está localizada logo abaixo do editorial do Jornal, trazendo a seguinte manchete em letras bem visíveis “Em estudos o reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e Rússia”, com um subtítulo logo abaixo escrito “Será o assunto debatido em Moscou ainda este mês”.

No corpo da notícia, há a explicação de reunião próxima para discutir o assunto, no entanto, referindo-se ao reatamento com a União Soviética e não com a Rússia, como apontado na manchete. A reportagem afirma ainda que os estudos para o reatamento das relações encontram-se prontos e serão encaminhados ao presidente Quadros para conhecimento, pontuando que existem grandes dificuldades para sua concretização quando nota que “os pontos pendentes do acordo referem-se ao número de pessoas de cada representação, e o tratamento dispensado aos diplomatas.” (*Lavoura e Comércio*, 06.02.1961,

¹²⁰ A partir de 1940 Letônia, Estônia e Lituânia, países Bálticos, foram anexados a União Soviética. Portanto, a cassação das credenciais diplomáticas representava o reconhecimento de que seus territórios pertenciam aos soviéticos.

p. 02).

Depreendemos dessa leitura que a manchete aparece de forma mais destacada que a notícia, com a finalidade de amenizar o possível impacto da notícia, visto que a expressão União Soviética¹²¹ à época do período de bipolaridade da Guerra Fria remetia certamente ao comunismo, o que podia ser visto com ressalva pelos leitores do jornal, composto a princípio por uma elite política e econômica aliada as ideias de alinhamento com o bloco capitalista liderado pelos EUA. Além disso, o corpo da notícia não aponta negativamente para as dificuldades do reatamento das relações entre Brasil e URSS.

O mês de março reserva quatro edições do periódico para tratar do assunto. A primeira, traz a manchete em grande destaque intitulada “O padre Calazans contra o reatamento de relações com os países da “cortina de ferro””, reproduzindo trechos do discurso do senador da UDN paulista, Padre Calazans. O corpo da notícia informa de forma veemente que o senador subiu à tribuna do senado para apelar ao presidente Jânio Quadros que não reate relações com os países da cortina de ferro, apontando que “o reatamento é repudiado pela opinião pública nacional.” (*Lavoura e Comércio*, 09.03.1961, p. 01).

A notícia também destaca que Calazan considerou extremamente infeliz o convite ao presidente iugoslavo e líder do bloco neutralista, Marechal Tito, para que este visitasse o Brasil. Segundo o periódico, Calazan teria dito em seu discurso que “não comparecerá ao Congresso por ocasião das honras de praxe devidas aos chefes de Estado que visitam nosso país. Preferirá nesse dia rezar uma missa pela paz mundial dedicada a todos quantos foram destruídos pelo marechal Tito.” (*Lavoura e Comércio*, 09.03.1961, p. 01).

Corroborando com uma linha crítica a aproximação ou reatamento do Brasil com os países comunistas ou neutralistas, o *Lavoura* traz uma outra notícia no dia 15 de março com a manchete intitulada “A posição ideológica do Brasil é ocidental e dela não nos afastaremos”, com o subtítulo “É o que manifestará o presidente Jânio Quadros na mensagem que hoje enviará ao Congresso”. A notícia aponta que na mensagem que o presidente enviará ao Congresso reafirmará que o Brasil pertence ao mundo livre, sem, no entanto, deixar de reconhecer a vitalidade dos países socialistas e de que o Brasil buscará a normalização das relações com todos os países, independentemente de sua ideologia, corroborando com a tese do independentismo apregoada por Afonso Arinos e não do neutralismo, bem como aquilo que

¹²¹ A República Socialista Federativa Soviética Russa em conjunto com as Repúblicas Socialistas Soviéticas da Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia, formaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ou simplesmente União Soviética, em 30 de dezembro de 1922. A República Socialista Russa era a maior e mais populosa das 15 repúblicas que compunham a URSS, e dominou a união durante toda a sua existência de 69 anos.

o presidente defendeu durante toda sua campanha eleitoral.

Ainda no mês de março, no dia 22, temos uma breve notícia na página 03 com a manchete intitulada “O Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a Romênia e Hungria”, informando que o país além de restabelecer relações diplomáticas com essas duas nações, será também estabelecido no nível de legação com a Bulgária, todos países do leste europeu, alinhados bloco socialista.

Por fim, temos o editorial do dia 25 de março de 1961, intitulado “Incoerências e contradições removidas do plano internacional”, que nos aponta para uma imagem relativamente positiva dos rumos da nova política externa brasileira após quase dois meses de governo Jânio Quadros, e trata sobre o alinhamento com comunistas e neutralistas no plano da política externa, afirmando que o Brasil não teria rompido com essa aproximação, com os princípios tradicionais de nossa política externa.

Figura 25: editorial acerca do alinhamento do Brasil com países comunistas e neutralistas.



Fonte: (Lavoura e Comércio, 25.03.1961, p. 02).

O editorial inicia desmistificando a preocupação que parte da sociedade e imprensa vinham tendo com o caminho tomado pela chancelaria brasileira, diante dos novos rumos seguidos pelo governo Quadros na política exterior do Brasil, especialmente no que concerne as relações com os países “neutralistas”¹²² (Egito, Índia, Iugoslávia, entre outros) e o reatamento com os países do bloco comunista: China, União Soviética, Bulgária, Romênia, Hungria, entre outros, que recorrentemente eram tratados, inclusive no editorial em questão, como nações ditatoriais e afastadas da tradição democrática ocidental, a qual o Brasil estava filiado. Sobre o reatamento dessas relações, o *Lavoura* afirma que “ao que tudo indica irá se concretizar em futuro próximo, representam índice eloquente de que, bem integrado no bloco ocidental, o Brasil conserva porém ciosamente, a sua liberdade de ação.” (*Lavoura e Comércio*, 25.03.1961, p. 02).

Voltando-se para uma análise econômica, o *Lavoura* afirma que essas relações irão beneficiar o Brasil no plano comercial, afirmando que “A verdade é que precisamos intensificar o nosso intercâmbio comercial no estrangeiro, encontrando novos mercados para nossos produtos.” (*Lavoura e Comércio*, 25.03.1961, p. 02). Aponta ainda que o Brasil luta há tempos contra o subdesenvolvimento e o marasmo econômico para se elevar a uma nação industrializada e rica.

Seguindo esse tom, o Jornal enxerga que essa aproximação representava não uma mudança de rumo do Brasil em suas relações internacionais, fato que recorrentemente era atacado por parte da grande imprensa e pela oposição político-partidária e parlamentar ao governo, que alegavam existir um afastamento da tradição política exterior do Brasil e uma comunização de nossas relações exteriores. Essa visão foi veementemente negada pelo editorial ao afirmar que “O Brasil permanecerá onde sempre esteve, sem subserviência a qualquer potencia, como que há muito alcançou sua maturidade.” (*Lavoura e Comércio*, 25.03.1961, p. 02).

A principal preocupação do *Lavoura* nessa editoria era mostrar que a política externa brasileira não se afastou de sua tradição e nem buscava tornar-se comunista ou neutralista. Para tanto, o periódico utilizou-se sinteticamente dos seguintes argumentos: 1) o Brasil estava consolidado no bloco ocidental capitalista e não tomaria outros rumos, e, portanto, poderia

¹²² Os países desse bloco, eram vistos como um bloco alternativo no contexto da bipolaridade da Guerra Fria. Buscavam se posicionar de forma neutra frente as tensões geradas pelos posicionamentos da União Soviética comunista e dos EUA capitalista, sendo definido sua pauta na Conferência dos países não alinhados, que abrangiam desde as bandeiras da autodeterminação e não intervenção, até a política de desarmamento e anti-nuclear. É importante pontuar, que para o Ministro Afonso Arinos o Brasil não compunha o bloco dos países neutralistas, e sim era independente, visto que ser neutralista pressupunha uma tomada de posição dentro de uma estrutura coesiva, o que o Brasil para Arinos, não buscava.

buscar outros parceiros comerciais e diplomáticos; 2) o país precisava diversificar suas relações comerciais, a fim de buscar novos mercados aos produtos brasileiros, diversificando não só a pauta de exportações, mas também de importações; 3) e por fim, de que o Brasil, era uma nação madura, e que poderia buscar no plano internacional, o entendimento com nações de todos os espectros ideológicos, de forma que tivesse não só liberdade de ação, mas, sobretudo, independência em suas relações com outros países.

O editorial, dessa maneira, contrasta, a princípio, com a posição oficial tomada pelo governo¹²³, alinhando-se com uma posição independentista da política externa, especialmente ao tratar do relacionamento com comunistas e neutralistas, conforme poderemos constatar em notícias dos meses seguintes. Nesse mesmo sentido nos aponta Paulo Vizontini ao afirmar que Jânio defendia uma frente terceiro-mundista pelo desenvolvimento e ação política, mas recusar a classificação de neutralista para a PEI. (VIZENTINI, 1995, p. 226).

Nessa linha o chanceler Afonso Arinos também defendia que o posicionamento do Brasil era de independência e não neutralidade, uma vez que para ele neutralismo e neutralidade em muitos casos se confundiam e representavam a tomada de posição em favor de um grupo, mesmo que este fosse uma terceira via no contexto de bipolaridade, e o Brasil pretendia adotar uma posição de independência. (BARBOSA, 2007, p. 211).

O mês de abril trata em apenas uma edição o tema ora em análise, especificamente no dia 14 em uma matéria de capa com a manchete “O Brasil não poderá ignorar a existência do mundo comunista”, traz trechos de uma entrevista do presidente Jânio Quadros à imprensa estrangeira e nacional. A reportagem aponta que Jânio afirmou que pode se encontrar com qualquer governante de um país comunista. Perguntado sobre Fidel Castro, o presidente respondeu que a Revolução era inevitável em vista do que ocorreu em governos anteriores. Encerrou a entrevista afirmando que manteria sua política externa e que “o Brasil não pode absolutamente ignorar a existência do mundo comunista nas suas relações sociais, econômicas e institucionais.” (*Lavoura e Comércio*, 14.04.1961, p. 01).

O mês de maio, por outro lado, trata da questão do comunismo e neutralismo em quatro edições, no entanto, de forma quase indireta, em dois editoriais nos dias 09 e 23, e duas notas na coluna ‘Retalhos’, nos dias 24 e 31. Afirmamos ser de forma quase indireta, porque os editoriais, apesar de nos dar um posicionamento do jornal sobre os países comunistas, não

¹²³ Podemos observar isso ao analisar documentos oficiais (memorando, ofícios, diretrizes, tomadas de posicionamento, etc), discursos, entrevistas e pronunciamentos, comunicados de reuniões, entre outras situações oficiosas que nos remetem a posição do governo brasileiro. Mais pode ser encontrado em FRANCO, Alvares da Costa. (Org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Volume 1. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

trata diretamente de sua relação com o Brasil ou ainda a política externa janista, e as notas da coluna ‘Retalhos’, apesar de tratar diretamente, possui menos destaque dentro do conjunto do jornal.

O editorial do dia 09 intitulado “Duas atitudes em face do mesmo acontecimento”, exalta o envio do homem ao espaço pelos EUA e URSS, no entanto, crítica a maneira soviética de divulgar o feito, elogiando os norte-americanos pela postura diante da situação, sempre fazendo a comparação de que os EUA pertencem ao mundo livre e os soviéticos seriam pertencentes aos regimes totalitários, o que nos mostra muito da postura do jornal, defendendo o bloco capitalista ocidental e criticando o bloco comunista.

Essa linha editorial de representação crítica ao comunismo e positiva aos EUA é confirmada com a editoria do dia 23, intitulada “Os regimes de exceção revelam seu materialismo a todos os povos”, onde o *Lavoura* esboça uma crítica contundente a proposta de Fidel Castro de trocar 1200 prisioneiros políticos por 500 tratores.

Já no dia 24 de maio, a coluna “Retalhos”, que apesar de possuir um caráter informativo é produzida pelo próprio periódico, afirma que o jornal francês *Le Monde*, informou que o Brasil vem sofrendo pressão dos países neutralistas de um lado e dos EUA para que tome uma posição clara dentro da guerra ideológica. Por fim, no dia 31 de maio, a mesma coluna, aponta que os embaixadores da Alemanha Oriental, Iugoslávia e Índia, conversariam com o presidente Jânio Quadros para que o Brasil enviasse um participante na Conferência dos países neutralistas e não um observador¹²⁴, que era o desejo do presidente Quadros.

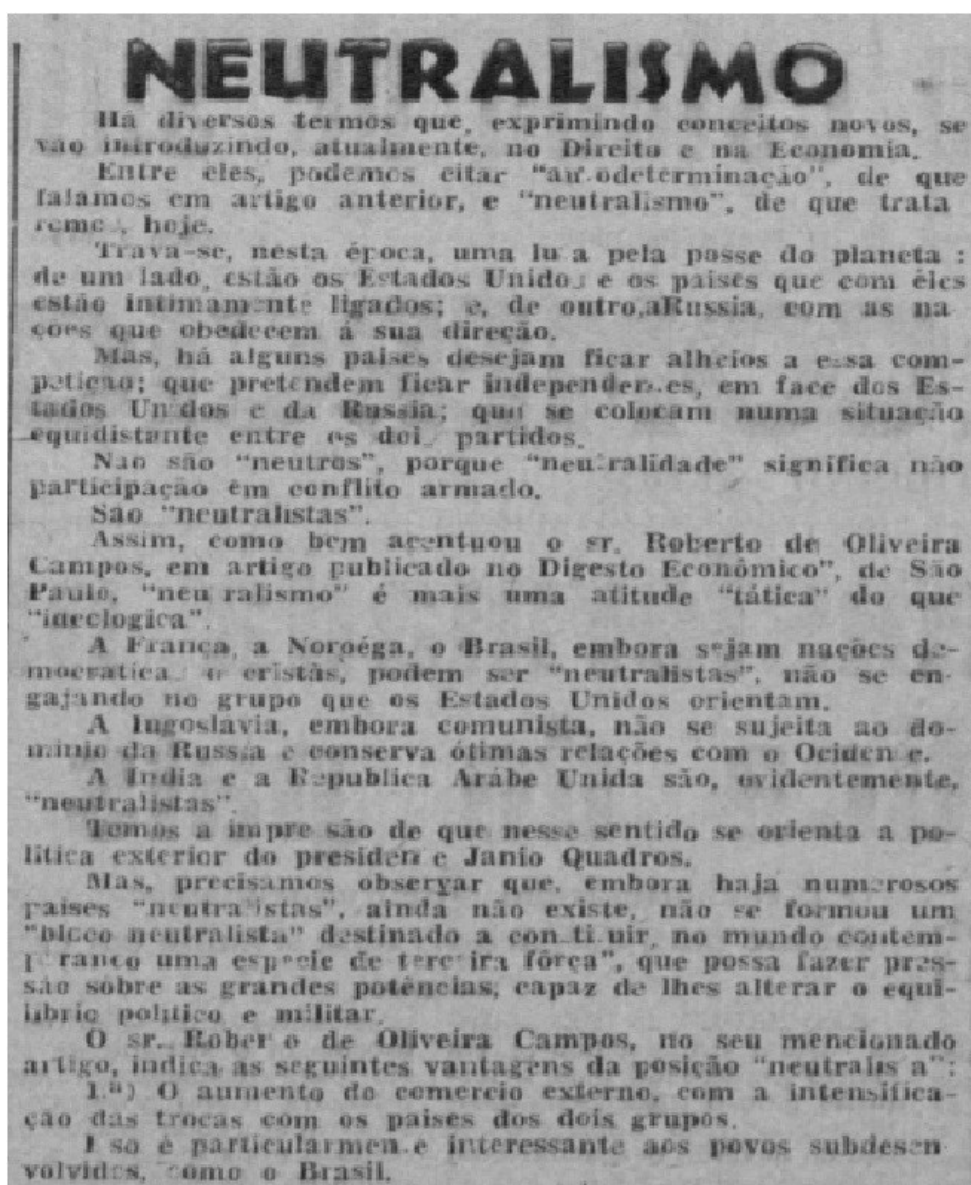
Tratando sobre a questão neutralista, teremos no dia 13 de junho um artigo opinativo do articulista José Mendonça¹²⁵, intitulado “Neutralismo”. Mendonça, inicia o artigo, fazendo referência a um outro ensaio publicado no *Lavoura* no dia 30 de maio, onde ele trata sobre o

¹²⁴ O envio de um participante no encontro, tornava o Brasil um efetivo participante da Conferência, comprometendo-se parcialmente com os acordos e decisões tomadas na reunião. No entanto, o desejo do presidente Jânio Quadros não era se comprometer com nenhuma diretriz dos países do bloco neutralista, no entanto, sem deixar de se relacionar com estes, por isso a opção pelo envio de um simples observador, sem participação efetiva que compromettesse o Brasil as decisões do bloco.

¹²⁵ José Mendonça nasceu em Uberaba em 19 de março de 1904, falecendo na mesma cidade em 1968. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1926, tendo sido advogado e professor nos ensinos médio e superior. Mendonça também se dedicou a carreira acadêmica na área jurídica, sendo autor de inúmeras obras de ciência jurídica. Como escritor e memorialista publicou romances e livros sobre a história de Uberaba, como o famoso “História de Uberaba”, uma compilação de artigos publicados por José Mendonça no *Lavoura e Comércio* com o nome “Capítulos de Nossa História”. Não exerceu profissionalmente a profissão de jornalista, mas foi um assíduo colaborador dos jornais da cidade, especialmente o *Lavoura*, produzindo durante cerca de quatro décadas, mais de 1500 artigos, versando sobre variados temas da área jurídica, literária, econômico-social e política. (Informações retiradas de BILHARINHO, 2014, p. 351-366).

‘princípio da autodeterminação’¹²⁶. Fazendo referência a bipolaridade da guerra fria, o articulista afirma que existe uma luta pela posse do planeta, tendo de um lado os EUA e de outro a Rússia, com os respectivos países que os apoiam. No entanto, segundo Mendonça, existe um grupo de países que desejam ficar alheios a essa competição, colocando-se em uma situação de ‘equidistância’ dos dois blocos. Continua o autor, afirmando que estes “Não são “neutros”, porque “neutralidade” significa não participação em conflito armado. São neutralistas”. (*Lavoura e Comércio*, 13.06.1961, p. 02).

Figura 26: artigo escrito pelo articulista José Mendonça sobre a questão do neutralismo.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 13.06.1961, p. 02).

¹²⁶ O referido artigo será analisado no tópico 3.3 deste capítulo.

Citando um artigo de Roberto de Oliveira Campos no *Digesto Econômico*, onde este afirma que o ‘neutralismo é uma atitude tática e não ideológica’, José Mendonça, nos aponta que “Temos a impressão de que neste sentido se orienta a política exterior do presidente Jânio Quadros”. (*Lavoura e Comércio*, 13.06.1961, p. 02). Não há, para Mendonça, um bloco neutralista, uma terceira força, capaz de fazer pressão sobre as grandes potências, de forma a alterar o equilíbrio político e militar.

No entanto, aqui é necessário abrir um parêntese e relembrar que institucionalmente a chancelaria brasileira renegava a caracterização de estar assumindo uma política externa neutralista. O não alinhamento com os blocos hegemônicos de poder não representava assumir uma política neutralista. Já citado anteriormente, nos recorreremos ao embaixador San Tiago Dantas que nos afirma que “a independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva aos interesses de um bloco nem de outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança ou já decidida por determinadas afinidades políticas.” (BARBOSA, 2007, p. 90-91). É importante ainda ressaltar, que o próprio Afonso Arinos, conforme salientado no capítulo inicial deste trabalho, afirmou que a posição de independência é mais que o neutralismo, não sendo a mesma coisa que aquele.

Continuando o artigo, o articulista do *Lavoura* nos aponta algumas vantagens da posição neutralista. Entre elas, o aumento do comércio exterior por meio de trocas comerciais com ambos os blocos, prezando sempre pela autonomia e rechaçando o entreguismo; e a possibilidade do exercício do papel de arbítrio no conflito bipolar, aumentando assim o prestígio político do país.

Destoando da apresentação das vantagens de ser um país neutralista, Mendonça pontua que o neutralismo é um perigo para a América Latina visto que “Ainda não temos uma formação cultural e religiosa tão sólida e inabalável, que nos ponha a salvo da infiltração comunista. Que o exemplo de Cuba nos sirva de lição”. (*Lavoura e Comércio*, 13.06.1961, p. 02). Em uma linha crítica ao neutralismo, Mendonça afirma que ideologicamente estamos próximos ao ocidente e assim como os EUA, também somos democratas e cristãos. A Rússia por outro lado está distante de nós e não temos nenhuma ligação histórica com ela. Nesse sentido afirma “O “neutralismo” pode levar-nos a uma negação de nós mesmos, das características essenciais da nossa civilização.”, encerrando o artigo com um alerta de Rui Barbosa que diz “Entre o bem e o mal, não pode haver neutralidade.” (*Lavoura e Comércio*, 13.06.1961, p. 02).

A análise de Mendonça é curiosa e pertinente dentro do contexto de um jornal do interior e traz à tona uma discussão de caráter teórico e prático da política externa brasileira,

qual seja: somos neutralistas? Independentes? Mais próximos do bloco comunista ou ocidental capitalista? De forma crítica, José Mendonça aponta o Brasil como um país neutralista e posiciona-se a favor do nosso alinhamento com o bloco ocidental, utilizando como argumento nossa proximidade cultural com os EUA, a democracia e o cristianismo. As conclusões do articulista divergem parcialmente com o posicionamento oficial do Itamaraty nesta questão, que conforme vimos era de independência e não neutralismo.

No entanto, quando o autor se utiliza da retórica maniqueísta e anticomunista cristã¹²⁷ de proximidade cultural com o bloco ocidental, alinha-se com o pensamento oficial, revelando muito do que também pensa o periódico sobre qual deve ser o rumo da política externa brasileira, qual seja, de independência para ampliar nossas relações comerciais, mas politicamente alinhado ao bloco capitalista.

Nesse sentido, também podemos observar o posicionamento dos grandes jornais de São Paulo que pautavam seu discurso a partir do anticomunismo. Ismara Izepe ao analisar as representações sobre a PEI na *Folha de São Paulo* e em *O Estado de São Paulo* nos aponta que

A avaliação dos referidos jornais acerca dessas ações nos oferecem um discurso anticomunista que evidencia uma das críticas centrais à Política Externa Independente, qual seja, a de que ela portava uma inclinação ideológica à esquerda. (...). O anticomunismo apresentava-se como inerente ao discurso político dos referidos jornais, e no caso de *OESP*, tal postura pode ser identificada muito antes da Guerra Fria. (DE SOUZA, 2018, p. 379-382).

Por fim, os meses de julho e agosto, reservam três edições destaque para tratar da questão do neutralismo e/ou aproximação com o comunismo, são elas: 24 de julho; 02 e 05 de agosto. A edição do dia 24 de julho traz na coluna ‘Retalhos’ uma nota afirmando que as relações entre Brasil e URSS serão restabelecidas ainda este ano, sem dar maior destaque ao assunto.

Por outro lado, as notícias de agosto possuem um sentido muito parecido, especialmente em sua manchete. A notícia do dia 02, veiculada no alto da capa e com grande destaque, intitula sua manchete “O Brasil estabelecerá relações internacionais sem considerações políticas ou ideológicas”. Já a notícia do dia 05 daquele mesmo mês, também veiculada na capa apresenta a manchete “O Brasil disposto a estender a mão a todos os

¹²⁷ Segundo Rodrigo Patto (2019), o anticomunismo encontra fundamentos de justificação em três matrizes básicas, quais sejam: o nacionalismo, o liberalismo e o cristianismo, especialmente o católico. O medo de instituição do comunismo e o consequente combate a este por meio de ações anticomunistas, maneja um imaginário de **combate ao “perigo vermelho” no mundo cristão-ocidental**, opondo assim o comunismo ao capitalismo, o que gera representações negativas e anticristãs do primeiro em relação ao segundo.

países”. Além das manchetes, as duas possuem em comum em seu conteúdo o tratamento da questão da aproximação do Brasil com o mundo comunista, especificamente a URSS.

A notícia do dia 02 é oriunda da sucursal da *UPI* de Moscou e traz em seu conteúdo trechos de uma entrevista do presidente Jânio Quadros à agência de notícias soviética *Tass*. Segundo a notícia, Quadros afirmou na entrevista concedida, que confia na possibilidade de uma futura cooperação técnica, científica e cultural entre Brasil e URSS, afirmando ainda que o nível de vida do Brasil nos possibilita a tomar posição no campo internacional sem depender das flutuações.

Figura 27: manchete de notícia sobre a política externa do governo Jânio.



Fonte: (Lavoura e Comércio, 13.06.1961, p. 02).

Ainda entrevista o presidente brasileiro sustentou que o Brasil respeita e se guia pelo princípio da igualdade e da comunidade de interesses e que “esforça-se para estabelecer relações internacionais sem considerações políticas ou ideológicas.” (Lavoura e Comércio, 02.08.1961, p. 01). Nesse sentido, a reportagem afirma que de maneira independente o Brasil irá desenvolver suas relações comerciais e se portará nas assembleias internacionais. Assim formulava-se uma das bases da PEI que visava a ampliação do mercado externo dos produtos primários, bem como dos manufaturados brasileiros, por meio do relacionamento comercial com todas as nações, independentemente de seu posicionamento ideológico no sistema internacional. (VIZENTINI, 1995).

Respondendo o questionamento sobre as relações entre Brasil e URSS, Quadros afirmou que a ajuda soviética ao Brasil é limitada, e que os soviéticos terão que aumentar a compra de produtos brasileiros. Já em relação às relações diplomáticas, o presidente afirma

que já foram realizados notáveis progressos, afirmando que “Expresso-lhes o entusiasmo do povo brasileiro pelos gigantescos esforços do povo soviético, conquanto sejam diferentes seus princípios filosóficos e políticos.” (*Lavoura e Comércio*, 02.08.1961, p. 01).

Por outro lado, a notícia do dia 05 de agosto nos traz informações sobre uma resposta do presidente Jânio Quadros à uma carta de Krushev que teria sido entregue ao mandatário brasileiro durante a visita do cosmonauta soviético Yuri Gagarin.¹²⁸ Segundo a reportagem, na resposta Jânio exaltou os feitos de Gagarin e agradeceu a visita, afirmando que a recepção do cosmonauta demonstra o entusiasmo do povo brasileiro com o feito soviético, reafirmando a cordialidade e legitimidade das relações entre Brasil e URSS. Nesse momento a reportagem transcreve trecho da resposta de Jânio à Krushev, dizendo que

No momento em que densas nuvens parecem acumular-se no horizonte internacional, recebi com a maior satisfação as palavras de V.Excia., assegurando-nos que as conquistas da ciência astronáutica soviética serão colocadas exclusivamente a serviço do bem-estar da humanidade (...). Os contatos amistosos entre todos os povos constituem outro objetivo que muito pode concorrer para desanuviar a tensão internacional. Como já tive oportunidade de declarar a V. Excia. O Brasil está disposto a manter relações com todos os países e a todos eles estender suas mãos. (*Lavoura e Comércio*, 05.08.1961, p. 01).

Analisando as duas notícias do mês de agosto acerca do neutralismo e aproximação do Brasil com os países comunistas, podemos perceber que o jornal não se furta, mesmo que indiretamente de se colocar criticamente a essa proximidade. Informa o leitor sobre os fatos que estão ocorrendo na política externa, mas na manchete exalta não a aproximação com países comunistas ou do campo neutralista, e sim a posição do Brasil em se relacionar com todos os países, buscando uma política externa de independência. Outro fator que nos aponta para a crítica é que essa aproximação é sempre demonstrada pelo jornal como um caminho que irá melhorar as relações comerciais do Brasil, coadunando com a narrativa oficial do governo Quadros, de ter uma política externa que atenda aos objetivos do desenvolvimento nacional do país.

Passaremos a analisar no próximo tópico as relações do Brasil com o hemisfério e os Estados Unidos, especialmente em termos políticos-ideológicos, com posicionamento dos norte-americanos em relação ao Brasil, e dos países do continente com o Brasil e vice-versa. Vejamos.

¹²⁸ As representações do *Lavoura* sobre a visita de Gagarin serão tratadas no tópico 3.5 deste capítulo.

3.2 – As relações hemisféricas e os Estados Unidos

Na América Latina os efeitos sofridos nos primeiros anos da guerra fria foram menos tensos que na Europa. Os países latino-americanos eram vistos pelos Estados Unidos como uma área natural de influência norte-americana e ocidental-capitalista, devendo se comportar como aliados obrigatórios do mundo livre na luta pela hegemonia do poder mundial. No entanto, em 1959 a revolução Cubana aumenta a tensão na região, levando o espectro bipolar da Guerra Fria ao continente.

Entre 1945 e 1960 quase todos os países latino-americanos se curvaram ao interesses e posicionamentos norte-americanos, com exceção da Argentina, no governo Perón¹²⁹, e do México que não se alinharam de forma automática aos Estados Unidos. O Brasil, implementará durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra, uma política exterior de alinhamento automático, empreendendo ações como: a criação da Escola Superior de Guerra - ESG¹³⁰; o desenvolvimento de uma doutrina de segurança nacional, pautada no binômio “Segurança e Desenvolvimento”; e o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética em 1947.

O pesquisador Thiago Brum, nos aponta para um cenário de crise nas relações hemisféricas com os Estados Unidos afirmando que

As relações dos Estados Unidos com a América Latina se encontravam extremamente deterioradas. A negligência norte-americana esvaziou as expectativas de uma relação privilegiada do continente com a superpotência. (...) O contexto panamericano, em fins dos anos 50, era de grande contestação da liderança dos EUA. (BRUM, 2008, p. 51).

Houve nesse contexto, uma forte perseguição aos partidos comunistas do continente, pautada em uma política anticomunista, típica do ambiente de bipolaridade da guerra fria, especialmente para aqueles que se alinhavam ao bloco capitalista-ocidental e aos Estados Unidos.

Desde 1945 não havia uma boa aproximação dos EUA com o continente, realizando-se apenas acordos bilaterais na área militar. Em 1957 foi realizada uma Conferência Econômica da Organização dos Estados Americana - OEA, em que foi assinada a “Declaração

¹²⁹ O caso argentino é emblemático, tanto que Perón sofrerá um golpe militar em 1955 muito derivado de seus posicionamentos contrários aos Estados Unidos.

¹³⁰ Criada em agosto de 1949 com apoio dos norte-americanos, era o principal centro defensor da ideia de alinhamento irrestrito com os Estados Unidos, pautando-se no binômio segurança e desenvolvimento, e na construção de um capitalismo associado internacionalmente, ou seja, estava totalmente alinhada aos interesses do bloco ocidental-capitalista e a Doutrina de Segurança Nacional difundida pelos EUA no continente, que visava justamente conter qualquer possibilidade de avanço do comunismo em seu quintal.

de Buenos Aires”, prevendo: o aumento do comércio; a redução das barreiras alfandegárias continentais e internacionais; a expansão do crédito público, entre outras medidas.

A partir de 1960, o baixo investimento norte-americano na América Latina e a forma do país em lidar com a revolução cubana, inverteu a lógica dos países do continente em apoiar os Estados Unidos, ameaçando assim sua hegemonia nos vizinhos do sul. Havia por parte dos norte-americanos uma insensibilidade quanto as questões sociais que envolviam os países latino-americanos, o que levou o surgimento de grupos com cunho nacionalista e anti-imperialista em todas as nações do hemisfério.

Em 1958, o vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, viajando pelo continente, é recepcionado de forma agressiva na Venezuela, tendo seu carro cercado e atacado por manifestantes. A partir deste fato, o então presidente brasileiro Juscelino Kubistchek, lança a denominada Operação Pan-americana - OPA, com a ideia de formulação de um programa de desenvolvimento para os países da América Latina, que encarasse o crescente sentimento anti-imperialista no continente e os problemas sociais enfrentados pelos latinos. A iniciativa de JK funcionou como um alerta para que os Estados Unidos mudassem sua postura de relacionamento com o continente, e auxiliasse os países vizinhos financeiramente.¹³¹

Em resposta à carta de JK, que lançava a OPA, os Estados Unidos não se comprometeram efetivamente com nenhuma medida prática em relação à proposta apresentada pelo governo brasileiro, distorcendo ainda os reais problemas sociais da América Latina, apontando a culpa do anti-imperialismo, para a subversão comunista existente no continente.

Em janeiro de 1960, Cuba e Estados Unidos romperam relações diplomáticas. Os norte-americanos começaram a buscar apoio para realizar uma intervenção militar em Cuba, com vistas a se proteger de qualquer possível ataque da União Soviética, que se aproximava cada vez mais do novo regime de cubano. A revolução cubana foi adquirindo importância política e começando a causar um grande mal-estar na relação entre os Estados Unidos e os países do continente.

Em 1961, John F. Kennedy, assume a presidência dos Estados Unidos, em um momento que ocorre o episódio da invasão à Baía dos Porcos. A ação armada de intervenção

¹³¹ “Através da OPA, o Presidente brasileiro reivindicava maior autonomia para as repúblicas latino-americanas a fim de que opinassem politicamente como nações adultas, ao invés de participarem num “mero conjunto coral” em consequência de sua posição geográfica ou do hábito de serem solidárias. (...). Mais do que isso, Juscelino chamou a atenção para o risco de enfraquecimento da “causa ocidental” devido à crescente pobreza do hemisfério.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 24-26).

em Cuba, vinha sendo preparada desde o governo Eisenhower, e Kennedy quando assumiu, concordou e pouco pode fazer para evita-la, pois, seus preparativos já estavam adiantados e a operação em curso. Uma das condições impostas pelo novo Presidente, é que os militares norte-americanos não participassem diretamente da ação.

No entanto, a ação armada foi um fracasso, vindo a causar um grande mal-estar em todo o continente, e deteriorando ainda mais a já complicada relação dos Estados Unidos com os países latino-americanos. A Revolução Cubana em 1959 e Invasão da Baía dos Porcos em 1961 elevaram a tensão bipolar no quintal dos Estados Unidos em uma área que o país considerava até então possuir o controle total e que deveria ser naturalmente uma região aliada.

Em 1962, o correrá a Crise dos Mísseis, uma resposta soviética a tentativa de invasão à Cuba em 1961, bem como a instalação de mísseis norte-americanos na Turquia, o que também preocupava os soviéticos. Nesse contexto, os Estados Unidos impõem um Bloqueio Naval à Cuba, exigindo a imediata retirada dos mísseis soviéticos. Segundo Demétrio Magnoli, “A ameaça de um ataque nuclear soviético a partir do Caribe virtualmente suprimia a superioridade estratégica dos Estados Unidos em vetores e ogivas.” (MAGNOLI, 2012, p. 116).

A relação entre Estados Unidos e América Latina, portanto, dar-se-á, em nossa concepção, em três fases: a primeira que vai do pós-guerra em 1945 até a Revolução Cubana em 1959, sendo marcada em regra pela submissão dos países do continente ao colosso continental; a segunda, que compreende o período pós-Revolução Cubana, que vai de 1959 até 1962 com a Crise dos Mísseis, sendo caracterizada por uma constante instabilidade e tentativa norte-americana de conter os rumos da Revolução no país caribenho, bem como, que esta se alastrasse para o restante do hemisfério; por fim, a terceira e última fase, que ocorre após 1962 e alcança o início da década de 1980, é fortemente marcada pela intervenção indireta e às vezes direta dos Estados Unidos nos países latino-americanos, com a deposição de governantes eleitos e a instauração de ditaduras militares, como ocorreu no Brasil em 1964, na Argentina em 1965 e no Chile em 1973.

Interessa-nos, sobremaneira nesta pesquisa, a fase posterior à Revolução em Cuba até agosto de 1961, que como dito, é marcada por uma forte instabilidade e tentativa de contenção dos rumos revolucionários, tanto em Cuba, quanto em outros países latino-americanos. Houve nesse período, um direcionamento da revolução cubana para o espectro socialista, com uma associação cada vez mais forte com a União Soviética. Nesse sentido, Daniel Aarão Reis nos afirma que “Na América Latina, a revolução cubana – vitoriosa como um programa

nacionalista e democrático – transformara-se em revolução socialista, em larga medida, em virtude das pressões americanas.” (FILHO, REIS, 2002, p. 27).

Esse espectro comunista que rondou o restante do continente foi a fagulha para desencadear investidas militares, diplomáticas e econômicas dos Estados Unidos, que fracassando em um primeiro momento com a invasão à Baía dos Porcos, criaram a Aliança para o Progresso – ALPRO¹³², numa tentativa de “ganhar” o apoio de aliados para a exclusão de Cuba do sistema interamericano, tomando-a como exemplo para quem tentasse subverter a ordem democrática em seu quintal.

As relações do Brasil com os países do continente¹³³ e em especial com os EUA foram uma preocupação constante da chancelaria brasileira, e teve uma importante repercussão na imprensa, não sendo diferente nas páginas do *Lavoura*. Em um total de dez edições, quatro tratam sobre as relações hemisféricas e seis das relações entre Brasil e EUA, o que demonstra a importância dessa temática na política exterior brasileira.

É importante frisar que no caso de um tratamento mais efetivo das relações hemisféricas, essa sempre foi de interesse da política externa janista. Já no caso das relações com os norte-americanos, apesar de sempre ser uma preocupação histórica das relações externas brasileiras, a imprensa também superdimensiona sua importância. Não podemos nos esquecer, no entanto, que há naquele momento uma guinada da política externa norte-americana para a América Latina, no sentido de olhar mais para o continente e auxiliar financeiramente, com o objetivo de evitar a influência comunista nesses países.

Os principais acontecimentos trabalhados nas matérias são o encontro de Uruguaiana entre os presidentes de Brasil e Argentina, outros encontros e possibilidade de encontros bilaterais entre o Brasil e outros países do continente, bem como a ajuda dos EUA ao Nordeste com a missão de Celso Furtado, e especulações acerca do posicionamento do Brasil em relação aos EUA. Veremos primeiro o tratamento dado pelo periódico das relações hemisféricas com o Brasil e depois dos EUA com o Brasil.

Apesar da importância da Conferência de Uruguaiana¹³⁴ para a relação entre Brasil e

¹³² A Aliança para o Progresso, foi para alguns autores, um resposta norte-americana, à Operação Pan-Americana, lançada em 1959 pelo presidente brasileiro JK, que pregava como uma das medidas a serem adotadas pelos Estados Unidos para evitar a expansão do comunismo no continente, uma ajuda financeira para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento econômico e social. O presidente Kennedy, dessa maneira, pretendia instituir uma espécie de “Plano Marshall” para a América Latina, que será efetivamente instituído na Conferência da OEA em Punta Del Este, em agosto de 1961.

¹³³ Excepciona-se aqui o tratamento da questão cubana que será analisado de forma pormenorizada no tópico 3.3 do presente capítulo.

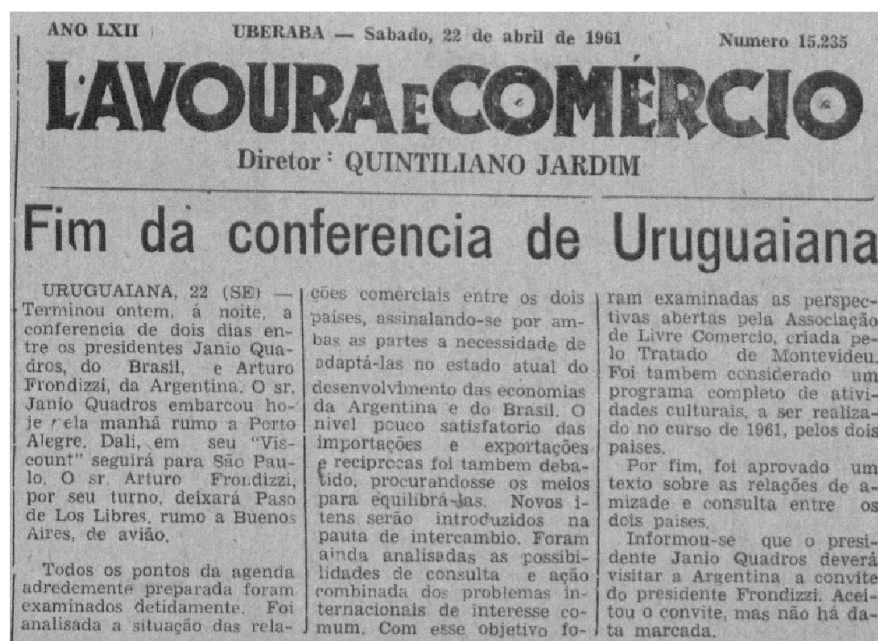
¹³⁴ No período de 21 a 23 de abril de 1961, Jânio e Arturo Frondizi, presidente da Argentina, reuniram-se na cidade gaúcha de Uruguaiana, acompanhados pelos seus respectivos chanceleres, além dos embaixadores dos respectivos países. Das declarações resultaram um acordo cultural, duas declarações (uma de natureza

Argentina, com a assinatura de acordos bilaterais e o fortalecimento de uma parceria entre os dois maiores países do continente, o *Lavoura* irá repercutir diretamente o encontro em apenas uma edição, no dia 22 de abril, com uma manchete na capa, logo abaixo do cabeçalho intitulada “Fim da Conferência de Uruguaiana”.

A referida notícia informa que terminou no último dia 21 de abril em Uruguaiana, na fronteira entre Brasil e Argentina, o encontro entre os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi¹³⁵. Segundo o jornal no encontro

Foi analisada a situação das relações comerciais entre os dois países, assinalando-se por ambas as partes as necessidades de adapta-las no estado atual do desenvolvimento das economias da Argentina e do Brasil. O nível pouco satisfatório das importações e exportações recíprocas foi também debatido, procurando os meios para equilibra-las. (*Lavoura e Comércio*, 22.04.1961, p. 01).

Figura 28: notícia de capa sobre o encerramento da Conferência de Uruguaiana.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 22.04.1961, p. 01).

A notícia aponta ainda que serão analisadas as possibilidades de consulta e ação

econômica e outra política) e o **Convênio de Amizade e Consulta, pelo qual se instituiria um sistema de troca de informações e coordenação de atuação internacional**. *A esse convênio poderia aderir outras nações americanas.*

¹³⁵ Em 22 de fevereiro de 1958 com mais de 4 milhões de votos, Arturo Frondizi (UCRI) venceu as eleições argentinas com a ajuda de Perón e seus seguidores. Durante todo o mandato Frondizi se viu diante de crises econômicas em 1959 e 1962, além de uma constante instabilidade política com a observação de perto do seu governo pelo exército e uma insatisfação da esquerda com as ações do Presidente. Na política externa o presidente argentino aproximou-se bastante das ações da política externa janista no Brasil, buscando afirmar a autonomia argentina no campo internacional, mantendo relações com todos os países sem distinção ideológica e utilizando da política externa como um instrumento do desenvolvimento nacional.

combinada dos problemas internacionais de interesse comum, sendo também examinadas as perspectivas abertas pela Associação de Livre Comércio e a abertura de um programa cultural entre os dois países. O encontro entre os dois presidentes talvez tenha sido uma das ações da política externa de Jânio mais importantes empreendidas pelo presidente. Segundo Carlos Alberto Leite Barbosa, “o resultado das conversas seria o ponto de partida para uma nova política hemisférica que não visasse enfraquecer o sistema interamericano mas, ao contrário, fortalecê-lo, ao tentar tirar do Caribe o centro da política hemisférica norte-americana.” (BARBOSA, 2007, p. 151-152).

Braz José de Araújo nos aponta acerca do encontro entre os dois presidentes em Uruguaiana que este “fortalece a política de autodeterminação, mas ao mesmo tempo procura tranquilizar os Estados Unidos. A Convenção de Amizade e Consulta abre o caminho para consultas permanentes e coordenações das ações no plano continental, reforço do sistema interamericano.” (ARAÚJO DE, 1996, p. 270).

A respeito do Acordo assinado em Uruguaiana e sua irradiação para outros países latino-americanos o Tânia Quintaneiro nos aponta para o mesmo sentido colocado pelo *Lavoura*, afirmando que

Os dois presidentes mostraram-se, então, dispostos a tirar vantagens da conjuntura mundial e intercontinental, exercendo uma pressão conjunta que poderia aumentar, nos organismos internacionais, os fundos disponíveis para o desenvolvimento, ao invés de competir com eles. (...). O convênio assinado em Uruguaiana tinha vigência de dez anos e era aberto à adesão dos demais países do continente. O Brasil caminhava, então, para a alternativa de continentalização dos mercados da América Latina. (QUINTANEIRO, 1988, p. 38-39).

Na linha de fortalecimento das relações do Brasil com os países do continente e pegando o gancho do encontro de Uruguaiana, uma notícia do dia 14 de julho informa em sua manchete que “Jânio visitará, ainda este ano, cinco ou seis países da América do Sul”. A reportagem afirma que o chanceler Afonso Arinos, declarou em entrevista que o presidente Jânio Quadros visitará países do continente para concluir acordos semelhantes aos de Uruguaiana com a Argentina, não implicando isso a formação de um bloco, mas sim o fortalecimento de interesses comuns.

Novamente em 27 de julho uma manchete estampada na página seis do periódico informa “Em 30 dia Jânio visitará todos os países sul-americanos”. A notícia afirma que essa informação foi dada pelo chanceler Afonso Arinos, que, após reunião com o presidente Quadros, declarou à imprensa que a viagem deverá ser realizada em fins de outubro e início de novembro.

Tanto a notícia do dia 14 quanto a do dia 27 de julho, trataram sobre outros temas afetos a política externa daquele período. No entanto, o destaque dado a programação de viagens pelos países do continente, buscam demonstrar a importância dada pelo periódico em sintonia com a proposta da política externa brasileira, com as relações do Brasil com os países do hemisfério em sua política exterior.

Tal situação também pode ser constatada em notícia de capa do dia 01 de agosto, com manchete intitulada “O presidente do Peru almoçará hoje com o presidente Jânio Quadros”, dando destaque novamente a um encontro entre o chefe de estado brasileiro e outro sul-americano. Com grande destaque, a matéria informa que o presidente peruano, Manoel Prado, é o terceiro chefe de estado a visitar Brasília e foi recebido pelo presidente Quadros e membros do governo. A reportagem informa ainda que o líder peruano realizou algumas visitas na capital federal e jantou a noite com o presidente Jânio Quadros no Palácio da Alvorada, onde encontrava-se hospedado. Na mesma notícia, o periódico informa que na terça, o presidente do Peru visitaria o Congresso Nacional e depois almoçaria com Jânio Quadros, onde nessa oportunidade assinariam um Tratado de Amizade e Consulta entre os dois países, emitindo também uma nota conjunta à imprensa acerca das relações entre Brasil e Peru, destacando o ideal pan-americano.

É importante pontuar, que o desenrolar das relações entre o Brasil e os países do continente, era uma preocupação dos EUA, visto que os norte-americanos desejavam ter o controle e influência hegemônicos sobre o restante da América Latina, e dentro do quadro geopolítico do hemisfério o Brasil buscava desempenhar seu protagonismo paralelo aos interesses dos norte-americanos. Segundo Tânia Quintaneiro

A política externa dos EUA para a América Latina sofreu uma mudança “quase revolucionária” durante a administração John Kennedy (...). Os EUA passaram a preocupar-se bem mais acentuadamente com os problemas da região em função de sua própria segurança dispondo-se a impedir que algum outro país seguisse o mesmo caminho de Cuba e fornecesse a União Soviética a possibilidade de instalar outra cabeça de ponte no hemisfério. (QUINTANEIRO, 1988, p. 40).

No entanto, o Brasil não buscou se distanciar dos EUA, mas agir em certa medida de forma autônoma em sua política externa, buscando sempre que preciso auxílio do ‘colosso do norte’, conforme veremos a seguir nas representações do *Lavoura* sobre as relações entre Brasil e EUA.

Acerca dessas relações entre o Brasil e os EUA, além da ajuda dos norte-americanos na renegociação da dívida externa brasileira, teremos representações do *Lavoura* a respeito da

ajuda dos EUA a projetos no Nordeste sob a liderança de Celso Furtado, superintendente da SUDENE, encontro de Jânio com membros do governo norte-americano, além de análises sobre as relações entre os dois países.

No dia 12 de junho uma notícia ocupando cerca de 1/5 da capa e com a manchete intitulada “Não há paz sem a União Brasil-EUA”, aborda o encontro entre o embaixador e enviado dos EUA para a América Latina, Adlai Stevenson e o presidente Jânio Quadros. Segundo a reportagem os dois se reuniram no horto florestal em São Paulo, inicialmente de forma reservada e depois com seus assessores. Falando à imprensa após o encontro, o presidente Jânio Quadros agradeceu a presença de Stevenson e disse “acreditar firmemente em relações cada vez mais próximas e intimas entre esta democracia e a grande democracia do outro hemisfério, a bem da justiça, da paz e do progresso.” (*Lavoura e Comércio*, 12.06.1961, p. 01).

Figura 29: manchete de capa noticiando o encontro entre o presidente Jânio Quadros e o enviado especial dos EUA Adlai Stvenson.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 12.06.1961, p. 01).

Já o enviado norte-americano afirmou que “Prevejo uma era de crescente colaboração entre o Brasil e os EUA e, espero em todas as nações do hemisfério.” (*Lavoura e Comércio*, 12.06.1961, p. 01), agradecendo a recepção e enfatizando a boa relação entre os dois países. Embora não tenhamos maiores detalhes do encontro, sabe-se que uma das prováveis pautas da conversa foi a questão cubana e a tentativa do enviado norte-americano de dissuadir o presidente brasileiro a mudar a política externa do Brasil em relação a Cuba. No entanto, segundo informações do próprio jornal na notícia em questão, Jânio Quadros, após assistir a uma missa, teria declarado que a posição do Brasil em relação a Cuba se manteria a mesma e o país continuaria defendendo a autodeterminação dos povos.

Tratando da ajuda norte-americana ao Nordeste, o mês de julho reservam duas edições sobre o assunto, respectivamente nos dias 13 e 22. A primeira notícia do dia 13 traz

uma pequena notícia na página seis oriunda da sucursal da UPI de Washington com a manchete intitulada “Ajuda substancial do EE. UU para solucionar o problema do Nordeste”. No corpo da notícia, o jornal afirma que o superintendente da Sudene, Celso Furtado, tinha a impressão pessoal de que os EUA estavam preparados para dar uma contribuição substancial para a realização de projetos estruturantes no Nordeste.

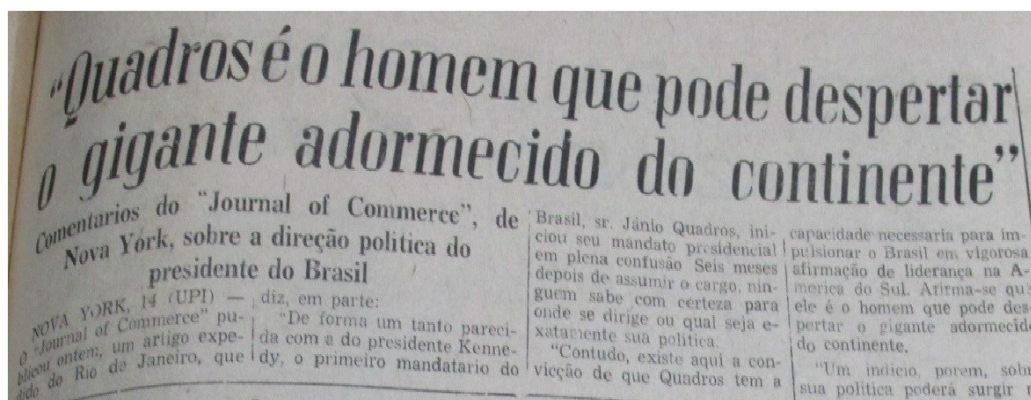
Já no dia 22 de julho, uma matéria com a manchete intitulada “Regressou satisfeito o Sr. Celso Furtado”, informa que a reunião realizada pelo Superintendente da Sudene nos EUA, havia sido de interesse dos norte-americanos, e que estes estavam dispostos a aportar 120 milhões de dólares, dos 900 milhões previstos para o Plano Quinquenal do Nordeste.

É importante pontuar que o governo brasileiro possuía projetos de investimentos de infraestrutura na região nordestina desde a criação da Sudene ainda no governo JK, e que o interesse despertado pelos EUA em auxiliar na ajuda desses projetos se dava na tentativa de ‘reduzir as desigualdades na região’, uma das mais pobres do Brasil, de forma que pudesse evitar a difusão de ideias comunistas no local. As propostas de financiamento de projetos por parte dos EUA são oriundas da Operação Pan-Americana, justamente com o objetivo de reduzir desigualdades no Brasil e na América Latina e evitar que este se tornasse área vulnerável de influências do bloco comunista.

Nesse sentido, a representação proposta pelo jornal acerca deste assunto, visa reforçar a ideia de amizade e apoio dos Estados Unidos aos projetos de desenvolvimento do Brasil, buscando mostrar que os norte-americanos eram parceiros essenciais nas relações internacionais do Brasil. No entanto é importante pontuar o alerta que nos faz Paulo Vizontini afirmando que “Ao invés de considerar que éramos um aliado preferencial dos EUA, Quadros mostrava claramente que sua concepção diplomática (a PEI) era explícita e acentuadamente influenciada pelo nacionalismo gaullista, de fortalecimento nacional dentro da Aliança Ocidental.” (VIZENTINI, 1997, p. 206-207), de forma que o Brasil deveria atuar no sistema regional e internacional como um ator influente e de em certa medida decisivo na tomada de posição.

Seguindo a linha sobre o relacionamento entre Brasil e EUA, o *Lavoura* traz no dia 14 de julho, uma notícia oriunda da UPI de Nova York com a manchete “Quadros é o homem que pode despertar o gigante adormecido do continente”. A matéria reproduz trechos de um artigo feito no Rio de Janeiro e publicado no jornal *Journal of Commerce* de Nova York, que afirma que o mandato de Jânio é confuso e sem direção de qual seja efetivamente sua política exterior. No entanto, o artigo afirma que Jânio Quadros tem a capacidade necessária para impulsionar o Brasil em vigorosa liderança na América do Sul.

Figura 30: manchete de uma notícia de capa acerca das relações Brasil-EUA.



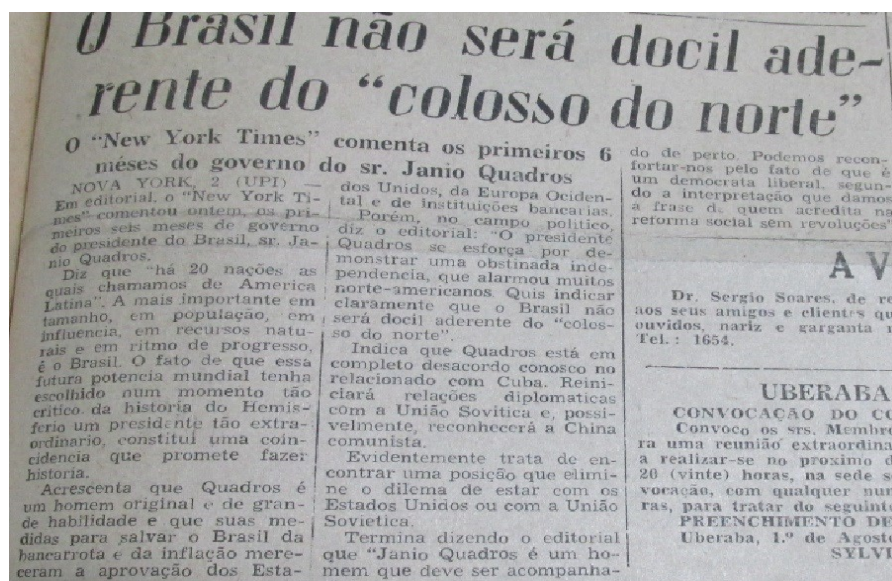
Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 14.07.1961, p. 01).

Iniciando o mês de agosto, a edição do dia 02, traz outra matéria da sucursal da UPI de Nova York, com trechos de um editorial do *The New York Times* sobre os seis primeiros meses do governo Jânio Quadros. Segundo a matéria, o jornal aponta que das 20 nações que chamamos de América Latina, a mais importante em tamanho, população, influência, recursos naturais e progresso é o Brasil. O editorial chama Jânio de figura extraordinária, tendo sido eleito em um difícil momento pelo qual passa o hemisfério. Afirma ainda que os esforços e medidas do novo presidente para salvar o Brasil do caos econômico e da inflação merecem a aprovação de todo o mundo ocidental.

Por outro lado, no campo político o periódico afirma que “O presidente Quadros se esforça em demonstrar uma obstinada independência, que alarmou muitos norte-americanos. Quis indicar claramente que o Brasil não será dócil aderente do “Colosso do Norte”.” (*Lavoura e Comércio*, 02.08.1961, p. 01). Seguindo essa linha de análise sobre a política externa do governo Jânio, o periódico afirma que o Brasil está em desacordo com os EUA na questão cubana, que reiniciará relações com a URSS e reconhecerá a China Comunista, buscando uma posição que elimine o dilema de conviver com os dois blocos hegemônicos de poder.

Apesar de ser a reprodução da opinião de um grande e importante jornal norte-americano, o *Lavoura* dá destaque para a crítica empreendida a política externa janista, exatamente por esta crítica espelhar aquilo que o jornal uberabense vinha expressando a respeito do assunto, ou seja, criticando a aproximação com países comunistas, exceto quando benéfico ao comércio, e o posicionamento do Brasil em relação à questão cubana, cujo o regime era francamente atacado pelo jornal.

Figura 31: notícia de capa sobre as relações Brasil-EUA.



Fonte: (Lavoura e Comércio, 02.08.1961, p. 01).

Outras duas edições do mês de agosto buscarão mostrar representações relativamente positivas acerca das relações Brasil-EUA. A primeira é do dia 04, em uma matéria na capa com muito destaque anuncia na manchete "Edward Kennedy e Douglas Dillon conferenciam com Jânio". A notícia informa da chegada de uma comitiva do governo norte-americano à Brasília, composta pelo irmão do presidente Kennedy, o secretário do Tesouro Moors Cabot, o embaixador Lincon Gordon e Douglas Dillon, que se reuniriam com Quadros para tratar sobre a relação entre os dois países.

Já no dia seguinte, repercutindo o encontro, uma notícia de capa com grande destaque para a manchete, localizada logo abaixo do cabeçalho da edição informa "Jânio visitará os EUA em dezembro". A notícia informa que o presidente Jânio Quadros na presença de Dillon e Cabot aceitou o convite de Kennedy para visitar os EUA, e a data inicial seria o mês de dezembro, fato que como se sabe não foi possível em virtude da renúncia do presidente brasileiro. A reportagem ainda afirma que foi noticiado a Quadros que Moors Cabot sairia em definitivo da embaixada norte-americana no Brasil, sendo substituído por Lincoln Gordon.

Conforme podemos observar, o *Lavoura e Comércio* busca representar positivamente as relações entre Brasil e EUA, dando grande destaque e importância ao papel que a potência do Norte pode exercer no desenvolvimento brasileiro, mostrando assim, a partir dessa visão e das críticas ao relacionamento do Brasil com o bloco comunista, que prefere claramente que o

país sege aliado do bloco ocidental no contexto da guerra fria.

Após analisar as relações hemisféricas do Brasil, bem como com os EUA, buscaremos compreender como o *Lavoura* interpretava e representava o posicionamento do Brasil frente a questão cubana, e como tratou a Conferência da OEA em Punta Del Este, evento divisor de águas no tensionamento da questão cubana com os países do continente e que também marca o lançamento do programa Aliança para o Progresso na América Latina.

3.3 - A questão Cubana e a conferência de Punta Del Leste

O problema de Cuba passou a ter uma importância significativa nas relações do continente. Houve uma pressão norte-americana para que o Brasil e outros países latino-americanos se posicionassem favoravelmente ao plano de invasão dos EUA em Cuba, com objetivo de conter o movimento revolucionário rumo ao socialismo.

A situação em Cuba com a invasão da Baía dos Porcos e o caminho da revolução rumo ao comunismo, bem como a tentativa dos EUA de conformar a situação na Conferência de Punta Del Este, foram destaque no *Lavoura*. Nesse contexto o jornal repercute o posicionamento da política externa brasileira sobre a questão cubana e a conferência interamericana. Direta e indiretamente, o periódico tratará desses dois assuntos em quatorze edições.

Em 15 de abril de 1961, em uma manchete de grande destaque na capa, com notícia da UPI de Havana, o *Lavoura* anuncia a invasão à Baía dos Porcos, “Cuba bombardeada”. O periódico destaca as informações iniciais sobre a invasão, dando destaque a fala de Fidel Castro, que responsabiliza os EUA pelo ataque. Novamente em 17 e 18 de abril, em notícia oriunda da UPI de Nova York, o jornal traz em destaque notícias na capa com as manchetes “Forças contra-revolucionárias desembarcaram hoje em Cuba – o início do fim de Fidel” e “Prossegue vitoriosa a invasão dos contra-revolucionários”, respectivamente.

Tanto nas manchetes quanto no corpo da notícia e no destaque dado a estas, o *Lavoura* representa positivamente a invasão e tentativa de derrubada do regime de Fidel Castro no país caribenho. Esse posicionamento será claramente referendado na edição do dia 22 de abril, em que o jornal veiculará uma série de notícias negativas sobre o regime cubano e favoráveis a invasão, como, por exemplo, “Fidel poderá ser excomungado” e “Os EE.UU. apoiarão os exilados cubanos e tudo farão para eliminar os focos comunistas no hemisfério”.

Além dessas representações negativas do que vem ocorrendo em Cuba e positivas acerca da invasão, o periódico traz no dia 22 de abril um editorial intitulado “O drama de

Cuba”, acusando a União Soviética de ter colocado Cuba como uma cabeça de ponte no continente americano, ou seja, feito da ilha seu representante, afirmando ainda que os soviéticos estão apoiando o regime castrista na resistência aos contra-revolucionários. O editorial acusa Fidel Castro de subverter a revolução, que buscava pôr fim a ditadura de Fulgêncio Batista e instituir a democracia em Cuba, mas, no entanto, continuou flertando com o autoritarismo, agora comunista. Nesse sentido afirma a editoria “A nobre ação das caraibas está vivendo um grande drama de sua história, com os ditadores que se sucedem no poder sacrificando o seu povo e eliminando implacavelmente os seus mais caros anseios de liberdade.” (*Lavoura e Comércio*, 22.04.1961, p. 02).

Já com a invasão contida e a vitória das forças revolucionárias, no dia 24 de abril, o *Lavoura* sobe o tom em relação ao regime cubano e anuncia em manchete de destaque na capa “Fidel prepara um banho de sangue”, afirmando no corpo da notícia que o ditador cubano irá executar os invasores da Baía dos Porcos. Ainda nesta edição há a veiculação de uma charge crítica ao regime de Fidel Castro, apontando que o mesmo era sanguinário e não condescendia com quem desafiasse os ideais da revolução.

Figura 32: charge crítica a situação dos presos políticos do regime castrista em Cuba.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 24.04.1961, p. 01).

Apesar de até este momento o jornal não tratar diretamente do posicionamento do Brasil em relação aos acontecimentos em Cuba, conforme podemos observar, o *Lavoura* será extremamente crítico ao regime castrista e em certa medida apoiará a invasão patrocinada pelos norte-americanos na Baía dos Porcos.

Finalmente, no dia 06 de maio, mais de vinte dias após a invasão em Cuba, o *Lavoura* traz uma notícia sobre o posicionamento do Brasil. Em matéria oriunda da UPI de Brasília e veiculada na página 03 do periódico a manchete em grande destaque anuncia “Se Fidel instalar governo tipo soviético, o Brasil romperá com Cuba”. A reportagem afirma que após uma longa reunião entre o chanceler Afonso Arinos e o presidente Jânio Quadros, o governo brasileiro apoiaria a convocação de uma reunião extraordinária da OEA para analisar o caso cubano. Ainda segundo a matéria se Cuba adotasse o regime soviético, conforme anunciado¹³⁶, o Brasil romperia relações com o país caribenho.

Nessa notícia o *Lavoura* supervaloriza e dá ênfase que essa fala era do chanceler Afonso Arinos. Apesar de não dar destaque a notícia, trazendo-a apenas na terceira página, a manchete coaduna com o posicionamento que o periódico vinha tomando desde a invasão em Cuba. Nesse ponto é importante afirmar que apesar de o Brasil se posicionar contrário ao alinhamento de Cuba com a URSS e o bloco socialista, o governo Quadros sempre se posicionou de forma equilibrada¹³⁷ e não com a veemência apresentada pelo jornal, mostrando assim a manipulação pelo *Lavoura e Comércio* de uma colocação pontual do chanceler brasileiro, para transforma-la em instrumento de crítica e oposição a qualquer defesa ou alinhamento favorável ao regime cubano.

Figura 33: notícia sobre o papel do Brasil nos possíveis desdobramentos da questão cubana.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 06.05.1961, p. 03).

Caminhando no sentido da crítica aos acontecimentos em Cuba, no dia 30 de maio

¹³⁶ No dia 02 de maio foi veiculado uma notícia com a manchete “Fidel anuncia ingresso de Cuba no bloco soviético”. A pressão norte-americana sobre o país foi encaminhando o regime castrista cada vez mais para os caminhos do bloco socialista.

¹³⁷ É importante lembrar que desde as eleições Quadros se posicionava de forma equilibrada em relação à Cuba e os rumos que a Revolução vinha tomando. Segundo Tânia Quintaneiro “A estratégia montada pelo governo procuraria fazer com que o Brasil, através de sua política externa, aparecesse como pacificador das relações interamericanas abaladas pela Revolução Cubana, sem se comprometer com atos de intervenção.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 44).

teremos um artigo do articulista José Mendonça intitulado “Limitações ao princípio da autodeterminação”. Mendonça inicia o artigo se referindo a uma entrevista do professor de Direito da USP, Goldofredo Silva Teles, à Folha de São Paulo, sobre o princípio da autodeterminação, que, segundo o articulista do *Lavoura*, era evocado tanto pelos partidários de Fidel, quanto pelos estadistas soviéticos.

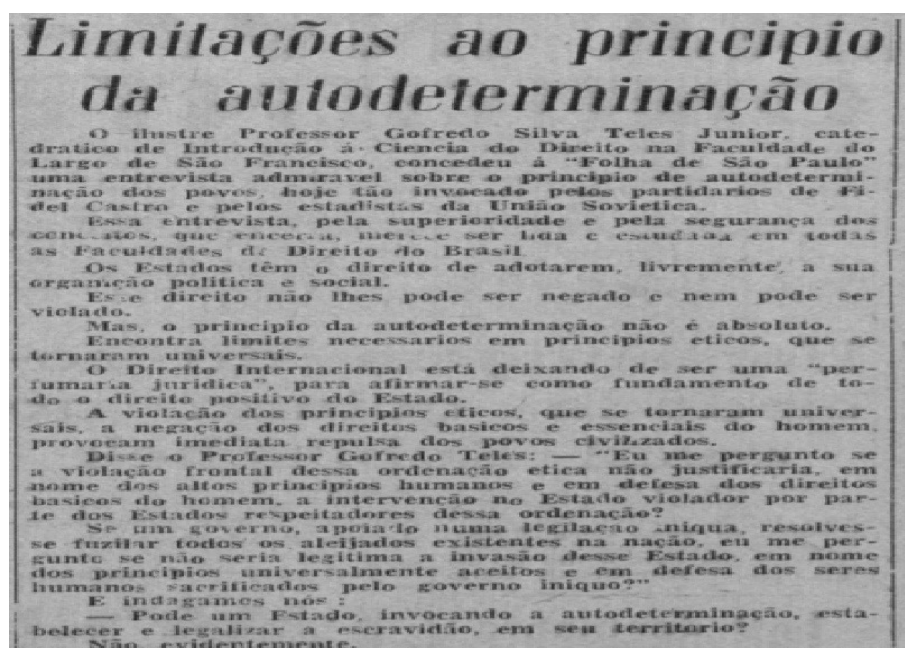
Segundo Mendonça, os estados têm o direito de adotar livremente sua organização política e social, e esse direito não pode ser negado e nem violado. No entanto, afirma que esse princípio não é absoluto, e encontra limites políticos universais, que uma vez violados devem ser rejeitados pelos povos civilizados. Para construir seu argumento, Mendonça cita Gofredo em uma passagem em que este se pergunta se a violação desses limites éticos não imporia a intervenção no estado violador por parte dos estados respeitadores dessa ética universal.

Nesse sentido e adentrando na questão cubana e indiretamente na defesa da invasão ocorrida no país caribenho, José Mendonça nos afirma que

Apoiado no princípio da autodeterminação é lícito a um Estado deste continente implantar o comunismo totalitário e ateu, na América democrática e cristã? Pensamos que não. E julgamos perfeitamente justa e até necessária a intervenção dos outros países americanos naquele Estado, para o restabelecimento da ordem democrática e cristão. (...). Não podemos permitir que Fidel Castro transforme Cuba, pois cristão, numa república soviética. (...). É a essa violência que ele chama de autodeterminação? (*Lavoura e Comércio*, 30.05.1961, p. 02).

Conforme podemos observar, o articulista do *Lavoura* busca relativizar o princípio da autodeterminação dos povos, um dos pilares fundamentais da política externa independente do governo Jânio Quadros, e juntamente com o princípio da não intervenção era um axioma a ser respeitado na execução de nossa política externa, especialmente na questão cubana. Segundo Tânia Quintaneiro, quando do episódio da invasão à Baía dos Porcos “a presidência publicou uma nota reiterando os princípios da autodeterminação e da soberania das nações.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 48).

Figura 34: artigo do articulista José Mendonça acerca do princípio da autodeterminação.



Fonte: (Lavoura e Comércio, 30.05.1961, p. 02).

O articulista em certa medida repercute o posicionamento do jornal, primeiro ao ter espaço para tratar do assunto que estava em alta, e segundo porque utiliza a linha argumentativa do anticomunismo de matriz cristã¹³⁸, apontando que a evocação do princípio da autodeterminação dos povos não poderia dar espaço para transformação de Cuba em um regime comunista autoritário e ateu, ou seja, uma república não democrática e não cristã. Há aqui a ligação maniqueísta entre democracia e cristianismo representando o bem e comunismo e ateísmo representando o mal, representações afeitas ao imaginário político e social do período da guerra fria como já nos mostrou Rodrigo Patto em seu trabalho. (MOTTA, 2019).

Nesse mesmo sentido, a coluna "Ideias, Fatos e Leituras" de Georges Jardim¹³⁹, um dos diretores do periódico, relativiza a aplicação do princípio da autodeterminação na questão cubana, afirmando que a autodeterminação é questão particular de cada nação, mas que pode haver intervenção quando esta extrapolar certos limites, assim como ocorre quando um pai autoritário extrapola os limites, e o vizinho pode intervir em sua casa.

Conforme vimos exaustivamente até agora, o Brasil defendia amplamente o respeito aos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção, que consolidava a posição do governo interna e externamente. No entanto, conforme nos aponta Tânia

¹³⁸ Conforme já apontamos no tópico 3.1 deste trabalho.

¹³⁹ George Chirré Jardim era médico e escritor. Irmão de Quintiliano Jardim, diretor geral do jornal, George Jardim, também ajudava o irmão na direção do jornal, cuidando das seções jornalísticas especializadas e ainda como colunista e articulista do Lavoura

Quintaneiro, “apoiar um governo suspeito de comunista, isto sim, seria bem mais difícil de sustentar em nível nacional e seguramente também no plano interamericano. Jânio não chegaria, porém, a enfrentar esses problemas: Fidel Castro se declararia comunista após sua renúncia.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 50).

No dia 11 de julho teremos outra notícia sobre a questão cubana em uma matéria de capa com a manchete intitulada “O Brasil não realizou nenhuma tentativa de mediação para a questão cubana”. A notícia informa que o chanceler Afonso Arinos negou que o Brasil tenha solicitado ao Papa que mediasse uma solução para a questão cubana. O periódico ainda afirma que Arinos se posicionou a favor de uma solução negociada entre todos os países do continente. Percebemos que o *Lavoura* se preocupa muito com a situação que ocorre em Cuba, reverberando uma preocupação constante nos debates políticos, parlamentares, diplomáticos e jornalísticos.

Outra questão latente nos órgãos de imprensa e no meio político diplomático daquele conturbado período foi a expectativa para a realização da Conferência do Conselho Econômico e Social da OEA a ser realizada em Punta Del Este no Uruguai. Isso se dava em virtude dos problemas e da tensão que vinha ocorrendo em Cuba, bem como pela expectativa em relação ao lançamento da Aliança para o Progresso.

A primeira notícia sobre a realização da Conferência, data de 16 de junho, em uma matéria de capa, oriunda da UPI de Washington com a manchete intitulada “O Brasil solicitou adiamento da conferência econômica interamericana”. Segundo a reportagem, em uma reunião envolvendo o presidente Jânio Quadros e o representante norte-americano, Stevenson¹⁴⁰, o Brasil teria solicitado o adiamento da Conferência da OEA em Punta Del Este no Uruguai, alegando que necessitava se preparar melhor para o encontro. Ainda segundo a notícia os EUA não se opunham ao adiamento em cerca de duas semanas, o que para os norte-americanos beneficiava para o possível comparecimento do presidente Kennedy.

As matérias sobre a Conferência se concentraram no mês de agosto, mas antes disso no dia 20 de julho temos uma notícia, sem identificação de origem, com manchete intitulada “Kennedy participa o governo brasileiro da impossibilidade de ir ao Uruguai”. A matéria reproduz trecho da nota enviada pelo presidente norte-americano à Jânio Quadros, afirmando

¹⁴⁰ Segundo Tânia Quintaneiro “A disposição norte-americana de bloquear o avanço do “comunismo internacional” através do controle sobre Cuba (...). Com essa finalidade foi enviado à América Latina, em missão especial, o Embaixador Stevenson que percorreu, de 4 a 22 de junho de 1961, Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, Chile, Bolívia, Peru e Colômbia para discutir com as lideranças desses países de que maneira os EUA poderiam aperfeiçoar seu “programa para o desenvolvimento econômico e social”, que viria a ser consolidado com a assinatura da Carta de Punta Del Este, em 16 de agosto de 1961, durante a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES).” (QUINTANEIRO, 1988, p. 50).

seu desejo em participar da Conferência em Punta Del Este, mas justificava a impossibilidade tendo em vista que necessitava permanecer nos EUA para a votação da lei de ajuda externa, que seria a base da Aliança para o Progresso.

Conforme se observa, as duas notícias que precedem o mês de agosto, tratam da preparação da Conferência, e em ambas citam a possível presença do presidente norte-americano, que, no entanto, não ocorre. Todos os países da América Latina tinham interesse na realização da reunião, no entanto, os EUA eram os mais interessados, pois viam no encontro e nos acordos a se realizar neste, uma possibilidade de isolar Cuba do restante do continente, contendo assim o avanço do comunismo e da influência soviética em seu “quintal”.

Em 05 de agosto, uma matéria proveniente da UPI de Punta Del Este e com grande destaque no alto da capa anuncia em sua manchete “Instala-se hoje em Punta Del Este a Conferência Interamericana”, e seu subtítulo afirma “21 países em busca de uma solução que torne possível uma melhor vida para os habitantes da América Latina”. A notícia inicia destacando que um dos principais objetivos da Conferência é a busca de uma solução para tornar melhor a vida dos mais de 200 milhões de habitantes da América Latina, afirmando que isso se dará por meio do plano Aliança para o Progresso, que fornecerá fundos para ajudar financeiramente os países do continente¹⁴¹ e completa afirmando “espera-se que os EUA venham a pedir à América Latina que em compensação dê os passos necessários para ajudar a si mesma.” (*Lavoura e Comércio*, 05.08.1961, p. 01).

Figura 35: matéria de capa sobre o início da Conferência da OEA em Punta Del Este.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 05.08.1961, p. 01).

Ainda segundo a reportagem, na reunião serão analisados planos para América

¹⁴¹ Segundo Tânia Quintaneiro “A “Aliança para o Progresso” era uma forma de reconhecimento por parte dos EUA, dos crescentes antagonismos sociais existentes nos países da América Latina, e uma tentativa de solucioná-los através de reformas e programas de desenvolvimento econômico visando conter uma possível eclosão revolucionária.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 51).

Latina a respeito da moradia, geração de energia, saúde pública, exportação entre outros temas. Nesse sentido, sugeriu-se ainda a criação de uma comissão de especialistas para gerir e coordenar ações nessas áreas, o que segundo o *Lavoura* gerou grande desconforto dos países, sob a alegação de que isso interviria na soberania dos países. A reportagem aponta ainda que os EUA solicitaram aos países participantes da Conferência que firmem um acordo para a Aliança para o Progresso e que o texto da proposta foi distribuído aos participantes do encontro, com exceção de Cuba e República Dominicana, que conforme veremos nas notícias seguintes ficarão de fora da ALPRO.

Por fim é importante destacar que a reportagem faz uma referência a Operação Pan-americana (OPA), como sendo a origem da Aliança para o Progresso, e de que esta constaria no acordo do programa de ajuda financeira. De fato, tanto Jânio, quanto os próprios norte-americanos enxergavam o programa lançado pelo presidente Juscelino como sendo o ponta pé inicial para a ALPRO.

No dia 09 de agosto uma nova notícia sobre a Conferência traz uma manchete informando “Guevara condena programa de Kennedy”. A matéria faz referência ao discurso do Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto Guevara, que afirmou em seu discurso na Conferência de Punta Del Este, que aquela era uma reunião contra Cuba, assim como o acordo da Aliança para o Progresso era contrário aos interesses da América Latina.

Por fim, temos no dia 18 de agosto a última notícia sobre a Conferência, que veiculada na página 06 apontando os resultados do encontro e em sua manchete anuncia “Firmada por vinte países a Carta de Punta Del Este”. Segundo a reportagem, os delegados das nações americanas firmaram ontem a carta de Punta Del Este, estabelecendo os objetivos e modalidade da ALPRO, com uma ajuda de mais de 20 bilhões de dólares nos próximos 10 anos.

A notícia destaca que apenas Guevara de Cuba não firmou a carta, o que era previsível não apenas desde o início do encontro, mas, conforme nos aponta Tânia Quintaneiro, “Desde o lançamento da proposta havia ficado claro que cuba estaria excluída da “Aliança” (...). E os EUA deixaram patente que não dariam qualquer auxílio ao governo da Ilha enquanto este mantivesse laços com a União Soviética.” (QUINTANEIRO, 1988, p. 51), e confirmando esse quadro apenas o país não assinou o acordo.

A reportagem ainda se referiu a fala do Ministro da Fazenda e chefe da delegação

brasileira¹⁴², Clemente Mariani, que falou em nome de todas as delegações presentes ao final do encontro, afirmando que aquela era uma oportunidade revolucionária de firmar um acordo próspero para o continente, destacando a necessidade de respeitar as peculiaridades nacionais e autonomia das políticas de cada país. Mariani destacou ainda que a América Latina voltou a merecer a atenção nas concepções da política econômica dos EUA, buscando reduzir as diferenças de renda entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, dando especial ênfase aos países menores e de menor índice de desenvolvimento.

Figura 36: reportagem sobre o encerramento da Conferência de Punta Del Este.



Fonte: (Lavourea e Comércio, 18.08.1961, p. 06).

Conforme podemos observar, o *Lavourea* busca representar positivamente a Conferência de Punta Del Este, especialmente o resultado de efetivação da Aliança para o Progresso, um dos principais objetivos do encontro. Além disso, dá destaque ao problema de entendimento entre Cuba e os EUA, que acaba deixando de fora o país caribenho. É importante destacar que o periódico não aponta o papel do Brasil na Conferência que foi muito além de um coadjuvante, apostando principalmente na tentativa de mediar um

¹⁴² Mariani liderava a delegação juntamente com o embaixador brasileiro nos EUA, Roberto Campos. A delegação também era composta pelo Chanceler Afonso Arinos, pelo governador do Rio Grande do Sul e líder do PTB, Leonel Brizola, entre outros membros do governo e do corpo diplomático brasileiro.

entendimento equilibrado entre cubanos e norte-americanos. Isso nos mostra em uma análise de todo o conjunto de notícias até agora exposto neste trabalho, que o *Lavoura* se coloca em certa medida reticente com a questão cubana e a posição assumida pelo Brasil diante da situação, especialmente porque o país caribenho vinha se aproximando cada vez mais dos soviéticos e se distanciando dos EUA, e isso não agradava o jornal.

Analisado as repercussões e representações do *Lavoura e Comércio* sobre a questão cubana e a Conferência Del Leste, buscaremos compreender no próximo tópico como o periódico repercutia e destacava em suas páginas a oposição política à Política Externa Independente de Jânio, visto que houve, especialmente por parte de Carlos Lacerda uma cerrada oposição política à PEI e que era noticiada pela imprensa.

3.4 – A oposição política à PEI nas páginas do *Lavoura*

A oposição à política externa de Jânio foi uma constante durante seu governo, seja nos debates parlamentares, partidários, de figuras específicas como Carlos Lacerda e até mesmo da grande imprensa em geral. O *Lavoura e Comércio*, apesar de não realizar uma oposição direta e cerrada contra a PEI de Jânio, foi crítico em determinados momentos e, por outro lado, repercutiu as ações oposicionistas contra a política externa janista, conforme passaremos a analisar.

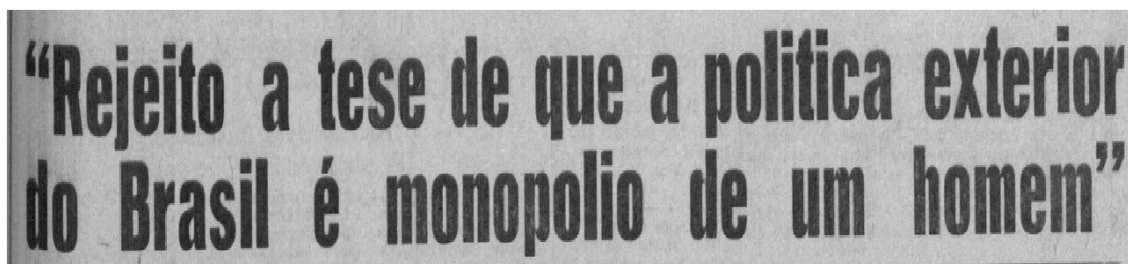
A primeira notícia que retrata a oposição a PEI é de 04 de abril, sendo veiculada na capa com a manchete “PTB e PSD vão criticar Jânio” e o subtítulo “Serão analisados os pontos contraditórios da política interna e externa”. No corpo da notícia, a reportagem informa que o novo líder do PSD na Câmara, deputado Paulo Pinheiro Chagas, e o vice-presidente da casa, Sérgio Magalhães do PTB, farão discursos criticando a política interna e externa do presidente Jânio, afirmando que há inúmeras contradições entre elas, visto que são carregadas de interesses particulares.

Ainda no mês de abril, especificamente no dia 20, temos a primeira notícia sobre a oposição de Carlos Lacerda a política externa do governo Jânio, com a manchete de capa logo abaixo do cabeçalho intitulada “Lacerda discorda de Jânio quanto a política exterior do Brasil”. No corpo da notícia há uma relativa incompatibilidade com o anunciado pela manchete, visto que a reportagem da (SE) do Rio de Janeiro afirma que o governador da Guanabara negou que sua ausência no aeroporto do Galeão para recepcionar o presidente Jânio, tenha se dado por sua discordância em relação a PEI. Ora, há claramente uma supervalorização do periódico ao fato de Lacerda já ter em outras oportunidades ter

demonstrado discordância quanto a política externa janista, manipulando a manchete para evidenciar essa postura oposicionista.

Novamente, no dia 20 de maio, o *Lavoura* volta a destacar o posicionamento crítico e oposicionista de Lacerda à PEI, com uma notícia de capa e uma manchete anunciando “Rejeito a tese de que a política exterior do Brasil é monopólio de um homem”. A notícia aponta críticas de Lacerda há declarações do chanceler Afonso Arinos, afirmando que existe necessidade de discutir os rumos da política externa brasileira. Segundo o periódico, o governo da Guanabara disse que “A posição brasileira é dúbia. É preciso torna-la bem clara. Não esperamos tantos anos para chegar ao governo e entregar o Brasil à Rússia, sob o pretexto de não entregá-lo aos EUA.” (*Lavoura e Comércio*, 20.05.1961, p. 01).

Figura 37: manchete de capa destacando fala de Carlos Lacerda sobre a política externa brasileira.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 10.05.1961, p. 01).

Conforme vimos ao longo do capítulo dois, Lacerda foi um dos principais defensores da candidatura de Jânio no interior da UDN, sendo considerado um dos grandes aliados do presidente. No entanto, com o decorrer do governo a relação se estremeceu, devendo-se principalmente ao novo posicionamento do Brasil em sua política exterior, no que se refere ao tratamento da questão cubana, a aproximação com os países do bloco comunista e o possível reatamento das relações com a URSS, questão de total discordância do governador da Guanabara, e que o levaram de um importante aliado, a um grande opositor.

O mês de junho reserva duas edições para tratar da oposição política à PEI. A primeira é no dia 21 de junho com uma notícia de capa, que se opõe indiretamente a PEI, visto que causa repercussões nesta. A manchete intitulada “Deputados querem que a Sra. Célia Guevara seja expulsa do país”, é seguida da reprodução na íntegra de uma carta enviada por Deputados ao presidente Jânio, pedindo a expulsão da mão do revolucionário cubano Che Guevara do país¹⁴³, visto que esta era uma agente do comunismo internacional e tinha o

¹⁴³ A médica argentina Célia Guevara, mãe de Ernesto Guevara, visitou o Recife a convite dos estudantes da Faculdade de Direito para proferir uma palestra. Na ocasião os estudantes encontravam-se em greve

objetivo de causar agitação interna, como a que havia ocorrido em Recife. A situação reverbera a forte oposição parlamentar aos rumos da revolução cubana, e consequentemente demonstra veladamente a insatisfação com o posicionamento da política externa brasileira em relação à questão cubana.

A edição de 23 de junho irá novamente tratar da oposição de Lacerda, agora insatisfeito justamente com a posição do Brasil em relação a Cuba. A manchete de capa anuncia “Lacerda disposto a formalizar o rompimento com Jânio”. O corpo da notícia enfatiza que um dos motivos da intenção do rompimento seria a intensificação do comércio entre Brasil e Cuba, o que seria na visão de Lacerda um ato hostil contra o posicionamento dos bons brasileiros. Percebemos novamente a intensão do jornal em dar destaque a oposição lacerdista a PEI, dando ênfase especial a posição brasileira em relação à defesa da autodeterminação de Cuba, situação que gera mal-estar e acusações de que o governo brasileiro abria caminho para a infiltração comunista no país e no restante do continente.

O mês de julho não apresenta nenhuma matéria que possamos classificar como representação da oposição à PEI. Por outro lado, o mês de agosto, nos dias em que ocorre a condecoração do Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto Che Guevara¹⁴⁴, o periódico reserva quatro edições para representar o tema, fato que nos indica que a oposição a PEI será um importante componente para o ato de renúncia de Jânio.

A edição do dia 21 de agosto nos apresenta uma manchete em destaque na capa “Lacerda disposto a renunciar para continuar nas ruas a luta contra a infiltração comunista” e um subtítulo afirmando “Voltou a criticar a política externa do governo”. A notícia traz o trecho de uma fala de Lacerda na abertura do V Congresso continental da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, onde o governador da Guanabara afirma que pode renunciar se for preciso para combater a infiltração comunista no Brasil, e ainda lança críticas à política externa do governo Jânio.

O *Lavoura* destaca que Lacerda afirmou que é seu dever lutar para assegurar a vitória democrática que o povo conquistou, e que na Guanabara não se aceita a ideia de que, quem não é nacionalista, é entreguista.¹⁴⁵ O componente de combate ao comunismo e a ameaça

contramedidas tomadas pelo diretor da faculdade. A situação gerou forte tensão com a intervenção do governo federal e o uso do exército para tentar conter a paralisação.

¹⁴⁴ Mostraremos no tópico 3.5, as representações expressas no *Lavoura* sobre a condecoração de Ernesto Guevara.

¹⁴⁵ O **nacionalismo**, nesse contexto é o termo utilizado para designar um conjunto de práticas e posições políticas que se destinavam a defender a soberania política e econômica do país através da intervenção econômica do Estado. Já o **entreguismo** surgido no fim da década de 1940 foi utilizado para designar a corrente que defendia um modelo de desenvolvimento para o Brasil baseado na participação do capital internacional e na “entrega” da exploração das riquezas naturais a grupos estrangeiros. Aos entreguistas se opunham os

vermelha sempre era recorrente nos discursos oposicionistas à PEI e, sobre isso, Lacerda afirmou que “a ameaça que representa o imperialismo vermelho, que valendo-se da mais odiosa propaganda já feita até hoje pelos povos, volta suas vistas à América.” (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01). Segundo o jornal, o governador da Guanabara teria afirmado ainda que essa forma de imperialismo não nos é conveniente e não nos leva à democracia e nem nos conduz ao progresso.

Figura 38: notícia de capa informando sobre a oposição de Lacerda a política externa do governo Jânio.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01).

No frescor da condecoração de Guevara, Lacerda ainda criticou de forma contundente o que vinha ocorrendo em Cuba e a condução do regime afirmando que

Através de Cuba, nós saberemos o que significa não se denunciar a tempo. (...). Lutaremos sem trégua e sem receios para que os nossos irmãos de outros países saibam que não concordamos com a política de capitulação, principalmente porque repudiamos as ditaduras, os personalismos e a autocracia. (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01).

A edição do dia seguinte (22) a notícia anteriormente comentada, reservará duas reportagens de capa, destacando o posicionamento da oposição sobre a política externa. A primeira é intitulada com a manchete “Marcha em passo para a esquerda” e o subtítulo “O marechal da reserva Senador Caiado de Castro critica a política externa de Jânio”. A matéria inicia com uma fala do senador Caiado de Castro onde ele afirma que “em breve teremos de defender de armas na mão a democracia contra a infiltração comunista, pois não poderemos nacionalistas, defensores do desenvolvimento baseado no capital nacional.

ficar subordinados à “Che Guevara” e companhia” e continua a reportagem com outra fala do senador quando diz “O Sr. Jânio Quadros marcha em passo de carga para a esquerda e declarou que essa geração de militares firmada no respeito à democracia, esteja modificada a ponto de aceitar uma orientação dessa natureza.” (*Lavoura e Comércio*, 22.08.1961, p. 01).

A outra reportagem do dia 22 de agosto tem a manchete intitulada “Prevista volta da UDN à oposição”, destacando a fala de líderes do partido de que este estaria retornando à oposição, sendo que um dos motivos seriam os rumos tomados pela política externa janista. Analisando o discurso do senador udenista João Arruda o periódico afirma que

E no plano externo, o parlamentar udenista condena o “namoro escandaloso” que o presidente da República mantém com os comunistas e “neutralistas”, que no fundo, considera auxiliar da linha vermelha no mundo. Acha ainda o Senador que os comunistas e “neutralistas” nada têm a oferecer, de concreto, ao Brasil mesmo sob o aspecto econômico financeiro. E o Brasil também não dispõe de tantos produtos a oferecer. (...). Há muita fantasia e disfarce que encobrem tendências políticas que a nação brasileira, pelas expressões reais de seus valores, não pode aceitar. (*Lavoura e Comércio*, 22.08.1961, p. 01).

No dia 24 de agosto, véspera da renúncia, temos uma nota da coluna “Retalhos” afirmando que Plínio Salgado, presidente nacional do PRP, ocupou a Tribuna da Câmara dos Deputados, definindo a posição de seu partido sobre a política externa e discorrendo sobre o perigo da infiltração comunista. Segundo a coluna o líder partidário disse “Estamos divididos em duas correntes, que manifestam um Brasil vivo, ativo e que quer sobreviver sob a égide de Cristo.” (*Lavoura e Comércio*, 24.08.1961, p. 02).

Por fim, no dia 25 de agosto, “Dia D” para a renúncia, temos a última notícia sobre a representação da oposição à PEI veiculada pelo *Lavoura e Comércio*. Uma matéria na página seis daquela edição veicula em grande destaque a manchete “Padre Calazans crítica à política externa de Jânio”. O corpo da notícia dá destaque para um discurso do Senador Calazans na tribuna do senado, onde o mesmo fez várias referências às relações exteriores do Brasil, atribuindo grande importância para sua denúncia sobre os planos soviéticos de infiltração cultural no Brasil.

Segundo a reportagem Calazans afirmou “Qual o candidato se elegeria presidente se dissesse que iria condecorar Che Guevara?” (*Lavoura e Comércio*, 25.08.1961, p. 06), condenando energicamente a política externa janista, e dizendo que Krushev condicionou o estabelecimento de relações econômicas ao reatamento das relações diplomáticas, impondo sua vontade ao governo brasileiro. Na mesma fala, o senador da UDN paulista criticou a juventude de esquerda do país e criticou a possível visita do líder iugoslavo, Tito.

Conforme pudemos observar, os dias que antecedem a renúncia e se sucedem após a condecoração de Guevara, acendem as críticas da oposição à política externa de Jânio Quadros, definindo na narrativa oposicionista dois elementos: do anticomunismo, centrados nos ataques a Cuba e na referência a uma possível infiltração vermelha no Brasil e na América Latina; e por outro lado referências a uma defesa intransigente da democracia brasileira.

Figura 39: notícia sobre a oposição do Senador Padre Calazans à política externa do governo Jânio.

Padre Calazans critica a politica de Janio

BRASILIA, 25 (SE) — "Qual o candidato que se elegeria presidente se dissesse que iria condecorar "Che" Guevara?" indagou enfaticamente o senador padre Benedito Calazans ao preferir ontem, no Senado, discurso em que se colocou em "oposição construtiva" ao presidente da Republica.

O senador da UDN paulista condenou a politica externa do sr. Janio Quadros em termos energicos e, embora dizendo apoiar a "ação administrativa" do atual governo, formulou nítidas criticas á sua situação interna e á desvirtualização da politica financeira federal.

"Politica — disse a certa altura — se faz com mais seriedade, com menos uisque, menos cinema e menos outras coisas..."

O sr. Benedito Calazans fez varias revelações sobre as relações exteriores do País e atribuiu grande importancia a uma sua denuncia sobre os planos sovieticos de "infiltração cultural" no Brasil.

Disse que os ministros militares, o sr. Quintanilha Ribeiro e o general Pedro Geraldo de Almeida não concordaram com a condecoração de Guevara; teriam concordado os srs. Afonso Arinos e Pedrosa Hortá.

Afirmou ainda que Kruchev condicionou o estabelecimento de relações economicas ao restamento das ligações diplomaticas e "impôs seus designios ao governo brasileiro". Acrescentou que o sr. Quadros "precisa da visita de Tito" e que o sr. Afonso Arinos serviu de "moço de recados" ao solicitar ao presidente por exigencia do embaixador da Iugoslavia, que intercedesse junto ao sr. Carlos Lacerda para que este não chamasse de "ditador" o lider iugoslavo.

CRITICA A JUVENTUDE ESQUERDISTA

O sr. Calazans falou tambem sobre a "juventude de esquerda". Referiu-se "a essa juventude que pede abatimento nisto e naquilo, e que recebeu tantos favores do governo e não pôde prestar contas, a UNE, dos milhões recebidos para fazer proselitismo como locais da Russia neste País, mas que não teve uma palavra quando seus irmãos morreram sob as dentuças e os canhões dos russos, esmagando a ultima liberdade no egoismo.

"Essa juventude — prosseguiu — que não tem uma unica palavra para pedir ao despota condecorado de Cuba elemencia para aqueles jovens que cometem no seculo XX o grande e terrivel pecado de defender a liberdade, de querer a liberdade e a dignidade para sua terra e suas familias".

Banco de Credito Real de Minas Gerais S. A. AVISO

Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 25.08.1961, p. 06).

Tais fatores dentro do contexto de representação da política externa de Jânio no *Lavoura* e nas críticas feitas a essa, seja pela oposição partidária ou imprensa em geral, sempre foram uma constante, o que nos aponta que apesar de o *Lavoura* não ser um crítico direto da PEI, o periódico dava vasão aos posicionamentos da oposição, especialmente quando havia questões afetas a aproximação do Brasil com países do bloco comunista e a questão cubana, pontos de discordância do jornal em relação ao posicionamento da política externa do governo Jânio.

Por fim, outro ponto que podemos perceber nas representações do *Lavoura* sobre a oposição à PEI e aumento dessa, está ligado diretamente a condecoração do líder cubano Ernesto Che Guevara, o que em nossa visão constitui quase que um prelúdio da renúncia do presidente brasileiro. Segundo o diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa "Os resultados da

reunião de Punta Del Este pronunciaram a exclusão de Cuba da comunidade americana, e a concessão da honraria a Guevara serviria para balizar uma posição antagônica do Brasil. Todavia, numa danosa coincidência com fatos de política interna lhe deram conotações inapropriadas.” (BARBOSA, 2007, p. 325).

Nesse sentido, como última temática a analisar sobre as representações do *Lavoura* acerca da política externa brasileira daquele momento, passaremos a ver como o jornal noticiou a visita de Gagarin ao Brasil e a condecoração de Che, e de que forma isso influenciou na visão sobre a política externa do Brasil e auxiliou fortemente na renúncia do presidente Quadros.

3.5 – A visita de Gagarin e a condecoração de Che: de repente a renúncia

Há dois eventos ocorridos durante o governo Jânio que se entrecruzam com a política externa brasileira no período de Guerra Fria, quais sejam: a visita do cosmonauta soviético Yuri Gagarin e a condecoração do Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto Che Guevara. Certamente em outros tempos onde a bipolaridade da guerra fria não ditava a lógica da política externa, talvez esses episódios passariam distantes dos noticiários políticos.

Nesse contexto, veremos que a visita de Gagarin receberá da imprensa representações positivas, visto o feito realizado pelo cosmonauta e o reconhecimento mundial recebido por este. Diferentemente será o tratamento dado a condecoração de Guevara, que receberá duras críticas da imprensa nacional, não sendo diferente nas páginas do *Lavoura*. Tomando essa análise preliminar, é possível adiantar que a condecoração de Che Guevara inflamará o ambiente político nacional, especialmente em relação aos rumos da política externa janista, o que levará o presidente Quadros a ser pressionado e tomar a iniciativa da renúncia ao cargo.

Em 12 de abril de 1961, uma notícia de capa do periódico com manchete em grande destaque anuncia “O homem foi ao espaço cósmico e voltou são e salvo”. No corpo da notícia o periódico informa sobre os cumprimentos do presidente Jânio Quadros sobre o voo espacial realizado pelo cosmonauta russo Yuri Gagarin, que realizou feito inédito na história da humanidade¹⁴⁶.

¹⁴⁶ A primeira missão espacial tripulada da história da humanidade foi realizada em 12 de abril de 1961, onde o cosmonauta soviético Yuri Gagarin a bordo da espaçonave *Vostok 1* que permaneceu na órbita da terra por cerca de 1h e 48min alcançando uma altura de 300 km. Gagarin, portanto, foi considerado o primeiro homem a ir ao espaço, feito que incendiou a denominada “corrida espacial”, disputa entre EUA e URSS pela hegemonia da tecnologia aeroespacial.

No entanto, nos cabe aqui analisar a visita feita por Gagarin ao Brasil que ocorrerá ao final de julho de 1961¹⁴⁷ e sua influência na política externa brasileira. A primeira notícia a esse respeito data de 27 de julho sendo veiculada na capa com grande destaque e uma foto de Gagarin. Sua manchete informa “O astronauta Gagarin estará no Brasil depois de amanhã” e o subtítulo anunciava “Será hospede do governo brasileiro e visitará Rio, São Paulo e Brasília – conferência do astronauta soviético no auditório da ABI, será na segunda-feira”.

A notícia afirma que o chanceler Afonso Arinos informou que o astronauta que está em Cuba vem para o Brasil no dia 29 de julho a convite do presidente Jânio Quadros, apontando ainda que até o fim de dezembro a embaixada do Brasil em Moscou será restabelecida e estará em pleno funcionamento. A reportagem apontou também que o presidente Quadros declarou que a visita de Gagarin é de alto interesse para os meios científicos do Brasil, especialmente para a Comissão de Investigação Espacial, recentemente criada pelo governo brasileiro. Por fim informa que Gagarin será recebido por altos membros das forças armadas e do governo, além do chanceler Afonso Arinos.

Chama atenção na notícia quatro questões: em primeiro o destaque dado a esta; em segundo o subtítulo da matéria anunciando que Gagarin será hospede oficial do governo brasileiro; em terceiro a informação de que a embaixada brasileira em Moscou será reaberta; e quatro o fato de o chanceler Afonso Arinos ter fornecido a imprensa todas as informações acerca da visita de Gagarin. Tais questões presentes na notícia nos apontam para uma representação da visita como sendo algo oficial do governo brasileiro, o que nos aponta na análise contextual da notícia uma referência positiva do periódico quanto ao fato.

Em 29 de julho uma matéria de capa anuncia em sua manchete “Yuri Gagarin estará hoje no Brasil”. A reportagem informa sobre a chegada de Gagarin ao Brasil, afirmando que ele chegará às 18h no Rio vindo de Havana. Segundo o *Lavoura*, Gagarin será recebido com grande festa no aeroporto do Galeão, desfilará em carro aberto até a casa do deputado Drault Ernani onde ficará hospedado. No Domingo terá o dia livre, mas às 18h participa de reunião no Sindicato dos Metalúrgicos e às 20h de um jantar em sua homenagem.

Na segunda, segundo o jornal, Gagarin visita o governador Carlos Lacerda e às 12h se encontra com o secretário geral do Itamaraty. No mesmo dia ainda visita um jornal, profere palestra na Comissão Nacional de Investigações Espaciais, visita a Faculdade Nacional de Filosofia e concede entrevista a uma emissora de TV. Informa ainda que na terça-feira, o cosmonauta estará em São Paulo e que dificilmente aceitará o convite para assistir ao jogo do

¹⁴⁷ Gagarin estava realizando uma espécie de ‘turnê’ por vários países, e depois de visitar Cuba viajaria rumo ao Brasil.

Santos e Palmeiras e se encontrar com Pelé, uma vez que a agenda da capital paulista prevê a participação de Gagarin em uma Conferência no Ibirapuera e um encontro com o governador Carvalho Pinto. Por fim na quarta-feira irá a Brasília onde será recebido pelo presidente Jânio Quadros.

Figura 40: notícia de capa sobre a visita do cosmonauta soviético Yuri Gagarin ao Brasil.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 29.07.1961, p. 01).

Conforme podemos analisar, o *Lavoura* apenas informa sobre a agenda de Gagarin. No entanto, quando buscamos interpretar as entrelinhas da notícia veiculada pelo periódico acerca da visita do cosmonauta soviético, percebemos que além do grande destaque dado a esta, há uma representação extremamente positiva sobre a passagem de Gagarin pelo país, diferentemente das que serão feitas sobre a condecoração de Guevara.

Acreditamos que a positividade representada pelo *Lavoura* da visita de Gagarin se dá em virtude do feito alcançado pelo cosmonauta soviético, fato que transcende qualquer polarização ideológica da Guerra Fria, visto que a realização de Gagarin foi elogiada inclusive pelos norte-americanos e pela oposição brasileira ao comunismo, ou seja, apesar da corrida espacial e da Guerra Fria, a realização soviética foi além da disputa bipolar por poder e hegemonia.

Em 01 de agosto o *Lavoura* traz matéria de capa repercutindo o encontro entre o governador Carlos Lacerda e Yuri Gagarin com manchete anunciando “Encontro Lacerda-Gagarin durou vinte minutos”, destacando o subtítulo sobre fala de Gagarin “Se depender de mim, haverá sempre liberdade de imprensa e pensamento – Disse o astronauta soviético”. Segundo a reportagem Gagarin se encontrou com Lacerda e expôs detalhes sobre seu voo e treinamento e explanou sobre a possibilidade de existir vida em outros planetas. Ainda conforme a reportagem, Gagarin teria ouvido de Lacerda que

O povo do Rio de Janeiro e eu admiramos grandemente sua proeza. Espero que você

utilize eu prestígio e sua fama em favor da paz e da segurança do mundo, especialmente na crise de Berlim e em outras regiões onde há agitação. Depois afirmou esperar que a liberdade de imprensa e de pensamento seja mantida no mundo a qualquer custo. (*Lavoura e Comércio*, 01.08.1961, p. 01).

Conforme podemos verificar, o *Lavoura* repercutiu de forma positiva até mesmo o encontro entre Lacerda, nessa altura oposição ao governo Quadros, especialmente à sua política externa, e Gagarin, reafirmando nosso argumento anterior de que a visita do cosmonauta transcendia qualquer divergência ideológica, o que fica claro no encontro entre o governador e o cosmonauta. No entanto, é preciso ressaltar o destaque dado pelo periódico à fala de Lacerda sobre o papel de Gagarin na garantia da paz mundial, da liberdade de imprensa e pensamento, que para os críticos do regime soviético não existia no bloco comunista.

Há, conforme visto na análise das notícias, uma relação direta entre a visita de Gagarin e a política externa brasileira, levando em conta que o cosmonauta representava o governo soviético no ato da visita, foi um convidado e hóspede oficial do governo brasileiro e recebido pelo presidente Quadros e seu chanceler, de forma que sua visita se tornou um ato oficial de estado, envolvendo o estreitamento das relações entre Brasil e União Soviética.

Após a visita de Gagarin, teremos no noticiário do mês de agosto a repercussão da condecoração de Ernesto Guevara pelo governo Jânio com a Ordem do Cruzeiro do Sul após sua breve passagem pelo país depois da Conferência da OEA em Punta Del Este, o que irá gerar o furor da oposição e de grande parte da imprensa, sendo considerado um forte componente na pressão pela renúncia de Jânio.

Em 18 de agosto uma matéria na última página do *Lavoura* anuncia em sua manchete “Guevara chega hoje ao Brasil”. A reportagem afirma que Ernesto Guevara deixou Punta Del Este¹⁴⁸ e desembarcará em Brasília às 12h, onde será recebido pelo prefeito da capital Paulo de Tarso, e que a audiência com o presidente Quadros estava marcada para às 17h.

No dia seguinte (19), outra notícia, agora na capa e com grande destaque para a manchete (localizada abaixo do cabeçalho) que informa “Che Guevara foi condecorado por Jânio”. A matéria apenas informa que Guevara foi recebido e condecorado por Jânio Quadros

¹⁴⁸ É importante pontuar que Guevara foi a Argentina encontrar-se com o presidente argentino Arturo Frondizi para agradecer a posição do governo argentino acerca da questão cubana, defendendo que não houvesse uma intervenção direta no país e nem que este fosse expulso da OEA. O fato de o *Lavoura* ter noticiado que Guevara havia partido do Uruguai e não da Argentina talvez possa ser explicado nas palavras de Tânia Quintaneiro ao nos afirmar que “A entrevista decorreu “em condições de extrema reserva” e nela foi discutida a possibilidade de a Argentina tentasse servir de mediadora no conflito entre Cuba e EUA. Entretanto, a reunião foi divulgada desencadeando uma crise política interna de graves proporções. A oposição anticomunista denunciava a cumplicidade de Frondizi com Fidel Castro (...)” (QUINTANEIRO, 1988, p. 55).

com o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul e que já havia retornado a Cuba.

Conforme podemos ver, o *Lavoura* não destina muito espaço para o fato, e isso diz muito, porque mais espaço será dado para as notícias de oposição e crítica à condecoração de Guevara, e não ao fato em si. Segundo Tânia Quintaneiro

O ato em si mesmo não teria muita importância que lhe foi emprestada não fosse servir de pretexto para o agravamento da situação crítica em que se encontrava o governo federal. Assim, apesar do caráter convencional do discurso e de a visita ter passado quase despercebida dada a sua brevidade, a reação dos setores conservadores que vinham denunciando a esquerdização da política externa brasileira não se fez esperar. O ato foi contestado em dois níveis: em relação à sua legalidade e à sua legitimidade política. (QUINTANEIRO, 1988, p. 55).

Nesse sentido, no mesmo dia (19) começaram as manifestações contrárias e de repúdio ao ato do presidente Quadros em relação ao líder cubano.¹⁴⁹ Uma outra matéria de capa com relativo destaque anuncia em sua manchete “Não toleramos condescendência com a tirania de Cuba”. A notícia traz o trecho de uma declaração de Plínio Salgado (ex-líder da AIB e presidente nacional do PRP), em que este faz referência à visita e condecoração de Guevara, afirmando que

Nós não toleramos esta condescendência com a tirania de Cuba e as relações com a URSS. A respeito desta última asseverou: relações com a Rússia de maneira alguma, nem diplomáticas, nem comerciais. Não temos o que vender para os soviéticos e eles a nós. Tudo o que produzimos eles têm mais do que nós, e, além do mais nada tem a nos oferecer. (*Lavoura e Comércio*, 19.08.1961, p. 01).

Já no dia 21 de agosto, o *Lavoura e Comércio* irá reproduzir na capa, com uma foto de Guevara, um artigo do jornal carioca *O Globo* intitulado “Grã-Cruz para um agitador internacional”. O artigo inicia afirmando que “Tudo tem um limite, até a capacidade, que alguns creem inesgotável, de o povo brasileiro suportar agressões a seus sentimentos e a seus ideias” e continua afirmando “Atingiu esse limite a outorga aos Sr. Ernesto Guevara vulgo “Che” da Grã-Cruz. (...). A visita desse senhor já era difícil de engolir. Admita-se, porém, que ele viera a convite próprio, apenas referendado pelo nosso governo, que não tivera outra saída.” (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01).

O artigo reproduzido pelo *Lavoura* é duro na adjetivação da figura de Che e mais duro ainda na crítica à homenagem realizada a ele afirmando que o governo Jânio transformou o agitador profissional e inimigo da democracia em hóspede bem-vindo e

¹⁴⁹ Apesar de podermos considerar a presente notícia como um ato de manifestação de oposição política à PEI e poder tê-la analisado no tópico anterior, optamos por colocar algumas notícias neste tópico por ter relação direta com a condecoração de Che, objeto de análise do presente tópico.

merecedor das maiores homenagens, se perguntando “Que serviços prestou Che Guevara ao Brasil?” (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01).

Continuando nessa linha de repúdio ao ato, o artigo condena a condecoração de Guevara afirmando:

Depois de conferir as mesmas insígnias à Missão Soviética chamada da “Boa Vontade”, depois de agraciar Yuri Gagarin com a Comenda do Mérito Aeronáutico, o Governo se excede e condecora o mais ativo agente da subversão em nosso continente. Assim já é demais. (...). Colocar no peito do falso cubano e autêntico comunista o emblema da Cruz de Cristo é um acinte que não expressa a vontade da nação e desmoraliza completamente a mais antiga e respeitável ordem brasileira. (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01).

Figura 41: trecho do artigo do jornal *O Globo* reproduzido pelo *Lavoura e Comércio*.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 21.08.1961, p. 01).

Conforme podemos verificar, o *Lavoura* dá espaço a um artigo extremamente crítico, reproduzindo-o na capa, lugar de maior valor e destaque de um jornal. O referido artigo, expressa em tese o posicionamento crítico do periódico acerca da condecoração de Che, que analisado juntamente com a veiculação de outras notícias, nos leva a entender que o *Lavoura* se colocava contrário à concessão da homenagem a Che e dentro do espectro conservador de

oposição a essa medida do presidente Quadros.

Nesse mesmo sentido, teremos uma última notícia sobre o assunto que data do dia 22 de agosto e em sua manchete afirma “Condecorou-se um bandido”. Trata-se do trecho de uma fala do Senador da UDN, Padre Calazans, que acompanha uma charge intitulada “Ingratidão” e oriunda de *O Estado de São Paulo*, que critica o ato de condecoração de Guevara. Segundo a reportagem, ao embarcar para o estado da Guanabara onde se encontraria com Carlos Lacerda, o Senador Calazans afirmou que a condecoração era uma vergonha para a nação pois havia se condecorado um bandido.

Figura 42: charge crítica do *Estado de São Paulo* sobre a condecoração de Guevara veiculada pelo *Lavoura*.



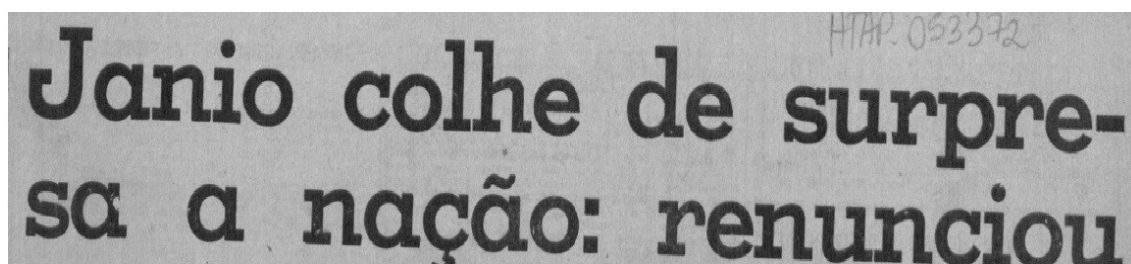
Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 22.08.1961, p. 01).

Além do grande destaque dado a fala do Senador Calazans, é importante destacar o teor extremamente crítico da charge. Na imagem Jânio segura em uma mão um documento escrito “Auxílio norte-americano”, enquanto na outra condecora o líder cubano e um dos principais inimigos dos EUA, Ernesto Guevara com a maior honraria nacional. Nesse contexto, o jornal faz uma referência de que o Brasil age com ingratidão e até mesmo “traição” com os EUA, recebendo o auxílio da Aliança para o Progresso (recém-aprovado) e ajuda para a renegociação da dívida externa do país, mas continua apoiando o regime de Fidel Castro, sem se colocar ao lado dos norte-americanos para tomar uma medida mais enérgica

contra Cuba.

Há um fator importante que precisa ser ressaltado. Trata-se da reprodução do artigo de *O Globo* e da charge do *Estado de São Paulo*, em edições do *Lavoura*. Dizemos isso porque o jornal carioca e paulista dentro do quadro da grande imprensa eram extremamente críticos a política externa do governo Jânio, o que nos leva a crer, que pelo menos no caso da condecoração de Guevara, o *Lavoura* se alinha à crítica adotada pelos dois jornais.

Figura 43: manchete de capa noticiando a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente.



Fonte: (*Lavoura e Comércio*, 26.08.1961, p. 01).

Muito se especula sobre o episódio de 24 de agosto de 1961, que levou Jânio Quadros a renunciar com apenas sete meses no cargo de Presidente da República. Coincidentemente, Quadros renunciou um dia antes do suicídio de Getúlio Vargas completar exatos sete anos. Moniz Bandeira, em sua célebre obra *O 24 de Agosto de Jânio Quadros*, afirma que o episódio da renúncia de Jânio teve como principal objetivo a busca do fortalecimento de seu poder presidencial após a tentativa de seu retorno ao poder.

O cientista político formula a “tese do autogolpe”, explicação até hoje mais aceita acerca do ocorrido.¹⁵⁰ Ao publicar a obra, ainda em setembro de 1961, na tentativa de explicar o que estava ocorrendo, Moniz afirma que, a partir dos dados de que dispunha, colhidos nas mais diversas fontes, esses

indicavam que Jânio Quadros, ao abandonar a Presidência da República, jogara uma cartada com o objetivo de provocar um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso, o que lhe possibilitaria exigir poderes extraordinários como condição para seu governo. Em outras palavras, ele tentou produzir um trama institucional e submeter o País à sua ditadura.” (BANDEIRA, 1979, p. 9).

Quando o livro foi publicado, os motivos da renúncia permaneciam obscuros, e muitos acreditavam que Jânio caíra, por exemplo, por causa de sua política externa e a pressão

¹⁵⁰ Nesse sentido também nos apontam FERREIRA; DUARTE, 2011.

de parte das forças armadas¹⁵¹, influenciadas pelo governo norte-americano. No entanto, para efeitos de análise deste trabalho, compreendemos a renúncia de Quadros, dentro de um conjunto de fatores, qual sejam: a dificuldade de relacionamento com o Congresso e sua dificuldade em constituir maioria para ter o apoio à suas medidas; o forte personalismo de Jânio no trato institucional¹⁵²; a tentativa real de realizar um “autogolpe”, retornando ao governo com poderes discricionários¹⁵³; e o fator que mais nos interessa nesta pesquisa, que é a oposição crescente à sua política externa, apontada no tópico anterior, e o consequente crescimento da pressão das forças armadas, defensoras do alinhamento automático com o bloco capitalista-ocidental, visão oriunda da formação militar brasileira na Escola Superior de Guerra (ESG) desde o inícios dos anos 1950.

Nesse sentido, vamos em direção ao tensionamento que o contexto da bipolaridade causava internamente no país, tanto no direcionamento da política interna, especialmente na área econômica, como também a tentativa de redirecionar a formulação e execução da política externa brasileira.

O clima de denúncias sobre uma possível ‘comunização’ do Itamaraty precede a renúncia. Outro fator preponderante são as acusações de Lacerda contra o governo, especialmente contra a Política Externa janista e a possibilidade de conspiração, articulada pelo presidente e seus ministros mais próximos para realizar um golpe e fortalecer o seu poder na presidência.

A impressão exterior de que o Brasil rumava para o comunismo, com as denúncias de Carlos Lacerda sobre a política externa de Jânio, ainda assim não era suficiente para derrubar Jânio, tendo em vista que as medidas econômicas internas agradavam a burguesia, como, por exemplo, a Instrução 204 da SUMOC, tornando Quadros uma opção muito mais estável do que João Goulart.¹⁵⁴

¹⁵¹ Analisando essa perspectiva, Moniz Bandeira nos afirma que “(...) os altos escalões das Forças Armadas, embora desgostassem de Quadros por causa da política externa, não bloqueariam o seu retorno ao Governo, em tais circunstâncias. (...) O governo de Washington estava consciente da situação. Sabia que Quadros, com uma postura internacional aparentemente antiamericana, buscava, de um lado, fortalecer seu prestígio popular, conquistando a simpatia da esquerda, e, do outro, barganhar o apoio do Brasil às políticas dos Estados Unidos por maior assistência financeira ao seu Governo.” (BANDEIRA, 1979, p. 11).

¹⁵² Qual o tamanho da culpa de Jânio Quadros no episódio da renúncia e na derrocada do governo? Em um sistema presidencialista é impossível negar essa responsabilidade, especialmente quando o presidente quis governar acima dos partidos e em alguns momentos das instituições. Nesse sentido, Maria Victória Benevides nos aponta que “O personalismo autoritário de Jânio, o bonapartismo, o moralismo que desemboca no golpismo, contribuíram de maneira inequívoca, para a crise que “se resolve” em 1964.” (BENEVIDES, 1991, p. 74).

¹⁵³ Nesse caso, Jânio superestimou sua popularidade e imaginava que o Congresso e os militares não aceitariam sua renúncia, não recorrendo se quer ao apoio popular organizado, como o do Movimento Popular Jânio Quadros - MPJQ.

¹⁵⁴ O vice-presidente, João Goulart, no momento da renúncia, chefiava Missão, enviada por Jânio, que visitou a China e outros países da Ásia, com o objetivo de ampliar os laços comerciais com os países da região.

Enquanto Jânio condecorava Che Guevara, que regressava à Cuba após a participação na Conferência de Punta Del Este, onde o Brasil havia se posicionado claramente favorável à autodeterminação do povo cubano, setores das forças armadas, desejavam que o governo fizesse uma declaração pública de apoio ao bloco ocidental. No entanto, fazendo totalmente o oposto, a condecoração de Guevara soou como provocação, levando vários militares que já haviam sido agraciados com a Ordem do Cruzeiro do Sul¹⁵⁵, a devolverem a homenagem, em um ato de protesto contra a decisão do presidente.¹⁵⁶

A crise aprofundava-se a cada dia. Divergências dentro do governo em relação a elaboração da lei antitruste e limitação de remessa de lucros para o exterior, escancaravam a desorganização e a falta de planejamento de Jânio. O Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, decidiu se demitir em virtude da dificuldade de implementar o plano econômico de estabilização, pelas emissões frequentes de moeda.

Por outro lado, Lacerda denunciou que o Presidente em crescente inquietação, poderia chegar a renúncia se o Congresso não garantisse as medidas necessárias ao cumprimento de suas propostas.

Segundo nos aponta Carlos Alberto Leite Barbosa

A partir da condecoração de Guevara, o governo começava a viver seus últimos dias. A persistente campanha movida contra a política externa sentiu-se revigorada com o polêmico episódio e ensejou uma reação exacerbada do Congresso Nacional, acompanhada por alguns setores da mídia. (BARBOSA, 2007, p. 317).

Finalmente, em 24 de agosto de 1961, “Jânio Quadros dera o salto no abismo, não se formou a Junta Militar, que rasgaria a Constituição, abrindo-lhe o caminho para que voltasse como o salvador da pátria, sob a consagração das massas, que o julgariam deposto.” (BANDEIRA, 1979, p. 56).

Houve apenas algumas manifestações na rua e a reação popular não foi a que Jânio esperava. Já os setores reacionários queriam o golpe nas instituições sob a bandeira do anticomunismo. Os Ministros militares, por sua vez, vetaram a posse de João Goulart, enquanto as figuras mais expressivas da UDN se colocavam contra Lacerda e pediam a garantia da posse de Goulart. Enquanto isso, Brizola lançava a Campanha da Legalidade, em defesa da ordem constitucional.

Nesse contexto de tensão e oposição constante ao governo Jânio, em especial da

¹⁵⁵ É a mais alta condecoração brasileira atribuída a cidadãos estrangeiros.

¹⁵⁶ Em tom de protesto e represália, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, o líder anticastrista Manuel Antônio de Verona, dirigente da Frente Revolucionária Democrática Cubana, que se encontrava no Brasil em busca de apoio ao seu movimento.

política externa brasileira¹⁵⁷, tanto por parte do congresso, partidos e especialmente a imprensa, a condecoração de Che e os episódios que a sucederam, foram o prelúdio do último ato de Jânio, que no dia 25 de agosto tomava o país de surpresa anunciando sua renúncia, mas não o fim da PEI, que continuaria sob a batuta de João Goulart até o golpe de 31 de abril de 1964, e depois reapareceria em plena ditadura sob a denominação de “pragmatismo responsável”.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Acerca da renúncia e o papel exercido pela política externa independente implementada por Jânio, Tânia Quintaneiro nos afirma que “A renúncia de Jânio foi considerada pela agência da União Soviética Tass o resultado da pressão econômica norte-americana e da oposição à política externa brasileira nos itens referentes a Cuba e aos países soviéticos. (...). Os comentários publicados por alguns órgãos de imprensa internacional sobre a renúncia caminhavam também na mesma direção: a política externa independente, mais exatamente o apoio à autodeterminação cubana e a aproximação aos países socialistas concomitantemente ao relativo distanciamento de Washington, constituíram os pontos mais sensíveis ao governo Jânio, ainda que pudessem ter sido seu aspecto mais audacioso do ponto de vista político e econômico. (...). A face mais exposta dessa política se devia justamente à insistência em propalar uma intransigente defesa de não-intervenção em Cuba. **Mesmo que as atitudes do Presidente pudessem ser caracterizadas pelo personalismo, pela ousadia e extravagância, sua renúncia não pode ser interpretada apenas como consequência de um “estilo”, senão também como resultado da campanha contra a política externa de seu governo, campanha contra a política externa de seu governo.**” (QUINTANEIRO, 1988, p. 58-59). (grifo nosso!). O *Lavoura*, no entanto, não irá realizar o debate de até que ponto a PEI contribuiu para a renúncia de Jânio, ou até mesmo as causas que levaram o presidente brasileiro a tomar essa atitude. O periódico irá apenas anunciar a renúncia e a saída de Jânio do país.

¹⁵⁸ Denominação da política externa adotada durante o governo do General Geisel (1974-1979), e que buscou resgatar as bases e fundamentos da Política Externa Independente, procurando utilizar a política externa como instrumento do desenvolvimento nacional, pautando-se pela autonomia do Brasil em sua atuação externa, bem como a multilateralização de suas relações exteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da presente pesquisa buscamos analisar como um periódico do interior do Brasil Central, o *Lavoura e Comércio*, construiu representações acerca da política externa independente inaugurada pelo governo Jânio Quadros (1961), mas que já dava sinais de sua instituição durante o período eleitoral de 1960 conforme pudemos constatar. Nesse sentido, é importante destacarmos alguns apontamentos conclusivos sobre a construção da presente narrativa histórica.

A política externa quase nunca foi objeto de maior preocupação pelos jornais, tanto da grande quanto da imprensa do interior, bem como não foi tema de destaque no debate eleitoral, até o surgimento da política externa independente e as ações empreendidas pelo candidato e depois presidente Jânio Quadros. Segundo o próprio Jânio, “a elaboração da política externa deixava de ser um exercício irreal executado por uma elite desinteressada e deslumbrada; ela tornou-se o principal tópico de preocupação diária.” (QUADROS, *apud* BARBOSA, 2007, p. 29). E, nesse sentido, conforme nos aponta Ismara Izepe, “Como poucas vezes na história as discussões sobre política externa romperam o círculo fechado, sendo pauta não apenas de jornais, mas de amplos segmentos da sociedade.” (DE SOUZA, 2018, p. 374).

Conforme apontamos inicialmente neste trabalho em sede de hipótese, e na qual pudemos confirmar ao longo da pesquisa, o contexto de bipolaridade aumentou a preocupação social com os acontecimentos externos, levando a imprensa a repercutir os assuntos de política externa. No entanto, aliado a isso as ações da política externa independente foram cruciais para aumentar o interesse dos periódicos, em especial do *Lavoura* pelo assunto. No caso específico do jornal uberabense, seu interesse e pré-disposição pelos assuntos econômicos, aliado ao uso da PEI para ampliar as relações comerciais do Brasil, foram também fundamentais para a veiculação de notícias, artigos, reportagens e editoriais relacionados a política externa.

Nesse sentido, Tânia Manzur nos aponta que a instituição da PEI que preconizava uma ação internacional universalista e descompromissada com ideologias, voltada pragmaticamente para a obtenção do máximo de interesse do Brasil, a opinião nacional foi levada a discutir e a se dividir sobre os mais diversos assuntos internacionais. (MANZUR, 2009, p. 65).

Com a instituição da PEI, Jânio Quadros propugnava executar uma política externa que fosse pragmática e defendesse os interesses do Brasil no exterior, buscando utilizar da

política externa como auxílio ao desenvolvimento nacional. No entanto, a busca por uma maior autonomia do país em suas relações exteriores foi visto no contexto da guerra fria tanto por grupos internos, quanto externamente, como uma afronta e um distanciamento ao bloco ocidental capitalista, que fugia das tradições ‘democráticas e cristãs do Brasil’ sempre pregadas pelo país.

O contexto de bipolaridade e a caça ao comunismo alimentada pelas iniciativas norte-americanas, alinhadas a um ambiente político interno conservador no Brasil, dava o tom das críticas à Política Externa Independente, sendo um dos principais fatores de instabilidade que levaram Jânio Quadros a renunciar. Com isso queremos dizer, que a PEI seria caracterizada por grande parte da imprensa como uma política externa quando não vinculada à esquerda, quase sempre um passo para a comunização do Brasil.¹⁵⁹

Nesse sentido, podemos rememorar os seguintes episódios: viagem de Jânio à Cuba durante as eleições e seus elogios ao regime castrista, duramente criticado pela imprensa e negativamente noticiado pelo *Lavoura*; a aproximação com os países do leste europeu em busca de ampliar as relações comerciais do Brasil, que era visto de forma parcialmente positiva pelo *Lavoura*; a proposta de reatamento das relações diplomáticas com a URSS, não muito bem recebida pelo periódico uberabense; o apoio a discussão do ingresso da China comunista na ONU, que foi relativamente criticada pelo *Lavoura*; a questão Cubana e a Conferência de Punta Del Este, que foram objeto de críticas pelo periódico; a condecoração de Ernesto Guevara, duramente criticada pelo *Lavoura*, bem como outros acontecimentos que tiveram repercussões ora positivas, ora negativas.¹⁶⁰

As representações positivas estavam quase sempre ligadas ao uso da política externa como meio de promoção do desenvolvimento, e por consequência as ações voltadas a ampliação das relações comerciais do Brasil, ainda que fossem com países do espectro comunista, ou ainda no caso da repercussão da renegociação da dívida externa brasileira com os EUA, que representada como uma ação positiva pelo *Lavoura*.

Já as representações negativas estavam quase sempre alinhavadas com a construção de uma imagem negativa dos países do bloco comunista, a partir da difusão de uma espécie de maniqueísmo construído, onde de um lado temos o capitalismo representado pelos países

¹⁵⁹ Nesse mesmo sentido ao analisar o discurso dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* sobre a PEI nos afirma que “A avaliação dos referidos jornais acerca dessas ações nos oferecem um discurso anticomunista que evidencia uma das críticas centrais à Política Externa Independente, qual seja, a de que ela portava uma inclinação ideológica à esquerda.” (DE SOUZA, 2018, p. 379).

¹⁶⁰ Nesse sentido de categorizar em positivo e negativo o material de política externa de Jânio veiculado pelo *Lavoura*, temos inspiração em um importante trabalho realizado pelo cientista político Guilherme Casarões, que ao analisar os editoriais de *O Estado de São* e *Folha de São Paulo* sobre a política externa do Governo FHC e Lula, classificou-os como positivos, neutros e negativos. (CASARÕES, 2012).

cristãos e democráticos, e do outro os países comunistas, que seriam ateus e autoritários.¹⁶¹

No caso do *Lavoura*, como visto, temos tanto representações positivas, quanto negativas em relação à PEI, podendo haver algumas representações neutras, ou parciais, onde podemos observar um posicionamento equilibrado em relação aos acontecimentos da política externa de Jânio que foram veiculados pelo *Lavoura*, especialmente quando presente assuntos ligado a ampliação das relações comerciais e que poderiam beneficiar a balança comercial brasileira, o que conforme já dito anteriormente interessava a vocação de gênese do *Lavoura e Comércio*.

No entanto, é importante destacar que o elemento do anticomunismo foi muito presente no noticiário sobre a política externa do governo Jânio Quadros, estando estritamente vinculado a esse ambiente externo de bipolaridade, que reverberava na oposição interna das ações exteriores do governo Jânio de aproximação com os países comunistas e em certa medida dos neutralistas. Nesse sentido, Ismara Izepe também concluiu seu trabalho ao analisar o discurso sobre a PEI de dois grandes jornais paulistas nos apontando que “Os episódios específicos da PEI aqui analisados demonstram que o temor ao comunismo foi elemento central no posicionamento de *OESP* e *FSP* frente à política externa.” (DE SOUZA, 2018, p. 390), completando com a afirmação de que “A PEI acirrou as discussões da imprensa sobre o papel do Brasil no mundo, especialmente nos momentos em que (...) teve que se posicionar e defender a postura brasileira nos episódios de reatamento das relações com a URSS e de defesa de não expulsão de Cuba da OEA.” (DE SOUZA, 2018, p. 390).

Assim, apesar de veiculações muitas vezes aparentemente neutras ou até mesmo de caráter meramente informativo¹⁶², como muito bem apontamos ao longo deste trabalho, a imprensa em geral, e no nosso caso especialmente o *Lavoura*, ao analisar o conjunto geral dos fatos veiculados, o histórico do jornal e os aspectos de diagramação do periódico, podemos perceber que os atos da política externa independente do governo Jânio Quadros foram quase sempre objeto de crítica ou oposição, especialmente baseado nas bases da ideologia anticomunista de matriz liberal ou católica.

¹⁶¹ Essa visão de críticas feitas à PEI vinculadas ao maniqueísmo do contexto de bipolaridade (capitalismo X comunismo) também foi identificada no discurso dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* na pesquisa realizada pela historiadora Ismara Izepe. (IZEPE, 2018, p. 388).

¹⁶² Característica da *United Press International (UPI)*, uma das agências de notícias que fornecia material para o *Lavoura*.

REFERÊNCIAS

- MANZUR. A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio. Lua Nova, São Paulo, vol. 93, 2014, p. 169-199.
<https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>
- FERREIRA, Ezilda; DUARTE, Valter. A renúncia de Jânio Quadros - componentes históricos e institucionais. Curitiba: CRV, 2011.
<https://doi.org/10.24824/978858042145.3>
- KOBORI, Nayara; PÁDUA, Aline Ferreira. A heterogeneidade da imprensa do interior: reflexões sobre o tema nas pesquisas latino-americanas. Revista Temática. Ano XIV, n. 8, NAMID/UFPB. Mai. 2018.
<https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2018v14n5.39928>
- SOTANA, Edvaldo Correa. Agências internacionais de notícias, telegramas e política: expedientes e práticas dos jornais brasileiros no alvorecer. Revista Dimensões: Vol. 41, jul/dez 2018. p. 252-278.
<https://doi.org/10.23871/dimensoes-n41-18313>
- SOUZA, Ismara Izepe de. Os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo diante da política externa independente (1961-1964). Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD.: Vol. 7, n. 13, - Dourados, jan./jun. 2018. p. 366-395.
<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v7i13.8730>

ANEXO I - TABELAMENTO 1960-1961 (POR CAPÍTULO)

EDIÇÃO	TÍTULO
POLÍTICA EXTERNA É ASSUNTO NAS ELEIÇÕES DE 1960	
02 de janeiro de 1960	“Não desespere, Jânio vem aí!”; “Palavras do candidato das multidões”; e “Fala o homem da Vassoura”
16 de março de 1960	“Viajará com Jânio Quadros para Cuba”
29 de março de 1960	“Jânio: “Vou ver os resultados da Revolução cubana de perto”
30 de março de 1960	“Jânio recebido por Fidel Castro”
07 de abril de 1960	“Em Cuba não há desemprego”
22 de julho de 1960	“Jânio vai por um paradeiro nas explorações políticas”
26 de julho de 1960	“Jânio Quadros percorrerá as Américas lutando pela OPA”
29 de julho de 1960	“Jânio faz apologia da Operação Pan- Americana”
13 de setembro de 1960	“A viagem de Jânio à Cuba”
20 de setembro de 1960	“Jânio expõe sua plataforma de governo”
A POLÍTICA EXTERNA NO PERÍODO PÓS-ELEIÇÕES	
11 de outubro de 1960	“Eleição de Jânio Quadros causa preocupação nos Estados Unidos e otimismo em Londres”
14 de outubro de 1960	“Síntese da entrevista coletiva de Jânio Quadros após a eleição”
29 de outubro de 1960	“Caberá a Jânio reatar ou não as relações com a Rússia”
07 de novembro de 1960	“Jânio Quadros iria a Pequim”
21 de novembro de 1960	“Jânio Quadros recusou convite para visitar os EE.UU.”
24 de novembro de 1960	“Jânio Quadros quer avistar-se com Kennedy”

09 de janeiro de 1961	“A situação da América”
10 de janeiro de 1961	“Jânio deverá pagar aos EE.UU. 80 milhões de dólares no dia seguinte à sua posse”
20 de janeiro de 1961	“Kennedy – símbolo da Nova América”
21 de janeiro de 1961	“Nova diretriz econômica no Plano Internacional”
24 de janeiro de 1961	“Novo estilo das relações americanas”
31 de janeiro de 1961	“O novo presidente”
AS PRIMEIRAS REPERCUSSÕES DA PEI APÓS A POSSE: O CASO DO “NAVIO SANTA MARIA” E AS DIRETRIZES DA NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
01 de fevereiro de 1961	“Discurso de posse”
02 de fevereiro de 1961	“Kruschev a Jânio”
03 de fevereiro de 1961	“Jânio vai dar Vassourada nos escritórios comerciais brasileiros no exterior”
08 de fevereiro de 1961	“Atitude acorde com as tradições democráticas da América”
25 de fevereiro de 1961	“O Brasil procurará aliviar a rigidez com o Leste e Oeste”
A ENTRADA DA CHINA POPULAR NA ONU	
10 de março de 1961	“O Brasil marchará sempre ao lado da ONU”
16 de março de 1961	“O Brasil e o ingresso da China comunista na ONU”
DESCOLONIZAÇÃO E AS RELAÇÕES COM A ÁFRICA E ÁSIA	
01 de fevereiro de 1961	“Discurso de posse”
22 de fevereiro de 1961	“A posição do Brasil diante do problema de cuba”
25 de abril de 1961	“Rebeldia e Colonialismo”
RELAÇÕES COMERCIAIS E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA	
07 de abril de 1961	“O governo dos EE.UU. ajudará o Brasil

	a pagar sua dívida externa”
08 de abril de 1961	“O acordo financeiro Brasil-EE.UU. poderá ser assinado em nosso país”
11 de abril de 1961	“O Brasil reivindicará 1 bilhão de dólares”
13 de abril de 1961	“O Brasil acertou afinal os relógios com os Estados Unidos”
14 de abril de 1961	“Jânio não fez reivindicação alguma a Dillon”
20 de abril de 1961	“Extremamente proveitosas as conversações entre os presidentes do Brasil e Itália”
10 de maio de 1961	“Completo êxito do Ministro da Fazenda nos EUA”
15 de maio de 1961	“Kennedy anunciará hoje a ajuda financeira ao Brasil”
17 de maio de 1961	“Ajuda financeira dos EUA ao Brasil será de um bilhão de dólares”
08 de junho de 1961	“Trieste poderá ser um grande centro de irradiação do comércio brasileiro”
NEUTRALIDADE OU APROXIMAÇÃO COM O COMUNISMO?	
04 de fevereiro 1961	“Jânio determina estudo para estabelecer relações com os países da cortina de ferro”
06 de fevereiro de 1961	“Em estudos o reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia”
09 de março de 1961	“O Padre Calazans contra o reatamento de relações com os países da cortina de ferro”
15 de março de 1961	“A posição do Brasil é ocidental e dela não nos afastaremos”
22 de março de 1961	“Restabelecimento de relações com a Hungria e Romênia”

25 de março de 1961	“Incoerências e contradições”
14 de abril de 1961	“O Brasil não poderá ignorar a existência do mundo comunista”
29 de abril de 1961	“O comunismo neste hemisfério não é negociável”
09 de maio de 1961	“Duas atitudes em face do mesmo acontecimento”
23 de maio de 1961	“Os regimes de exceção revelam o seu materialismo por todos os povos”
24 de maio de 1961	“Le Monde informou as pressões que os países neutralistas e os EUA vem fazendo ao presidente Jânio Quadros”
31 de maio de 1961	“Coluna Retalhos”
13 de junho de 1961	“Neutralismo”
20 de julho de 1961	“Kruschev envia mensagem à Jânio convidando-o a visitar Moscou”
22 de julho de 1961	“Firmeza e serenidade dos democratas”
24 de julho de 1961	“Coluna Retalhos”
02 de agosto de 1961	“O Brasil estabelecerá relações internacionais sem considerações políticas ou ideológicas”
05 de agosto de 1961	“O Brasil disposto a estender a mão a todos os países”
AS RELAÇÕES HEMISFÉRICAS E OS ESTADOS UNIDOS	
22 de abril de 1961	“Fim da Conferência de Uruguaiana”
12 de junho de 1961	“Não há paz sem a união Brasil-EUA”
14 de julho de 1961	“Quadros é o homem que pode despertar o gigante adormecido do continente”
22 de julho de 1961	“Regressou satisfeito o Sr. Celso Furtado”
27 de julho de 1961	“Em 30 dias Jânio visitará todos os países sul-americanos”
01 de agosto de 1961	“O presidente do Peru almoçará hoje com

	o presidente Jânio Quadros”
02 de agosto de 1961	“O Brasil não será dócil aderente do colosso do Norte”
04 de agosto de 1961	“Edward Kennedy e Douglas Dillom conferenciam com Jânio”
05 de agosto de 1961	“Jânio visitará os EUA em dezembro”
A QUESTÃO CUBANA E A CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL LESTE	
15 de abril de 1961	“Cuba bombardeada”
18 de abril de 1961	“Prossegue vitoriosa a invasão contrarrevolucionária”
22 de abril de 1961	“O Drama de Cuba”
24 de abril de 1961	“Fidel prepara um banho de sangue” “Charge”
06 de maio de 1961	“Se Fidel instalar governo tipo soviético, o Brasil romperá com Cuba”
30 de maio de 1961	“Limitações ao princípio da autodeterminação”
16 de junho de 1961	“O Brasil solicitou o adiamento da Conferência econômica interamericana”
19 de junho de 1961	“Coluna Ideias, Fatos e Leituras”
11 de julho de 1961	“O Brasil não realizou nenhuma tentativa de mediação para a questão cubana”
20 de julho de 1961	“Kennedy participa governo brasileiro da impossibilidade de ir ao Uruguai”
05 de agosto de 1961	“Instala-se hoje em Punta Del Este a Conferência interamericana”
09 de agosto de 1961	“Guevara condena programa de Kennedy”
18 de agosto de 1961	“Firmada hoje por 20 países americanos a carta de Punta Del Este”
A OPOSIÇÃO POLÍTICA À PEI NAS PÁGINAS DO LAVOURA	
04 de abril de 1961	“PTB e PSD vão criticar Jânio”
20 de abril de 1961	“Lacerda discorda de Jânio quanto à política exterior do Brasil”

20 de maio de 1961	“Rejeito a tese de que a política exterior do Brasil é monopólio de um homem”
27 de maio de 1961	“Coluna Retalhos”
21 de junho de 1961	“Deputados querem que a Sra. Célia Guevara seja expulsa do país”
23 de junho de 1961	“Lacerda disposto a formalizar o rompimento com Jânio”
21 de agosto de 1961	“Lacerda disposto a renunciar para continuar nas ruas a luta contra a infiltração comunista”
22 de agosto de 1961	“Prevista volta da UDN a oposição”
23 de agosto de 1961	“Estejam certos com a democracia vocês nunca serão fuzilados, mas também nunca fuzilarão”
24 de agosto de 1961	“Coluna Retalhos”
25 de agosto de 1961	“Padre Calazans crítica política de Jânio”
A VISITA DE GAGARIN E A CONDECORAÇÃO DE CHE: DE REPENTE A RENÚNCIA	
12 de abril de 1961	“O homem foi ao espaço cósmico e voltou são e salvo”
27 de julho de 1961	“O astronauta Gagarin estará no Brasil depois de amanhã”
29 de julho de 1961	“Yuri Gagarin estará hoje no Brasil”
01 de agosto de 1961	“Encontro Lacerda-Gagarin durou vinte minutos”
16 de agosto de 1961	
18 de agosto de 1961	“Guevara chega hoje ao Brasil”
19 de agosto de 1961	“Che Guevara foi condecorado por Jânio”
19 de agosto de 1961	“Não toleramos condescendência com a tirania de Cuba”
21 de agosto de 1961	“Grã-Cruz para um agitador internacional”

22 de agosto de 1961	“Condecorou-se um bandido” e “Charge crítica”
26 de agosto de 1961	“Jânio colhe de surpresa a nação: renunciou”